



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TEOBALDO WITTER

**A PRÁTICA SOLIDÁRIA LUTERANA, NO SÍNODO MATO GROSSO-IECLB, MT:
DIMENSÕES TEOLÓGICA E PEDAGÓGICA**

Cuiabá, MT
2019

TEOBALDO WITTER

**A PRÁTICA SOLIDÁRIA LUTERANA, NO SÍNODO MATO GROSSO-
IECLB, MT: DIMENSÕES TEOLÓGICA E PEDAGÓGICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Doutor em Educação, na Área de Concentração Educação, Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Passos

Cuiabá, MT
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

W829p WITTER, TEOBALDO.
A PRÁTICA SOLIDÁRIA LUTERANA, NO SÍNODO MATO
GROSSO-IECLB, MT: DIMENSÕES TEOLÓGICA E PEDAGÓGICA. /
TEOBALDO WITTER. -- 2019
208 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Passos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2019.
Inclui bibliografia.

1. Educação. 2. Escola. 3. Comunidade Luterana. 4. Migração. 5.
Direitos Humanos. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : 3615-8431/3615-8429 - Email : secppge@ufmt.br

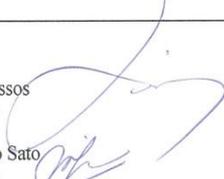
FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "A prática solidária luterana, no sínodo Mato Grosso - IECLB, MT: dimensões teológica e pedagógica"

AUTOR: Doutorando Teobaldo Witter

Tese de Doutorado defendida e aprovada em 03 de outubro de 2019.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor	Luiz Augusto Passos	
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		
Examinadora Interna	Doutora	Michèle Tomoko Sato	
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		
Examinadora Interna	Doutora	Maria Aparecida Rezende	
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		
Examinador Externo	Doutor	Rudolf Eduard Von Sinner	
Instituição:	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ/PUCPR		
Examinador Externo	Doutor	Rodolfo Gaede Neto	
Instituição:	FACULDADE EST		
Examinadora Suplente	Doutora	Ema Marta Dunck Cintra	
Instituição:	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO/IFMT		
Examinadora Suplente	Doutora	Bárbara Cortella Pereira de Oliveira	
Instituição:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		

CUIABÁ, 03/10/2019.

Memória

Deus deu à esperança uma irmã
e chamou-lhe memória.

Michelangelo

Dedicatória (in memória)

À Mariza Elza Witter e a todas as mulheres que faleceram em consequência do parto e da violência contra mulheres em todos os tempos e lugares.

A Erotides Padilha e a todas as pessoas que faleceram em consequência do trânsito e do trabalho.

A Henrique José Trindade e todas as pessoas assassinadas em consequência de suas lutas por justiça, dignidade, igualdade, terra, trabalho e paz.

Agradecimentos

Ao professor Dr. Luiz Augusto Passos, o grande mestre, pela confiança e orientação.

À minha família: Leda, Mateus, Rute, Alexsandro, Débora, Rafael, Manuela, Miguel e Mariana pelos apoios, incentivos, parcerias, torcida e paciência.

Às professoras e aos professores dos Seminários de Pesquisa I e II pela leitura do projeto, críticas, reflexões e sugestões.

Aos professores, às professoras e aos colegas do Grupo de Pesquisa em Educação e Movimentos Sociais (GPMSE), na linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, os quais, pela discussão e solidariedade, estiveram presentes comigo nesta caminhada e contribuíram significativamente para o processo desta pesquisa.

À Banca Examinadora pelo olhar profundo, largo, comprido e processual, pela leitura da tese e pelo parecer científico e amoroso com sugestões de/para mudanças.

Às ministras e aos ministros da IECLB, especialmente, no Sínodo Mato Grosso, pela colaboração e pelo olhar curioso.

Aos colegas Arteno Ilson Spellmeier e Hans Alfred Trein pela valiosa contribuição para a construção desta tese, fornecendo elementos que tornaram a discussão mais substancial.

A todos e todas militantes do CDHHT: padres, pastores, professores, assistentes sociais, advogados, agentes populares etc., os quais, com suas práticas de militância, construíram visão e compreensão de mundo com direitos humanos.

Às e aos componentes do FDHT-MT pelo olhar amplo sobre Direitos Humanos e da Terra, sendo companheiras e companheiros que muito contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

Ao Sínodo Mato Grosso, à IECLB e à Comunidade de Cuiabá que abriram seus arquivos históricos e os colocaram à disposição, contribuindo, significativamente, com a pesquisa documental.

E à Roziner Guimarães pelo trabalho de revisão do texto, generosidade e competência.

A PRÁTICA SOLIDÁRIA LUTERANA NO SÍNODO MATO GROSSO-IECLB, MT: DIMENSÕES TEOLÓGICA E PEDAGÓGICA.

Resumo: A presente pesquisa se propôs a investigar a prática solidária, no Sínodo Mato Grosso-IECLB, fundamentada nas dimensões Teológica e Pedagógica. As comunidades no Sínodo foram constituídas no processo migratório como instrumento de agregação, educação, lutas ecumênicas pela fé e vida, solidariedade, comunhão e contra a violação sistemática de direitos humanos no Estado de Mato Grosso. A pesquisa descreveu o processo de articulação das comunidades, escolas, organizações de movimentos sociais e econômicos de solidariedade e apoio mútuo no campo e na cidade, revelando como se deu a imigração de famílias empobrecidas europeias desde o século dezanove para o Sul do Brasil e migração interna, no Brasil, contínua, de geração em geração. O texto discute o processo migratório ao Mato Grosso, nas décadas de um mil novecentos e setenta ao ano dois mil. Retrata casos emblemáticos de articulações por construção de escolas comunitárias e ensino organizado pelos próprios migrantes, bem como de acolhida e defesa da vida diante de despejos e ameaças de mortes sofridas por famílias empobrecidas migrantes e / ou posseiros históricos. O texto descreve comunidades luteranas na participação da articulação ecumênica da criação do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade (CDHHT) de luta popular pela vida e contra a violação de direitos humanos. Investigaram-se saberes, fazeres e dizeres que sustentam a prática da solidariedade luterana: dimensões Teológica e Pedagógica. Utilizou-se como metodologia a abordagem qualitativa da pesquisa bibliográfica e documental. O estudo teórico se fundamentou, entre outros, em Paulo Freire, Geertz e Bonhoeffer, abordando, a partir do estudo documental, os caminhos de migrantes em busca de terra e território e lugares de solidariedade: igreja de comunidades e grupos organizados de direitos humanos. Por fim, fez-se a reflexão sobre a comunhão das dores, o reconhecimento e a diaconia. Dois trilhos, o pedagógico e o teológico, andaram lado a lado, na prática da solidariedade e na busca por terra para nela viver. Nesses processos, pessoas e povos foram atropelados e vitimados. O texto apresenta embates teológicos e pedagógicos que questionavam a prática, a educação e a pastoral. Discutiu-se, no campo teórico, a categoria solidariedade e direitos humanos como construção histórica e educação popular em face das práticas de comunidades eclesiais e movimentos sociais como instrumentos para a educação. Nos espaços da terra ocupado e em ocupação, migrantes constituíram suas comunidades, suas escolas, suas lavouras, suas vidas familiares, sociais, culturais, econômicas. Foram atropelados por crises econômicas, financeiras, por frustrações de safras, por decisões judiciais, por despejos, por doenças, pelo isolamento. O estudo se propôs à pesquisa do referido tempo e espaço.

Palavras-chave: Educação; Escola; Comunidade Luterana; Migração; Direitos Humanos.

LUTERAN SOLIDARY PRACTICE IN MATO GROSSO-IECLB SYNOD, MT: THEOLOGICAL AND PEDAGOGICAL DIMENSIONS.

Abstract: This research aimed to investigate the solidary practice Mato Grosso-IECLB Synod, based on the Theological and Pedagogical dimensions. The communities in the Synod were constituted in the migratory process as an instrument of aggregation, education, ecumenical struggles for faith and life, solidarity, communion and against the systematic violation of human rights in the state of Mato Grosso. The research described the articulation process of communities, schools, organizations of social and economic movements of solidarity and mutual support in the countryside and in the city, revealing how the immigration of impoverished European families since the nineteenth century to southern Brazil and migration in Brazil, continuous, from generation to generation. The text discusses the migratory process to Mato Grosso, from the 1970s to 2000. It depicts emblematic cases of articulations for the construction of community schools and education centers organized by the migrants themselves, as well as the reception and defense of life against evictions and death threats suffered by impoverished migrant families and / or historical squatters. The text describes Lutheran communities participating in the ecumenical articulation for the creation of the Henrique Trindade Human Rights Center (CDHHT) in favor to popular struggle for life and against the violation of human rights. We investigated knowledge, doings and sayings that support the practice of Lutheran solidarity: Theological and Pedagogical dimensions. The methodology used was the qualitative approach of bibliographic and documentary research. The theoretical study was based, among others, on Paulo Freire, Geertz and Bonhoeffer, approaching, from the documentary study, the ways migrants searched for land and territory and places of solidarity: community churches and organized groups of human rights. Finally, a reflection was done on the communion of pain, recognition and diaconry. Two paths, the pedagogical and theological, were side by side, in the practice of solidarity and in the search for land to live in. In these processes, people were run over and victimized. The text presents theological and pedagogical conflicts that questioned the practice, the education and the apostolate. In the theoretical field, the category solidarity and human rights was discussed as historical construction and popular education in the face of the practices of ecclesial communities and social movements as instruments for education. In the spaces of occupied lands, migrants formed their communities, their schools, their crops, their family, social, cultural, and economic lives. They were hit by economical and financial crises, crop frustrations, court decisions, evictions, illnesses, isolation. The study was proposed to the research of the referred time and space.

Keywords: Education; School; Lutheran Community; Migration; Human Rights

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1	Traçado do mapa das primeiras comunidades luteranas no Sínodo Mato Grosso.....	34
Foto 2	SINOP - Educação popular nas comunidades.....	55
Foto 3	Tangará da Serra - grupo de mulheres.....	56
Foto 4	Roda de conversa comunidade de Canarana.....	58
Foto 5	Canarana, culto.....	59
Foto 6	Na comunidade de Canarana, aula na escola da comunidade....	61
Foto 7	Comunidade de Cuiabá, suas crianças.....	64
Foto 8	Tangará da Serra, migrante regando hortaliças.....	66
Foto 9	Tangará da Serra, migrante colheita da mandioca.....	67
Foto 10	Tangará da Serra, migrante preparando ração para animais.....	69
Foto 11	Tangará da Serra, migrantes com a primícias dos frutos da terra nas mãos.....	70
Foto 12	Tangará da Serra, distrito São Jorge, placa em terras da União..	72
Foto 13	Comunidade de Cuiabá.....	75
Foto 14	Comunidade de Cuiabá, consororização das mulheres com chá, em 1982.....	78
Foto 15	Comunidade Cuiabá, festa da reforma protestante.....	79
Foto 16	Projeto Educar em Direitos Humanos – CDDPH.....	103
Foto 17	Casa de Henrique José Trindade e família. Capão Verde, Alto Paraguai, MT.....	107
Foto 18	Henrique José Trindade, foto do local onde foi encontrado.....	109
Foto 19	BETINHO no Ação da cidadania, na Praça da República, em Cuiabá, MT.....	116
Foto 20	Deusa Grega Themis, símbolo da justiça, na Praça da República, em Cuiabá.....	118
Foto 21	Adolescentes mortos no Beco do Candeeiro, Cuiabá, MT.....	120

LISTA DE SIGLAS E ABERVIATURAS

AGROECOLOGIA: Agricultura que integra todo sistema ambiental em relações justas e respeita a dignidade plena universal.

CAIC: Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

CDHHT: Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade.

CEBEMO: Organização católica para co-financiamento de programas de desenvolvimento, Igreja Católica da Holanda.

CEBI: Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos.

CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

CONOMALI: Colonizadora Noroeste Matogrossense S.A.

DEMT: Distrito Eclesiástico Mato Grosso.

DIE KIRCHE IST NUR KIRCHE, WENN SIE FÜR ANDERE DA IST: A Igreja somente é igreja quando ela é para os outros.

DIA DA REFORMA PROTESTANTE: É 31 de outubro. E foi no ano de 1517. É o dia em que Martin Lutero pregou as 95 teses de debate para a Igreja e deu início ao amplo debate sobre assuntos da fé, de Deus, da Salvação, dos sacramentos, da vida, da sociedade etc. Ele foi excomungado. Surgiu, então, a Igreja Luterana ou a Igreja Protestante.

FALAR PORTUGUÊS ALEMÃO: Falar português em alemão significava que palavras de uma língua eram adaptadas à outra como, por exemplo: canivete para kanivetch; potreiro para potreea. Descendentes de alemães no Sul do Brasil, quando falam alemão, misturam muitas palavras portuguesas. Às vezes, a raiz da palavra portuguesa recebe uma desinência gramatical alemã.

FORUM DCA: Fórum das Entidades não Governamentais de Direitos da Criança e do Adolescente.

FDHT: Fórum de Direitos Humanos e da Terra.

FORMAD: Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Organização da sociedade civil para discutir e fiscalizar ações de desenvolvimento que violavam direitos humanos e da terra, em MT.

NAC: Novas Áreas de Colonização.

ENSINO CONFIRMATÓRIO/ CONFIRMAÇÃO: É o ofício de ensinar a doutrina da igreja e testemunhar publicamente a fé, geralmente para adolescente de 14 a 15 anos.

ECAM: Encontro de coordenação e atualização da Amazônia.

EQUINHA: Encontro de coordenação e atualização regional (diminutivo de ECAM).

DAS RECHT DER ARMEN: O direito dos pobres.

DEUTSCHE WELLE: Emissora de radiocomunicação alemã.

DM: Deutsche Mark - dinheiro alemão.

FLM: Federação Luterana Mundial, com sede em Genebra, na Suíça.

GEGENÜBER: A absolutamente outra pessoa.

GUSTAV ADOLF FRAUENARBEIT: Entidade de trabalho das mulheres da Obra Gustavo Adolfo, entidade alemã.

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IECLB: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

LEISHMANIOSE: Doença infecciosa causada por protozoários parasitários do gênero Leishmania transmitidos pela picada de insetos da subfamília dos flebotomíneos. Existem três tipos principais: leishmaniose cutânea, leishmaniose mucocutânea e leishmaniose visceral.

OASE: Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas - Trabalho das mulheres na IECLB.

OBREIROS E OBREIRAS: São pastoras, pastores, diáconos, diaconisas, catequistas, professores, enfermeiras, agrônomos, agrotécnicos que atuam na IECLB em um campo pastoral.

PÃO PARA O MUNDO: Entidade de serviços sociais para a transformação social e libertação da fome, Igreja Evangélica da Alemanha.

SÍNODO: A palavra vem do Latim SINODUS, do Grego SYNODOS, “reunião de religiosos”, formada por SYN, “junto”, mais HODÓS, “caminho”, portanto, significa “fazer juntos o caminho” ou “caminhar juntos, mas, aqui no texto, Sínodo se refere à organização estrutural da IECLB. Em todo território nacional, há 18 sínodos que, no conjunto, formam a IECLB como organização nacional, com sede em Porto Alegre, RS. O Sínodo Mato Grosso é uma dessas 18 unidades de estrutura, com sede em Cuiabá, MT.

SÍNODO RIOGRANDENSE: Organização eclesiástica que congregava as comunidades evangélicas luteranas do Rio Grande do Sul, antes da atual estrutura, até 1950, quando foi criada a Federação Sinodal que deu origem ao atual nome IECLB.

SUCAM: Superintendência de Campanhas de Saúde Pública.

UFMT: Universidade Federal de Mato Grosso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	21
II NO CAMINHO PARA UM TERRITÓRIO	29
2.1 COMUNIDADE DE MIGRANTES.....	29
2.2 TEMPO DE DORES.....	38
2.2.1 O uso da Bíblia em estudo com migrantes-posicionamentos.....	50
III LUGARES DE SOLIDARIEDADE	53
3.1 IGREJA DE COMUNIDADES.....	53
3.1.1 Além do senso comum: quem sou eu?.....	80
3.1.2 Memória da realidade brasileira - 1978.....	82
3.2 MATO GROSSO.....	83
3.3 CUIABÁ.....	89
3.4 CENTRO DE DIREITOS HUMANOS HENRIQUE TRINDADE.....	96
3.4.1 Clamor por solidariedade.....	104
3.5 ESPAÇOS DE SOLIDARIEDADE.....	105
3.6 LUTAR NO ESPAÇO PÚBLICO.....	121
3.7 MANIFESTOS CONTRA A VIOLÊNCIA E A FAVOR DAVIDA.....	129
3.7.1 Cercado.....	133
IV O GRITO DOS SOFREDORES E DAS SOFREDORAS	136
4.1 A COMUNHÃO DAS DORES.....	136
4.2 O RECONHECIMENTO.....	144
4.3 A DIACONIA.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	161
ANEXOS	177
ANEXO 1: Manifesto de Curitiba - 24/10/1970.....	177
ANEXO 2: Nossa Responsabilidade social - 22/10/1978.....	179
ANEXO 3: Mensagem de Natal - Conselho Diretor da IECLB - 21/12/1978.....	185
ANEXO 4: Povo Luterano - 19/10/1987 - Carta pastoral da Presidência.....	186
ANEXO 5: Reforma Agrária: Carta Pastoral Presidência - 02/12/1991.....	189
ANEXO 6: Cartas às comunidades no DEMA - 21/04/1996.....	193
ANEXO 7: Manifesto de Chapada dos Guimarães - 22/10/2000.....	195
ANEXO 8: Entrevista com o Presidente do Centro de Direitos Humanos	

Henrique Trindade - 1983.....	199
ANEXO 09: Carta Comunidade Luterana de Cuiabá: CEBEMO-S. Br. 29/11/91.	203
ANEXO 10: Carta do DEMA ao Juiz de Direito de São Miguel do Oeste, SC, 08/06/1988.....	204
ANEXO 11: Manifesto ao Judiciário de Vilhena assinado por cinquenta e quatro obreiros e obreiras na IECLB, 1982.....	205

INTRODUÇÃO

Migrantes são viajantes. Desterritorializados buscam outros espaços, outros caminhos, outros territórios. Viajam sem o seu chão, de segurança frágil e vidas precárias. Migrantes levam na bagagem coisas e gestos do que não vem junto: pessoas, casa, terra, comida, valores coletivos. Levam algumas poucas coisas que as circunstâncias permitem carregar. A saudade acompanha a memória, possibilitando reviver alguns momentos. Na memória carregam conhecimento, valores, histórias, fé e sonhos. Nos sonhos está a esperança por reconstruir vida melhor. Será isso possível? Como será a reconstrução de suas vidas? Para a sabedoria popular: “só o tempo dirá”.

O que é o tempo para os migrantes em busca por terra para nela viver? O tempo existe? O tempo a gente constrói. Aliás, no tempo a gente entra. São tempo e tempos. “Tempo de nascer e tempo de morrer. Tempo de chorar e tempo de rir. Tempo de plantar e tempo de arrancar o que foi plantado. Tempo de abraçar e tempo de se afastar do abraço. Tempo de calar e tempo de gritar” (BIBLIA, Eclesiastes, 3, 1s).

Tempo de chegada em Canarana, Tangará da Serra, em Novo Maringá, em Sinop. O tempo e a vida de migrantes. O tempo não foi medido por relógios e por calendários. No campo, na floresta, houve tempo e o ambiente: a chuva, a poeira, o vento, o cantar de pássaros, o rugir da onça, as estrelas, a Lua, o Sol, o calor, o frio, o fogo, a fumaça, a semeadura e a colheita. Migrantes viajaram, caminharam, chegaram, acamparam em qualquer lugar para descansar. Comeram, amaram e dormiram. E acordaram. Olharam o vasto mundo de cerrados e florestas. De repente, viram-se como gente sem “raízes”. Migrantes, cujos corpos foram desinstalados pelas mudanças de espaço, território e amizade, encontraram-se nas novas relações de tempo, de vida e de morte a serem mudados e reconstruídos em dimensões diferentes e, por vezes, inóspitas.

Carregaram na memória eventos da família e da história. Eles foram contatados de geração em geração. E inspiraram resistências e resiliências. Memórias bíblicas, também, habitaram no seu imaginário. E foram contatadas como se fossem suas próprias histórias de vida. Foi como se eles saíssem de si, buscassem na história humana a memória dos empobrecidos na Bíblia e a trouxessem para dentro de si, no seu corpo e na sua história.

E contaram trajetórias bíblicas. Foram quarenta dias e quarenta noites de chuva. O Dilúvio¹. Quarenta dias e noites Moisés permaneceu no monte de Deus. A Lei². Elias jejuou quarenta dias e noites. Quarenta anos o povo peregrinou no deserto. Quarenta dias e quarenta noites Jesus jejuou no deserto³. Esteve diante da tentação. E recusou reinos, poder, riquezas e glórias. E foi crucificado. Quarenta dias e noites é o tempo na quaresma. Depois vem a Páscoa. O Evangelho. Quarenta anos, duas gerações. Foram quatro anos, o tempo da pesquisa.

Exatamente isso. Lembram bem. À noite, entraram no ônibus, em Porto Alegre, RS. Depois de noites e dias, chegaram a Brasília. Viajaram para Goiânia. Na rodoviária dessa cidade, embarcaram à noite. O motorista disse: “ao amanhecer, alcançaremos Barra do Garças”. Ônibus lotado. Em silêncio, saíram da rodoviária. Quietinhos e acomodados em seus acentos, no ônibus. Lá fora, tudo estava escuro. Os postes de iluminação da cidade pareciam que voavam em sentido contrário. As estrelas rasgaram clarões, no céu escuro.

Passaram por mais alguns vilarejos. O cansaço de dias e noites de viagem os estava dominando. Em meio à escuridão da viagem à noite, dois violeiros foram para o fundo do ônibus. Fizeram um show. A cantoria animou toda turma de viajantes. A música sertaneja possibilitou que o último trecho da viagem fosse bem divertido. No amanhecer, atravessaram a ponte e chegaram à Barra do Garças. Foram acolhidos por uma família amiga ou por um vendedor de terras. Esse foi um dos caminhos de migrações de povos do Nordeste, Sudeste e Sul. Esse trajeto foi o caminho dos migrantes que entraram no Leste de Mato Grosso. Quem migrou para o Norte, Centro ou Oeste do estado fez outro caminho. Foi na década de 1970. Conta-se muitas histórias semelhantes.

Foi também o meu caminho, na migração. Meu objetivo foi trabalhar como ministro na IECLB⁴, o que faço até hoje. Era o dia 16 de dezembro de 1976. Faz mais de quarenta e dois anos. Vim com uma mala pequena e uma maior. Vim para ficar pouco tempo. Mas os desafios de trabalhar na comunidade de migrantes e na escola comunitária nas diferentes regiões do estado me escolheram para viver por aqui mesmo.

Naquele tempo, as regiões de Mato Grosso, por onde andei, eram cobertas de floresta e de cerrado. Nas áreas da maioria das atuais cidades, ouvia-se o cantar das aves, dos

¹ BÍBLIA, Gênesis, 7,1-24

² BÍBLIA, Êxodo, 20,1-26

³ BÍBLIA, Mateus, 4, 1-11

⁴ IECLB- Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. A igreja tem sede nacional na cidade de Porto Alegre, RS. Ela é constituída por 18 sínodos, cada um de abrangência regional. Cada um dos sínodos é constituído por um número variável de Paróquias. E as paróquias são formadas por comunidades.

pássaros, o rastro dos animais terrestres, o pular dos peixes livres nos rios límpidos, os lírios dos campos.

No tempo, a vida foi queimada e arrancada. Vieram os humanos, rasgaram as florestas com máquinas potentes, construíram estradas, barracos, casebres, casas e palácios. Acolheram gente. Expulsaram outras e outros. Depenaram a terra, mataram animais, mataram gente, sujaram águas, envenenaram o ambiente físico, teológico, relacional, econômico, cultural e psicologicamente.

Entretanto, histórias de fé, de vida, de solidariedade, de direitos e de esperança foram inseridas nos relacionamentos pessoais, familiares, comunitários, sociais. Vidas foram reconstruídas. Pessoas encontraram aqui a felicidade de viver como seres humanos com dignidade. Muitas pessoas me acolheram em suas casas, em seus barracos de lona. Com muita gratidão, celebro o tempo aqui já vivido, com alegria e sofrimento e lutas por justiça e paz. Janelas se abriram e se fecharam. Janelas iluminaram e escureceram. São como a lua vista da janela da escola: numa face bem iluminada e, razoavelmente, conhecida; na outra, escura e desconhecida. Mas isso são mais assuntos para depois, pois, agora o tempo de construir texto da pesquisa chegou.

A pesquisa para a presente tese foi construída no âmbito do curso de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, na linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação-GPMSE, do Instituto de Educação, na Universidade Federal de Mato Grosso, na área de concentração “Educação e Movimentos Sociais”.

No prédio do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, na Pós-graduação, janelas foram abertas. São janelas que trazem as marcas do tempo. São janelas que se emperraram ou são janelas que se abrem fácil. Desvelaram vida e morte no tempo das leituras, dos debates, das rodas de conversas, na construção do conhecimento e na construção do ser humano. Encontrei pessoas próximas às janelas: o professorado, os colegas, equipe administrativa. Em comunhão, abrimos janelas. Em comunhão, construímos caminhos do conhecimento, da liberdade, da autonomia e da misericórdia.

A janela tem dessas coisas. Permite abrir a mente e o coração para o mundo, para a aprendizagem. “Ao abrir e fechar, ou entreabrir e descerrar, uma janela dialoga com a

exterioridade da paisagem física e com a interioridade da paisagem existencial. A janela como metáfora do olhar, espelha o mundo exterior” (SATO, 2016, p.10).

A pesquisa possibilitou o olhar afetivo e o olhar cognoscente do fenômeno do mundo em construção por migrantes luteranos, entre os anos 1972 e 2000. Resultou da experiência e de opções pessoais do pesquisador como atuante no campo pastoral, social e educacional. Entendo como experiência o conhecimento adquirido em contato com o mundo que permite construir representações percebidas da pastoral, dos movimentos sociais e da educação. A experiência significa o modo como se interioriza o mundo e a forma na qual se encontra o ser humano para se situar nele junto com os outros, outras, a partir dela. Ela não é algo acabado. Ela é algo como um espelho no interior da casa recebendo o raio do sol que, através da janela, ilumina o mundo lá fora. O raio solar refletido encontra a visibilidade no invisível que permite ver os objetos, um focal que ilumina, permitindo descobrir e nomear diferentes e diversos objetos no mundo. O raio solar a iluminar pela janela foi a ferramenta, a teoria, que corroborou com o olhar diferenciado do mundo da migração, na época.

Implica um caminho interminável, pois o Sol não está fixo, nem o Planeta parado, mas ambos estão em movimentos contínuos. Assim, o raio de sol refletido no espelho, ilumina o mundo em seus diferentes aspectos. Ao girar e avançar passo após passo, o raio de sol abre novos focos, exigindo novas opções, atalhos e perspectivas que implicam reafirmações das opções antes feitas.

Partindo da experiência de um período de quatro anos de pesquisa, a Comunidade Luterana no Sínodo Mato Grosso⁵ é constituída como objeto desta pesquisa à qual fui desafiado a derrubar e construir minhas representações, bem como descobrir algumas opções e balizas teórico-metodológicas, significativas, como educador, teólogo e militante popular em direitos humanos, por meio das quais pudesse iluminar minha leitura, observação e contribuição na academia, na igreja e nos movimentos sociais.

O interesse pelo tema da pesquisa resulta do fato de a Comunidade Luterana, no Sínodo Mato Grosso ter-se ocupado com o tema direitos humanos, solidariedade e diaconia. A problemática se insere no contexto comunitário luterano e do movimento social, com

⁵ SÍNODO: A palavra vem do Latim SINODUS, do Grego SYNODOS, “reunião de religiosos”, formada por SYN, “junto”, mais HODÓS, “caminho”, portanto, significa “fazer juntos o caminho” ou “caminhar juntos. Mas aqui no texto Sínodo se refere à organização estrutural da IECLB. Em todo território nacional há 18 sínodos que, no conjunto, formam a IECLB como organização nacional, com sede em Porto Alegre, RS. O Sínodo Mato Grosso é uma dessas 18 unidades de estrutura, com sede em Cuiabá, MT.

ênfase na educação em direitos humanos, em que verificamos, nos documentos pesquisados, como foi realizado esse trabalho pastoral e educacional junto ao povo e com o povo na busca por reconhecimento, direito e solidariedade. O problema da pesquisa se localiza na área social, pedagógica e teológica, no entendimento conceitual, educacional, existencial e organizacional comunitária e social.

O objetivo da pesquisa foi compreender razões teológicas e pedagógicas que fundamentaram a igreja luterana a constituir comunidade militante na fé, na prática social e na atuação em direitos humanos, bem como identificar se houve uma pedagogia da autonomia, libertadora, problematizadora e transformadora nessa interação ambiental, comunitária e social com vista à libertação em comunhão.

A tese se compõe de quatro capítulos. O primeiro capítulo trata das questões da metodologia: estudo fenomenológico que se fundamenta, entre outros, em Paulo Freire (1980, 1987), Geertz (1989, 1998) e Bonhoeffer (2003, 2015); lugar sócio-cultural-religioso que as pessoas ocupam, a singularidade de suas presenças nesses lugares; a contribuição do Interpretativíssimo de Geertz; a dialogicidade de Paulo Freire que inspirou a prática pastoral; o viver “ser um ser humano para outro”, segundo Bonhoeffer; a metodologia de abordagem fenomenológica.

O segundo capítulo aborda os caminhos de migrantes em busca de um território, sobre história de migrações da Europa para o Brasil e as migrações internas, no País. Nele, analiso a política oficial do Brasil, o regime militar, a concentração da terra, as perseguições políticas e migrações do campo para as Novas Áreas de Colonização e para as cidades e os posicionamentos da IECLB diante da militarização, migração e reforma agrária.

O terceiro capítulo se refere a lugares de solidariedade: igreja de comunidades e grupos organizados de direito humanos. Nele, debato a pesquisa sobre violências contra povo da terra, migrantes e em situação de vulnerabilidade. Informo e reflito sobre espaços de lutas por justiça e paz, na e a partir da comunidade de Cuiabá, de Canarana e de Tangará da Serra, da comunidade ecumênica e do movimento social. Discorro sobre manifestos comunitários contra a injustiça, a violência e a favor da vida e presença em espaço público e de solidariedade.

Por fim, faço uma reflexão sobre a comunhão das dores, o reconhecimento e a diaconia.⁶ Dois trilhos, o pedagógico e o teológico, andaram lado a lado, na prática da solidariedade.

A pesquisa buscou saberes, fazeres e dizeres que sustentam a prática da solidariedade luterana: dimensões teológica e pedagógica. Os aportes teóricos foram Dietrich Bonhoeffer (2003, 2015), Axel Honneth (2003), em diálogo com Merleau-Ponty (2011) e Paulo Freire (1980, 1987) e outros teóricos da Pedagogia e da Teologia da Libertação, cujas leituras foram realizadas ao longo da pesquisa. Ela foi bibliográfica em que se colocou, a partir das reflexões, o aspecto teórico. São significativas as participações e contribuições teóricas do orientador, Prof. Dr. Luiz Augusto Passos, sua imersão fenomenológica no campo da educação, nas ruas, nas praças, onde a vida acontece e onde as pessoas se encontram em comunhão para aprender-ensinar e “ser no mundo”, Merleau-ponty, e “ser mais”, Freire.

A metáfora do raio do Sol, que entrou pela janela, refletiu no espelho e foi em busca do mundo exterior possibilitando a mim o olhar de pesquisador. Estive na dependência do reavaliar, entre avanços-recuos-avanços do olhar “o espetáculo visível do mundo na dependência da subjetividade de como olhar este mundo” (SATO, 2016, p. 10). Foi significativo o processo de olhar o mundo na subjetividade de “[...] sair de si e trazer o mundo para dentro de si” (SATO, 2016, p.10). A apreendi, no processo, a ler a história dos migrantes a partir das pessoas que sofrem as dores deste mundo, segundo Bonhoeffer (2003).

Faço votos de que esta pesquisa possa contribuir como fonte de conhecimento para a universidade e para a comunidade em geral, no sentido de ampliar as discussões sobre educação, movimento social e comunidade luterana, nas suas próprias posições e práticas transformadoras e libertadoras.

⁶ Diakonia é uma palavra derivada do grego, usada na Bíblia, Novo Testamento, com diferentes sentidos. Algumas vezes, refere-se à ajuda material específica para pessoas em necessidade. Em outros momentos, significa o servir das mesas e, em outros ainda, se refere à distribuição de recursos financeiros. Diaconia é o serviço que socorre as pessoas em suas necessidades concretas. Por natureza, é recíproca. Consiste em dar e receber, pois ninguém possui tudo. Consequentemente, diaconia é dever permanente das pessoas. Faz-se indispensável em todas as fases da vida, em todo tipo de convívio e em todas as épocas. Comunidade cristã é, por excelência, uma comunhão de serviço. No texto, também, refere-se à solidariedade. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/diaconia-o-que-e>>. Acesso em: 17 jun. 2019. NB: todos os ministérios foram chamados historicamente de “diakoníai”.

I CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Demorei para compreender a prática solidária luterana em questão, no Sínodo Mato Grosso-IECLB, MT. O significado da palavra solidariedade remete a um ato de bondade com o próximo ou a um sentimento, a uma união de simpatias e compromissos. As pessoas que vivem a solidariedade têm compromissos comuns, apoiam-se mutuamente e agem conjuntamente em favor do outro ou da outra. Por isso, solidariedade é mais do que ajudar por bondade, prestar um serviço bom, por caridade. É isso. Mas vai além. É um jeito de viver. Não escolhe pessoas, nem tempo nem lugar. É cooperar em momentos de dificuldade. Mas é mais do que cooperar em tempos de crises. É estar aí para o outro, para a outra. Solidariedade é horizontal. Realiza-se de forma mútua, conjunta e recíproca. Solidariedade respeita o outro, a outra. Há uma aprendizagem mútua. É viver a comunhão em comunhão. É existir conjuntamente, em viver “ser humano para outro”, segundo Bonhoeffer (2003, p. 511). Com isso, a solidariedade não é algo completo e extático, parado, morto, mas algo bem dinâmico, vivo, sempre em processo de construção. É viver em solidariedade comum, viva e dinâmica.

Leituras, experiências e pesquisas me fizeram compreender que o projeto da IECLB, aprovado no Concílio⁷, em Panambi, RS, em 1972, não se resumiu somente a acompanhar os membros que estavam migrando para viver no Centro-Oeste e Norte do Brasil. Pelo contrário, foi para “formar comunidades irradiadoras do Evangelho” (SPELLMEIER; TREIN, 2016, p. 374). Foi algo inédito. Igrejas trabalham para crescer em números de membros, de pessoas batizadas e participantes. Parece um paradoxo. Mas a IECLB não priorizou proselitismos. Objetivou ensino cristão com conhecimento “transformador em saúde, educação popular, agroecologia, direitos humanos, cuidados com o ambiente, respeito às diversidades humanas e ambientais”, conforme decisão do concílio (SPELLMEIER 2009, p. 1).

Mas como foi feito o trabalho pastoral? A metodologia de abordagem e a ação educativa para a formação de comunidades transformadas e transformadoras foi significativo e fundamental para viver a compreensão do mundo das pessoas. Epistemologicamente, a leitura da Palavra de Deus⁸ e a sua pregação estavam entrelaçadas com a visão de mundo de todo ambiente. Segundo a pesquisa, a dialogicidade de Paulo Freire inspirou a prática pastoral. Nesse contexto, os obreiros das comunidades tiveram que apreender seu papel. Na

⁷ Concílio ou concílio geral é o órgão colegiado de decisões máximas da IECLB.

⁸ Palavra de Deus aqui se refere à leitura e à explicação de textos bíblicos.

prática, perceberam que o papel deles não foi falar ao povo sobre a sua visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, o que é muito comum nos trabalhos pastorais e até mesmo em movimentos sociais. O diálogo a partir da visão de mundo das partes foi fundamental. Sobre os cuidados em relação à visão do mundo do povo, Freire (1987, p. 87) escreveu que “[...] a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não podem prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer ‘bancária’ ou de pregar no deserto”. Na prática, os obreiros da igreja, imbuídos dessa episteme, não “fisgaram o povo e trouxeram para fora da água”, mas mergulharam e apreenderam a nadar junto com o povo, buscando caminhos em parcerias. Nesse movimento fenomenológico, forjaram um novo conhecimento que tivesse o rosto de todos e todas.

Não foi fácil apreender a atuação pastoral nessa dimensão fundamental na visão integral do ser humano e de seu meio. Tem o texto bíblico perpassado com dores e clamores humanos. Há a manifestação religiosa do ser humano que aparece mesmo como característica essencial, e, na graça divina, o reestabelecimento da paz e da ligação entre criatura e criador seria, então, novamente possível, segundo Karl Barth (2008). Tem a episteme, ou seja, o caráter científico do conhecimento. Demorei a entender que ter conhecimento é, antes de mais nada, saber fazer perguntas e respondê-las no mundo do razoável. Ou simplesmente silenciar, porque toda e qualquer explicação é insuficiente. Não dá conta de dizer o que está aí. Tem o conhecimento popular e o conhecimento de migrantes. Há o conhecimento da rua. Cada qual com suas epistemologias próprias. E são epistemologias da alteridade. O saber que a academia tem sobre essas pessoas na rua e/ou em migrações parece ser insuficiente, algo da margem. Quem são essas pessoas? Quem é esse povo? “A episteme, elaborada desde o pensamento e civilização grega indo-europeia, renascida e maturada na Modernidade e criticada depois dela, não consegue dar conta da exclusão em que vivem as pessoas [...]” (ZANOTELLI, 2014, p. 201). Parece ser significativo deixá-las fazer a narrativa de sua história, dores e temores. Mas não é somente isso. A sua narrativa põe em movimento a individualidade e a universalidade da dor. As dores de Cristo são as dores humanas dos migrantes e as dores humanas dos migrantes são as dores de Cristo. O grito de morte de Cristo é o grito de morte humana (BÍBLIA, Marcos, 15, 37). Isso no campo teológico teórico. Mas, também, prático. No silêncio de Deus, ouve-se o grito de Cristo no grito do povo que sofre.

Nesse entendimento, faz-se necessário uma metodologia que articule teoria-prática, prática-teoria. Estou aqui diante de uma simbiose, a exemplo da trindade, em que não se

consegue separar pai-filho-espírito. Mas os três mantêm a sua identidade e suas tarefas próprias. Teoria e prática se interligam de forma inseparável, em cumplicidade.

A Contribuição do Interpretativismo de Geertz (1989, p.39) articula, em simbiose, teoria e prática. Supõe uma concepção teórica que implique procedimentos metodológicos a ela ligados organicamente. Passos (2003, p.235) debate que tal procedimento resolve o problema teoria-prática, articulando-os. Vai além disso: equipa, instrumentalmente, o pesquisador com os procedimentos adequados ao campo. Geertz (1989) salienta alguns procedimentos substantivos para o fazer antropológico, na sua compreensão geral. Numa linguagem própria, Passos (2003) a resume:

1. É no campo que se faz etnografia densa, instrumento “sine qua non”⁹ da antropologia; numa convivência intensa com os diversos;
2. fiseando a cada momento a diversidade em sua singularidade; mergulhando extensivamente no microscópico; induzindo a totalidade imanente a qual ela aponta;
3. relacionando parte/todo, dialeticamente, a cada instante, ligando particularidades à universalidade, relativizando ambas, referenciadas ao cotidiano às estruturas macropolíticas;
4. perspectivando toda ação cultural e suas tramas para um horizonte de relatividade;
5. mantendo a tensão com a objetividade distanciado dos ‘mitos’ da objetividade; aferrando os voos indômitos da subjetividade e imaginação à discrição da inteligência, em todo o processo;
6. teorizando por sobre a prática, localizada espacial e temporalmente;
7. não se deixando ofuscar pela tentação cartesiana do esgrimamento lógico;
8. precavendo-se, a todo momento, dos riscos das grandes conclusões; ‘ater-se ao mínimo, sem deixar-se conter pelo máximo’;
9. perscrutando os sentidos possíveis e a teia de significações que anima e estrutura um grupo, uma comunidade e seus indivíduos;
- 10 não dissociando o estudo das diversidades de nossa própria condição humana, evitando fetichizá-las a tal ponto que elas reificando-nos, nos destituam do significado ético-político inerentes à nossa condição de pesquisadores e de compromisso com o mundo que pesquisamos e as superfícies duras da vida (PASSOS, 2003, p. 235).

A pesquisa retratou histórias de vida de um povo que esteve à procura de um território para viver com dignidade. O registro e a análise documental foram significativos, porque trataram da vida de um povo que, na maioria, não acompanhou a onda de

⁹ **SINE QUA NON** é uma expressão latina, originada do termo legal *conditio sine qua non*, que quer dizer “sem o qual não pode ser”. Em outras palavras, pode ser definida como condição ou ação que é fundamental, essencial, indispensável ou imprescindível. Fonte: <https://www.significadosbr.com.br/sine-qua-non>. Acesso: 15 jun 2019

desenvolvimento a qualquer custo. A pesquisa mostrou o outro lado da história oficial. Concretizou-se com compromisso ético-político. O diálogo, mesmo que tenha sido documental, realizou-se em compromisso com as entranhas das vidas sofridas.

Sobre a pesquisa documental, Severino (2016) escreve que

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não so de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2016, p. 131).

O texto é o resultado da pesquisa documental em relação à situação e às lutas vividas por pessoas migrantes. Investigou, em documentos escritos, situações humanas. A pesquisa perguntou pelas razões teológicas que levaram a igreja a ser militante na fé, na prática social e na atuação em direitos humanos. E, também, identificou uma pedagogia da autonomia, libertadora, educação problematizadora e transformadora, numa simbiose entre pregação teológica e trabalho pastoral educativo.

A pesquisa foi realizada em textos, posicionamentos, atas, relatórios e depoimentos já escritos. A igreja foi desafiada e, em algumas comunidades, se inseriu na vida local, entre as pessoas e grupos que vivem em situações de vulnerabilidade, numa prática contextualizada da luta popular por vida e dignidade para todas as pessoas. Além disso, também, a pesquisa foi realizada nos arquivos do Sínodo Mato Grosso e nas comunidades de Canarana, Tangará da Serra e Cuiabá, MT. Foram lidos e analisados planejamentos da igreja, relatórios semestrais e anuais, atas, manifestações públicas. Foram analisados os documentos, como posicionamentos e planejamentos da igreja em relação à realidade das regiões do centro-oeste e norte do Brasil, em especial, em Mato Grosso, Pará e Rondônia. O material coletado foi sistematizado com análise crítica reflexiva, propondo à igreja, ao mundo ecumênico e à sociedade um olhar afetivo e racional, comprometido, da dinâmica da participação de construção de comunidades em áreas de migração e assentamentos humanos.

A problemática se insere no contexto comunitário luterano e no do movimento social, com ênfase na educação em direitos humanos, na diaconia, em que questionei como foi realizado esse trabalho educacional junto ao povo e com o povo na busca por reconhecimento, direito e solidariedade. Nesse sentido, o problema da pesquisa se localiza na área social,

pedagógica e teológica, no epistemológico em direitos humanos e diaconia. Questionei, também, nos documentos pesquisados, quais saberes pedagógicos e teológicos foram concebidos e reconhecidos na prática solidária luterana, popular e comunitária. Verifiquei que a educação para a prática solidária luterana se localiza em espaço não formal, no movimento social e comunitário, e formal, como, por exemplo, igreja e escola. Ela considera aspectos fundamentais na prática pedagógica, tais como: fundamentar-se, informar-se, alimentar-se da memória coletiva e viva da comunidade e do movimento social. Busquei compreender as práticas culturais, as tecnologias, as narrativas, os festejos e os fenômenos. Considerei importante estabelecer relação dialógica entre os saberes locais, na pedagogia da vida cultural, social, econômica, política, ambiental e os saberes populares e teológicos que são patrimônios da humanidade, num resumo de linguagem própria a partir de Paulo Freire (1980). O objetivo desta pesquisa foi, pois, compreender motivações singulares, elementos teóricos, saberes, fazeres e dizeres de educação e atuação na dimensão pastoral e social, solidária, emancipatória, nos direitos humanos, na diaconia e em processos pedagógicos e teológicos na esfera pública, na história da igreja de comunidades luteranas.

Assim, a pesquisa se tornou uma descrição densa (*thick description*, segundo GEERTZ, 1978), procurando os sentidos do relato significativo e global de atuação ecumênica das comunidades que debateram, pensaram e organizaram sua vida de fé solidária e a integraram nas lutas dos movimentos sociais por vida digna, entre o período de crise teológico-política em contexto ainda autoritário, de 1972-2000.

O recorte temporal 1972-2000 se refere ao início das comunidades luteranas, no Sínodo Mato Grosso. A pesquisa se refere, basicamente, à primeira geração de migrantes que organizaram as suas vidas familiares e comunitárias, aqui nessa região. Nesse contexto de povo, em sua geração, a pesquisa perguntou sobre a solidariedade, a teologia e a pedagogia.

Para tanto, optei pela pesquisa bibliográfica de orientação fenomenológica, a qual não se limita aos exames documentais, mas considera a práxis teológica em permanentes diálogos com a dimensão axiomática dos valores éticos e políticos da fé e da existência humana.

Em relação à pesquisa bibliográfica, SEVERINO (2016) escreve que

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias já trabalhados por outros

pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2016, p.131).

A pesquisa bibliográfica de cunho fenomenológico se fundamenta, entre outros, em Paulo Freire (1980, 1987), Merleau-Ponty (2011), Geertz (1889) e Dietrich Bonhoeffer (2003, 2015).

Sobre a compreensão fenomenológica, na pesquisa, Moreira (2004), referindo-se a Merleau-Ponty, afirma que

Tradicionalmente a pesquisa fenomenológica, ou melhor dizendo, os vários modelos de pesquisas fenomenológicas, ainda que divergentes em tantos outros aspectos são unânimes em alguns, o que aliás diz de seu caráter fenomenológico, apesar de suas diferenças. Entre estes, a busca do significado da experiência será o sempre o fim último da pesquisa fenomenológica. O que será diferente será o modo de compreensão deste significado. Ele poderá ser uma compreensão idealista, e aí a descrição buscaria alcançar a essência, dentro de um modelo husserliano mais tradicional, idealista. Ou poderá ser uma compreensão mundana, dentro da visão merleau-pontyana, eminentemente crítica (MOREIRA, 2004, p.4).

Segundo Merleau-Ponty (1945), a Fenomenologia é uma filosofia que se refere à pessoa como singularidade e conexão ontológica com tudo e todos, dirigindo o olhar à existência viva de seres diversos.

No prefácio da Fenomenologia da Percepção, Merleau-Ponty (1945) faz uma releitura da fenomenologia husserliana, criticando o idealismo transcendental, obviamente kantiano ou em oposição ao materialismo, e transmutando a ideia de essência abstrata para a existência factual em fenomenologia (MOREIRA, 2004, p. 2).

Em relação à prática social, investiga-se a luta por direitos humanos na e a partir da comunidade, em conjunto com a rede social, nas referidas comunidades e periferias sociais. Ali, se pressupõe uma pedagogia política, inspirada na educação libertadora voltada à prática política, em Paulo Freire, através das ações de emancipação e autonomia dos oprimidos. Assim, recomenda Frei Betto (1993) que

[...] a metodologia adequada à educação em direitos humanos é a da educação popular inspirada no método Paulo Freire, pois ela considera o educando o centro do processo educativo e, indutiva, vai da prática à teoria para retomar e melhor qualificar a prática. Parte de casos concretos e utiliza recursos como dramatização, simulação de casos, papelógrafo, desenhos, jogos, pesquisas e, sobretudo, valoriza a narrativa oral e existencial dos educandos. Ela se direciona do local ao internacional;

do pessoal ao social; do detalhe ao geral; do fato ao princípio; do biográfico ao histórico. O educador não educa; ajuda a educar e, ao fazê-lo, se predispõe à reeducação. E todo o processo educativo tem como ponto de partida e de chegada ação dos sujeitos educados (educandos e educadores) na transformação da realidade em que se inserem (BETTO, 1993, p. 03).

O método Paulo Freire foi estudado e debatido pelos obreiros, obreiras e demais lideranças do Sínodo. O instrumento da roda de conversa impulsionou os diálogos bíblicos-teológicos a partir da vida de migrantes e a constituição de suas casas, escolas e comunidades.

Nesse sentido de compreensão mundana, filosófica, pedagógica e teológica a pesquisa identificou experiências da solidariedade comunitária e ecumênica em seus significados de múltiplos contornos, aspectos endógenos, exógenos, culturais, políticos, ambientais, econômicos, relacionais etc., no sentido fenomenológico. O fundamental sempre foi a participação das pessoas nas rodas de conversas falando de suas dores, de suas interrogações, de seu mundo e com o mundo. É como escrevem Passos e Sato (2002),

Ancorar as pessoas, referi-las e circunscrevê-las nos lugares sociais delas, nos seus lugares, em suas raízes e nas suas temporalidades é reconhecê-las situadas e admirar não apenas o lugar sócio-cultural que ocupam, mas também a singularidade de suas presenças nestes lugares (PASSOS; SATO, 2002, p. 2).

A pesquisa foi estudo de caso, com metodologia de inspiração e compreensão fenomenológica. Referiu-se ao caso do povo em comunidades da igreja como fato histórico de sua migração para Mato Grosso, e a relação de suas práticas a partir de ação comunitária e ecumênica, voltada à diaconia e aos direitos humanos com ênfase nas dores dos oprimidos e das oprimidas, como o lócus mais universal de atingir toda a humanidade. É estudo comunitário e ecumênico, nas práticas sociais de cidadania e solidariedade. A comunidade procurou, coletivamente, tornar-se uma ferramenta mobilizadora de luta contra a violação sistemática dos direitos humanos no Estado de Mato Grosso, como maneira concreta de realizar a missão libertadora de Jesus de Nazaré.

A pesquisa não foi feita em alianças com colonizadores, governos, grandes empresários ruralistas ou industriais, com índole triunfalista, da teologia da prosperidade, dos vencedores e vencedoras. Os projetos de educação, solidariedade, edificação de comunidades migrantes não foram de índoles imperialistas e colonialistas. A pesquisa referente à história, à

pedagogia e à teologia foi semeada pela ética da descolonização¹⁰. As trilhas foram os caminhos dos sofredores e das sofredoras. Para Bonhoeffer “[...] aprendemos a olhar os grandes eventos da história do mundo a partir de baixo, da perspectiva dos excluídos, dos maltratados, dos destituídos de poder, [...] em suma, dos sofredores” (BONHOEFFER, 2003, p. 43). Nesta aprendizagem que tivemos com a história do povo migrante, entre o ano 1970 e 2000, nos impulsionaram a olhar para as dores das famílias migrantes que sofreram muito na nova terra em que buscaram seu pedaço de chão para viver com dignidade.

Rudolfo Gaede Neto expressa as dores em uma música e poema:

Pelas dores deste mundo,
Ó Senhor, imploramos piedade
A um só tempo geme a criação
Teus ouvidos se inclinem ao clamor
Desta gente oprimida.
Apressa-te com a tua salvação!
A tua paz, bendita
E irmanada co'a justiça
Abraça o mundo inteiro.
Tem compaixão!
O teu poder sustente
O testemunho do teu povo.
Teu Reino venha a nós!
Kyrie eleison!
(GAEDE NETO, 2003)¹¹

As dores das quais escrevemos não se referem apenas aos seres humanos, mas à toda criação, ou seja: animais, florestas, rios, nascentes, ar, etc. A justiça se refere, também, à justiça climática, de gênero, geracional, étnica, etc.

A documentação disponível e pesquisada confirmou que as comunidades de migrantes luteranos, com muitas dificuldades, foram fiéis aos objetivos propostos pelos concílios da Igreja do início de década de 1970, isto é, edificar comunidades solidárias em comunhão com pessoas sofredoras e irradiadoras do Evangelho libertador.

¹⁰ A colonização influenciou todo pensamento, a ciência, as teologias, as religiões, a economia. A colonização foi construída sob a índole da dominação por impérios, reis, autoridades, do poder que elaboraram as leis segundo seus interesses e as impuseram ao povo e à terra.

¹¹ Rodolfo Gaede Neto, 2003- <https://www.luteranos.com.br/conteudo/pelas-dores-deste-mundo-o-senhor>. Acesso: 15 jun 2019

II NO CAMINHO PARA UM TERRITÓRIO

Este sistema igualmente promove gigantesco fluxo migratório de pessoas que buscam oportunidades de trabalho e melhores condições de vida em outras partes do país ou do exterior. Identidades étnicas e minorias são desrespeitadas e violentadas. O processo desarraiga as pessoas, aniquila seus valores culturais e provoca profunda insegurança, tornando-as presas fáceis de todo tipo de manipulação (MANIFESTO DE CHAPADA, 2000, p. 02).¹²

O segundo capítulo escreve sobre os caminhos de migrantes em busca de um território, sobre história de migrações da Europa para o Brasil e as migrações internas, no País. Faz análise da política oficial do Brasil, do regime militar, da concentração da terra, das perseguições políticas e migrações do campo para as Novas Áreas de Colonização e para as cidades bem como dos posicionamentos da IECLB diante da militarização, migração e reforma agrária.

2.1 COMUNIDADE DE MIGRANTES

Eu quero a nuvem na encosta da serra
e a chuva na terra molhando o quintal.
Eu quero ver cada planta dar fruto,
pois, este produto de vida é sinal.
/: Mas é preciso que o fruto se parta
E se reparta na mesa do amor:/
(HPH 2, n. 419)

No caso da IECLB, as primeiras comunidades no Brasil foram fundadas por migrantes alemães e suíços. Para Dreher (1984, p. 21), “A história da igreja Evangélica de Confissão luterana no Brasil principia com a imigração de colonos evangélicos, provenientes da Alemanha e Suíça, nos anos de 1823/24”. Para entender a história das comunidades luteranas, precisa-se entender a história de migrações da Europa para o Brasil e as migrações internas, no País.

A pressão migratória foi profunda e ampla. Do lugar dos migrantes, as razões de sua migração constante estavam explícitas em sua própria história, principalmente, a luta pela

¹² Manifesto de Chapada: anexo nº 7.

sobrevivência. Mas, por certo, não estavam cientes que foram agentes passivos de jogos de interesses de países e grupos econômicos, políticos e culturais que dominam o mundo. Segundo escreveram Spellmeier e Trein

No Brasil, a formação de uma classe média econômica e social num país dividido entre Casa Grande e Senzala, entre latifundiários e escravos, a ocupação das regiões fronteiriças ainda em escaramuças de expansão com pequenos proprietários defensores do território, a necessidade de formar um exército nacional pelo recém proclamado império independente do Brasil, a ideologia racista de branqueamento da população brasileira...foram, entre outras, razões geopolíticas explícitas para o incentivo à imigração aqui no Brasil (SPELLMEIER; TREIN, 2016, p. 370).

As populações evangélicas luteranas mais numerosas migraram para sul e sudeste. Organizaram a comunidade rural no estilo que seus avós migrantes trouxeram da Europa. Todas as famílias construíram suas casinhas de madeira, no meio da floresta, sempre perto de uma fonte de água ou de um rio. Depois faziam as roças. Em ato contínuo, a comunidade se reunia para construir uma igreja, uma escola, um cemitério para sepultar os mortos e um clube para jogos ou para os cantos. Alguém que sabia a arte das letras era contratado para ser professor ou professora. Todas as pessoas, das gerações antigas e novas, desde os migrantes, foram alfabetizadas, nessas escolas comunitárias. Mais tarde, quando compreendi o descuido da educação, na História do Brasil, fiquei muito impressionado com o zelo educacional dos migrantes daquela região. Os pastores, por sua vez, eram enviados pela igreja central. Mas os professores ou alguém mais instruído na localidade celebraram “cultos de leitura” no intervalo de uma viagem e outra do pastor ou em tempo mais prolongada de vacância da comunidade. A vida social e religiosa da comunidade girava ao redor deste núcleo (igreja, escola, centro comunitário e cemitério) que foram construídos pelo povo.

A história da minha família está nas “entranhas” dessa história de emigrações e comunidades luteranas. Por parte de meu pai, os antepassados migraram da Alemanha para a Rússia, fugindo de guerras, da frustração de safras agrícolas, endividamento, fome, doenças e da industrialização que desempregou muita gente. Essas situações “provocaram migrações em massa”, escreve Dreher (1984, p. 33). Em Moscou, nasceram meus bisavôs paternos. Como lá também não deu certo, pelos mesmos motivos, as famílias voltaram para Berlin. Depois, migraram para a América, para o Brasil. Foram para o Rio Grande do Sul, provavelmente, em 1881.

Na mudança, trouxeram a promessa de terra fértil feita pelo Império, no Brasil. Ainda, poucas roupas, coisas precárias de uso pessoal, uma Bíblia, um hinário, um Catecismo de Martim Lutero. As ferramentas para fazer roçados e sementes receberiam aqui no Brasil. Passaram pela triagem, em Porto Alegre, RS. Foram encaminhados para São Leopoldo, RS. Suas terras seriam nas montanhas, na Serra Gaúcha. Na época, ninguém queria aquela terra, pois a dificuldade de preparar para plantar nos morros era grande. Por alguma razão, os bisavôs paternos foram para São José do Hortêncio, RS. Já os bisavôs maternos foram parar na região de Cachoeira do Sul, RS. Na terra em floresta, fizeram o que sabiam fazer: limpar os roçados, construir uma casinha, uma escola, um clube, uma igreja, um cemitério e constituir família. Naquelas terras, nasceram meus avós.

Os migrantes evangélicos tiveram de enfrentar vida dura. Sua luta foi por sobrevivência. Dreher (1984, p. 59) escreve sobre o isolamento deles: “[...] na mata virgem praticamente não lhes dava a oportunidade de contato com a população brasileira e de apreender sua língua”. A nova realidade encontrada foi marcante. A dificuldade da língua impôs isolamento. A tradição, desde a reforma protestante, de 1517, foi a de que todas as crianças devessem frequentar a escola. Era condição saber ler, escrever, fazer conta e poder refletir para poder ir ao ensino confirmatório. Havia o elemento pedagógico que não bastava ler, mas o texto lido devia ser explicado. No texto do Catecismo em uso, após a leitura do texto, já trazia a pergunta: “o que significa isto?” Para essa população, era impensável um jovem sem escola. Entretanto, como ir à escola, se o império não se importava com escolas? Com isso, “praticamente todas as escolas foram criadas e mantidas pelos imigrantes”, historiza Dreher (1984, p. 59). “A educação escolar zelava pela aprendizagem das duas línguas: português e alemão. E o falar de muitas pessoas foi uma espécie de português em alemão” (HOPPE, 2018, p. 02).

Impacto significativo tem a compreensão do currículo comum na educação das escolas da Reforma Protestante:¹³ ler, escrever, fazer contas, estudos sociais, música, noções de Direito.

¹³ DIA DA REFORMA PROTESTANTE: É 31 de outubro. E foi no ano de 1517. É o dia em que Martim Lutero teria pregado suas 95 teses contra as indulgências intencionadas para um debate com a academia e a igreja, que foi divulgado amplamente por panfletos e acabou gerando uma perseguição a este monge rebelde. O debate intencionado nunca ocorreu desta forma, embora fez surgir inúmeras publicações sobre assuntos da fé, de Deus, da Salvação, dos sacramentos, da vida, da sociedade etc. Em 1521, Lutero foi excomungado. Surgiu, então, a Igreja evangélica, muitas vezes chamada de luterana.

Os imigrantes evangélicos tiveram outras dificuldades como, por exemplo, a oposição de latifundiários e a ala conservadora do parlamento em relação à política de imigração que, pela Lei de 15 de dezembro de 1830, tirou do governo imperial todos os meios financeiros para promover emigração (DREHER, 1984, p. 32). Os latifundiários e a ala conservadora do parlamento viam nos migrantes a substituição da mão de obra escrava e o enfraquecimento da supremacia política para os descendentes portugueses. Quem sofreu as consequências dolorosas foram os emigrantes que já haviam vindos ao Brasil.

Essa situação política e econômica do império brasileiro inspirou desconfiança nos colonos germânicos. Nesse contexto, “a solidariedade étnica”, segundo Dreher (1984, p.32), foi a oportunidade encontrada para sobreviver. Também a língua, nessa situação, serviu para os cuidados com a solidariedade entre migrantes.

Deve ser ressaltado que o império tinha sua religião oficial, ou seja, o catolicismo. Quando os migrantes luteranos e outros não católicos vieram ao Brasil, experimentaram relações complexas na área da religião. A Constituição do Império de 1822 manteve a tradição portuguesa que foi a oficialidade do catolicismo. Mas povos de outras igrejas/religiões estavam chegando. O que fazer? A constituição do Império de 25 de março de 1824, no artigo 5, estendeu a liberdade religiosa aos não católicos, mediante restrições. O catolicismo continuou como religião do império. “Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casa para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”, segundo pesquisa de Dreher (1984, p. 24). A desobediência era punida com dispersão pelo juiz, multa ou cassação do registro profissional do pastor (DREHER, 1984, p. 25). Além dessa restrição, havia outras. Por exemplo, no Brasil Império, não havia casamento civil. Por isso, o casamento religioso tinha caráter civil. Como não foi reconhecido, diante do Império, o casamento de evangélicos luteranos não tinha validade. Outra temática era em relação à ocupação de cargos políticos. Os acatólicos não podiam ocupar cargo no legislativo. “O artigo 95 da Constituição do império previa que os deputados não podiam ter outra religião que não a do Estado” (DREHER, 1984, p. 24). As restrições impunham limites à vida cidadã plena de luteranos. A situação mudou, no ordenamento jurídico, a partir da proclamação da república. Dreher (1994, p. 26) escreveu que foi na República, na Constituição de 1891, que introduziu “a separação entre Igreja e Estado trouxe a igualdade de direitos para protestantes”.

A vida social, política, econômica, cultural foi vivida em isolamento. Não houve política de integração nacional desses migrantes. Meus avós contavam suas histórias familiares e grupais. Diziam eles que as comunidades organizavam sua vida em grupos maiores, mas também, como grupos familiares e de proximidade territorial. Entre a vizinhança, os encontros se davam na comemoração do aniversário da mãe e do pai das famílias. A criançada se alegrava muito, porque havia muitos amigos para brincar e era servida comida boa, diferente da costumeira. Além dos fins de semana, reuniam-se, geralmente, na quarta-feira à noite para conversar, narrar histórias dos antepassados e cantar músicas, geralmente, folclóricas. Com o advento do rádio, no século XX, os encontros entre a vizinhança foi mais regular. Como somente algumas famílias eram proprietárias de rádio, os encontros se davam para escutar notícias, narrativas de contos ou música. As emissoras preferidas eram a Rádio Farroupilha, a Rádio Tupi e a Deutsche Welle¹⁴. As conversas sobre notícias se referiram aos comentários sobre políticas do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos. O gosto musical foi música clássica, folclórica e sertaneja, mas eles, também, conversavam sobre roças, criação de animais domésticos para o consumo, problemas e realizações na comunidade, mutirão para fazer estradas. Em casa, todas as famílias tinham um hinário para cantar na igreja e no clube, catecismo, Bíblia e jornal evangélico de edição semanal. As conversas, inclusive no namoro, eram realizadas em língua alemã. Como, no início da vinda dos migrantes, em 1824 até 1891, a prática da igreja evangélica foi proibida pelo Império Brasileiro, e seus casamentos não tinham validade legal, as comunidades se fecharam em torno de si mesmo. Os casais tinham muitos filhos e filhas, uma média de oito por casal.

Meus avós paternos casaram e foram morar no Rio dos Peixes, hoje município de Getúlio Vargas, Nordeste do RS. Lá eles repetiram os cenários da vida de migrantes. Naquela terra nasceu meu pai. Foi-lhes aberto maior horizonte de relacionamentos. Além do alemão, aprenderam português. O pedaço de terra que possuíam era suficiente somente para uma família, mas, como sua família era numerosa, migraram para Constantina, RS. Adquiriram um pedaço de terra, onde poderiam viver 5 famílias, isto é, o vovô e os 4 filhos, cada um com meia colônia. As 4 filhas não ganharam terra. O casamento lhes proporcionou família, casa e terra, trabalho e sustento.

¹⁴ DEUTSCHE WELLE: Emissora de radiocomunicação alemã.

Meus avós maternos nasceram em Cachoeira do Sul, RS. Noivaram. Como não possuíam terra, o vovô viajou, em conjunto com outros homens solteiros, até Constantina, RS. Adquiriram cada um uma colônia de floresta. Abriam picada, uma clareira, construíram um barraco. E voltaram para buscar as noivas. Vovó e vovô casaram no sábado. No domingo, colocaram suas coisas numa carroça. Viajaram até Carazinho, 50 km distantes da casinha na floresta. Ali, compraram um cavalo. Em picadas no meio da floresta, viajaram dias e noites até chegarem à casinha, na floresta. E ali viveram. Mamãe nasceu ali, segunda filha do casal, de um total de 9. A mãe, com 13 anos, depois de sua confirmação, na comunidade, foi trabalhar no hospital, em Constantina, o único da região. Trabalhou para pagar a conta hospitalar da família. Entrou para fazer limpeza do estabelecimento. Com cursos de formação continuada, oferecido pelas irmãs que zelavam pelo atendimento hospitalar, ela se tornou assistente de serviços médicos. Saiu desse trabalho com 24 anos para casar com meu pai. Moraram e trabalharam na roça, sempre. Naquela terra, eu nasci, na cama da casinha da roça, pelas mãos de uma parteira negra, muita amiga de nossa família.

Meus avós e meus pais falavam, liam e escreviam, fluentemente, o português e o alemão. As escolas da comunidade zelavam por essa formação. As vizinhanças eram compostas por descendentes alemães e italianos. Não muito distante, residiam afrodescendentes e indígenas. Diferentemente, do que em algumas áreas das colônias velhas, onde os avós nasceram, na terra onde fui criado não havia restrições de participação negras ou brancas em festas, corridas de cavalos ou jogos de futebol. Isso explica o fato de ter a participação de algumas pessoas negras no convívio de minha família. A mãe, por ter trabalhado durante onze anos no hospital da região, teve facilidade de visitar, trocar comida e ser solidária com as pessoas em geral, mas, especialmente, com as que mais sofriam: pobres, negras, idosas, mulheres grávidas, crianças e doentes.

No nascimento de minhas três irmãs mais novas, eu observei sempre o mesmo ritual. O pai com carroça puxada por cavalos reuniu três mulheres, isto é, a parteira, uma mulher já eleita como madrinha e outra amiga da mãe. Os demais filhos foram acolhidos na casa de um vizinho que não estava envolvido com os serviços do parto. E o pai ficava lá fora, de sobreaviso. No nascimento das crianças, havia aproximações entre diferentes culturas. Encontrei aproximações com o povo indígena Xavante (REZENDE, 2012, p. 174-185). Como explicar que culturas tão diferentes e que não tiveram contatos entre si estivessem unidas na prática solidária no nascimento da vida? São rituais muito semelhantes. Também em outras

regiões, a conexão entre mulheres da OASE¹⁵ e mulheres indígenas proporcionaram visitas na aldeia para dialogar sobre comida e nascimento de crianças.

As famílias da mãe e do pai, na terra em floresta, fizeram o que sabiam fazer: limpar os roçados, construir uma casinha, uma escola, um clube, uma igreja, um cemitério, casar, ter filhos e sepultar os mortos. Esses locais eram bem valorizados. As comunidades e as construções continuam lá. Com o passar do tempo, os problemas de isolamento foram resolvidos. Próximo à igreja luterana há uma igreja católica, metodista, assembleia. Fui alfabetizado em português e alemão. Nessa igreja, eu recebi o Batismo, o ensino cristão, confirmação, Ceia etc. Quando eu tinha 8 anos de idade, meu pai queria migrar para Mato Grosso, na Gleba Arinos. A mãe não quis vir junto, porque, segundo ela, estava feliz onde morava e a igreja avisou que não iria enviar pastor para celebrar na comunidade da Gleba Arinos. E ficou por isso. Por essa opção da mãe, ela foi a única de minha ascendência de 5 gerações a ser sepultada no mesmo território onde nasceu, ou seja, no município de Constantina, RS. E todas as seis gerações migraram por motivos econômicos, basicamente, em busca de sobrevivência.

A história da IECLB, em Mato Grosso, confunde-se com histórias de migrações do povo luterano. Neste estado, todas as comunidades tiveram sua gênese em movimentos migratórios. Ainda em 1957, migrantes do Noroeste do Rio Grande do Sul fundaram a Comunidade Evangélica da Paz, na Gleba Arinos. Construíram um templo e uma escola, ambos de madeira, em meio às clareiras na floresta, à margem direita do Rio Arinos. Organizaram o trabalho pastoral, contando com o trabalho do Pastor Johannes Hasenack e de sua esposa Ingeburg Burghardt, que foi a única professora na única escola local. “Ambos trabalharam ali durante os anos 1957 a 1959. Em 1959, o casal retornou ao sul do Brasil”, relata Sass (2012, p. 24-25). Em 1960, a igreja enviou o Pastor Friedrich Richter e sua esposa Córdula Richter, que era graduada em enfermagem, para Gleba Arinos. Dividiram o trabalho entre os colonos da comunidade luterana e de apoio solidário ao povo indígena Rikbaktsa. Encontraram o povo indígena disperso, “sujeito a doenças dos não indígenas, faminto, muitas crianças órfãs por causa das guerras com seringueiros na disputa do território” (SASS, 2012, p. 30-31). O casal fez bom trabalho junto ao povo indígena e relatou que aprendeu muito. Em 1964, voltou para a Alemanha devido a um grave problema de saúde de Córdula. A

¹⁵ OASE: Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas-Trabalho de grupos de mulheres na IECLB

comunidade dos colonos, depois disso, foi atendida apenas esporadicamente por pastores do Oeste do Parará ou São Paulo. Segundo Sass (2012),

Depois da saída de Richter, Fritz Tolksdorf, sertanista luterano, ficou ligado ao posto da missão luterana de 1964 até 1996. [...] o trabalho neste posto foi realizado com doações da igreja luterana, sem recurso do governo. Havia sempre 50 pessoas no posto, e muito mais quando havia visitas de outras aldeias (SASS, 2012, p. 31).

A comunidade dos colonos, depois da saída do Pastor Richter, foi atendida apenas esporadicamente por pastores do Oeste do Parará ou São Paulo. O atendimento à comunidade dos colonos volta a ser regular a partir de 1978, pelo pastor de Sinop. Em 1989, foi criada a paróquia de Porto dos Gaúchos.

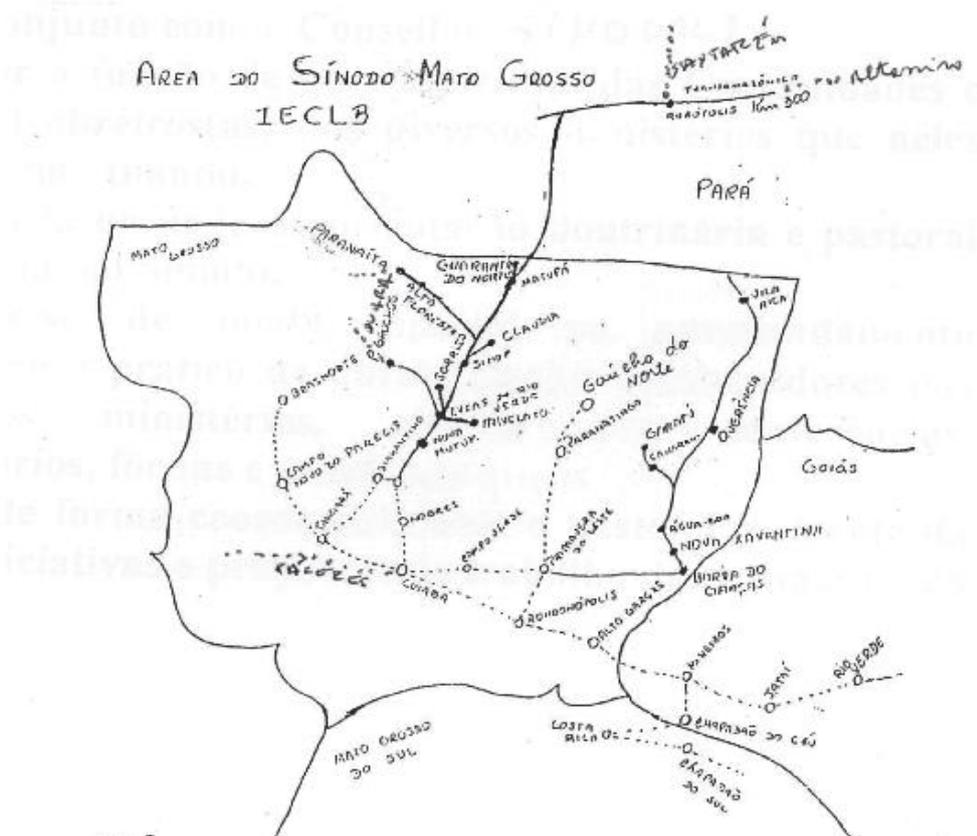
Os colonos do Sul do Brasil foram motivados para migração por uma colonizadora privada, a CONOMALI¹⁶, dos irmãos Meyer, de Santo Rosa, RS. A migração teve início em 1955. Logo perceberam seu isolamento, pois, não havia rodovias. A navegação pelo Rio Arinos foi possível somente até São José do Rio Claro. Assim, embora a produção tenha sido boa, não havia mercado. Devido ao isolamento, a população fez uma reemigração para Cuiabá, Várzea Grande ou mais para o Sul do País.

A migração de luteranos se reiniciou a partir da década de 1970, quando novos movimentos migratórios entraram em curso. “No Brasil dos anos 70 intensificou-se uma migração interna para as periferias das cidades e para novas fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e Norte” (SPELLMEIER; TREIN, 2016, 370). No caso de Mato Grosso, a maioria dos povos migrantes não era luterana. Mas as pessoas que fundaram as comunidades luteranas foram migrantes.

A população de migrantes luterana se organizou em grupos, em comunidades, em setores, em paróquias e, mais tarde, em Sínodo. A partir da década de 1970, o Norte e Centro-Oeste do Brasil foram nominados, pela igreja, de Novas Áreas de Colonização-NAC. No dia 3 de maio de 1986, o primeiro concílio do distrito, constituído por representações das comunidades, fundou o Distrito Eclesiástico Mato Grosso-DEMT. E a assembleia de 1998 fundou, na mesma área, o Sínodo Mato Grosso-IECLB. As NAC e o DEMT deixaram de existir, sendo hoje o Sínodo. As comunidades, que foram edificadas a partir da migração

¹⁶ CONOMALI: Colonizadora Noroeste Mato-grossense S.A. Foi essa empresa que vendeu as terras da região de Porto dos Gaúchos, MT, às margens do Rio Arinos aos agricultores que para lá migraram, a partir de 1955.

iniciada na década de 1970, organizaram essa estrutura funcional. O Sínodo Mato Grosso é uma das 18 unidades orgânicas que compõem a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Sua sede é Cuiabá, MT.



TRAÇADO DA LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES NO SÍNODO- MT

DE 1955 AO ANO 2000

Figura 1 - Traçado do mapa das primeiras comunidades luteranas no Sínodo Mato Grosso

Fonte: arquivo pessoal do autor

2.2 TEMPOS DE DORES

Ser criança no Brasil foi perigoso. Enquanto se celebrava o Natal de 1978, ou seja, o nascimento de uma criança, Jesus Cristo, em Belém de Judá, no Ano Zero da Era Cristã, a IECLB escreveu para suas comunidades, alertando que

A taxa de mortalidade infantil em países desenvolvidos é de 25 mortes para cada grupo de mil crianças de zero a um ano de idade. No Brasil apresentamos uma relação de 100 mortes por mil crianças situadas em tal faixa etária. Tais taxas são especialmente elevadas entre os setores de baixas rendas, geralmente com famílias numerosas, mas com poucos recursos para atenderem às necessidades sanitárias e alimentares de seus filhos (NOSSA RESPONSABILIDADE SOCIAL, 1978, p.2) ¹⁷.

O Brasil, no dia 31 de março de 1964, sofreu um golpe militar, que derrubou do poder o presidente João Goulart, que, depois, exilou-se no Uruguai. Os militares brasileiros, apoiados pela pressão internacional anticomunista e capitalista foi liderada e financiada pelos EUA. Segundo Schwantes (2006, p. 05), “Os militares desencadearam a Operação Brother Sam, que garantiu a execução do Golpe, que destituiu do poder o presidente João Goulart, o Jango”. Em seu lugar, os militares assumem o poder, permanecendo no comando do País até 1985. O governo militar pode ser caracterizado resumidamente, segundo as palavras de Wirth (1983), como...

[...] centralização do poder; pelo crescimento econômico acelerado, respectivamente pela concentração do capital nas mãos de um grupo proporcionalmente minoritário entre os brasileiros; pela interferência estatal nos mais diversos setores da vida pública; por uma política salarial que provocou a baixa do poder aquisitivo da maioria dos trabalhadores; por um alto índice de rotatividade no emprego e pela eliminação sumária de qualquer foco de resistência à implantação do regime (WIRTH, 1983. p. 14).

O regime, sob o comando militar, foi se fechando cada vez mais. O endurecimento foi brutal, coibindo e eliminando qualquer resistência popular. Seguiu-se uma época de medo, perseguição e suspeita, especialmente com a decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968. Esse Ato caracteriza-se pela censura, pelo fechamento do Congresso Nacional e pela prioridade à Segurança Nacional.

¹⁷ NOSSA RESPONSABILIDADE SOCIAL: anexo, nº2.

Na época das migrações a que me referi, os tempos são outros. Foi no início da década de 1970. As violências são reais. Estado, em seus três poderes, dominado pelo regime militar, governado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), editado pelo executivo, em 13 de abril de 1968. Araújo relata que

O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados (D'ARAÚJO, 1998, p. 01).

O AI 5 foi decretado à revelia dos outros poderes e do povo e deu ao presidente amplo poderes, entre eles, os poderes absolutistas que culminaram em torturas, prisões arbitrárias, mortes e muitas pessoas desaparecidas. Segundo Araújo (1998),

O AI-5 autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus (D'ARAÚJO, 1998, P. 01).

Violentas perseguições se seguiram, especialmente, aos opositores do regime e aos pensantes da sociedade brasileira. Alguns setores das igrejas apoiaram a onda de “caça aos comunistas” e/ou se mantinha em silêncio.

Segundo Alves (1984, p.142), “criaram-se controles específicos para a imprensa, com o estabelecimento da censura prévia direta, para universidades e outras instituições educativas, assim como para a participação política em geral”. O cenário foi de repressão, prisões arbitrárias, censuras, controle absoluto de movimentos sociais, assassinatos, lutas pacíficas e outras armadas, guerrilha urbana e camponesa.

A violação dos direitos humanos era denunciada em todas as partes do mundo, e, apesar das práticas arbitrárias, as autoridades brasileiras não queriam discutir o assunto. De acordo com Weingärtner (2001),

[...] era, em parte, a má consciência das autoridades, que bem sabiam das arbitrariedades e das barbaridades cometidas por torturadores profissionais ativos em uma série de delegacias especiais, nas quais se submetiam a interrogatórios os

suspeitos de atos esquerdistas, na base do pau de arara e de choques elétricos (WEINGÄRTNER, 2001, p. 38).

Entretanto, o regime militar, naquela época, deu início ao “milagre econômico” que perdurou entre 1968 e 1973. Foi uma época de internacionalização da economia brasileira. Nas palavras de Schünemann (1992, p. 32-34) foi “antes um apanágio propagandístico de caráter político”. Os organismos financeiros internacionais regiam a vida e a agenda política do País. Naquele período de ilusório crescimento econômico, a economia se estabeleceu e o povo foi pauperizado. E, antes de meados da década de 1970, o sinal de alerta do milagre econômico brasileiro anunciou que havia problemas. A dívida externa aumentou, as taxas de inflação cresceram, e os custos sociais cresceram devido à concentração de renda e à desigualdade social. Em 1973, os setores médios começaram a se inquietar com os primeiros indícios de sérios problemas econômicos. Alves (1984) sentencia que,

Pelo final de 1973, a oposição aprendera a utilizar os canais formais de participação política para atuar mais eficazmente ao nível político formal. Além disso, começou, em aliança com a igreja católica, a organizar um amplo movimento social de base pela defesa dos direitos humanos e dos direitos econômicos e sociais fundamentais. Começou a constituir-se, assim, a área de atividade oposicionista que definimos como política de bases e que chegaria ao primeiro plano da cena política especialmente depois de 1977 (ALVES, 1984, p. 181).

A partir da segunda metade da década de 1970, o governo militar iniciou certa descompressão, com metas de manter o apoio militar, controlar o povo a “ferro e fogo”, democracia representativa e alcançar altas taxas de crescimento econômico. Nesse modelo de democracia relativa, o Estado disporia, pela Constituição, de salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto sempre que se manifestasse ameaça direta de contestação organizada. As instituições políticas de representação, entretanto, seriam dotadas de suficiente flexibilidade para permitir uma participação limitada no processo decisório. “Tentava-se negociar e incorporar algumas das principais exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado” (ALVES, 1984, p. 186).

Já no fim daquela década, surge um novo movimento sindical. As greves nacionais, entre 1978 e 1980, são sinais de nova força política que nascera no Brasil. Novos partidos políticos são criados. Em 1979, foi declarada a Anistia Política, sob o último governo militar. A anistia foi resultado de debate entre oposição e governo. Permitiu a volta de exilados ou

presos por crimes políticos, desde 1961. No entanto, ela também concedeu anistia aos torturadores, que, nas palavras de Alves (1984, p. 240), “fragiliza os esforços nos processos de investigação da tortura e a responsabilização pelos atos”. O governo militar se estende até 1985, quando inicia a fase de redemocratização do Brasil. No fim do regime militar, o Brasil estava endividado, alta taxa de inflação, sem controle, altíssima concentração de renda, conflitos no campo, violência policial, na cidade nas lutas pela ocupação do solo.

A História tem revelado que, de tempos em tempos, o povo, no Brasil, sofre a negação de direitos. Em relação ao uso e posse da terra, por exemplo, o Estado, através da força dos seus aparatos de repressão, apresenta-se para negar o acesso dos pobres à terra. Com os despejos vêm mortes, dores, sofrimentos. O Estado se omite em efetivar políticas públicas de justiça social e direitos humanos. E, quando o povo pobre toma a iniciativa de plantar em terras públicas, o Estado vem e pune o povo, expulsando-o da terra. É necessário compreender que o Estado pune o povo duas vezes: negligencia políticas públicas de acesso à terra e à justiça para os pobres. E depois o expulsa das terras públicas ou mata. Essa é a principal razão das migrações internas, no Brasil, incluindo as comunidades luteranas em questão.

A referência ao período histórico acima é, pois, importante e necessária para melhor entender a atuação na área de direitos humanos e os desafios que questionaram e acompanharam a IECLB no debate local e nacional no seu engajamento social.

Algumas igrejas históricas, diante das violências contra o povo do campo e da cidade, começaram a ter uma ação mais expressiva na defesa dos direitos humanos, e lideranças políticas cassadas continuavam a se associar, visando a um retorno à política nacional e ao combate à ditadura.

A IECLB foi levada pelas cobranças internacionais da Federação Luterana Mundial, do Conselho Mundial de Igrejas e de seus membros que, na época, eram, na maioria, pequenos agricultores ou meeiros. No VII Concílio Geral de outubro de 1970, em Curitiba, a IECLB tomou seu posicionamento no documento chamado Manifesto de Curitiba:

A mensagem da Igreja sempre é dirigida ao homem como um todo, não só à sua ‘alma’. Por isso, ela terá consequências e implicações em toda a esfera de sua vivência - inclusive física, cultural, social, econômica e política. Não tenderá apenas a regular as relações entre cristãos, mas visará igualmente ao diálogo com outros

cidadãos ou agrupamentos, sobre todas as questões relacionadas com o bem-comum. (MANIFESTO DE CURITIBA, 1970, p. 01).¹⁸

Sobre as questões da violação dos direitos humanos, muito comum no regime militar, o documento diz: Entendemos mesmo, como Igreja, que nem situações excepcionais podem justificar práticas que violam os direitos humanos” (MANIFESTO DE CURITIBA, 1970, p. 02).

No campo, iniciava-se o processo de concentração de terras, de migrações e de inchaços das cidades, formação de periferias urbanas compostas por pessoas empobrecidas e a constituição de novas cidades. Incentivadas pelos técnicos agrícolas que se formavam nas escolas técnicas agrícolas de ensino médio, pequenos agricultores tentaram aplicar novas tecnologias de adubação química e do uso de agrotóxicos nas pequenas lavouras. A prática favoreceu a monocultura em larga escala e a concentração de terras. Muitas famílias sobraram e foram procurar outras oportunidades de vida. As migrações campo-campo e campo-cidade se acentuaram. “A estimativa foi que, no fim da década de 1970, quarenta milhões de brasileiros e brasileiras (1/3 da população) estavam migrando” (SPELLMEIER, 1985, p. 28-29).

A IECLB, historicamente, se manifestou a favor da justiça agrária. As contínuas migrações, de geração em geração, expressavam a injustiça agrária e agrícola. Ela seria o caminho viável para colocar fim à violência no campo, a concentração de muitas terras e as migrações. Por isso, em sua manifestação expressava a sua visão sobre o tema da reforma agrária, ou seja: “visar à justiça na distribuição da propriedade; cooperar na solução dos problemas sociais da Nação; incrementar a produção de alimentos para o povo; cuidar da preservação da terra” (REFORMA AGRÁRIA- CARTA PASTORAL DA PRESIDÊNCIA, 1991, p. 3)¹⁹

Por ser Deus o senhor da terra, pesa sobre a sua posse e sobre o seu uso uma hipoteca social que impede o arbítrio. O desprezo a esta responsabilidade, a sociedade o pagará com a autodestruição.

Esse processo preocupou as igrejas, em especial, a IECLB, porque ela via que suas comunidades pacatas do interior estavam se esvaziando. O povo estava indo para a cidade ou

¹⁸ Manifesto de Curitiba, anexo nº 1.

¹⁹ Reforma agrária- carta pastoral da Presidência: anexo nº 5.

para as chamadas Novas Áreas de Colonização (NAC) que se localizam nas regiões Centro-oeste e Norte do Brasil.

Uma das iniciativas de novos assentamentos para famílias de agricultores foi feita pelo Pastor Norberto Schwantes, que deixou a batina para se dedicar à organização de caravanas de assentamentos agrícolas. Seus trabalhos foram direcionados para Barra do Garças, Água Boa, Canarana, Querência, Tanguro, Garapu, Serra Dourada e Terra Nova do Norte. Fez uma iniciativa de colonizar no Sul do Pará, mas não deu certo.

Os projetos de Norberto Schwantes tiveram, inicialmente, apoio de organismos de financiamento nacionais e internacionais. Uma dessas instituições era a alemã “Brot für die Welt”²⁰ (Pão para o Mundo). Segundo ele, a negociação da ajuda financeira estava assegurada, mas esta não deu certo, como ele mesmo relata

Infelizmente, também, entre os doadores (ou patrocinadores) o projeto causou estranheza. Do Programa Pão Para o Mundo veio uma equipe para investigar os nossos propósitos, em Tenente Portela. Tal equipe considerou o projeto ‘muito capitalista’ e que, ao invés de ajudar a mudar a estrutura política do país, iria contribuir para perenizá-lo. [...] Na despedida, o chefe da equipe foi claro: não tinha gostado do projeto e não iria propor a aprovação do financiamento. Além de decepcionado, fiquei completamente confuso (SCHWANTES, 2008, p.47).

Assim, o projeto de colonização de Norberto Schwantes foi implantado com outros recursos. O resultado, em parte, são as áreas acima citadas, mas a maioria da população luterana migrou por outros caminhos.

Norberto foi pastor em Tenente Portela, RS, entre famílias de minifundiárias. Estava acontecendo o que foi a realidade dos migrantes europeus, desde 1924. Pouca terra e família numerosa. Não havia lugar para todos os filhos. Além disso, estava em andamento um processo de endividamento dos colonos, monocultura de exportação e de concentração de terras. O pastor resolveu investir no assentamento da população “sobrante” em terras em Mato Grosso.

Foi feita propaganda com alguns slogans, como, por exemplo: “em terra onde das flores também da mel” e “Canarana: Terra Prometida”. Fazia alusão às terras bíblicas: “Terra que mana leite e mel: a terra da promessa”, conforme os textos bíblicos do livro de Êxodo

²⁰ Brot für die Welt / Pão para o mundo: Entidade de serviços sociais para a transformação social e libertação da fome, ligada à Igreja Evangélica da Alemanha.

3.8b. Foram projetos de colonização privados, realizados através de cooperativa. Alimentou o sonho dos colonos de terem um pedaço de terra, um chão que fosse deles. Não teve mudança de mentalidade, de cultura e de atitude em relação à terra. As ferramentas de produção foram as mesmas utilizadas no Sul do Brasil. As modificações que houve, em especial, em relação ao cultivo e plantio foram impostas pela exigência de clima, comercialização e de sobrevivência das famílias.

As famílias de migrantes eram colonos pobres. As poucas exceções explicam a regra. E a regra foi que as famílias migrantes eram pobres e lutaram com muitas dificuldades. Há muitos registros em relatórios, cartas e outros textos que relatam sobre a vida sofrida dos migrantes das décadas de 1970 e 1980. O vídeo²¹ “A Conquista do Oeste (Mato Grosso)” traz um pequeno panorama do que foi a colonização da região de Canarana, Agua Boa e Terra Nova do Norte. O vídeo foi elaborado em 2003. Os relatos esclarecem que muitos migrantes não tiveram êxito. Alguns melhoraram suas vidas, financeiramente. Essa separação de migrantes entre ricos e pobres ficou visível depois do ano 2.000.

Tem relatos que falam do sonho de comprar terras e de migrar para Mato Grosso. Eichholz (2017) escreve

A fala e a propaganda do vendedor de terras foi convincente [...]. Dizia-nos que no Mato Grosso era um território a ser desbravado e que possuía pouca população, com imensa possibilidade de terras favoráveis ao desenvolvimento de uma agricultura mecanizada, devido à topografia plana e com o clima de duas estações bem definidas, uma seca e outra chuvosa, motivando-nos e encantando-nos a comprar áreas de terras (EICHHOLZ, 2017, p. 02).

A família Eichholz se iguala a milhares que, nas décadas de 1970 e 1980, compraram terras e migraram para o Centro Oeste e Norte do Brasil. No caso específico, a família comprou terra, migrou, trabalhou e, na década de 1980, endividou-se e teve que se desfazer da terra. Ainda, durante o Regime Militar, em 1983, a inflação foi altíssima. Eichholz (2017) relata que

Neste período, a inflação no Brasil era assustadora, as contas bancárias sofriam reajustes diários. [...]. Os juros das dívidas no Banco do Brasil eram tão altos que chegava a dobrar as dívidas de uma noite para o outro dia. A situação era insustentável, optamos em vender as terras para pagar as dívidas (EICHHOLZ, 2017, p. 5).

²¹ https://www.youtube.com/watch?v=ZVFU-uT4_M4

E, assim, a família assumiu a parceria de entrar no projeto da Agricultura Alternativa, sendo os primórdios da atual agroecologia²².

Como se observa, as contingências históricas fizeram o povo migrar. A IECLB, nas decisões conciliares na Cidade de Panambi, RS, de 1972 e 1974, ocupou-se com o assunto das migrações. P. Spellmeier (2009, p. 1) escreve: “[...] Procura dar assistência espiritual e orientação concreta (especialmente nos setores de educação, saúde, agricultura) aos colonos em novas áreas de colonização. Também se esforça junto às autoridades governamentais para conseguir professores e agrotécnicos”.

No Concílio de outubro de 1972, a IECLB decidiu:

1. Acompanhar os membros migrantes, como igreja.
2. Ser Igreja de Jesus Cristo junto com “as pessoas todas e as pessoas como um todo”.
3. Ajudar os membros a serem “sal da terra” e “luz do mundo”. Isso significa fé atuante no amor para mudança de mentalidade e da sociedade.

Relacionar a fé em Jesus Cristo à vida digna foi uma forma como o Concílio entendeu a missão da igreja nas novas áreas de colonização. As decisões conciliares têm base no compromisso de fé, ético e cristão pela dignidade, justiça e paz. No entanto, algumas pessoas insistiram na pergunta: o que diaconia, direitos humanos ou serviço social significam para a missão da igreja?

Quando se menciona o rio, pensa-se na água que corre. Quando se fala em escola, pensa-se no conhecimento do estudante. Quando se fala em padaria, pensa-se no pão. Quando se fala em igreja, pensa-se na fé. Sim, fé é o específico da igreja. Jesus veio para lutar pela salvação de todas as pessoas, de todos os tempos e lugares, e espera que tenham fé e confiança nele. A igreja de Jesus Cristo se ocupa da fé das pessoas.

Se o específico da igreja é a fé, por que falar em direitos humanos? Qual a relação entre fé em Jesus Cristo e luta por direitos humanos de todas as pessoas?

Witter (2001) escreve:

²²AGROECOLOGIA: Agricultura que integra todo sistema ambiental em relações justas e respeita a dignidade universal plena que inclui todos os seres num sistema de vida de reconhecimento mútuo.

Rinaldo Almeida disse: Jesus se deixou sensibilizar pelas pessoas feridas e machucadas. Jesus não ficou indiferente diante das dores deste mundo. Ele diz: misericórdia quero, e não holocausto (Mateus 9.13; 12.7). Em Mateus 25, ele prega que as pessoas necessitadas são suas substitutas e as coloca como alvo da ação do amor cristão. O que vocês fazem a um destes pequeninos, a mim estão fazendo, diz Jesus. O mandamento do amor não nos deixa indiferentes diante das dores deste mundo (WITTER, 2001, p. 46).

Rinaldo ajudou a comunidade de Cuiabá a ler os acontecimentos da cidade a partir dos feridos e “pequenos irmãos de Jesus” e incentivou a pastoral da consolação e do cuidado: pessoas sem teto, pessoas presas, pessoas feridas, pobres e perseguidas, pessoas vítimas de violência, pessoas doentes. A população brasileira havia empobrecido, especialmente, durante as décadas de 1970 e 1980. A IECLB, também, percebeu que a realidade atingiu em cheio as suas comunidades²³. Nesse tempo de empobrecimento e crises, a pergunta pelo pão e por direitos humanos de todos e todas provocou inquietação e mobilização por mudanças sociais.

O Catecismo Menor de Lutero²⁴, em uso na IECLB, escreve claramente a respeito do pão nosso diário (LUTERO, 1996, p. 4) “O que significa o Pão Nosso de cada dia? Resposta: Tudo que se refere ao sustento e às necessidades da vida, como por exemplo: comida, bebida, roupa, calçado, casa, lar, meio de vida, dinheiro e bens, [...], bom governo, bom tempo, paz, saúde, honra, amigos leais, bons vizinhos etc.” Witter (2009, p. 57) afirma que, “Para Rinaldo Deus dá o pão de cada dia que deve ser repartido”, explicando seu significado para a vida em comunhão de todas as pessoas.

Altmann narra, no prefácio da tradução portuguesa do livro “Dádiva e Louvor” que “Barth combate toda e qualquer passividade política da igreja e mostra como, partindo da justificativa divina, se impõe a responsabilidade pelo direito humano. Defende uma ordem democrática” (BARTH, 1986, p. 12). Para Barth, um dos teólogos fenomenológicos mais respeitados na História da Igreja Protestante, os direitos humanos não são apenas um capricho, algo descartável ou apenas um enfeite, mas são do fundamento da fé cristã e da prática solidária da Igreja. As pessoas justificadas pela fé têm responsabilidade, tem compromisso de cuidar da vida, bem social, dos direitos humanos de todos e todas. Em tempos difíceis, como nos períodos dos regimes militares na América Latina, por exemplo, as igrejas cristãs assumiram uma postura concreta em favor dos direitos humanos. A constituição

²³ Povo luterano-19/10/1987- Carta pastoral da presidência: anexo nº 4.

²⁴O Catecismo Menor é o documento oficial com seis partes em que se compõem a base doutrinária da IECLB: 1. Os dez mandamentos; 2. O Credo Apostólico; 3. O Pai Nosso; 4. O sacramento do Santo Batismo; 5. O Ministério da Absolvição e a Confissão; 6. O Sacramento do alta ou a Santa Ceia.

da IECLB registra como a missão da igreja, no Art. 3º, inciso III, como promover a paz, a justiça e o amor na sociedade.

Consequentemente, os direitos humanos têm fundamentação na Bíblia, na História da Igreja, na Reforma Protestante e na IECLB e esta não iria somente assistir espiritualmente seus membros migrantes, mas iria formá-los e ajudá-los a edificar comunidades e exercer seu sacerdócio. Estaria, assim, inserida na sociedade para colaborar na consolação e na mudança social, ouvir clamores, ver dores e viver em comunhão transformadora e libertadora.

A comunidade de Cuiabá, já ao receber seu 1º pastor residente, em 1979, busca se encontrar em meio a um espaço urbano que “incha” cada vez mais. Além de querer ser igreja presente, que cresce, congrega, vive comunhão, quer ser igreja atuante, carregada por Deus e, por isso, pode carregar gente machucada, ferida e abandonada na sociedade. Portanto, a IECLB não iria somente assistir espiritualmente seus membros migrantes, mas iria formá-los e ajudá-los a edificar comunidades e a exercer seu sacerdócio, publicamente, instigado pelo texto bíblico (BÍBLIA, Primeiro Pedro, 2, 9): “Vós, porém, sois povo, sacerdotes e povo de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz”.

Alguns aspectos são importantes mencionar, entre outros, o que se fez: 1. Formação bíblica e confessional de membros através de encontros de grupos, comunitários e interparoquiais; 2. Formação humanitária, sociológica e antropológica para a visão de mundo em que é possível ser sal e luz de Deus: na profissão, nos conselhos comunitários, municipais e estaduais de crianças, de adolescentes, de mulheres, de pessoas com deficiência, de idosos, de direitos humanos, do ambiente. 3. Cursos de liturgia, música, líderes de culto, culto infantil, ensino confirmatório, juventude, presbíteros, buscando compromisso cristão e autonomia. 4. Estudos com lideranças e comprometimento mútuo, comum e em conjunto sobre ofertas para a missão transformadora, promovendo sustentabilidade e compromisso social. 5. Criação de espaços e grupos de consolação e apoio mútuo. 6. Formação ecumênica e integral, para o reconhecimento à participação na comunidade, ecumenicamente, em solidariedade junto às igrejas e movimentos sociais na promoção humana da justiça e da paz, com especial atenção para o cuidado da vida de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade. O reconhecimento de todos os seres humanos como pessoas dignas do acesso à vida, à justiça, ao trabalho, à educação, à segurança, à saúde.

Quando, em 1972, o Pastor Hildor Reinke veio ao Mato Grosso e percorreu várias localidades a partir de Canarana, ele já estava sendo enviado pela igreja para essas tarefas. Inicialmente, várias famílias foram importantes na edificação de comunidades e lutas sociais por vida digna de todos e todas. Os obreiros e as obreiras vieram aos poucos e, também, se preocuparam com esse modo de edificar comunidades. Foram, inicialmente, acompanhados pastoral, pedagógica e teologicamente pelo Coordenador de Novas Áreas de Colonização, pastor Arteno Ilson Spellmeier. Obreiros e obreiras colocaram a sua vida a serviço de Deus na missão transformadora e reconciliadora. Alguns, além da formação teológica, também fizeram formação pedagógica, indo ao encontro do ambiente e da necessidade local.

A IECLB procurou, entre seus obreiros e suas obreiras, quem poderia e queria vir trabalhar, pastoralmente, nas NACs. O Pastor Spellmeier foi o encarregado dessa tarefa. No fim de 1976, ladeado por mais dois representantes da Presidência da Igreja, ele chegou à casa de formação e se reuniu com os 33 formandos daquele ano. Depois da palestra, explicação, perguntas, ele perguntou à plateia: “quem está disposto ao menos a pensar no assunto?” Três levantaram a mão. Sobre a seleção de obreiros para o trabalho pastoral e educacional em Mato Grosso, na edificação de comunidades entre migrantes. Dockhorn (2017, p. 01) escreve que “O P. Spellmeier foi enfático e deixou claro que a missão exigiria abdicação de certo conforto e até segurança, e que a igreja tinha dificuldades em atender às NACs, pois, [...] pastores com filhos não teriam acesso a escolas, saúde e um mínimo de conforto. Assim, não estavam em condições de assumirem trabalho pastoral nas NACs”.

Não foi fácil encontrar obreiros e obreiras que se dispusessem a ir trabalhar no campo pastoral nas Novas Áreas de Colonização. A igreja pensou, discutiu e decidiu acompanhar os membros migrantes. Mas não havia formado gente para a missão. Como havia poucos obreiros, as comunidades investiram na formação de suas lideranças. Pelos muitos relatos que encontrei nos arquivos, essa ação de formação deu certo.

Os obreiros e as obreiras foram chegando aos poucos. Havia espaço, mas era difícil encontrar obreiros que se dispusessem. Os que vieram, na maioria, não se identificavam, de início, com corrente teológica específica. Spellmeier (1977, p. 02) avalia a necessidade da formação continuada no trabalho pastoral, relatando que “O plano educacional e pastoral só terá condições de funcionar, efetivamente, se tiver coordenação teológica à altura. Caso contrário, teremos naquelas localidades comunidades tradicionais para as quais a fé não tem nada a ver com a vida”.

A convivência, a realidade social, de fé e vida, o clamor do povo que sofre e a formação continuada forjaram os obreiros e as obreiras. Em princípio, não foram as correntes teológicas que impulsionaram a migração de obreiros para as NAC, em Mato Grosso, mas o que se desejava, conforme vários documentos encontrados nos arquivos do sínodo e de algumas paróquias, era a comunhão. Segundo Bonhoeffer (2017, p. 70) “[...] não a comunhão crescida ao natural, mas comunhão desejada, mais especificamente, encontra-se na condição reconhecida como fim em si, como valor [...]”. E que as pessoas pudessem viver seu pertencimento, na comunidade, no movimento social e nos espaços públicos e de solidariedade. A comunhão se realiza no desejo de estar com as pessoas que sofrem. Esse reconhecimento é fundamental para que se possa viver a solidariedade. A maioria dos documentos de avaliação do trabalho pastoral, na NACs, desde 1977, faz referência à “nossa comunhão”, à aceitação mútua e à convivência nas diferenças.

Outro aspecto importante na formação continuada foram as abordagens teológicas do Pastor Dr. Milton Schwantes. E certo que a igreja que não encontrou obreiros para trabalhar, pastoralmente, em áreas mais afastadas do centro, como eram as NACs, que se encontrava em crise existencial. “A crise se refere, a meu ver, à tarefa pastoral. Sem coração pelo social, a pastoral esfarela-se, esmigalha, despedaça-se. Movimento eclesial nenhum faz jus às terras brasileiras se não tiver uma intuição social clara. Eis a crise da igreja. [...] Nas periferias não pode faltar mão-de-obra pastoral” (SCHWANTES, 2006, p. 3-4).

Na teologia bíblica, Milton Schwantes teceu sua tese doutoral “o direito dos pobres”. Na sua prática profética nas aulas e oficinas, aqui nas NACs, pensou conosco o conceito de pobre, na Bíblia. Na tese, cujo título é “Das Recht der Armen²⁵”, Schwantes aborda o sentido social do conceito de pobre, na Bíblia. Direito significa aquilo que pertence a alguém que tem necessidade de obter algo da sociedade. Esse é o significado do termo hebraico que se traduz por direito. E quem são os pobres? De acordo com Schwantes (2006, p. 2), “Nós damos aos pobres o sentido de carentes. A Bíblia o entende como quem tem direito de reivindicar os direitos sociais garantidos. Na tradição bíblica, um pobre não pede (não é pedinte), mas exige sua parcela da sociedade”. Essa é, fundamentalmente, a diferença entre o poder judiciário e a justiça. Enquanto o Judiciário julga para garantir o poder, a legalidade construída a partir do poder de dominação, Justiça é, diferente, significa o direito da igualdade de acesso aos bens.

²⁵ DAS RECHT DER ARMEN: O direito dos pobres. Tema da tese de doutorado de Dr. Milton Schwantes na Universidade de Heidelberg, Alemanha.

O terceiro fator de formação continuada dos obreiros foi a pedagogia de Paulo Freire, a qual foi importante para a relação dialógica, problematizadora e transformadora. A valorização dos seres humanos oprimidos, em especial, seus saberes e suas perguntas foram muito significativas e reconhecidas. Dois livros seus foram ferramentas significativas para o trabalho pastoral: 1. Extensão ou comunicação? 2. Pedagogia do Oprimido. De muitas formas as suas ideias pedagógicas fluíram entre obreiros e obreiras. A SÍNTESE da avaliação do Curso de Orientadores Rurais-COR, em janeiro (1979), registrou:

Questões didático-pedagógicas - Falou-se bastante sobre esse aspecto durante o curso, teve-se a impressão de que demos alguns passos adiante. Poderíamos começar a ler Paulo Freire, uma vez que fizemos alguns reconhecimentos em grupo, que são linhas mestras do pensamento dele. Seria uma forma de buscarmos maior profundidade, reflexões escritas, que nos ajudem colocar em palavras as nossas próprias convicções. A sugestão é de que as equipes poderiam fazer essas leituras e reflexões em conjunto (COR, 1979, p. 9).

Assim, os cuidados com a formação contextualizada de obreiros em campo pastoral foi impactante para abrir o coração e a mente ao clamor do povo que sofre. Além deles, outros professores e professoras da EST²⁶ e do mundo ecumênico, social, filosófico, econômico, cultural e antropológico foram fundamentais para ajudar a fazer perguntas sobre a leitura da história a partir dos que não são, dos silenciados, dos sofredores. Em Cuiabá, por exemplo, os trabalhos em conjunto com a Paróquia Católica do Rosário, o Movimento Social e Paróquia da IECLB foram uma grande escola de transformação humana para melhor. E qualificaram as pessoas para construir um caminho em conjunto para o território da solidariedade.

2.2.1 O uso da bíblia em estudos com o povo migrante – posicionamentos

A avaliação recolhida em tres comunidades da paróquia de Tangará da Serra, em 1987, registrada sem citação de nomes, no livro Proclamar Libertação, sob o título “O uso da Bíblia em estudos com colonos que migraram”, após a realização de cursos populares em Bíblia, expressa a vida de lutas do povo migrante. Faço citação das avaliações, em sequência, apenas numerando-as (WITTER, 1988, p. 240).

²⁶ EST: Escola Superior de Teologia, originalmente ligada à IECLB, São Leopoldo, RS.

Narrativa 1: Mas cada ano que passa, a gente trabalha mais e vive menos. Sempre somos reprimidos: no banco, na policia, no comércio e... Parece que não temos nenhum direito. Estamos descobrindo que temos que nos unir para lutar por nossos direitos. Afinal, Jesus morreu para nos salvar. Pra quê, então, a gente fica nessa, parado feito bobo?

Narrativa 2: Fiquei muito chocado quando li na Bíblia que os pobres vendiam seus filhos como escravos para poder viver (BÍBLIA, Neemias, 5,1s). Começo a entender a situação de sofrimento das meninas e das mães das meninas que são levadas para os garimpos para trabalhar. As crianças sofrem muito. Que país livre da escravidão é esse? Precisamos de fé e coragem para animar mais pessoas e trabalhar para vida mais justa.

Narrativa 3: O Brasil está crescendo, mas escravizando brasileiros. Para o governo, mais vale uma palavra de um banqueiro estrangeiro do que milhões de gritos de pobres brasileiros. E os poderosos dizem e querem fazer a gente acreditar que no Brasil não há escravidão.

Narrativa 4: Nos temos que cuidar para que a nossa igreja não fique ao lado dos bancos ou dos vendedores de adubo e veneno e dos grileiros e pistoleiros que tiram as pessoas da terra e colocam o boi e a soja em seu lugar. Jesus Cristo que sofre com os pobres faz a gente animar novamente. Sobre isso da para conversar bastante.

Narrativa 5: Ela era uma pessoa muito boa. Ela tinha a sabedoria de que o melhor caminho era o da solidariedade e da partilha. As pessoas aqui no grupo de estudos se sentiram mais amigas, com vontade de um ajudar o outro.

Os encontros bíblicos populares foram muito significativos para criar fé e conscientizar sobre a situação social, econômica, cultural e política do povo. Os e as agentes e coordenadores/as de encontros populares da Bíblia foi feito sempre o preparo. A sabedoria popular teve seu espaço. Ninguém foi dono da verdade bíblica. No grupo, todos aprenderam e todos ensinaram, seguindo um princípio *freireano* de educação popular. Um das tarefas da coordenação foi criar espaço para que fossem assumidos, em conjunto, os diferentes papéis das pessoas participantes. Constam livros as muitas dinâmicas que os grupos realizaram: celebrações, trabalho de grupo, papelógrafo, relatos orais, leitura orante, escuta atenciosa (WITTER, 1988, p. 240-241). É importante se dar conta de que se tratou de leituras bíblicas descolonizadas, bem na linha metodológica do CEBI²⁷. Os encontros bíblicos criaram o sentimento de pertença e de comunhão para a luta transformadora e libertadora. A comunidade possuía o compromisso de agir como força encorajadora e reconciliadora em

²⁷ CEBI- Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

meio às aflições, os conflitos, às preocupações, enfim para enfrentar dores deste mundo. E criaram lugares onde a solidariedade e luta solidária seria vivida.

No terceiro capítulo desse trabalho de pesquisa me refiro a lugares de solidariedade que foram construídas em conjunto pelas comunidades, movimento social e ecumênico.

III LUGARES DE SOLIDARIEDADE

Se o mercado não conhece a graça,
Porque tudo se vende.
Se não conhece a misericórdia,
Porque não é rentável.
Então a graça e a misericórdia
São termos com noções subversivas.
(TAMEZ, 2006, p.125)

No terceiro capítulo, refiro-me a lugares de solidariedade²⁸: igreja de comunidades e grupos organizados de direito humanos. Debato a pesquisa sobre violências contra povo da terra, migrantes e em situação de vulnerabilidade. Informo e reflito sobre espaços de lutas por acolhimento, justiça e paz, na e a partir da comunidade de Cuiabá, de Canarana e de Tangará da Serra, da comunidade ecumênica e do movimento social. Discorro sobre manifestos comunitários contra a injustiça, a violência e a favor da vida e presença em espaço público e de solidariedade.

3.1 IGREJA DE COMUNIDADES

As comunidades localizadas na área do Sínodo Mato Grosso foram edificadas por migrantes. Segundo Witter (1996, p.1-4), a sua pesquisa encontrou, que, inicialmente, uma comunidade luterana foi organizada, em Porto dos Gaúchos, por um grupo de migrantes vindos de Santa Rosa, RS, em meados de 1955. Adquiriram uma área de terras e fixaram suas residências, na margem direita do Rio Arinos. Mais tarde, a partir do início da década de

²⁸ Solidariedade é um substantivo feminino singular que significa “responsabilidade recíproca entre pessoas ou sociedades”. São atos de compaixão e compreensão entre pessoas de um grupo que se sentem interdependentes. Solidariedade social subentende, a princípio, a ideia de que seus praticantes sintam-se integrantes de uma mesma comunidade ou condição de duas ou mais pessoas que dividem igualmente entre si as responsabilidades de uma ação. Inclui a solidariedade universal de apoio e defesa da vida. É um jeito de viver. A Campanha da Fraternidade Ecumênica, coordenado pelo CONIC, em 2005, propôs para a sociedade brasileira o tema “solidariedade e paz”. A campanha foi planejada durante tres anos. (<https://www.construirnoticias.com.br/solidariedade-e-paz/>) . O livro base desta campanha teve dez linhas de ação que resumo brevemente: 1. Saber colocar-se no lugar do outro e da outra. 2. Não responder à violência com violência e, com isso, quebrar o ciclo que a alimenta. 3. Promover o diálogo, sempre. 4. Interessar-se pela comunidade. 5. Descobrir e valorizar o que há de positivo nas pessoas e na comunidade. 6. Fazer parceria, juntar forças. 7. Cuidar das causas dos problemas. 8. Conhecer e usar os recursos legais para mediação dos conflitos. 9. Não silenciar diante da injustiça. 10. Cultivar a espiritualidade da memória, da esperança e da reconciliação. Naquele ano, solidariedade e paz foi o tema debatido, estudado e pesquisado pela sociedade, pelas igrejas ecumênicas, pelas escolas e universidades. As comunidades realizaram projetos com gestos concretos de solidariedade e paz. As narrativas de solidariedade pesquisadas se referem a gestos bem concretos que as comunidades viveram e de, de certa forma, permitiu sobrevivência com dignidade aos e às migrantes.

1970, as famílias de pequenos agricultores e meeiros, vindos do Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e oeste do Paraná, migraram para Mato Grosso e Sul do Pará. Inicialmente, estabeleceram-se na região de Barra do Garças, ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém. A maioria veio para trabalhar na lavoura. Organizaram a infraestrutura, junto com o povo de diferentes igrejas e etnias. As preocupações iniciais não foram em construir templos, mas outras edificações que pudessem fazer a logística da vida: escolas, centros comunitários, postos de saúde, locais para armazenar sementes e mantimentos, abrigos em casas de madeira para abrigar as pessoas, as vacas para leite, as galinhas, os suínos etc.

O pensamento foi no sentido de ter abrigo, fazer o roçado, local para a escola, espaço para o posto de saúde, local para cultos que pudesse servir, também, para reuniões, encontros e atividades recreativas. Além disso, também, cuidado e carinho para que ninguém ficasse desabrigado ou com fome. A preocupação pela vida digna era forte, inclusive com criação de caixas de auxílio fraternal, como, por exemplo, em Sinop. A comunidade constitui uma caixa de auxílio fraternal para cuidados com a saúde e alimentação. Segundo consta na síntese do II encontro de coordenação e atualização do Mato Grosso-Oeste –EQUINHA²⁹ (1979, p. 04), “Na comunidade de Sinop, [...] a caixa de auxílio fraternal recebeu um auxílio inicial da Gustav Adolf Frauenarbeit³⁰ e agora é mantida pela comunidade local. Ela tem a finalidade de dar um apoio fraterno para famílias com necessidades básicas”. Diante das dores de migrantes, a comunidade orou e acolheu. O apoio financeiro serviu como um incentivo para as famílias não se sentirem abandonadas. Foi uma prática concreta de solidariedade luterana.

²⁹ EQUINHA: Encontro de coordenação e atualização regional (diminutivo de ECAM). São assim nominados os encontros semestrais de todos os obreiros das NACs, atuantes na atual área geográfica do Sínodo Mato Grosso.

³⁰ GUSTAV ADOLF FRAUENARBEIT: Entidade de trabalho das mulheres da Obra Gustavo Adolfo, entidade alemã.



Foto 2: SINOP- Bíblia e educação popular na comunidade

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

Antigo centro comunitário da comunidade de SINOP, foto de novembro de 1978, por ocasião do 1º encontro popular bíblico da comunidade de SINOP. Formação bíblico-teológica foi significativa para a edificação e comunidades luteranas.

A participação dos membros neste encontro foi muito positiva. O espírito que naquele tempo reinava na comunidade de SINOP era um espírito bom, de comunhão, de procura pela verdade, de solidariedade e de partilha.

A Figura apresenta a roda de conversa sobre temas bíblicos e vida comunitária. Esses círculos bíblicos foram significativos para as pessoas, em diálogos grupais e comunitários, nas leituras, nas perguntas sobre aspectos da vida, da lei, da cultura, criarem conhecimento e consciência. Na boniteza da educação, segundo Freire, a liberdade, a autonomia e a comunhão criou raízes.

Em diversas localidades o povo se organizou. Em Novo Maringá, por exemplo, foi organizado um projeto de vacas comunitárias para dar sustentação alimentar às famílias com crianças empobrecidas (GIESE, 1989, p. 3-5). Em Canarana, por exemplo, foi organizada a

escola para que todas as pessoas pudessem aprender a escrever, fazer contas e pensar. E um posto de saúde comunitário, porque os primeiros recursos médicos distavam mais de 300km, em Barra do Garças, MT. A estrada, em épocas chuvosas, era intransitável. Os centros comunitários eram espaços do povo que, muitas vezes, pessoas desalojadas de suas terras, como no caso de Tangará da Serra, foram acolhidas. Escreve Giese (1989, p. 6-7) que, “Em 1984, 94 pessoas expulsas por jagunços de suas terras. Foram acolhidas no espaço comunitário. Relata Spellmeier (2009, p. 3) que, Cuiabá, desde o início de sua formação, tem espaço de acolhida para pessoas do interior do Estado, de Rondônia e Pará que vem para cuidados de saúde, na capital. Cuiabá, também, está presente na defesa e na promoção dos direitos humanos, ecumenicamente, em conjunto com o movimento social.



Foto 3: Tangará da Serra - grupo de mulheres

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

Na figura 3 há imagem da roda de conversa do grupo de mulheres sobre temas de sua escolha, debaixo de um pé de manga. Reunião da OASE com Teobaldo e Heinz Weissgerber,

da Gustaf Adolf Werk³¹ Alemanha, em Tangará da Serra, em setembro de 1985. Grupo de mulheres em atividade de formação e planejamento.

A comunidade da IECLB de Canarana, em Mato Grosso, articulou-se e buscou alternativas frente à preocupação com a agricultura, saúde e a alimentação sadia. É o que salienta Spellmeier (2009), neste trecho:

A Comunidade luterana de Canarana (MT), também, se empenhou com diversas iniciativas populares, por exemplo: 1. A criação de um ambulatório comunitário de enfermagem para atender os casos de emergência, uma vez que um hospital com mais recursos só existia em Barra do Garças (MT), a, aproximadamente, 300 quilômetros de Canarana; 2. Contratação de professores para as séries iniciais, já que o Estado não providenciava o ensino básico; 3. Escola família agrícola para o ensino básico de manejo do solo e plantação aos filhos e filhas de agricultores; 4. Um projeto de agricultura alternativa, em que foram feitas as primeiras experiências em agroecologia, ainda, em 1978 (SPELLMEIER, 2009, p. 1).

Na década de 1970, o minifúndio no Rio Grande do Sul, no Oeste de Santa Catarina e no Paraná não comportava mais agricultores. Escreve Dockhorn (2017, p.2) que “A saída seria fazer reforma agrária e agrícola, mas isso era algo impensável para o governo militar. A política do governo foi de incentivo às migrações para as novas áreas de colonização”. O lema do governo foi “terra sem homens para homens sem terra”. E assim migraram, achando que aqui não havia gente. Grande engano e choques culturais.

Os migrantes enfrentaram problemas. A saudade, as atividades coletivas da parentagem, havia os percalços estruturais referentes ao transporte, à comercialização, à saúde, à segurança, à educação. Dockhorn (2017, p.1) relata: “Lembro que falavam que não tinha energia elétrica, nem telefone, muitos atoleiros, malária, homens portando armas, posseiros, índios e famílias novas chegando. Era aquele entrevero”.

Os colonos migrantes chegaram a Mato Grosso com a ideia de fazer roçados do mesmo tipo como no sul. De minifundiários ou arrendatários de terras, aqui adquiriram 200 hectares, por exemplo. No Sul, o trabalho braçal predominou as atividades na lavoura. A nova realidade foi trabalhar com maquinários, lavoura grande, financiamentos bancários robustos. E monocultura do plantio de arroz de sequeiro. Algumas safras foram boas. Depois de três a quatro colheitas boas, vieram tempos de calor muito forte e chuvas escassas, na época da

³¹ Gustav Adolf Werk: Obra Gustavo Adolfo. É um organismo de apoio às comunidades empobrecidas que colabora, solidariamente, com recursos para construir uma estrutura mínima local. Está ligada à Igreja Evangélica da Alemanha.

floração do arroz. E vieram anos de frustração de safras. Escreve Gerda Eichholz (2017, p. 4) que “As dívidas no banco aumentando. Quem apostou na monocultura, perdeu”.

A comunidade luterana incentivou a criação de uma associação que elaborou e implantou um projeto de agricultura alternativa. Os colonos estavam falidos e sem esperança de melhoras. Para Jung (2017, p. 1) “[...] muitos agricultores quebraram com a monocultura do arroz de sequeiro. Descapitalizados, sem maquinário, sem capital financeiro, sem condições de iniciar um novo projeto de vida. Foram esses produtores o público alvo do projeto de agricultura alternativa.” O projeto reuniu agricultores falidos e interessados em encontrar alternativas. Outras culturas e atividades foram priorizadas. Foi introduzida a adubação verde e a cobertura do solo com plantas como Crotalárias, feijão bravo, mucuna preta, feijão guandu e feijão de porco e outras plantas dessas espécies. “As espécies foram muito bem na região na função de cobertura do solo, adubação, ciclagem de nutrientes e estruturação do solo”, escreve Jung (2017, p. 2). Teve, ainda, outras atividades como o plantio de gergelim, arroz cateto, hortaliças, cebola, alho, batatas, apicultura. Jung (2017, p. 02) relata que, com essas atividades, “alguns produtores conseguiram viver muito bem. [...] Com o decorrer dos anos o projeto ganhou novas dimensões e foi atuar ao norte de Canarana junto a pequenos agricultores (posseiros), ainda mais carentes e necessitados”.



Foto 4: Roda de conversa em Canarana

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

A foto quatro é a imagem de uma roda de conversa sobre agricultura alternativa, adubação orgânica, biodigestor construído nos sítios dos migrantes. O grupo estuda, conversa e debate sobre a integração dos seres, os direitos humanos e da terra. São os primeiros passos do que hoje é a agroecologia. A pedagogia *freireana* foi, pois, reconhecida nas dinâmicas de formação e educação pelos migrantes agricultores, na luta pela transformação da realidade.

Rodas de conversa para definir e planejar os próximos passos em relação à agricultura alternativa. Em discussão o tema biogás e construção de biodigestor em Canarana.

Nesse projeto, foram feitas experiências de agricultura alternativa que deu certo. Mas não foi só isso. Foram feitas experiências em agroecologia, que tem uma compreensão de relacionamentos ambientais inclusivos que consideram os direitos humanos e os direitos da terra. O projeto inicial de agricultura alternativa deu impulsos para agroecologia, para agricultura familiar e para a escola família agrícola. Eichholz (2017, p. 8) relata que “[...] o Projeto da Escola Família Agrícola tinha o objetivo de formar técnicos agrícolas para a agricultura familiar como suporte técnico para agricultores assentados da reforma agrária que beneficiaria 1.200 famílias de pequenos agricultores”.



Figura 5: Culto na comunidade de Canarana, num galpão e oficina de conserto de máquinas.

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

A Comunidade Evangélica Luterana de Canarana reunida em culto comunitário, em 1981, para consolação, comunhão, reconciliação e fortalecimento da fé e do amor. O culto nas comunidades foi muito significativo para a edificação de espaços solidários e inclusivos. O culto comunitário teve a ver com a vida de fé da comunidade. Por isso, é também pedagógico no sentido de impulsionar a solidariedade e a comunhão além da igreja.

A agricultura alternativa, agroecologia e escola família agrícola teve apoio da comunidade luterana, desde a gênese do projeto. No mês de outubro de 2000, quando a IECLB realizou seu XXII Concílio da Igreja, em Chapada dos Guimarães, MT, defendeu a agroecologia. Momento significativo foi a decisão sobre as ofertas em dinheiro dos cultos durante o Concílio. Uma foi ofertada para aquisição de material para alfabetização de adultos, em três assentamentos, no município de Querência, MT. Resumo em minha linguagem o que a Ata do Concílio registrou na página 12. A oferta aos assentamentos foi repassada para a Escola Família Agrícola. Essa escola praticou a pedagogia da alternância. Teve a sua gênese no projeto agricultura alternativa, sem agrotóxicos, produzindo alimentos saudáveis, ainda, da década de 1970, em Canarana, MT. A comunidade da IECLB de Canarana, MT, foi protagonista solidária às famílias migrantes em busca de terra para viver com dignidade.

Outro ponto em destaque no registro de Spellmeier, conforme acima, refere-se à educação. O ensino para as comunidades luteranas é um dos valores fundamentais de reconhecimento. Quem não sabe ler, escrever e fazer contas se sente deslocado. Já desde a imigração alemã, em 1824, a educação tem seu espaço sagrado: ao lado da igreja tem que ter uma escola. Dunck-Cintra (2014), referindo-se ao lamento de sua vovó, escreve:

Já da minha vó materna Maria e de meu vô Germano tenho mais lembranças. [...] Ela, de ter convivido parte de sua vida ainda em Mato Grosso, quando vinha passar uns dias em nossa companhia [...] Lembro-me de um dia em que ela me disse, na varanda de nossa casa em Canarana, que uma de suas maiores tristezas era não saber ler (DUNCK-CINTRA, 2014. p. 257).

Por alguma razão, a vovó da Sra. Ema Marta não aprendeu a ler. O exemplo explica o reconhecimento da comunidade luterana pela alfabetização. A comunidade toda se preocupava com a educação. Era condição saber ler para participar do ensino confirmatório e participar da comunhão da Ceia. Além da família, o presbitério e o pastor ou a pastora zelavam pelo aprendizado escolar das crianças e adolescentes.



Figura 6: Na comunidade de Canarana, aula na escola da comunidade

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

Primeira escola comunitária construída pelos migrantes, em Canarana, MT. 1976. Hoje é dia de aula. São filhos e filhas de migrantes que acompanharam seus pais, saindo do sul do Brasil, acampando em Canarana.

A comunidade se ocupou, também, com a educação infantil e com a saúde. Em cartas dirigidas à direção da igreja, em 1974 e 1975, a professora e agente de saúde Sara Reinke informa sobre o funcionamento do Jardim de Infantil, em Canarana, com 23 crianças, e solicita apoio logístico para enfrentar os principais problemas de saúde na região, ou seja, verminose, malária e leishmaniose³². Segundo informe constante nas duas cartas, “os projetos foram atendidos pela IECLB e por Pão Para o Mundo” (REINKE, 1975, p. 02).

Na comunidade luterana, sempre foi necessário saber ler os textos bíblicos, textos do catecismo e os hinos do hinário luterano para poder participar, plenamente, da vida da comunidade. A criança era convocada para, em datas especiais, como Natal, Dia da Reforma

³² LEISHMANIOSE: Doença infecciosa causada por protozoários parasitários do gênero *Leishmania* transmitidos pela picada de insetos da subfamília dos flebotomíneos. Existem três tipos principais: leishmaniose cutânea, leishmaniose mucocutânea e leishmaniose visceral.

Protestante, por exemplo, ensaiar e fazer apresentações teatrais, poesias e cantos no templo. A comunidade providenciava livros ilustrados com breves leituras de histórias bíblicas, os quais eram adquiridos pelos pais ou eram dados de presente pelas madrinhas e pelos padrinhos. Não entrava em discussão se a criança ou adolescente sabia ler, escrever, fazer, contar e explicar o que lia ou não. Isso sempre já era o pressuposto. Não foi só uma educação para saber as letras. Foi uma educação para a formação cidadã. Nesse contexto, é compreensível a dor da vovó que não sabia ler. E a pergunta que a gente se faz é: por que não sabia ler? Não sabemos bem como isso aconteceu. Mas ela, certamente, sofreu muito por não saber ler.

Em relação à educação pública ou comunitária, P. Walter Hoppe (2018), de Primavera do Leste, relata sobre sua vivência nos trabalhos na Transamazônica, na década de 1980:

Como você sabe, meu período na transamazônica foi bastante curto. Algo que, no entanto me impressionou, apesar do abandono e da pobreza, foi que em praticamente todas as vicinais e fundões havia a preocupação com escola. O que me impressionou foi o cuidado das pessoas que tinham sua origem na IECLB, sua preocupação com os filhos e com as crianças, com sua formação cidadã. Mesmo esquecidos pelo poder público, construíam suas próprias escolas, se organizavam, chamavam professores, ensinavam seus filhos e de outros. Tenho na memória duas famílias, pessoas em especial – Eleonora Mohr e seu marido Albano, sem filhos, preocupados com o mundo e uma formação cidadã, inspirados na leitura também de Paulo Freire, preocupados com a alfabetização e vida das crianças. Eleonora trabalhava na adaptação do método Paulo Freire à realidade da transamazônica. Loreni Bruch Dutra, com apoio de seu irmão, já falecido, de Bela Vista do Caracol, na formação e manutenção da escola na localidade. Loreni hoje é professora Universitária em Santarém, mas sua história é de luta, não só por ela, mas por todos que encontrava no seu caminho como professora. Saber ler, pensar, escrever, fazer contas, ser cidadão, eis sua busca para os outros (HOPPE, 2018, p. 01).

Eleonora e Loreni migraram junto com as suas famílias para duas regiões muito afastadas de qualquer núcleo urbano, no meio da mata, no Pará, na Transamazônica. Sem nenhum apoio de qualquer instituição social ou estatal, com auxílio somente da comunidade de migrantes empobrecidos, nos fundos das vicinais, no mato, organizaram e praticaram instrução, educação e formação humana. As comunidades organizaram espaços improvisados que serviram de escolas. Ainda na década de 1970, quando os textos de Paulo Freire foram escritos e distribuídos em forma de polígrafos avulsos, incompletos, as professoras se deixaram encantar com seu método. Elas não apenas usavam os textos, mas, também, adaptavam os materiais escritos por Freire à sua realidade de vida. Com desprendimento e solidariedade foram ao encontro das gerações para que todas as pessoas pudessem compreender e viver a sua cidadania na visão da solidariedade.

Para os luteranos, a escola não é qualquer lugar para fazer qualquer coisa. Como a igreja preza pela liberdade, participação, inclusão, cidadania, a visão de escola tem algo de maravilhoso. Ema Marta Dunck Cintra (2014), ao descrever em detalhes a sua vida escolar, descreve a importância da vida escola:

Assim, o início dos meus estudos foi numa escola multissérie Lembro-me de meus primeiros dias de aula. [...] Até que enfim saberia o que era aquele lugar cheio de mistérios, segredos e, acima de tudo, de possibilidades de descobertas infantis. [...] Lembro-me da professora Margarida, que era, para mim, uma fadinha. Na sua luta entre turmas de séries diferentes, fazia o possível para que todos aprendessem. Das gincanas, brincadeiras, de ir para escola com os pés sujos de poeira, de levar pão com melado e margarina (esta quando tinha) para merenda, das festas juninas embaladas pela sanfona do sr. Edegar Ziech e sr. Wisch...era muita alegria... da tristeza de ter perdido uma coleguinha atropelada, e a professora Margarida nos orientar ao andar pela rua. [...]. Talvez uma das lembranças mais queridas da minha vida escolar, na sétima série, foi a leitura do livro *O Menino do dedo verde*, que a professora lia no final da aula. [...] Eu viajava naquela leitura, sofria e me alegrava com o protagonista da história (DUNCK-CINTRA, 2016, p.260 e p. 263-264).

Quando os migrantes desembarcaram, em Canarana, as principais preocupações e serviços foram arrumar um lugar para se reunir, conversar, comer e dormir- a casa; um lugar para o encontro da comunidade - salão multiuso; um lugar para as crianças estudar- a escola. Seguiram o “modus operandi” dos antepassados.

O currículo escolar, mesmo muito simples, foi considerado muito importante, fundamental, para uma boa educação, instrução e formação. O currículo, historicamente, está no contexto da reforma protestante. Martim Lutero, há 500 anos, ao discutir o currículo escolar escreve que “as crianças aprendem dançando, cantando, fazendo, brincando” (ALTMANN, 1994, p. 39).

O reconhecimento do professor, da professora é fundamental na educação, segundo Dunch-Cintra (2014, p. 263) “Lembro-me da professora Margarida, que era, para mim, uma fadinha”. A dedicação à educação não é mero acaso, mas é consequência, também, devido ao reconhecimento e pelo apreço que as escolas comunitárias tem dado aos professores e às professoras. Há muitas “Margaridas, Eleonoras, Lorecis” profissionais da educação que têm sua história ligada à alguma escola comunitária.

As comunidades se empenharam na organização de suas vidas familiares e vidas coletivas. No início das colonizações, não havia nenhuma estrutura de apoio disponível. Tudo estava sendo construído. O povo não perdeu tempo. Após alguns anos de lutas para

sobrevivência, o Estado foi instalando seus órgãos. Claro, a maioria deles foram de repressão, como polícia, cobrança de tributos, fiscalização etc. Mas, conforme entendimento luterano, as escolas são públicas. Portanto, cabe ao estado zelar por elas, pelo ensino e aprendizagem para a cidadania e para a atividade profissional. Assim, as escolas comunitárias, na área do Sínodo Mato Grosso, foram assumidas pelas prefeituras ou pelo Estado, posteriormente.



Foto 7: Comunidade de Cuiabá e suas crianças

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

Na educação havia a preocupação com a formação para a cidadania. Esta incluía a preocupação com o ambiente plena. A imagem acima se refere ao grupo de confirmandos e crianças do culto infantil reunidos na garagem da nova casa, em Cuiabá, em 1982. Crianças que tematizaram vida ambiental - o lixo urbano nos rios das águas de Cuiabá. Escreveram documento com denúncia e reivindicação e foram, em audiência, discutir com o prefeito da cidade.

As atividades práticas de relacionar fé e vida foram nascendo em vários lugares, com o engajamento das comunidades. A responsabilidade social³³ da comunidade, sua indignação

³³ Nossa Responsabilidade social: Anexo 2.

diante da pobreza, da fome, das relações violentas e injustas e das mortes, especialmente, de crianças, esteve no horizonte das mudanças como compromisso de fé e vida. Outro exemplo foi o engajamento da comunidade de Novo Maringá. Diante da fome e da insuficiência alimentar, especialmente das crianças, a comunidade não ficou indiferente. Pelo contrário, ela se mobilizou na busca por alternativas. Nessa difícil realidade de pobreza, houve a participação solidária de todas as pessoas da comunidade. Foram realizados encontros de reflexão, de levantamento de possibilidades, de formas de contribuição e de partilha. Uma dessas alternativas foi a elaboração de um projeto de vacas comunitárias e esse projeto foi colocado em prática.

A iniciativa com as vacas comunitárias em Novo Maringá, na Paróquia de Tangará da Serra, MT, também teve como pano de fundo a decisão de 1972. Nasceu a partir de uma espiritualidade comprometida com o ambiente, pois “a minha fome pode não ser uma questão de espiritualidade, mas a fome da outra pessoa com certeza o é” escreve Spellmeier (2009, p. 02). A comunidade relacionou sua vida espiritual com a fome das crianças. O culto comunitário foi importante e significativo para consolação e o fortalecimento da vida pessoal, familiar e social.

A fome da outra pessoa é questão espiritual. Como o tema é complexo, ele foi tratado de muitas formas. Inicialmente, faltaram para a comunidade recursos suficientes para tocar o projeto de solidariedade. Mas, ela teve um apoio importante:

O pastor Uwe Kraus, na Alemanha, tomando conhecimento da situação das famílias, através de relatórios, fez uma coleta com a turma de confirmandos³⁴. Conseguiu remeter um valor de DM³⁵ 1.044,00 para aquisição de vacas para leite, em outubro de 1987. [...]. Além desta importância, as famílias receberam o dinheiro da coleta feita durante uma festa de aniversário do Sr. Hallaschka, da Alemanha (GIESE, 1989, p. 22-23).

Agricultores migrantes, ao chegar ao lote de suas terras, organizavam sua horta e pequena lavoura para a sobrevivência. O entendimento foi que não poderia faltar terra, água,

³⁴ Confirmados, Ensino confirmatório / Confirmação: É o ofício de ensinar, durante 2 anos, a doutrina e a prática da igreja e testemunhar publicamente a fé, geralmente para adolescente de 13 a 14 anos. O tempo de ensino confirmatório é concluído com uma cerimônia pública em culto comunitário com a presença da comunidade junto com as famílias dos adolescentes, na igreja.

³⁵ DM: Deutsche Mark- dinheiro alemão em uso antes da criação do atual EURO.

abrigo, comida, sementes, escola, igreja. Foram as primeiras providências tomadas pelos migrantes ao chegarem ao seu local pretendido. Mudar as ideias de solidariedade no trabalho familiar nas comunidades de origem foi necessário.



Foto 8: Tangará da Serra, mulher regando hortaliças.

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB



Foto 9: Tangará da Serra, mulher colheita da mandioca.

Fonte: Arquivo histórico da IECLB

As fotos evidenciam as jornadas de trabalho das mulheres. Elas trabalham na lavoura, junto aos seus maridos e filhos homens. Mas elas, também, são responsabilizadas pela comida pronta na mesa.³⁶

³⁶ Nos tempos modernos e não modernos, as mulheres se ocuparam em providenciar a comida para sua família. Elas são pioneiras em perceberem o vazio das dispensas e o choro de fome de suas crianças. Sua rotina foi clamar por alimentos e prepará-los. Na história de minha família, rapazes e moças, geralmente, aprenderam com os pais e as mães a cuidar dos animais domésticos, a limpar a casa, ordenhar, fazer comida, cuidar da roupa e trabalhar na lavoura, igualmente. Mas, geralmente, na vida adulta, a família fez o que é senso comum: mulheres trabalham na lavoura, cuida da casa, roupa e cozinha. Sua jornada de trabalho é bem mais longa do que a dos homens. Estes trabalham na lavoura e cuidam dos animais domésticos. Os comportamentos nas comunidades novas não precisam, necessariamente, reproduzir as ideias das comunidades de origem. A solidariedade deve ser nas relações cotidianas, incluindo as tarefas da família. Para Sibyla Baeske (1999), na formação das lideranças das comunidades luteranas este aspecto é abordado e praticado. Por exemplo,

[...] num encontro interparoquial da OASE, em Nova Mutum (MT), a palestrante enumerou estatísticas sobre a pouca representação de mulheres em todos os níveis de decisões da IECLB, dos órgãos públicos de decisões municipais, estaduais e federais. E criticava que elas ficassem geralmente apenas em tarefas na cozinha. No decorrer da explanação, ela viu algo que destoava da situação descrita: num canto do salão ainda em construção, três homens escutavam atentamente, enquanto preparavam almoço, chimarrão, cafezinho e suco, servidos às mulheres com expressa cordialidade... Quem sabe com uma pontinha de ironia... Naturalmente todos, homens e mulheres da localidade, receberam largos elogios e aprovação pela iniciativa (BAESKE, 1999, p. 104).



Foto 10: Tangará da Serra, homens preparando ração para animais.

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

Com esse recurso, além das contribuições voluntárias da comunidade, foram compradas, inicialmente, nove vacas para ajudar as famílias empobrecidas. Com a

participação da comunidade, o número de vacas foi se multiplicando a cada dois anos, suprimindo a necessidade de leite na alimentação, especialmente de crianças. Giese (1989, p. 23) esclarece que “neste projeto não participam apenas membros da Comunidade Evangélica Luterana, mas também pessoas não ligadas à comunidade que necessitam de leite para alimentação dos filhos. O objetivo foi beneficiar a população empobrecida”.



Foto 11: Tangará da Serra, famílias migrantes com as primícias dos frutos da terra em suas mãos³⁷.

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

Foram, também, fundamentais os momentos de solidariedade e acolhida de comunidades com pessoas vítimas do sistema de posse, uso e comercialização da terra. Mato Grosso foi um campo de conflitos pela posse das terras. Desde a chegada do povo europeu, tem conflitos pela posse da terra com povos indígenas. A isso devem ser acrescentados os

³⁷ Duas famílias migrantes após o primeiro ano na terra. Tangará da Serra, distrito São Jorge, MT. Cada pessoa tem em suas mãos os frutos da terra e de seu trabalho. E as crianças foram amparados e cuidadas pela família. As primeiras lavouras foram plantadas estritamente para a sobrevivência familiar. As pessoas seguram em suas mãos as ferramentas para trabalho manual na lavoura, balde para puxar a água da fonte e os frutos que servem para alimento.

conflitos que foram surgindo, entre grandes fazendeiros, grileiros, posseiros, sem-terra e outras famílias empobrecidas. Migrantes descapitalizados ou empobrecidos vindos de todas as partes do Brasil, às vezes, entravam em territórios disputados. O pastor Giese (1989, 6-7) relata que

A Fazenda Arco-Íris está localizada nas proximidades do distrito São Jorge, a 80 km de Tangará da Serra, MT. [...] Os posseiros estavam lá, trabalhando na boa fé, há anos. Em 30/01/1984, foram despejos. Durante o dia 30/01/1984, as 18 famílias, num total de 97 pessoas, foram tiradas da área. Levaram suas mudanças nas costas até o rio, no meio da mata. Algumas pessoas só conseguiram vencer a caminhada até a saída da mata, às 23 horas. Na saída da mata, um caminhão os esperava. Este os levou até Tangará da Serra, em cuja rua, na madrugada de 31/01/1984, foram obrigadas a desembarcarem, sem destino algum. No dia seguinte, eles foram acolhidos pela comunidade Luterana de Tangará da serra. Ficaram abrigados no pavilhão da comunidade até 07/02/1984, quando se buscou, junto com a famílias, uma saída para a sua situação.

Os posseiros, por um lado, serviram de “testa de ferro” para o Sr. Jorge, mas, por outro lado, foram vítimas de um poder judiciário que os ignorou e deu ganho de causa aos requerentes de uma área que, de fato, é da União. O relato traz detalhes do desprezo do Estado em relação à população necessitada de terra e trabalho para viver. Detalha a violação dos direitos humanos econômicos e sociais. A solidariedade da comunidade foi fundamental, inclusive, na negociação com o judiciário para que os posseiros pudessem pelo menos, colher as suas lavouras.



Foto 12: Placa coloca por grileiros, Tangara da Serra, distrito São Jorge, em terras da União. ³⁸

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

Placas de fazendas das quais foram expulsas muitas famílias de posseiros e pequenos agricultores, entre as quais também membros da IECLB. Elas foram expulsas por um grileiro que conseguiu legalizar uma enorme área de terra devoluta.

Acrescentando informações sobre o caso da fazenda Arco Iris, Schach, (1982) escreve que, de certa forma, o cotidiano que obreiros e obreiras vivenciaram, durante os anos de 1970 e 1980, nas Novas Áreas de Colonização, são de experiência do povo que sofre:

³⁸ A principal causa da migração foi a falta da injustiça social, como, por exemplo, a concentração da terra e o plantio de grandes áreas de monocultura. Muitas famílias, simplesmente, não tem lugar a terra. A concentração de terras é o processo que afeta especialmente os países do Sul e pelo qual corporações transnacionais, governos estrangeiros, fundos de pensão, pessoas ricas, estão obtendo concessões grandes extensões de terras, incluindo as florestas, para dar lugar a agricultura de monocultura, mineração e outros. A devastação das florestas, o uso excessivo de agrotóxicos, o lixo urbano e rural e a intensificação do processo de assoreamento dos cursos d'água pela ação humana provocam desastres do clima. A pesquisa alerta que, até 2030, 1,5 bilhão de pessoas no mundo devem migrar por causa clima. Seria uma grande tragédia climática e humana. A foto acima "proibido caçar" expressa o desafio de cuidar melhor, muito melhor, da terra, das florestas e dos rios, incluindo suas vidas: dos direitos humanos e da terra.

A vida não tem sido fácil em 1981 dentro dos limites de nossa paróquia. Osmar teve a sua casa invadida por 12 policiais, alguns à paisana, outros fardados. Foi às cinco horas da manhã. Dispararam um tiro e invadiram a casa do cidadão dando voz de prisão sem motivo e sem ordem ou mandado de busca. Ao apelar para o juiz da comarca o pobre cidadão foi grosseiramente despedido e aconselhado a esquecer este incidente. Mario foi espancado pela polícia e obrigado a comer fumo e sabão juntamente com mais 93 homens. Qual foi o seu crime? Eles estavam plantando uma terra da União onde tiravam o sustento para suas famílias. Presos, maltratados e feridos eles foram despejados. Em uma semana o poder do dinheiro registrou a escritura destes 60 (sessenta) mil hectares de terra para um só dono o qual rouba o pão de 250 famílias de pequenos agricultores (SCHACH, 1982, p. 6-7).

A experiência da população, suas dores e clamores pela vida e para sobreviver deixa suas marcas nas comunidades. As duras experiências que fazem quase que diariamente deixam rastros profundos no povo. “Frustrações e desilusões, passagens pelos lugares mais humilhantes e atentados contra os direitos fundamentais do ser humano vão endurecendo a natureza humana” (SCHACH, 1982, p. 7).

O acesso à justiça era algo muito complexo. Havia um judiciário, mas de acesso precário e comprometido com o poder do capital e da influência por privilégios. As polícias estavam lá para combater liderança e prender e expulsar famílias empobrecidas. Falar em direitos humanos era algo proibido. Quem ousava podia ser enquadrado como subversivo e até morto, como foi o caso de Henrique José Trindade.³⁹ O ministério público estava ausente. Movimento social de apoio solidário e lutas por mudança, até mesmo para proteção da vida, estava no nascedouro. A Ordem dos Advogados do Brasil, aqui em Mato Grosso, não se manifestava. A maioria das igrejas estava indiferente em relação ao sofrimento social, econômico, político e cultural do povo. A acolhida que as 97 pessoas receberam, em 1984, na comunidade de Tangará da Serra, foi uma exceção. E as exceções explicam as regras. A regra, nesse caso, foi de deixar o povo no abandono total. Mas a comunidade o acolheu carinhosamente, contra todas as regras.

Cada pessoa mentalizava as suas dores. Foi uma saída opressora. A indiferença em relação às dores do outro e da outra endurecia sua vida, seu coração, sua mente. Nessa luta por justiça individualizada, sem apoio do estado, nem da sociedade, pessoas adoeceram, perderam a esperança por vida digna. Spellmeier (1983) explica que

³⁹ Abordarei o caso de Henrique José Trindade no capítulo III, item 3.4 e 3.5.

Os colonos da Fazenda Arco-Íris perderam a luta por suas terras. Todas as 97 pessoas foram expulsas de suas terras. Um dos colonos teve que ser internado na Clínica Psiquiátrica de Cuiabá. As pessoas afirmam que ele é um pouco fraco da mente e que o despojo lhe tocou, profundamente, no coração. E não conseguiu mentalizar a dor e o sofrimento. E adoeceu. Na semana passada encontrei um dos colonos, Sérgio. Ele chora como uma criancinha quando fala sobre a sua terra que perdeu (SPELLMEIER, 1983, p. 92).

O fim de vários agricultores e posseiros, dessa região de Tangará da Serra e de Barra do Bugres foi morrer de desgosto, o trabalho sazonal ou morar na rua. Viveram um estado de exceção que se tornou estado geral. Para Cabral (2014, p. 218), “[...] a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivem é na verdade regra geral”. Vidas sofridas, negação de direitos, negação da terra ou salários dignos, ausência de educação institucional, moradias precárias, déficit nutricional são realidades existenciais. O Estado, por sua vez, ao determinar o uso da força policial para despejar pobres e lhes negar o direito à terra e ao trabalho, para Witter (2017, p. 87), ele “puniu as vítimas da sua própria omissão, pois, não garantiu o devido acesso do povo aos direitos humanos fundamentais”. A injustiça praticada pelo Estado foi crime contra a humanidade.

O movimento social de solidariedade aos povos sofredores, em Mato Grosso, tem sua gênese na Paróquia Rosário, na Comunidade luterana e nas igrejas ecumênica. As ações de construção de espaços de solidariedade têm sua origem em fatos concretos. Na Comunidade de Cuiabá, por exemplo, nasceram diversas iniciativas, entre elas o envolvimento com creches e a questão dos direitos humanos, principalmente. No início dos anos de 1980, um posseiro de nome Diversindo E. Santos foi baleado por pistoleiros a mando de um fazendeiro em Colorado do Oeste, Rondônia. Ele sobreviveu ao primeiro ataque com oito balas no corpo, mas corria risco de sofrer mais um atentado. As coordenações dos trabalhos pastorais de solidariedade das paróquias do Rosário e da IECLB se encontraram para apoiar e acolher o homem ferido, cuidar de suas feridas e lhe restabelecer o direito à vida digna. Foi uma experiência vivida que deu início a um longo trabalho em conjunto. Sobre essa relação Spellmeier (2009) escreve que

A Coordenação das Novas Áreas de Colonização, a Comunidade da IECLB em Cuiabá e a Paróquia Católica do Rosário, com Luiz Augusto Passos, decidiram cuidar de sua transferência a Cuiabá para que se recuperasse dos ferimentos e

pudesse iniciar uma nova vida. Para mim, pessoalmente, esta realidade de sofrimento e de morte nua e crua foi o fator mais importante para nos envolvermos com as questões ligadas aos Direitos Humanos. A prática de relacionar fé e vida (também com a vida política), a luta pela terra, a reforma agrária, a vontade de relacionar a justiça de Deus (gratuita) com a justiça em nossa sociedade (a ser conquistada a duras penas) levaram quase que automaticamente ao envolvimento com as questões relacionadas aos Direitos Humanos (SPELLMEIER, 2009, p. 03).

É significativa a dimensão ecumênica do trabalho, na medida em que as comunidades se unem para salvar vidas de pessoas perseguidas. No caso citado, depois de restabelecimento de sua saúde e guardadas as proporções do perigo de vida, do cuidado para não ser apanhado de surpresa, Diversindo reorganizou sua vida, novamente. A igreja já percebeu que o amor não é somente uma palavra, mas está intimamente ligada à vida concreta das pessoas. Dispôs-se a acolher pessoas feridas, consolá-las, fortalecer seu vigor, sua esperança, sua dignidade e seu entusiasmo pela vida. No entendimento das partes, houve a sensibilização diante do sofrimento do outro/da outra. Criou-se o entendimento de que direitos humanos, pessoas feridas e o amor que brota da fé são valores reconhecidos como fundamentais no trabalho em conjunto.



Foto 13: Comunidade de Cuiabá

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

Comunidade de migrantes, em Cuiabá, reunida na sua sede antiga à Rua General Melo, no ano 1980. O povo se reuniu em cultos, estudos populares da bíblia, educação na fé e na vida, planejamentos, avaliações e encaminhamentos. E para acolhimento de pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade.

A partir da realidade de miserabilidade popular foram construídos consensos de prática de libertação. A prática tem, no seu bojo, o significado de educar para a autonomia, para a esperança e para a cidadania. A escola comunitária, o posto comunitário de saúde, a acolhida em tempos de perseguição, a solidariedade em tempos de fome e sofrimentos são atos pedagógicos que visam o compromisso pela educação, preocupando-se com o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Federal, 1988, Art. 205). No entanto, não é qualquer educação que foi realizada. Pelo contrário, ela foi pensada em conjunto. Ela deveria ser libertadora. Por certo, “os homens (e mulheres) são pessoas e, como pessoas, são livres” (FREIRE, 1987, p. 36). E algo fundamental deveria ser realizado para que a narrativa fosse assertiva, tivesse concretude e significados para a vida das pessoas em busca de sua liberdade. Nessa compreensão humana, não opressora, as comunidades de migrantes luteranos edificaram igrejas, escolhas e elaboraram currículos. E não fizeram separação entre educação formal e não formal.

A educação requer, pois, pedagogia comprometida, envolvente, capaz de ouvir, ser ouvida, problematizadora da complexidade da vida e da realidade em que ela acontece. A opção, no Sínodo, foi pela pedagogia de Paulo Freire, porque ela traz a dimensão necessária para o referido trabalho. Como ressalta Spellmeier (2009),

A necessidade da outra pessoa não somente deve determinar e definir a minha teologia, mas também a minha pedagogia. O testemunho do Evangelho que não leva a outra pessoa, o nosso ‘Gegenüber’⁴⁰ a sério em sua alteridade não é testemunho, mas no máximo uma tentativa de cooptação. Neste sentido Paulo Freire e sua pedagogia foram para pastores e membros das Novas Áreas de Colonização, daquela época, importantes [...]. Estudávamos os textos de Paulo Freire para melhor entender as pessoas com as quais convivíamos e trabalhávamos. Estudávamos, discutíamos sobre Teologia da Libertação, Teologia de Bonhoeffer. Certa forma nós a fazíamos e vivíamos, pelo menos, em seus paradigmas principais (SPELLMEIER, 2009, p. 4).

⁴⁰ GEGENÜBER: A absolutamente outra pessoa

Foram discutidos, pensados e repensados atitudes pedagógicas na compreensão teológica envolvente, libertadora, cidadã e comprometida com a vida e seu entorno. Mas para que ela pudesse ter sentido nessas relações conflituosas e de negação da vida e da dignidade humana, era necessário ter uma pedagogia clara que apoiasse as comunidades e os membros na construção de sua comunhão cristã e na prática da solidariedade humana. Estudar, debater e trabalhar com a pedagogia de Paulo Freire foi, pois, uma segunda faculdade para muitos colaboradores e colaboradoras da IECLB, nas novas áreas de colonização. A pedagogia freiriana envolveu, problematizou. Foi significativo o reconhecimento dos saberes pedagógicos libertadores, dialógicos, transformadores para as equipes participantes.

Foi pesquisada a presença da comunidade na rua, junto à população e sobre o que isso significa. A presença muda algo? Pode construir transformações? Como decolonizar? Um dos desafios foi decolonizar o pensamento, em entrelaçamentos epistêmicos com a Educação Ambiental. O que se busca? Como ser corpo na rua? Passos e Queiroz (2014) ressaltam que

Estes moradores de rua acreditam que não somente as pessoas deveriam mudar suas atitudes para com elas, mas também o governo, garantindo-lhes espaço nas políticas públicas para suas vidas e seu viver, tanto no que se refere ao respeito à humanidade de cada pessoa e o direito de cada um quanto a proporcionar-lhes segurança, saúde e educação que precisam, uma alimentação adequada às necessidades, sobretudo, dos que se acham enfermos, e também à previdência social, direitos de qualquer ser humano. Um viver de acordo com a dignidade e a autonomia que cada pessoa necessita ter, no caso, aqui, os moradores de rua. De seres invisíveis, que possam a ter visibilidade para a sociedade, no mundo e como mundo (PASSOS; QUEIROZ, 2014, p. 39).

Além do apoio para a assistência, o que igrejas já fazem, foi necessário participação na vida e apoio para mobilização em busca de mudanças necessárias. A comunhão e a solidariedade comunitárias, o desejo de entrar na dor do outro e da outra, de compreendê-la, de dialogar, pode reacender a esperança e a força para lutar por outra sociedade, com justiça e vida. Atos celebrativos e festivos, também, foram realizados, em momentos da gratidão.

As festas comunitárias foram importantes para fortalecer laços de comunhão e de amizade. Na maioria das comunidades foram realizadas festas em momentos especiais como

dia da Reforma Protestante, chá da primavera, dia do agricultor e da agricultora, chá do advento, dia da comunidade e outros.



Figura 14: Comunidade de Cuiabá, consorrorização das mulheres com chá, em 1982.

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

Chá promovido pela OASE (grupo de mulheres) da comunidade de Cuiabá, em fim de novembro de 1982. O grupo de mulheres é um dos grupos mais engajados, nas comunidades.

Os chás, jantares e almoços comunitários tiveram, num determinado período das NAC, quase o sentido de Santa Ceia, o sentido original da ágape na comunidade primitiva. Foram vivências de partilha e de solidariedade.

O sínodo procurou desempenhar um papel importante na educação para a militância social em direitos humanos e políticas públicas para a justiça. Na nova visão, olhou a história e a vida dos migrantes a partir dos sofredores e das sofredoras. Sofrimento e dores causados

“pela migração forçada para a Amazônia e, com isso, perpetuando a capitalismo e negando a reforma agrária necessária” (Carta encaminhada pela CPT ao Conselho Diretor, em 03 nov. 1981).

Em Mato Grosso, havia interesse por grandes extensões de terra. Havia milhares de pessoas em busca por um pedaço de terra, no qual fosse possível reorganizar a sua vida como família. Nesse conflito, poder público e grileiros, em algumas regiões do Estado, uniram-se para impor o modo exclusivista de produção e de propriedade da terra. Era normal encontrar agentes de segurança do Estado e jagunços, expulsando posseiros, em algumas regiões. Esse foi um dos problemas enfrentados pela comunidade.



Figura 15: Comunidade Cuiabá, festa da Reforma Protestante

Fonte: Arquivo Histórico da IECLB

Comunidade em dia de Festa da Reforma Protestante, em Cuiabá. 1984. Após estudos e debates durante mês de outubro sobre as ideias de Martim Lutero e os Direitos Humanos, a comunidade faz festa da reforma protestante.

A comunidade percebeu que sozinha seria apenas uma pequena luz e um pouquinho de sal. Buscou e encontrou espaço. Foi procurada por igrejas, entidades, pessoas feridas e pessoas solidárias. Achou e foi achada para atuar em conjunto. A atuação em conjunto com a paróquia Católica Romana do Rosário foi importante, porque ampliou os horizontes. Ajudou a

comunidade a encontrar os desafios e a vivê-los, não sozinha, mas em conjunto com outros grupos. Ajudou a construir e manter redes. A organização do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade foi pensada, planejada e colocada em prática, não para particularizar, mas para organizar em rede, a luta de pessoas, entidades e igrejas, na dimensão ecumênica e profética.

Essa visão abriu os horizontes. E a prática pedagógica e teológica transformou a comunidade. Não se identificou como uma igreja meramente domingueira, do pastor ou da pastora, mas sua identidade foi forjada em corpo de sacerdócio diária. Todas as pessoas batizadas, igualmente, constituíram a comunidade de migrantes, vivenciadora e irradiadora das boas notícias do governo de Jesus, ou seja, de amor, misericórdia, justiça e paz, sonhando com a criação de novas relações e dignidade com fé e direitos humanos para todos e todas.

3.1.1 Além do senso comum: quem sou eu?

Bonhoeffer escreveu vários poemas, durante seu período na prisão, incluindo este poema “quem sou eu” (BONHOEFFER, 2003, p.468). Durante o período de encarceramento, desenvolveu um relacionamento significativo e solidário com outros presos e com os guardas. Sua presença lhes proporcionava conforto, esperança e interrogações: quem é este homem, este pastor? Neste poema ele retrata, com profunda sinceridade e emoção, sua própria condição, suas inquietações, seu estado psicológico. Inspira-se nas narrativas de salmistas, que se desnudaram diante de Deus. Procura por sentido para a vida, para as lutas. Expressa o que pensa de si, que sente, suas fraquezas, suas debilidades, seus temores, suas interrogações. Sua confissão de fé, a alternância entre quem eu pensei que sou e quem os outros dizem ou perguntam sobre quem sou são temas do poema. “A pergunta pelo quem é a pergunta pelo transcendente. A pergunta pelo como é a pergunta pela imanência” (BONHOEFFER, 2003, p. 468).

QUEM SOU EU?

Quem sou eu?

Quem sou eu? Seguidamente me dizem

Que deixo a minha cela
Serenos, alegre e firme
Qual dono que sai do seu castelo
Quem sou eu? Seguidamente me dizem
Que falo com os que me guardam
Livre, amável e com clareza,
Como se fosse eu a mandar.
Quem sou eu? Também me dizem
Que suporto os dias do infortúnio
Impassível, sorridente e ativo,
Como alguém acostumado a vencer.
Sou mesmo o que os outros dizem a meu respeito?
Ou sou apenas o que eu sei a respeito de mim mesmo?
Inquieto, saudoso, doente, como um pássaro na gaiola,
Respirando com dificuldade, como se me apertassem a garganta,
Faminto de cores, de flores, do canto dos pássaros,
Sedento de palavras boas, de proximidade humana,
Tremendo de ira por causa da arbitrariedade e ofensa mesquinha
Irrequieto à espera de grandes coisas
Em angústia impotente pela sorte de amigos distantes,
Cansado e vazio até para orar, para pensar, para criar,
Desanimado e pronto para me despedir de tudo?
Quem sou eu? Este ou aquele?
Sou hoje este e amanhã um outro?
Sou ambos ao mesmo tempo? Diante das pessoas um hipócrita?
E diante de mim mesmo um covarde queixoso e desprezível?
Ou aquilo que ainda há em mim será como um exército derrotado,
Que foge desordenado à vista da vitória já obtida?
Quem sou eu? O solitário perguntador zomba de mim.
Quem quer que eu seja, ó Deus, tu me conheces. Sou teu.

Dietrich Bonhoeffer (BONHOEFFER, 2003, p.468).

O poema parece traduzir a dor e as interrogações dos migrantes e os desafios encontrados por eles, os quais, para ser alguém, reconhecidamente como Ser, foi necessário ir ao encontro de si mesmo e ao encontro do outro e da outra. Não estavam encarcerados num presídio, mas estavam sujeitos ao sistema social e econômico que os obrigava a migrar de geração em geração, em busca de terra, trabalho, casa etc. Limitados pelos poucos recursos econômicos para constituírem seus lares, suas casas, escolas, centros comunitários, plantarem suas roças, tratarem sua saúde, mediarem seus conflitos de relacionamentos, os migrantes, também, se perguntavam: “quem sou eu? Sou o que eu penso de mim ou sou o que outras pessoas me dizem? Não tenho respostas, apenas perguntas”. No espaço solidário continuaram

os diálogos, as rodas de conversa, as partilhamos, os encontros do outro e da outra. Na vida em comunhão esteve o ir ao encontro de Deus em comunhão. Vida de migrante: o corpo na busca do ser mais, ser no mundo, ser reconhecido com a afirmação da liberdade e dignidade humana.

3.1.2 Memória da realidade brasileira-1978

Nos últimos anos, ocorreram na sociedade brasileira profundas e dolorosas rupturas. Na intenção de garantir a segurança nacional, tem-se submetido o País a leis de exceção. Sob a vigência de tais leis, muitos cidadãos sofreram perseguição, prisão, cassação ou banimento, sem a possibilidade de recorrer ao direito legítimo de defesa. Foram desencadeadas múltiplas formas de violência, culminando em sequestros, torturas e até assassinatos. Suas vítimas ainda hoje suportam as consequências físicas, morais e profissionais dos sofrimentos vividos. Milhares de concidadãos estão impedidos de exercer sua cidadania, com todos os deveres e direitos dela decorrentes.

[...]

Partindo da reconciliação que nos é dada por Deus em Jesus Cristo, neste Natal de 1978, conclamamos a todos: Juntemos as mãos e participemos intensamente na promoção da reconciliação da comunidade brasileira. Verdadeira reconciliação inclui uma anistia a todos os atingidos pelas leis de exceção. Empenhem-nos, pois, por esta anistia que somente será completa se acompanhada da realização de outros anseios nacionais, tais como a revogação plena das leis de exceção, a restituição integral da liberdade e autonomia de ação aos poderes legislativo e judiciário, a observância dos direitos humanos e o restabelecimento do estado de direito social (MENSAGEM DE NATAL DA IECLB, 1978, p. 01).⁴¹

Os governos militares, entre 1964 e 1985, marcaram profundamente a vida do povo brasileiro. Abriram veias de feridas no corpo, na mente e na alma brasileiras. O texto escreve a respeito de leis de exceção, sendo que o regime teria promovido perseguições, prisões, banimentos, sequestros, torturas e assassinatos. Às vítimas não foi dado o direito humano

⁴¹ Mensagem de Natal – Conselho Diretor da IECLB: anexo nº 3.

fundamental da defesa. Foi exatamente neste auge das violências institucionais e sistêmicas em que 40 milhões de brasileiros migraram em busca de um lugar para viver. Mato Grosso foi um dos estados, onde migrantes aportaram.

3.2 MATO GROSSO

América Latina de sangue e suor
Quero para ti um dia melhor
Este povo que sofre pela mesma razão
Grita por liberdade numa canção
(STRAPAZZAN)⁴²

O Relatório da Assembleia Sinodal, de 1999, descreveu com informações básicas o histórico do Mato Grossos, na época. Faço um resumo destas informações, segundo Witter (1999, p. 2-4). Consta, resumidamente, que a área geográfica de Mato Grosso, até 11 de outubro de 1977, incluía, ainda, o atual Estado de Mato Grosso do Sul. Naquele dia 11, foi feita a divisão do Estado, por ato do Governo Federal que tomou a iniciativa, através da Lei Complementar n. 31, aprovada pelo Congresso Nacional. Em relação ao território, 53,16 % está localizado na Floresta Amazônica, 40,8% no Cerrado e 7,04% no Pantanal. O Estado é o maior divisor de águas do Brasil, abrigando as nascentes da Bacia do Alto Paraguai, da Bacia do Araguaia - Tocantins e uma parte da Bacia Amazônica e Tapajós, com abundância de nascentes de águas. Cuiabá se localiza no centro geodésico da América do Sul. Há, também, diversidade de etnias e culturas humanas que vivem, circulam e convivem ali.

Após a divisão, Mato Grosso possuía cerca de 700 mil habitantes. Cuiabá, a sua capital, não tinha mais de 200 mil moradores. A área do Estado é de 906 mil Km². A densidade demográfica era, na época da divisão, de 0,77 habitante por Km². Era um vazio humano, mas a terra estava toda tomada por grandes proprietários que viviam em outros estados e até no exterior. Eles tinham seus latifúndios garantidos pela lei, por agentes do Estado ou por jagunços. Mato Grosso possuía 43 povos indígenas.

⁴² (Jacir STRAPAZZAN): <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.php?rd=FREEAMER034&ng=p&sc=2&th=49&se=0> - Acesso em 21 de maio 2019.

A partir do início da década de 1970, os Governos Federal e Estadual incentivaram a abertura de terras por meio da colonização particular ou pública (INCRA), da abertura de estradas de uma ponta a outra do mato (a rodovia Cuiabá – Santarém de 1700 km, por exemplo) e com grandes incentivos fiscais. Assim, Mato Grosso foi “invadido” por gente que vinha de todos os cantos do Brasil, Paraguai, Bolívia etc. Essa ocupação não foi pacífica. Violência e exclusão no campo e na cidade são realidades históricas, neste Estado.

As décadas de 1970 e 1980 foram períodos de muita migração no Brasil. No início da década de 1980, por exemplo, em torno de 40 milhões de brasileiros estavam na estrada por conta de mudanças. Isso representava 1/3 da população. Os migrantes eram cada vez mais numerosos. Iam do campo para a cidade e das regiões mais povoadas (Sul, Sudeste e Nordeste) para o Norte e o Centro-Oeste. As migrações não foram uma opção livre da população, mas consequência de injusta distribuição da terra. Em relação à problemática das migrações, conflitos agrários, despejos e prisões de posseiros, cinquenta e quatro obreiros e obreiras, reunidos na Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo, RS, escreveram uma carta ao juiz da comarca de Vilhena, RO (1982). Nessa carta, eles ressaltam:

Sabemos que um dos problemas mais graves que assolam o povo brasileiro é a injusta distribuição das terras no país. Esta situação tem suas raízes já na época colonial e posteriormente vem se agravando sempre mais. Segundo dados oficiais do INCRA (de 1974), enquanto 70,6% das propriedades rurais ocupava 12,5% da área total, 23,1% das propriedades ocupava 78,0% da área. Outros dados mais recentes que confirmam a injustiça flagrante indicam que 1% dos proprietários rurais detêm mais de 55% das terras agricultáveis e que, entre 1970 e 1980, cerca de 40 milhões de brasileiros migravam no Brasil (CINQUENTA E QUATRO OBREIROS E OBREIRAS NA IECLB, 1982, p. 01).⁴³

As tensões no campo, no Sul do País, e as secas no Nordeste, empurravam cada vez mais agricultores e agricultoras para essas regiões. O que mais se encontrava nas estradas era gente em caminhões, ônibus ou outros carros de mudança. É claro, o incentivo da propaganda do Governo Federal - “Terras sem homens para homens sem Terra” - ajudou na escolha pela região da Amazônia. Os desafios pela vida e, até, pela sobrevivência precisavam ser enfrentados. Aqui faltava de tudo. Havia a terra, mas a ocupação estava ameaçada. Muitas

⁴³ Manifesto ao Judiciário de Vilhena assinado por cinquenta e quatro obreiros e obreiras na IECLB, 1982: anexo 11

vezes, havia conflitos com povos originários, posseiros ou área que já fora doada por governos aos seus amigos ou amigas, Estes ganharam terra (papel), meramente, para especulação financeira.

E houve conflitos. Mas Estado estava indiferente aos conflitos com indígenas ou posseiros. Não colocava a máquina pública para fazer justiça e políticas públicas a favor de quem migrava pobre. Mas a serviço de gente privilegiada. O caso Henrique Trindade e os despejos elencados neste texto da presente pesquisa são provas insofismáveis.

Houve propagando oficial, de governo e de colonizadoras privadas, oferecendo terra fértil, barata e de fácil manejo agrícola. Como não havia espaço nas terras onde nasceram, a migração para o Centro Oeste e Norte do Brasil foi entendida como uma boa opção pelos sem-terra. Mas a realidade encontrada nas novas terras foi diferente. A condição para nela viver e produzir foi precária. As principais preocupações eram com relação à alimentação, saúde, segurança, educação, moradia, estradas, preparação do solo, produção, venda dos produtos, posse da terra. A Igreja foi apoio presente nestas situações conflituosas, com a leitura da Bíblia e com a leitura da vida, nos seus diferentes lados.

O território do Mato Grosso foi ocupado e colonizado através de diferentes maneiras, sendo elas definidas em espontânea, particular e oficial, segundo Schaefer (1985, p. 43). Ele as define como colonização espontânea, quando os próprios camponeses migram de uma região para outra, onde ocupam a terra. É uma reforma agrária provocada pelos sem amparo legal, nem proteção do Estado. Parte considerável do Estado do Mato Grosso foi ocupada pela colonização espontânea e gerou conflitos e mortes, através da ação de pistoleiros. A colonização particular acontece, para Schaefer (1985, p. 47), quando “pessoas físicas ou jurídicas de direito privado dividem uma determinada área e a vendem. Elas são as chamadas colonizadoras”. A atuação dessas colonizadoras, desde o início dos anos de 1950, foi marcante, em Mato Grosso. Já a colonização oficial é feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A partir de 1970, a colonização oficial criou corpo. O INCRA foi criado em 09 de julho de 1970, pelo Decreto do Governo Federal n. 1110. Os

objetivos principais do INCRA⁴⁴ foram, naquela época, promover, coordenar, controlar e executar a colonização e a reforma agrária, segundo consta no decreto. .

Depois do auge da migração e ocupação das terras, a partir de meados da década de 1980, a população rural promove a migração interna. A vida no campo foi difícil. Faltavam escolas, estradas, centros de saúde, faltava energia elétrica, a produção era baixa e o valor de mercado também. Só quem tinha terra e não teve dívidas possuía condições de enfrentar as dificuldades. Consequentemente, a população migrava em direção às cidades e aos centros urbanos, como Tangará da Serra, Sinop, Rondonópolis, Cáceres, Cuiabá, Várzea Grande, Barra do Garças, Canarana, Agua Boa etc. Por exemplo, em Sinop, em 1978, havia apenas cinco ruas curtas abertas na floresta. Em 2000, havia uma cidade com 120.000 habitantes. Em Cuiabá, em 1978, havia 200.000 habitantes. No ano 2000, havia mais de 600.000. A população se dirige aos centros urbanos, sem trabalho e sem profissão; constrói cidades, ocupando áreas para construir suas moradias, porém com escassas condições de vida.

Para Casaldáliga, as maiores dificuldades e sofrimentos do povo foram

- fazendas;
- problemas de terra para os “posseiros”, em luta com as grandes companhias ou
 - má administração ou politicagem das autoridades locais;
 - desatenção total na saúde, no ensino, nas comunicações;
 - caciquismo ou exploração no comércio, nas farmácias, etc;
 - escravidão dos peões nas fazendas agropecuárias;
 - arbitrariedades da Polícia Militar (FORCANO, 2008, p.55).

No Relatório do Pastor Sinodal à 2ª Assembleia Sinodal do Sínodo Mato Grosso, Chapada dos Guimarães, MT, em 4 a 6 de junho de 1999, constaram vários dados sobre a situação sócio-econômica-cultural-ambiental de Mato Grosso. São dados significativos. E expõem a situação no limite da temporalidade de minha tese.

Resumidamente, o relatório registrou que, no ano de 1998, Mato Grosso ocupava o 15º lugar entre os estados brasileiros no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com nota

⁴⁴ INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

0,767 (a mesma que a Rússia). A nota foi entendida como de nível intermediário do IDH, que varia entre zero e 1. O Brasil ocupava o 62º lugar no mundo, com IDH de 0,809.

A situação econômica do Mato Grosso melhorou nos últimos 12 anos. Mas a melhora não foi para todos. Pelo contrário, a desigualdade social aumentou. As situações de vida humana indignas caracterizavam o abismo entre o topo e a base social. Por exemplo, em 1995, havia, em números absolutos, no Estado, 357 mil crianças de 0 a 6 anos. Destas, apenas 25,52% viviam em domicílios com boas condições de habitação. As outras, 74,48%, viviam em domicílios com condições humanas muito precárias ou em situações apenas intermediárias. A desigualdade gerou doença, gerou fome, gerou frustração, gerou violência, gerou sentimento de abandono, gerou revolta.

A igreja discutiu sobre a sua responsabilidade social. Os manifestos dela pediam a ação pública e transformadora. A ação proposta foi de orientar as comunidades para a criação de pequenos círculos com a finalidade de: “identificar os principais problemas locais, regionais e nacionais; refletir conjuntamente com as pessoas atingidas; procurar agir no sentido de transformar situações de miserabilidade; colaborar e solidarizar-se com outros grupos”.⁴⁵

Os desafios foram diversificados e amplos. Foi necessário fazer uma análise de conjuntura profunda. Em 1997, por exemplo, em Mato Grosso vivia uma população de 2,4 milhões de habitantes (cerca de 2,6 pessoas por Km²), segundo dados do IBGE. Os dados mostram que 1,3 milhão⁰⁰ de pessoas nasceram em Mato Grosso. Isso é um pouco mais da metade da população. Esse percentual inclui os filhos dos migrantes nascidos no Estado. A outra parcela nasceu em diferentes estados como, por exemplo, na ordem do Estado de origem: Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Bahia. Esses foram os Estados que tiveram maior número de população que migrou para o Mato Grosso, mas teve migrantes de todos os estados brasileiros e de vários países do mundo.

Em Mato Grosso, havia 43 povos indígenas com contatos e, ao menos, 9 povos em situação de isolamento, sem contato. Para Casaldáliga, indígenas “[...] caçados, escravizados, vendidos, integrados ao pasto, ao mineral, agora novamente emancipados” (FORCANO,

⁴⁵ Nossa responsabilidade social: anexo nº 2.

2008, p. 79). A população indígena aproximada, no ano 2000, foi de 23.000 pessoas. As principais lutas dos povos indígenas eram, naquele ano, a terra e o território, a saúde, os recursos naturais, a economia de subsistência, a educação e as lutas decorrentes do seu processo de autonomia em relação à sociedade envolvente.

No início da década de 1970, a economia de Mato Grosso foi, basicamente, agropecuária e extrativismo. Sob os impactos da migração, ao longo do trinta anos (1970-2000), acentuaram-se a extração de madeiras, a pecuária e a agricultura, com extensas áreas do plantio de cana de açúcar, arroz de sequeiro, soja, algodão, milho. O uso de agrotóxicos ganhou reconhecimento pelo Estado e por plantadores de grandes áreas de terra. A concentração da terra foi, escandalosamente, desigual. Na produção foram usados modernos meios tecnológicos. Havia poucas fábricas. A produção se destinou à exportação. A maioria dos donos dos meios de produção e da própria produção não morava no Estado e, conseqüentemente, os lucros foram para outros estados. O modo de produção empregava pouca mão de obra. Por isso, houve o desemprego. Como afirma Lewis (1992), o tipo de desenvolvimento promovido em Mato Grosso violava direitos humanos:

O desenvolvimento viola direitos humanos de populações que estão excluídas da esfera das decisões, excluídas até de consideração quando se formulam programas de desenvolvimento e excluídas da participação nos benefícios advindos do desenvolvimento (LEWIS, 1992, p. 52)

No Relatório do Pastor Sinodal de 1999 foi escrito que, em Mato Grosso, existiam pequenas ilhas de abundância e esbanjamento, cercadas por mares de escassez e miséria. As duas realidades contrastantes evidenciavam injustiças e exclusões nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Nesse contexto, nasce um movimento de inquietação e busca por melhores condições de vida de todas as pessoas.

Houve mobilização da sociedade. O movimento de direitos humanos, em Mato Grosso, surgiu a partir do trabalho ecumênico de construção de um espaço específico que oferecesse as condições para se fazer denúncias de violações, bem como a defesa e a promoção de direitos humanos. Tratou-se de lutas constante pela vida, contra a violência nas relações humanas e pela concretização da justiça em todas as relações sociais. O que se

designou de desenvolvimento e progresso foi, em Mato Grosso, significativamente, o aprofundamento e a construção de abismos entre as pessoas de condições sociais diferentes e entre os seres humanos e todo ambiente, como a terra, os rios, as florestas, os animais, as aves, os peixes, o pantanal, o cerrado, a Amazônia. A violência foi assunto cotidiano.

Nesse contexto, foi criada e firmada a luta em direitos humanos por cristãos e pessoas de boa vontade. Assim relata Spellmeier (2009):

No início dos anos de 1980, um posseiro de nome Diversindo foi baleado por pistoleiros, em Colorado D'Oeste, Rondônia. Ele sobreviveu, mas corria risco de morte. A Coordenação Novas Áreas de Colonização - IECLB, a Comunidade Evangélica Luterana de Cuiabá e a Paróquia Católica de Rosário decidiram trazê-lo para Cuiabá para que se recuperasse e pudesse reiniciar uma nova vida. Para mim, pessoalmente, este foi o fator mais importante. A prática de relacionar fé e vida (também política), a luta pela terra, a reforma agrária, a vontade de relacionar a justiça de Deus (gratuita) com a justiça na sociedade (a ser conquistadas às duras penas) levaram quase que automaticamente ao envolvimento com a questão dos Direitos Humanos (SPELLMEIER, 2009, p.1).

A comunidade estava diante dessas dores e sofrimentos. Foram tragédias provocadas pelo ser humano em sua ganância destruidora. Ele se apropriou daquilo que foi a vida e pertencia ao corpo vivo do outro e da outra. Os caminhos de escolhas possíveis foram a indiferença ou o compromisso, a morte ou a vida. Diversindo trouxe para Cuiabá, em seu corpo e em sua vida ferida e machucada, os gritos de dores de toda humanidade empobrecida e lutadora por terra e trabalho, lutadora pelo pão de cada dia, pelo canto dos passarinhos e pela boniteza de todo ambiente em processo de abatimento, em Mato Grosso e na Amazônia.

3.3 CUIABÁ

Direitos Humanos: numerosos cristãos sentem-se perturbados pelo fluxo de notícias alarmantes sobre práticas desumanas que estariam ocorrendo em nosso País, com relação principalmente ao tratamento de presos políticos, donde surge uma atmosfera de inquietude, agravada com a carência de informações precisas e objetivas (MANIFESTO DE CURITIBA, 1970, p. 02)⁴⁶.

⁴⁶ Manifesto de Curitiba: Anexo nº 1.

A comunidade da IECLB, em Cuiabá, envolveu-se no tema Direitos Humanos a partir de sua fé, da prática pedagógica e do movimento ecumênico, diante do clamor de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade e perseguidos. Os clamores estavam ali, na porta. Foi necessário se posicionar. A comunidade foi pequena, desde o início. E a base de sua organização foram os migrantes. Para Schach (1992),

Em inícios da década de 1970 a vinda de novas levas de migrantes, principalmente do Sul do País, faz renascer velhas esperanças e traz consigo a instalação do trabalho pastoral da IECLB em diversos pontos do Mato Grosso. Em 15 março de 1979 iniciamos o trabalho efetivo na formação da Paróquia de Cuiabá. Na época contávamos com aproximadamente 30 (trinta) famílias evangélico-luteranas (SCHACH, 1982, p. 1)

Cuiabá foi, naquela época, uma capital relativamente pequena, mas foi rota de passagem de migrantes que se dirigiam para o Norte do Brasil. O movimento foi intenso, especialmente, com passagens de ônibus e caminhões de mudanças. Poucas pessoas se estabeleceram nesta cidade, porque já tinham organizado seu destino de mudanças para ir para as áreas de florestas e trabalhar na agricultura e agropecuária.

A comunidade de Cuiabá nunca foi numerosa, em termos de membros. O culto de instalação do seu primeiro pastor residente, P. Geraldo Schach, foi realizado em 15 de maio de 1979, na sede da casa paroquial e da Coordenação Novo Áreas de Colonização, à Rua General Melo, 372 - Centro. “Contou com a presença de 30 pessoas. No ano 2000, contava com 280 membros” (COMUNIDADE, 2000, p. 2). Não obstante a pequena expressão numérica, ela teve sempre uma postura comprometida com o Evangelho no seu contexto social, econômico, político, cultural, solidariedade.

O compromisso com a boa nova, o Evangelho, demandava conscientização. Mas essa tomada da consciência comunitária e participativa plena foi um processo lento, condicionado pela vida histórica das pessoas e das comunidades, por sua bagagem sociológica, cultural, política, cheio de tensões e tropeços inerentes à natureza humana. Exigiu mudanças nas posturas e na prática pastoral dos coordenadores e das coordenadoras. Foi uma caminhada

paradoxal e complexa. Mas foi a saída possível e esperançosa na busca por comunidades e sociedades solidárias, justas e fraternas, que vivam a graça de Deus no compromisso do dia-a-dia.

Essa tomada de consciência, sozinha, não ser suficiente para as mudanças e transformações necessárias. Necessitava de articulação, de paixão, de amor, de misericórdia, de respeito pelas caminhadas individuais, familiares comunitárias. São necessários consciência e afeto. O afeto se faz de muita confiança. Para trabalhar, conviver e lutar em conjunto a confiança é um elo, significativamente, fundamental.

A metodologia de trabalho comunitário prescindiu do envolvimento de todos e todas. Cada pessoa teve seu dom que não deveria ficar escondido. Para TREIN:

E necessário, imprescindível, devolver ao povo o sacerdócio universal que foi usurpado pelo clero. E aqui a imagem do pastor é um empecilho, quando dirige e assume sozinho a responsabilidade pela igreja. Acontece monopólio dos dons que abafa os dons dos outros . A comunidade vira bando, cujo chefe é o pastor. A comunidade não precisa mais pensar, se organizar, assumir responsabilidade, orar, envolver-se com diaconia. [...] Entendemos a comunidade essencialmente como espaço de organização e solidariedade. O pastor e a pastora participam desta organização, mas é a comunidade o agente do Evangelho ao mundo. (TREIN, 1982, p. 5)

A pastoral pensada e pretendida nas NACs foi a de ampla participação. A comunidade como espaço de organização contava com todas as pessoas, de todas as idades, etnias e gêneros. Foi como num corpo, onde todos os membros possuem a sua ação necessária. Ou como numa construção, onde todos os tijolos são necessários. Nenhuma construção se consegue firmar se os tijolos que a devem sustentar não estiveram encaixado no devido espaço.

O trabalho da igreja luterana junto aos migrantes, em Cuiabá, não foi pensado para ser algo isolado, de competição contra as igrejas que ali, também, se estabeleceram. A comunidade que foi organizada, na comunhão de membros, visava à integração na cidade toda. Schach (1982) relata que,

No nosso trabalho, realizamos uma caminhada em conjunto com os membros da igreja onde a liberdade conferida pelo evangelho nos chama a compartilhar nossos dons e nossos bens como sinal de gratidão pelo reino de Deus que se instalou entre nós a partir de Jesus Cristo. Isto significa que procuramos refletir à luz do evangelho todas as pequenas coisas e o nosso viver diário no meio onde estamos. Significa também que procuramos criar espaços de liberdade onde os membros das comunidades são desafiados a sair de si mesmos rumo a uma participação responsável na colocação de sinais do reino de Deus entre nós (SCHACH, 1982, p. 10).

Os “sinais do reino de Deus” significavam, também, justiça e vida digna para todas as pessoas e de a toda criação. Schach (1982, p. 11) relata sobre “estabelecer a dignidade” das pessoas, edificar comunhão, solidarizar-se com aquelas que sofrem, edificar comunidade e colocar sinais do reino de Deus foram as bases práticas do trabalho pastoral. No trabalho pastoral, foram priorizadas formas mais vivas de vida comunitária, a participação espontânea e responsável dos membros das comunidades, a construção de comunidades atuantes no encontro da “comunhão nas dores”, segundo Bonhoeffer (2017).

O trabalho pastoral apostou nas pessoas, mesmo nas contrariedades, discussões e conflitos. Apostou nas pessoas sem discriminação, porque esta aposta foi de Deus. Schach (1982, p.11) escreve que “este é um caminho lento e difícil com avanços e recuos, com tensões e conflitos e até contradições, como é contraditória a nossa vida”. Apesar disso, a fidelidade à Palavra de Deus, à causa humana por dignidade e à busca por vida em comunhão com Deus e com o próximo sem discriminação alguma foram priorizados.

Para ajudar na construção da liberdade, foi necessário se perceber aceito e livre libertado, pela graça de Deus. Nada foi feito por obrigação, nem para conquistar alguma recompensa. A caminhada de solidariedade aconteceu em processo de libertação das próprias pessoas militantes. “Assumir esta caminhada significa um processo de libertação onde o homem se sente aceito e chamado a participar responsabilmente na convivência do amor e do perdão a partir do Cristo crucificado e ressurreto” (SCHACH, 1982, p.11).

No cumprimento de sua missão, a comunidade juntou esforços com outras entidades. O processo de engajamento foi realizado com muito diálogo, estudo, organização e

compromisso de fé. Foi importante o encontro com a comunidade ecumênica no sentido amplo. Na ata da assembleia da comunidade, referente ao ano de 1986, constam desafios individuais e comunitários. No relatório que o Pastor Baeske apresentou à assembleia da comunidade está escrito que

(...) d) que os membros se informem em relação ao que acontece nas periferias da cidade e ao que passa pela IECLB, perguntando-se qual é a nossa tarefa local? e) que se coloquem à disposição da comunidade para um serviço especial de duas a três horas semanais, por exemplo, na parte administrativo-burocrática e na representação junto a entidades de defesa dos direitos humanos (COMUNIDADE, 1987, p. 14).

Essas propostas de atividades práticas foram discutidas pela assembleia da comunidade. Significou que a igreja, naquela época, possuía uma formação teológica e pedagógica que lhe dava sustentação bem fundamentada para a prática solidária entre seus membros e, também, no plano geral, na sociedade. Ao definir que se informem sobre as periferias da cidade, impulsionou a visão solidária da comunidade de Cuiabá junto a populações em situação de vulnerabilidade.

Nessa caminhada, os desafios foram as posturas diante dos clamores, das dores e dos problemas que afligem a humanidade, mas alguns membros pensavam que fé e vida, comunidade e sociedade não precisariam estar tão intimamente ligados. Com essa visão, seria mais fácil e mais cômodo não falar de direitos humanos, não se envolver, ser indiferente ao que acontecia na vida humana. O Pastor Baeske (1988) registra que:

[...] a comunidade Evangélica Luterana de Cuiabá continua em atividade, mas ainda está voltada para si, e não está levando a responsabilidade de ser ativa nos graves problemas que existem em Cuiabá, a capital que mais 'incha' no país e que possui 45.000 (quarenta e cinco mil) pessoas sem teto. Foi perguntado por que o pastor sempre se preocupa com os sem teto. Ele respondeu que é porque conhece o Novo Testamento, citando a parábola do bom samaritano e dizendo que, como cristãos não podemos passar ao largo daquele que está na rua (COMUNIDADE, 1988, p. 17).

Parte dos migrantes, que haviam vindos de outras regiões do Brasil e da América para trabalhar na terra, conquistar um território para trabalhar e viver com suas famílias, no

interior do estado, não encontraram espaços. A situação forçou, a partir de meados da década de 1980, que migrantes reiniciariam a peregrinação para a cidade. Na época, Cuiabá foi ocupada desordenadamente. As periferias aumentaram. Os bairros com novos moradores empobrecidos se multiplicavam a cada semestre. Foi tempo de inchar a cidade de migrantes, sem as mínimas condições de vida digna. São pessoas feridas e abandonadas na rua. Ao se referir “ao bom samaritano” (BÍBLIA, Lucas, 10, 25-37), o Pastor Baeske faz menção ao texto bíblico de Lucas. Na parábola, uma pessoa de Samaria se solidariza com um desconhecido ferido, semimorto que estava na estrada. E cuidou de suas feridas. Sim, a missão da comunidade foi cuidar das feridas e das dores do mundo.

Muitas vezes, a comunidade esteve diante do dilema e das perguntas: O que direitos humanos têm a ver com nossa igreja? O que a minha fé, a nossa fé, a fé da comunidade tem a ver com os sem teto? O que direitos humanos têm a ver com a nossa fé em Deus? O que direitos humanos têm a ver comigo e com a minha família? Membros tiveram seus questionamentos em relação ao trabalho com direitos humanos, na igreja. A ata da reunião do Conselho Paroquial, realizada nos dias 26 a 28 de junho de 1987 (p.1-25), reflete a dialética comunitária. Alguns membros se entusiasmaram mais na discussão sobre quem é membro da igreja, e sobre quem pode receber o batismo, a bênção matrimonial e o sepultamento eclesiástico. Os outros se sentiram mais à vontade para discutir o processo Constituinte, no Brasil, e temas de relevância social para serem incluídos no texto da Constituição Federal. Durante a assembleia de 3 dias, a edificação de comunidade cristã e a solidariedade foram contemplados, apesar das controvérsias internas.

Na mesma ata, foi registrado o estudo da Bíblia, o apoio ao Pastor Werner Fuchs que fora condenado pelo Tribunal Militar, em Curitiba, PR, em 26 de maio de 1987, por sua participação em movimentos sociais de sem-terra e de desalojados por barragens, no Oeste do Paraná. Abaixo há um resumo do manifesto da Paróquia de Cuiabá sobre o assunto. Foram registrados, também, cinco temas sociais propostos para o recolhimento de assinaturas, para discussão no processo Constituinte e a sua inclusão na Constituição, que, na época, estava em estudos. A comunidade participou, ecumenicamente, do processo da nova constituição para o Brasil. A Constituição foi proclamada em 5 de outubro de 1988.

A argumentação bíblica e teológica foi discutida e escrito na ata. Na ata ainda foram registrados, a partir do estudo bíblico (BÍBLIA, Mateus, 5, 17-20), seis pontos principais, dos quais faço um breve resumo:

1. O entendimento da lei de Deus é a partir da ação e da promessa de Deus que diz: ‘Eu sou o Senhor teu Deus que te tirou da terra do Egito, da casa da servidão’. As pessoas, a criação, os migrantes, todos e todas, incluindo todo ambiente, foram libertados. A comunidade, em sua existência e em suas ações, em seu trabalho diaconal, ensino e solidariedade não se submete à escravidão, não escraviza e luta para a liberdade reconhecida como valor fundamental de convivência humana e espiritual.

2. O cumprimento da lei de Deus significa viver na liberdade recebida e conquistada ao sair da casa da servidão e a viver a bondosa justiça.

3. Ser povo organizado em comunidade significa viver em comunhão, fiel ao projeto de liberdade que atende ao clamor do povo outrora escravizado.

4. Os escribas e fariseus atavam pesos nas costas do povo e matavam o espírito da lei. Por isso, foram duramente questionados em suas ações de educar o povo para a obediência de uma lei que escraviza, sendo religiosa ou não.

5. A lei foi dada para libertar e educar o povo na liberdade e autonomia, não para que ele fosse preso em obediência cega.

6. Praticar o amor de Deus é viver sinais do Reino de Deus. Esse amor não é apenas palavras, mas é amor na comunhão dos sofrimentos, segundo escreve Bonhoeffer (2003, p.35).

A lei não pode atrapalhar o amor, mas torná-lo possível. Ela tem, também, a função pedagógica, educativa, organizacional. A comunidade é comunhão de irmãs e irmãos, na fé e confiança em Deus. O Reino de Deus é maior do que a comunidade e também tem em vista os direitos humanos. Na prática, isso se constatou nas atividades da comunidade, conforme registro em ata:

[...] perguntou sobre a participação da comunidade no Fórum das Entidades não Governamentais da Criança e do Adolescente e no FORMAD⁴⁷ (Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento), sendo esclarecido que a comunidade já tem o Haroldo Klein no Fórum (e Noemi Wahlbring e Tobias Baeske nos direitos humanos e a sr^a Gerhild Kliewer com as crianças na creche), e por ter o Sr. Valdir se colocado a trabalhar junto com o Haroldo, o que foi ratificado pelos presentes. Também, decidiu-se por convidar a sr^a Dorothea Dresler a participar destes trabalhos, ficando o Presbitério encarregado do convite; salientou-se a grande importância destas representações trazerem para a comunidade os assuntos discutidos e as experiências angariadas; e a dificuldades destes representantes se posicionarem frente a temas discutidos, sem antes saberem qual é a posição da comunidade; sugeriu-se que a comunidade deveria reunir para discutir previamente os assuntos enfrentados no FORUM DCA⁴⁸ e no FORMAD, através de uma organização do Presbitério, o que foi aprovado (COMUNIDADE, 1993, p. 46).

Naquela época, o campo pastoral da paróquia de Cuiabá estava vago, porque o Pastor Albérico Baeske se transferiu para São Leopoldo, RS. Foi ministrar aulas de Teologia Prática, na Escola Superior de Teologia - EST. A comunidade continuou com as suas atividades.

Normalmente, em situações assim, a comunidade paralisava suas atividades e aguardava a chegada de outro obreiro para realizar as funções pastorais e administrativas. Mas, nessa comunidade, não foi assim. Realiza sua assembleia geral sem obreiro⁴⁹ ou obreira. Todas as suas atividades comunitárias continuaram, sem interrupção. Decidiu aumentar e qualificar a sua atuação nos fóruns e entidades de direitos humanos. Significa que houve formação teológica e pedagógica que permitiu reconhecimento e autonomia comunitária.

3.4. CENTRO DE DIREITOS HUMANOS HENRIQUE TRINDADE - CDHHT

Deve-se levar em conta que a maioria das pessoas somente aprende com as experiências feitas por elas próprias. Isso explica, [...] e, em segundo lugar, a insensibilidade diante do sofrimento alheio (BONHOEFFER, 2003, p. 39).

⁴⁷ FORMAD- Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Organização da sociedade civil para discutir e fiscalizar ações de desenvolvimento que violavam direitos humanos e da terra, em MT.

⁴⁸ FORUM DCA: Fórum das Entidades não Governamentais da Criança e do Adolescente.

⁴⁹ OBREIROS E OBREIRAS: São pastoras, pastores, diáconos, diaconisas, catequistas, professores, enfermeiras, agrônomos, agrotécnicos que atuam na IECLB em um campo pastoral.

Para entender a solidariedade luterana em Cuiabá, importa fazer referência a alguns fatos significativos. A partir de 1980, a Igreja Católica do Rosário e a Igreja Luterana Araés se encontraram. Padres e pastores, diante dos clamores e das dores humanas provocadas pela violência policial e nas lutas por terra, trabalho e vida, realizaram encontros em conjunto. Debateram os assuntos com fundamentação teológica, pedagógica e prática social e ecumênica de acolhida das pessoas feridas e lutas por transformações. Edna Sores da Silva (2009) escreve que

O Estado de Mato Grosso na década de oitenta sofre o impacto negativo do modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar: grandes tensões no campo e na cidade (concentração de terra) e a ação ilegal e violenta dos agentes estatais, que redundam em práticas cotidianas de violação dos direitos humanos (SILVA, 2009, p. 309).

Havia violência e insegurança, pois, nos espaços de lutas justas, haviam agentes do estado infiltradas. O aparelho repressor da ditadura militar gerava insegurança. A situação exigia cuidados com a vida. Mas as lutas justas, segundo os militantes, deveriam continuar. Havia medo e desconhecimento por parte das vítimas. Henrique Trindade havia sido assassinado dentro de sua própria casa, no Capão verde, por agentes do Estado.

As igrejas foram espaços significativos de apoio e solidariedade. Segundo Edna (2009, p. 314), “as igrejas (Paróquia do Rosário e Comunidade Luterana de Cuiabá) ofereciam respaldo ao trabalho de denúncias, bem como os conflitos suscitados por estas questões, entre outras”.

Nesse tempo de crise, desafio e ameaças, para não expor a militância, a imprensa sempre foi atendida por padres e pastores⁵⁰. A história do Centro de Direitos Humanos

⁵⁰ **Nota de Hans Alfred Trein:** Do primeiro período do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade tem pouca informação. Lembro que, recém-chegado a Cuiabá, Passos e equipe me pediram para assumir a presidência do CDHHT. Mesmo recém chegando, acabei aceitando, e foi um tempo bem controvertido, pois ainda não estávamos bem consolidados. Na época, grassavam os crimes da toalha azul (Peninha), e fomos convidados para uma entrevista no programa “Bom Dia, Mato Grosso” (Passos acompanhou dos bastidores). A sede do CDHHT foi arrombada duas vezes, totalmente revirado. Com auxílio de financiamento de fora (intermediado por Hans Hoyer, na época baseado em La Paz ou em Lima, não lembro), compramos uma filmadora e tomamos vários depoimentos de pessoas que sofreram violação de direitos humanos. Alguns foram filmados na calçada em frente à nossa casa, na rua Trigo de Loureiro. (Hans Alfred Trein, enviado por e-

Henrique Trindade e as suas lutas de solidariedade ecumênica está na gênese da Comunidade Luterana de Cuiabá.

Para a sociedade de Mato Grosso e, em especial, para as igrejas ecumênicas, o Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade tem um significado importante na constituição de uma rede de solidariedade e de apoio mútuo na área de direitos humanos. O Centro nasceu a partir do encontro de comunidades que, diante da violação de direitos humanos, estavam isoladas e com pouca expressão e visibilidade. Da rede social de relacionamentos nasceu o Centro. Membros e fiéis de igrejas, pastores e padres, presbíteros, presbíteras, leigos e leigas construíram no Centro espaços de encontro, de apoio, de denúncia, de anúncio, de estudo, de oração, de solidariedade e de apoio mútuo. Por isso, quando tratamos da prática social, de direitos humanos e da prática diaconal da comunidade da IECLB em Cuiabá, faz-se necessária e significativa a reflexão a respeito da dinâmica do surgimento e do desenvolvimento dos trabalhos do Centro.

O Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade tem sua história ligada às lutas de diferentes homens e mulheres, a partir dos anos 1970. Pessoas individualmente ou ligadas a entidades sociais e igrejas ecumênicas perceberam os desafios na área da violação de direitos humanos. Entenderam que seriam necessárias a organização e a solidariedade. Assim, motivados pelo senso de justiça, pela fé e pelo amor, organizaram atividades em conjunto.

O surgimento do CDHHT ocorreu com a Primeira Semana de Direitos Humanos, realizada em Cuiabá, em 1983. Durante aquele período foi formada uma Comissão Provisória de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Era preciso fortalecer as lutas em defesa do cidadão e em respeito à sua dignidade. A atividade conseguiu grande repercussão na época, fortalecendo substancialmente os trabalhos até então desenvolvidos. A comissão, então, pesquisou sobre a violência e a modernização dos aparatos de repressão policial e promoveu a 'Jornada de Direitos Humanos' em favor da vida. Isso aconteceu no primeiro semestre de 1983 (CDHHT-Cartilha, 1998, p. 03).

Como entidade civil, de direito privado, ecumênico, sem fins lucrativos ou partidários, conforme o Estatuto Social, o Centro procurou parcerias locais, nacionais e

mail: hansatrein@gmail.com). VER ANEXO Nº 8: Entrevista com o Presidente do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade- 1983

internacionais e projetos de cofinanciamento. Dois anos após, o Centro Henrique Trindade conseguiu financiamento para suas atividades e passou a atuar com maior poder de luta. Com isso, “manteve equipe executiva com mais disponibilidade para desenvolver as ações de defesa e de promoção da cidadania” (CDHHT-cartilha, 1998, p. 05).

Entretanto, em sua caminhada, o Centro passou por dificuldades, como instituição. As principais razões foram a sua crise financeira e a definição de sua missão, na sociedade brasileira que acabara de elaborar uma nova Constituição, em 1988, e respirava ares de eleições diretas, democracia participativa por conselhos, na tentativa da construção de uma nação democrática. Já não era mais suficiente apenas denunciar a violação de direitos humanos e defendê-los. A sociedade mesma precisa ter as condições para assumir a cidadania e lutar por direitos humanos. Qual seria a finalidade do Centro, nessa nova realidade? Qual seria o lugar da Igreja? O Centro precisava se redefinir como instituição e envolver a sociedade. Segundo documentos encontrados, o desejo foi de que o Centro assumisse seu protagonismo de agregar pessoas e vítimas sofredoras de violência, acolhê-las, tratar de suas dores e sofrimentos. E tivesse certa autonomia em relação à Comunidade luterana e à paróquia do Rosário. Segundo a cartilha de Direitos Humanos (1998, p. 05) “Já em 1989, o Centro passou por um difícil processo de desestruturação. Apesar disso, encaminhou denúncias de repercussão internacional – após violações de direitos humanos, praticadas por agentes do Estado”.

Durante o ano de 1994, o Centro fez um diagnóstico de sua própria situação. Foram analisadas as ações e a estrutura do Centro, a defesa de direitos, o trabalho nas comunidades, a formação, as ações de solidariedade e articulação. Definiu sua missão e traçou perspectivas para os próximos anos. Depois da crise – quando da aprovação do projeto financeiro, em 1992 – o CDHHT retomou suas ações, já de forma sistematizada. Em 95, foi feito um novo projeto para dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos. A missão consta, na Cartilha de Direitos Humanos (1998, p. 05), sendo ela: “promover a ação de cidadania para construção de uma sociedade justa, superando todas as formas de violência”.

A partir do diagnóstico, o Centro definiu as atividades que, ainda no ano 2000, estavam sendo consideradas na elaboração de seu trabalho. O diagnóstico indicou sete ações

no planejamento de 1995. Foram suleadoras⁵¹ no processo constante de construção coletiva dos projetos do Centro. Destaco quatro ações do plano de trabalho do projeto:

1. Viabilizar mecanismos locais de recursos financeiros que possibilitem parte da sustentabilidade do CDHHT; 2. Ampliar quadro de associados do CDHHT, para uma maior inserção e sensibilização de outros segmentos na luta da cidadania; 3. Discutir a criação de novos núcleos de direitos humanos, no interior, consolidando gradativamente um movimento de direitos humanos dentro do estado; 4. Discutir estratégias que viabilizem um trabalho de formação e capacitação para a educação de direitos humanos a nível interno (equipe do CDHHT) e externo (sociedade civil) (CDHHT-Projeto, 1998, p. 29)

O Centro trabalhou para aumentar o número de seus associados, mas não foi suficiente ou não atingiu o impacto suficiente para criar a sua sustentabilidade. No relatório, consta apenas que ainda não deu certo. Por um lado, a inserção em segmentos para a cidadania teve seus problemas culturais e, em especial, o combate a programas de algumas empresas de rádio e televisão que fizeram apologia à morte e apoiaram a violação dos direitos humanos. Por outro lado, a visibilidade aumentou significativamente. Escolas municipais e estaduais solicitaram assessorias na área de educação em direitos humanos. Estagiários de graduação de Serviço Social, de Pedagogia, professorado da UFMT, membros da Igreja Luterana fizeram parte da rotina de trabalho e formação nos grupos do Centro. Teve participação efetiva em diversos Fóruns da sociedade civil organizada e parceria solidária com outras entidades coirmãs. A necessidade de formação da equipe foi reconhecida. Foram realizados cursos na área da espiritualidade, da gestão, da monitoria jurídica popular, estratégias de organização e gestão de rede. Teve importante apoio do Movimento Regional e Nacional de Direitos Humanos.

As outras 3 ações do programa, não mencionadas acima, referem-se à elaboração de material de informação, divulgação e formação em direitos humanos e cidadania. No período que esta pesquisa abrange, 1984 a 2000, em 16 anos, o CDHHT se destacou pela atuação intransigente na defesa e promoção da vida e contra a impunidade. Foi uma referência no estado quando se tratou de direitos humanos, tanto pelas denúncias que tem feito ao longo

⁵¹ "Suleadoras": Na ótica do Sul em oposição à ótica do Norte.

desses anos, quanto pelo papel mais propositivo e de assessoria que tem assumido e que resultou no projeto “Educar em Direitos Humanos e Cidadania” (1999/2001). Este projeto contém dois eixos. O primeiro eixo foi a educação escolar em direitos humanos na transversalidade. Em relação a esse tema, consta em CDHHT-Projeto (1998, p. 41) que:

1 Educação com temas transversais nas escolas – desenvolve-se em duas escolas da rede estadual, através de capacitação de professoras e técnicas para trabalhar em sala de aula com temas transversais: gênero, etnia, raça, cidadania e violência, com o intuito de criar uma cultura em direitos humanos e possibilitar a cidadania plena e ressignificação do sentido de vida numa dimensão do direito, respeito, solidariedade e promoção de direitos humanos e cidadania.

O projeto foi executado em duas escolas estaduais, em Cuiabá, sendo uma no centro da cidade, na escola Presidente Médici, no centro de Cuiabá. Ela funcionava nos três turnos, no ensino fundamental e médio, incluindo educação de jovens e adultos. Na época havia na escola mais de cinco mil alunos e 1.300 trabalhadoras e trabalhadores, entre professorado, corpo técnico, limpeza, segurança etc.

O Centro de Direitos Humanos oficiou formação continuada para trabalhadores na educação, na escola. Foram cursos mensais de 8h, durante dois anos, com as temáticas do projeto. E manteve assessoria pedagógica aos professores e às professoras durante três anos. Uma pedagoga foi mantida pelo Centro para fazer atendimento, semanalmente, na escola, dando apoio pedagógico e de material para professores e professoras elaborarem suas aulas no sentido da inclusão de direitos humanos na educação formal, na escola. A outra escola foi o CAIC do Bairro Sol Nascente, na periferia. A escola era menor. O trabalho do Centro foi em atividade de palestras, diálogos com a direção e professores.

O segundo eixo do projeto tratou da organização do movimento estadual e contou com a participação de outros quatro centros de direitos humanos, em Mato Grosso, para realização dos eventos formativos e organizacionais. No CDHHT-Projeto (1998, p. 41) consta que:

2 Movimento Estadual de Direitos Humanos – refere-se a formação e fortalecimento de Comissões e Centros de Direitos Humanos no interior com o intuito de que possam propor políticas públicas de direitos humanos e articular um movimento estadual de direitos humanos. No total há quatro Centros estruturados e cinco Comissões articuladas, no estado de Mato Grosso.

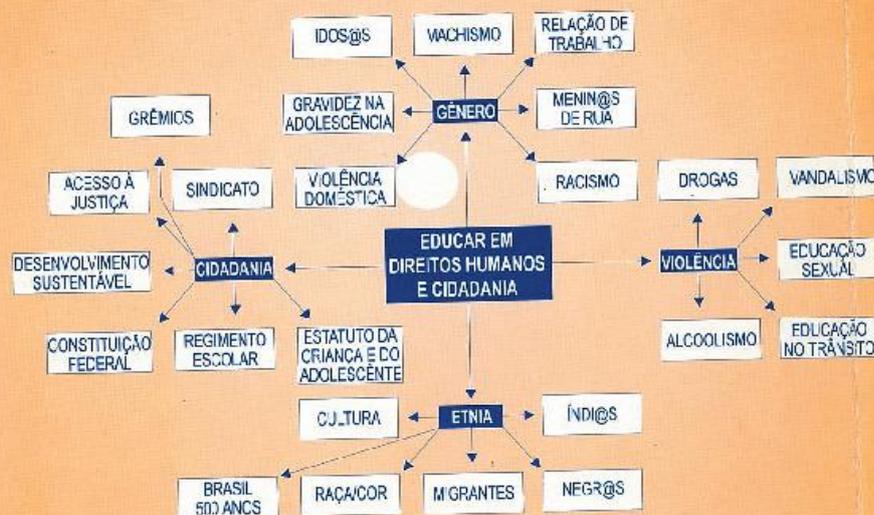
Em relação ao movimento estadual, com o incentivo e apoio do CDHH, foram criadas comissões municipais de direitos humanos e foram realizadas comunicações com todas as câmaras de vereadores do Estado. O Centro organizou, junto com igrejas e entidades parceiras, diversas atividades, as quais foram importantes para a fundação da Associação de Familiares de Vítima de Violência de Mato Grosso, fundada em 1998. Sua criação corresponde ao clamor das vítimas e de suas dores para viabilizar dinâmica de grupo de solidariedade. O Centro coordenou a articulação, em conjunto com outras entidades, a “I Conferência Estadual de Direitos Humanos: construindo uma proposta para Mato Grosso (15-18/7/99)”. Igualmente, junto com deputados, fez articulação para a criação da Comissão Permanente de Direitos Humanos de Assembleia Legislativa (RELATÓRIO, 2001, p. 12).

Como o Projeto “Educar em Direitos Humanos e Cidadania” se concretiza?

Concretiza-se a partir de duas linhas de ação:

1. **Formação de trabalhador@s da educação para trabalhar com temas transversais**, que são aqueles que perpassam pelos conteúdos das disciplinas, como cidadania, etnia e gênero, por exemplo.
2. **Criação e fortalecimento de Comissões e Centros de Direitos Humanos no Estado de Mato Grosso** bem como a formação de seus membros, para que possam propor e fiscalizar as políticas públicas de Direitos Humanos.

Complexo Temático



Entenda nosso Complexo Temático*

As temáticas abordadas em ambas as linhas de atuação estão contempladas no Complexo Temático, composto de um Núcleo Gerador (Educar em D.H.), e quatro Eixos Temáticos (Cidadania, Gênero, Etnia e Violência), que desdobram-se em vários sub-temas.

*Elaborado no ano de 2000 por Izábe Ferreira Garlatti, pedagoga e assessora do CDI-HI

Projeto 16: Projeto Educar em Direitos Humanos – CDDPH.

Fonte: Arquivo Sínodo Mato Grosso

O projeto foi executado em três anos de atividades educacionais, durante 1999 a 2001, na Escola Estadual Presidente Médici, em Cuiabá. MT, junto com, aproximadamente, mil profissionais da educação. E foram organizados comissões de direitos humanos em 21

municípios de Mato Grosso, pelo CDHHT, em parceria com a comunidade luterana, igreja do Rosário e Ministério Público Estadual.

A solidariedade das Igrejas Luterana e Católica Romana do Rosário, por causa das muitas dores e sofrimentos do povo que foi vítima de violência policial, sistêmica e capangagem, está na gênese da criação do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade. Uma ação necessária que parecia quase insignificante e tímida. Ela cresceu, visibilizando a temática dos direitos humanos na cidade de Cuiabá, Baixada Cuiabana e Mato Grosso. Afirmou a dissonância entre direitos humanos de todos e todas, que seria missão do Estado, e as práticas violentas e excludentes dos governos e seus sistemas privilegiados. Incluem-se nessa dissonância as visões e as práticas teológicas e pedagógicas de afirmação ou não da vida abundante da qual Jesus Cristo foi protagonista.

3.4.1 Clamor por solidariedade

Na militância, houve muitos conflitos, internos, no grupo, e externos, como prática da violência dos violadores de direito humanos contra quem os denuncia. O próprio clima de ter que lidar com conflitos e injustiças, as lágrimas e as separações por assassinatos. A impotência diante dos crimes provocados por quem tem o dever constitucional de preveni-los e evitá-los. Por ter que conviver com lutas por políticas públicas que não deram certo. Certamente, Karl Barth percebeu que foi necessário encontrar forças e vigor na comunhão e na reconciliação consigo mesmo, com as pessoas, com o ambiente e com Deus. Em suas palavras, o movimento ecumênico e social encontrou abrigo, acolhida, perdão, reconciliação e alimento para continuar com esperança.

Ajuda, Deus, a todos os que estão nesta casa - e também aos que se afastaram do bom caminho, aos aflitos, aos amargurados, aos que perderam a esperança nesta cidade e em todo o mundo – também aos detentos – aos pacientes hospitalizados – também aos que na política têm voz ativa e detêm poder – assim como aos povos que clamam por pão, justiça e liberdade e que, de forma sensata ou insensata, lutam por tal fim – também aos professores e educadores e aos jovens e às crianças sob sua

responsabilidade – também às igrejas de todos os tipos e orientações: que guardem e proclamam a límpida luz da tua Palavra.

Vemos tantas coisas ao nosso redor e em locais distantes que nos entristecem e desanimam, mas também nos podem deixar enfurecidos ou indiferentes.

Tu tens acesso a pessoas que não vemos, nem conhecemos, mas que para ti são acessos amplos e irrestritos.

Nessa certeza, queremos agora lembrar-nos dos enfermos de corpo e de alma, dos pobres e dos aflitos, dos migrantes, errantes e desorientados de todos os tipos. Nessa certeza, rogamos que concedas o espírito da sabedoria a todos aqueles que na igreja ou no Estado têm responsabilidade de deliberar, assessorar, tomar decisões, pronunciar sentenças, dar ordens. Aos trabalhadores e seu empregadores, aos professores e seus alunos, aos que escrevem livros e jornais e seus leitores. Todos nós precisamos que alguém ore por nós a partir da cruz [...]. (BARTH, 2013, p. 25-26; 35-36).

Barth toca na profundidade de vida e suas tramas. As comunidades viveram desafios de comunhão entre pessoas que perderam a esperança, aflitas, amarguradas. Lutaram juntos com povos que clamaram por pão, justiça, liberdade, dignidade. Reuniram-se em audiência com autoridades do legislativo, executivos, judiciário que fizeram e deixaram de fazer justiça.

Os relatos sobre espaços de solidariedade e a busca por eles evidenciaram uma sociedade em desencontros, entre achados perdidos, e as tentativas da reconstrução a partir das pessoas que sofreram.

3.5 ESPAÇOS DE SOLIDARIEDADE

Eu não acredito em caridade,
eu acredito em solidariedade.
Caridade é tão vertical:
vai de cima pra baixo.
Solidariedade é horizontal:
respeita a outra pessoa e
aprende com o outro.

(Eduardo GALEANO)⁵²

Depois que a ditadura militar se instalou e ficou durante 21 anos (1964-1985), no Brasil, era praxe corriqueira do Estado monitorar os movimentos sociais. Não somente monitorar, porque isso todo e qualquer governo faz. Mas identificar, cooptar ou matar

⁵² <https://kdfrases.com/frase/142433>

pessoas. Quando a cooptação não funcionava, então seguia métodos de perseguir, prender ou matar lideranças populares. Em outras palavras, nessa época do militarismo, o “modus operandi” era prender ou matar lideranças para dispersar os movimentos que lutavam, em solidariedade, por trabalho, terra, moradia, educação etc. Pessoas e grupos que se organizavam e lutavam por direitos humanos eram perseguidos.

Henrique Trindade foi uma dessas lideranças no campo, entre posseiros, e presidente da associação. O nome do Centro está ligado à própria história do trabalho e do surgimento do Movimento de Direitos Humanos em Mato Grosso. Está nos registros do Centro. “Henrique Trindade foi um trabalhador e uma liderança na luta pela Reforma Agrária. Trindade era um homem simples como os demais 170 colonos que, na sua época, trabalhavam há mais de vinte anos na posse, em de Capão Verde, a 70 Km de Cuiabá, com suas famílias” (RELATÓRIO, 2001, p. 04).

A terra dos posseiros de Capão Verde era cobiçada por latifundiários. Eles tinham a estratégia de cooptar as lideranças. Por isso, “em sua caminhada pela defesa da Reforma Agrária, Henrique Trindade recebeu inúmeras propostas de grandes fazendeiros para que desistisse da terra em troca de benefícios pessoais. Mas ele sempre recusou” (PROJETO, 1998, p. 01).

Como ele não cedeu às pressões passou a ser ameaçado. Henrique, junto com uma comissão de posseiros, procurou ajuda, em Cuiabá. Procurou a Igreja do Rosário, a Igreja Luterana e entidades da sociedade civil. No entanto, a partir de julho de 1979, foi iniciada uma perseguição acirrada pelos supostos proprietários da Fazenda Corema, naquela área, onde os colonos estavam em situação de posse, na terra da união, há mais de 20 anos. O trabalhador simples que, hoje, empresta seu nome ao Centro de Direitos Humanos, então, foi à luta. “Ele procurou parlamentares, denunciou as ameaças à Secretaria de Segurança Pública e cobrou insistentemente uma solução por parte da Superintendência do INCRA, em Mato Grosso, para o problema da terra” (CDHHT-Projeto, 1998, p.06).

Henrique Trindade foi assassinado em 4 de setembro de 1982, em seu barraco, em Capão Verde, a 70 km de Cuiabá. Entre os acusados do crime, encontrava-se o delegado

regional de Diamantino, na época. Mais 4 capangas que foram juntos com o delegado para a empreitada que resultou no assassinato de Henrique Trindade à bala.

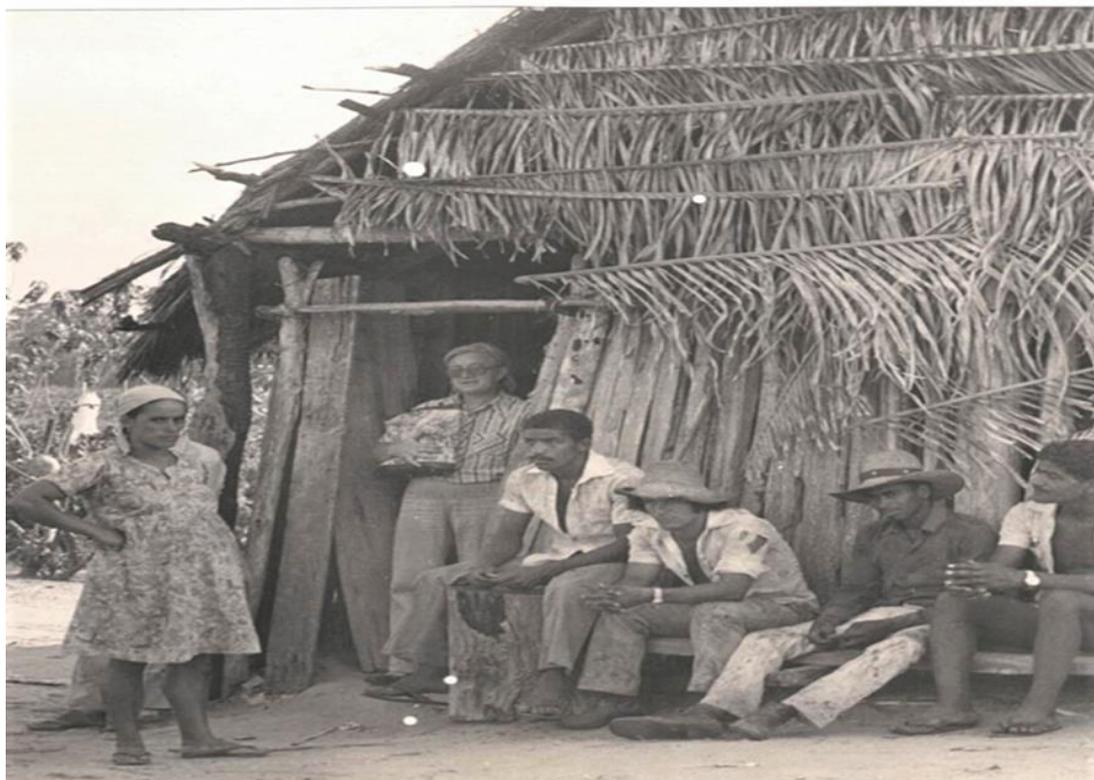


Foto 17: Casa de Henrique José Trindade e família. Capão Verde, Alto Paraguai, MT.⁵³

Fonte: Arquivo Comissão Pastoral da Terra Mato Grosso

Na foto, à esquerda, Dona Odomila, esposa de Henrique José Trindade, gestante de 8 meses, no dia do assassinato do marido.

⁵³ Em 4 de setembro de 1982, por volta das 20:00 horas, Henrique José Trindade, posseiro, foi assassinado perto de sua casa, no município do Alto Paraguai no Estado do Mato Grosso, por um grupo de seis pessoas supostamente chefiadas pelo delegado de polícia Nelson Tokashike. Segundo consta do inquérito policial, o delegado Takashike e seus supostos cúmplices se dirigiram à gleba de Henrique Trindade sob o pretexto de prendê-lo [...]. Ao chegarem à casa de Henrique Trindade, encontraram-no em trajes íntimos, o qual se dirigiu a seu dormitório para trocar de roupas. Enquanto se vestia, ordem dada pelo comissário de polícia Ataíde, estes entraram em seu cômodo atirando e ferindo o posseiro no braço. No local do crime encontrava-se também a esposa de Henrique, Odomila Paimel Franco, grávida de oito meses, que presenciou o ocorrido e fugiu para casa de seu pai levando consigo duas crianças que ali estavam (PETIÇÃO, 2007, p.9).

Ao saber do homicídio, o Dr. Luis Augusto Passos, na época, padre na Paróquia Rosário, compôs uma música de lamento.

Foi no Mato Grosso, Estado ilusão/ Tem mais uma cruz, plantada neste chão / E em Campão Verde, Alto Paraguai / Que a morte de Henrique Trindade da nossa mente não sai. A morte de Henrique/ grita a justiça no chão/ o sangue de Henrique/ não poderá ser em vão/ A morte de Henrique/ grita pro povo de Deus/ grita, grita/ Justiça na terra e no céu. Lábios retalhados, mas a voz não cala/ Um olho arrancado, o outro tiro e bala/ Odomila forte, em paz, junto a cruz/ Vence a tua morte, dando um filho teu a luz (PARÓQUIA,1982, p. 10)

Ninguém foi condenado, nem preso. O processo foi extinto pelo judiciário, que alegou que os acusados não foram localizados para dar seus depoimentos, apesar de alguns serem funcionários públicos (no caso, o delegado de polícia) e receberem o seu provento do Estado. Assim,

Por tudo isso, os fundadores do CDHHT resolveram adotar o nome desse lutador que sonhou e buscou incansavelmente a democratização da terra. A principal intenção é que o nome de Henrique Trindade ecoe sempre onde não existirem a Justiça e a dignidade. Ele deve ser lembrado sempre como um marco na luta e na certeza de que, ao homem, cabe o direito legítimo de viver com dignidade (CDHHT-Projeto, 1998, p.06).

Como não houve justiça, no Brasil, o caso Henrique Trindade foi encaminhado, em 1998, ao Comitê Interamericano de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA). No espaço temporal desta tese, a denúncia estava tramitando no comitê e prestes a ser lido e analisado pela plenária do organismo.



Foto 18: Henrique José Trindade no local onde seu corpo foi localizado. Manifesto público por justiça.⁵⁴.

Foto: Arquivo da Comissão Pastoral a Terra de Mato Grosso.

⁵⁴ Depois dos tiros no interior da casa, a vítima saiu em disparado para pelo roçado em direção à mata. “Não há testemunhas do que teria ocorrido a Henrique Trindade após sair de sua residência. Há suspeitas de que a casa estava cercada e que as pessoas que acompanhavam o delegado Takashike e o comissário de polícia Ataíde Ribeiro Taques o encurralam e cometeram o assassinato. O corpo de Henrique foi encontrado no dia seguinte por moradores da região debaixo de uma árvore, cerca de 1 km de distância do local onde ocorreu o confronto, com um olho arrancado, o outro furado, o lábio inferior cortado e apresentando marcas de três balas nas costas” (PETIÇÃO, 2007, p. 9).

A chave dos encontros das comunidades ecumênicas e entidades em formação, em Cuiabá foi a solidariedade com as pessoas violentadas, perseguidas, torturadas, mortas. Solidariedade com as que lutaram por justiça. A solidariedade foi com as famílias das vítimas. Os direitos humanos encarnados na vida cotidiana das “pessoas que sofrem” foi o rosto dessa solidariedade, no sentido sociológico, antropológico. É o amor vivido na comunhão. E comunhão no sofrimento, no desejo de estar em comunhão, muito significativa para as pessoas presas, doentes, feridas, machucadas no corpo e na alma, solitárias, perseguidas que não podiam compartilhar da comunhão. “É graça de Deus uma comunidade poder reunir-se neste mundo, de maneira visível, em torno da Palavra [...]. Nem todos conseguem compartilhar dessa graça” (BONHOEFFER, 2015, p.10). O Centro e a Associação Familiares Vítimas de Violência foram espaços de solidariedade.

Pelos documentos encontrados (atas, relatórios, cartas, projetos e avaliações) foram quatro aspectos de reconhecido valor. Faço o resumo dos mesmos: 1. A vida e a morte: Relatos das pessoas, ao virem ao encontro do Centro, notícias nos meios de comunicação de massa e visitas aos locais de conflitos. Deram a dimensão dos problemas. 2. A Palavra, o ensino da comunhão nas dores, a misericórdia e o amor na prática. A espiritualidade ecumênica que iluminou a realidade e fortaleceu as pessoas abatidas e tristes. Deu sentido à vida 3. A dignidade humana, no pensamento filosófico, impactando os direitos das pessoas, não do Estado. Os direitos humanos, construídos pela humanidade e, portanto, seu patrimônio histórico, deram a legitimidade das lutas. 4. As ações no Estado, em relação à justiça e segurança. As ações de articulação, de formação e educação. As celebrações públicas pela fé e da vida. A poimênica e a dinâmica de grupo, centrada nas vítimas e em suas esperanças, criaram e fortaleceram laços e construíram comportamentos solidários. Deram a dimensão das lutas contra a impunidade, pela vida e pela justiça.

Na gênese da constituição de formação do espaço da solidariedade, estão fatos concretos. Assim escreve Spellmeier (2009):

No início dos anos de 1980, um posseiro de nome Diversindo foi baleado por pistoleiros, em Colorado D'Oeste, Rondônia. Ele sobreviveu, mas corria risco de morte. A Coordenação Novas Áreas de Colonização IECLB, a Comunidade Evangélica Luterana de Cuiabá e a Paróquia Católica de Rosário decidiram trazê-lo para Cuiabá para que se recuperasse e pudesse reiniciar uma nova vida. Para mim,

pessoalmente, este foi o fator mais importante. A prática de relacionar fé e vida (também política), a luta pela terra, a reforma agrária, a vontade de relacionar a justiça de Deus (gratuita) com a justiça na sociedade (a ser conquistadas às duras penas) levaram quase que automaticamente ao envolvimento com a questão dos Direitos Humanos (SPELLMEIER, Carta, 2009, p. 02).

A gênese da defesa da vida: o contexto social impulsionou a perguntar por espaços de solidariedade. Trazer Diversindo para Cuiabá para que pudesse fugir do espaço de ameaças à sua integridade física, estar em espaço de acolhida segura, fazer tratamento de sua saúde e reiniciar nova vida demandou espaço de solidariedade. “Onde ele vai ficar?” Perguntou-se. Foi criado um espaço. A partir desse fato, a Igreja Luterana (IECLB) e a Igreja do Rosário iniciam a construção de espaços ecumênicos de solidariedade. A atividade foi encaminhada para a organização de um Centro de Direitos Humanos.

Em Mato Grosso, havia dezenas de pessoas com interesse por grandes extensões de terra e, por outro lado, milhares de pessoas em busca de uma pequena área de terra em que fosse possível reorganizar a vida delas e das suas famílias. Nesse conflito, poder público e grileiros, em algumas regiões do Estado, uniram-se para impor o modo de produção e de propriedade da terra exclusivista. Era normal encontrar agentes de segurança do Estado e jagunços expulsando posseiros, em algumas partes do Estado. Um desses exemplos foi o caso Henrique Trindade, em Capão Verde, Alto Paraguai, MT.

A casa de Henrique José Trindade foi espaço de vida. O Estado a transformou em casa do horror, do sinistro e da morte. Em torno de 170 famílias, há mais de 30 anos, já naquela época, viviam na localidade de Capão Verde, em Alto Paraguai, MT, onde Trindade foi posseiro. Embora a terra seja fértil, produziram apenas o suficiente para viverem com dignidade. Entretanto, a cobiça subiu à cabeça de algumas pessoas influentes da região. Uma dessas pessoas foi um senhor português, que, já possuía uma área de terra maior na redondeza, mas ele queria a terra toda para si. Por isso, fez proposta de compra da terra dos posseiros, por valor irrisório. Como não havia interesse dos posseiros de saírem dali, ele os ameaçou com despejo, já que a terra era da União, e eles eram posseiros. O povo se organizou, sob liderança de Henrique Trindade. Permaneceu na área, plantando suas pequenas lavouras e hortas. Após 3 anos de impasses, jagunços, policiais civis, inclusive o delegado da

cidade de Diamantino, foram à casa de Trindade e o mataram, em 4 de setembro de 1982, num sábado à noite.

O caso Henrique Trindade passou por todos os trâmites institucionais, no Brasil. Apesar de os réus terem confessado o crime e de o Ministério Público ter feito a denúncia, a impunidade continuou. Em 2006, o judiciário de Mato Grosso decidiu pela extinção do processo. Declara o juiz, em seu despacho, que não há como punir, depois de percorrido tanto tempo, ou seja, 24 anos.

Foram o fazendeiro e os policiais que mataram Trindade, sem haver processo, nem denúncia formalizada contra ele. Esse grupo formou um conluio e o matou, na certeza da impunidade. Tudo indicava que seria mais um caso de violência contra as populações mais vulneráveis que ficaria impune. No entanto, a própria entidade encaminhou o caso para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, da OEA (Organização dos Estados Americanos), em Washington. O caso foi aceito, sob nº 12.200.

A petição encaminhada pelos peticionários à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos

Ressalta-se que não é incomum que as relações sociais, seja de amizade ou familiar, dos mandantes dos crimes, em geral fazendeiros com muito poder político e econômico, integrem os agentes públicos responsáveis pela investigação ou ação judicial relacionada aos fatos, uma vez que os mesmos fazem parte da mesma classe social (PETIÇÃO, 2007, p.5).

O movimento popular perdeu Henrique Trindade e muitos outros, mas o fato representou, também, uma vitória para as pessoas que, durante anos e décadas, lutam por melhores condições de vida. A persistência e a resiliência do povo que sofre foram fundamentais para que o caso não caísse no esquecimento.

Em memória à luta dos posseiros, nasceu um espaço de solidariedade. Nasceu o Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, em Cuiabá, no dia 07 de julho de 1984. A entidade atua até hoje, sendo um referencial de defesa, promoção e educação em direitos humanos e cidadania.

O movimento social de Cuiabá se uniu, juntamente, com a família Trindade. A luta por justiça foi um aprendizado. O caso educou para a esperança do povo. Acompanhamos o sofrimento da família e dos amigos. Quantas dores! Quantos clamores nos cultos! Nas celebrações ecumênicas! Entendemos que Deus ouviu o clamor, quando a corte decidiu aceitar o caso e interpelar o País. A vida de um simples posseiro, embrenhado em Capão Verde, num lugar esquecido, no meio de um povo sofrido, 25 anos após sua morte, é tema da reunião de Corte Interamericana de Direitos Humanos⁵⁵, reunida em Washington!

O caso Henrique Trindade educa para a prática da transparência e da justiça. A sua luta, que segue após sua morte, foi uma proposta de trabalho social de solidariedade, o reconhecimento público da importância da vida de todas as pessoas.

Foram criados espaços de solidariedade, como a comunidade, o centro de direito humanos, nas praças. No entanto, a solidariedade não está ligada a espaços. Ela é postura de vida. Ela é praticada em todo tempo e em todo lugar. Se a igreja não for solidária com quem sofre as dores de mundo, ela não pratica a misericórdia, o amor e a justiça. Veja o diálogo de Jesus Cristo e o senhor da Lei, no Evangelho (BÍBLIA, Lucas, 10, 25-37):

E eis que um certo homem, um perito na lei, levantou-se para pôr Jesus à prova e lhe perguntou: ‘Mestre, o que farei para herdar a vida eterna?’

‘Então, Jesus lhe perguntou: O que está escrito na Lei? Com interpretações?’

A isto ele respondeu: Ama o Senhor, o teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento e ama o teu próximo como a ti mesmo.

Disse Jesus: Tu respondeste corretamente. Faze isto, e viverás’.

Mas ele, querendo justificar-se, perguntou a Jesus: ‘E quem é o meu próximo?’

Jesus prosseguiu, dizendo: certo homem descia de Jerusalém para Jericó, e veio a cair em mãos de salteadores, os quais, depois de tudo lhe roubarem e lhe causarem muitos ferimentos, deixando-o semimorto.

Casualmente, descia um sacerdote por aquele mesmo caminho e, vendo-o, passou de largo.

Semelhantemente, um levita descia pro aquele lugar e, vendo-o, também passou de largo.

⁵⁵ A OEA (Organização dos Estados Americanos) é um organismo do continente americano que recebe, aceita, ouve e julga casos de violação e direitos Humanos, quando aos países se omitem em aplicar corretamente a justiça.

Certo samaritano, que seguia o seu caminho, passou-lhe perto e, vendo-o, compadeceu-se dele.

E, aproximando-se, enfaixou-lhe as feridas, aplicou-lhes vinho e óleo. Depois colocou-o sobre o seu próprio animal, levou-o para uma hospedaria e cuidou dele.

No dia seguinte, deu dois denários ao hospedeiro e disse-lhe: ‘Cuide deste homem e, se alguma coisa gastares a mais, eu vou te indenizar quando voltar.

Jesus perguntou: qual destes três te parece que foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos salteadores?

Respondeu o homem da lei: aquele que usou de misericórdia para com ele. Então, Jesus disse: Vai e procede tu de igual modo.

O “vai e procede tu de igual modo” é o mandato que a comunidade recebeu de Jesus. Ser solidário é, ao mesmo tempo, o agir solidário da comunidade, coletivamente, em todas as situações. Ser solidário é cuidar das feridas do outro e da outra. Solidariedade é a expressão prática de sensibilidade diante do sofrimento alheio. É viver e “compreender a ler a história a partir das pessoas que sofrem”, segundo Bonhoeffer (2003, p. 40).

A comunidade pode optar por passar ao largo das pessoas feridas ou se compadecer delas e usar misericórdia para com elas. O sacerdote e o levita, pessoas piedosas, não se aproximaram delas. Na vida das pessoas e das comunidades luteranas fatos se impuseram. E, muitas vezes, não eram esperados. E exigiram atitudes. Segundo Witter (2019, p.159), “O culto estava agendado para as 14h. Foi na escola de madeira que o pessoal mesmo construiu. Tudo organizado, as pessoas da comunidade já estão sentadas, com o altar, uma mesa improvisada, tudo preparado”.

Naquele culto, um fato exigiu atitude. “Vejo um adolescente que vem correndo pela trilha debaixo, chorando. Num falar quebrado, diz que sua mãe está muito doente e grávida. Ela está sendo carregada pela trilha do mato numa rede,” (WITTER, 2019, p. 159-160). A mulher estava desfalecida, com malária. Dois presbíteros da igreja saíram do culto e foram ao encontro dela, numa picada de 60 km no meio da floresta. Deram suporte para que Dona Conceição, a mulher doente, pudesse ser cuidada no posto da SUCAM⁵⁶. “No regresso deles, cinco horas depois, relataram para a comunidade o ocorrido e fizeram oração em conjunto pela saúde geral.”

⁵⁶ SUCAM: Superintendência de Campanhas de Saúde Pública. Na prática, eram postos de saúde instalados nas vilas dos assentamentos para cuidar, especialmente, de doenças tropicais.

Dona Conceição e seu filho eram de cultura e etnia diferentes da maioria das pessoas conhecidas na comunidade, ou seja, não eram conhecidos naquela comunidade. Mas as lágrimas do adolescente e a dor da mãe sensibilizaram a todos. A comunidade mudou a sua rotina. E praticou a solidariedade. A solidariedade não tinha lugar, nem hora, porque em todo o espaço e em todo tempo ela foi praticada. Ela foi um modo de ser e viver a fé e o amor. Ela não foi apenas parte da comunidade. Mas ela foi a própria comunidade. Igreja deixaria de ser igreja se não praticasse a misericórdia e não fosse solidária. Celebração e solidariedade não se excluíam, mutuamente. Pelo contrário, estavam em comunhão. Assim como um corpo animal ou humano não pode viver sem sangue e sem água, a comunidade não podia existir sem fé, comunhão e solidariedade. São elementos conectados. São constituídos em simbiose.

As praças de Cuiabá foram palcos de solidariedade, de acolhida de famílias feridas, sofredoras. Locais de encontros, de celebrações de consolação e de manifestos de denúncias. As comunidades ecumênicas e de direitos humanos, temendo que as memórias das vítimas fossem apagadas e esquecidas, edificaram monumentos em praças da cidade. Em parceria com o escultor Jonas Correa Neto, o movimento de direitos humanos ergueu três monumentos.



Foto 19 – BETINHO : Ação da cidadania, na Praça da República, em Cuiabá, MT

Fonte: arquivo pessoal do autor

Um deles é em memória das lutas de solidariedade na Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida. A ação foi criada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a partir do movimento pela ética na política, em 1993. Betinho faleceu em 09 de agosto de 1997, em consequência de uma hepatite do tipo A, adquirida, como a Aids, em transfusão de sangue. O movimento popular de direitos humanos, junto com Jonas, edificou o monumento na Praça da República, em Cuiabá, em 10 de agosto, um dia após seu falecimento. Como havia muitos grupos de ação da cidadania na baixada cuiabana, o momento entendeu que deveria homenagear Betinho, por sua luta pela vida, e animar a continuação da ação em solidariedade das pessoas que sofrem pela fome e miséria. Segundo Lopes (2019, p. 3),

A Ação da Cidadania, do Betinho, foi um movimento muito importante e significativo, em Cuiabá. O movimento de direitos humanos articulou um conjunto de entidades e personalidades. Promoveu seminários, palestras e distribuição, principalmente, de alimentos. E discutiu sobre ética na política, justiça social e ambiental, tendo grande adesão da sociedade (LOPES, 2019, p. 3).

Foi um movimento forte, no início da década de 1990. A distribuição de alimentos, a organização da cooperativa e a formação profissional dos trabalhadores no lixão de Cuiabá, em parceria com a prefeitura municipal, e a conscientização política popular foram importantes para a promoção humana e justiça social. Também as crianças da comunidade participaram com estudos bíblicos sobre cuidados ambientais e propostas sobre justiça ambiental, e, para tanto, tiveram audiência com o prefeito de Cuiabá, na época, em 1990. Em 1993, o grupo de 20 crianças do culto infantil da comunidade luterana, durante quatro domingos, estudou o tema cuidados com o ambiente, partindo da compreensão bíblica de que Deus criou a terra, segundo o livro de Gênesis, capítulo 1, versículo 1 até capítulo 2, versículo 4a, e o ser humano deve zelar pela criação. Elaborou um documento sobre as águas pluviais e esgoto, revelando a situação das águas em Cuiabá. Consta nos arquivos da comunidade de Cuiabá, um relatório escrito pelo Sr. Haroldo Klein, um dos coordenadores do projeto. “[...] elaboramos uma carta ao prefeito Dante Martins de Oliveira, solicitando a ativação da estação de tratamento de esgoto da região do Bairro do Porto e também da sua interligação aos bairros com tubulação exclusiva para esgoto, separado da tubulação de águas pluviais” (1993, p. 02). O grupo, conjuntamente com as 20 crianças entre 05 e 11 anos de idade, foi recebido pelo prefeito, que prometeu às crianças se empenhar na realização das obras.

A terra toda geme de dores, juntamente com a humanidade sofredora. Ambos têm dignidade. Tem direitos humanos e direito da terra. Amar a cidade significa cuidar dela, de sua gente e de todo ambiente, incluindo carinhosamente todo território. Compreender a história a partir dos sofredores, segundo Bonhoeffer (2003), a ver da dignidade, dos direitos significa incluir as dores da terra. A solidariedade comunitária com a terra foi a expressão significativa das crianças da comunidade.

O segundo monumento que foi colocado na praça da República, em Cuiabá, foi a escultura da Deusa Themis, símbolo da justiça, denunciando indiferença na prática da justiça

em favor de crianças, adolescentes, indígenas, sem teto, sem-terra, mulheres, moradores na rua, pessoas presas. Foi colocado em 10 de dezembro de 1998, lembrando os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A escultura na praça é imponente, de ares pomposos, com os olhos vendados. Na sua mão esquerda ergue uma balança e na direita traz um punhal descansando. Ao seu redor, encontram-se esculturas de seres tristes e miseráveis, esperando por justiça, os quais, segundo Witter (2018, p. 12), “Por falta de justiça, vivem situações de vulnerabilidade. Foram feitas vítimas da falta de políticas públicas justas. São pessoas idosas, negras, mulheres, indígenas, deficientes, empobrecidas, prisioneiras, adolescentes, jovens, crianças, gente violentada de diversas formas”.



Foto 20: Deusa Grega Themis, símbolo da justiça, na Praça da República, em Cuiabá.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Junto com o monumento foi colocada uma placa com escritos do jornalista João Negrão. Mais cruel do que a situação que ela mostra, é a própria vida cotidiana das pessoas

que sofrem na própria pele, na alma, na psique e no corpo a dor da exclusão social, da desigualdade econômica, cultural, social, da indiferença, da violência e da vingança do Estado e da Sociedade.

A respeito dessa realidade denunciada pela escultura, o jornalista João NEGRÃO (1998) escreve, numa placa colocada ao lado da escultura,

Não haverá justiça neste país, enquanto a mão que deveria empunhar a espada da verdade, pender ao ouro e abandonar as leis que devem proteger a dignidade humana. Justiça nunca haverá por aqui enquanto os olhos, que deveriam velar pela imparcialidade, continuarem distinguindo raças e condições sociais, vedados à miséria e atentos a opulência.

O jornalista João Negrão expressa sua indignação diante da ausência de justiça. Descreve a justiça como seletiva ou o judiciário brasileiro que julga privilegiando critérios segundo a riqueza, a cor da pele e as condições sociais, econômicas e culturais. A parcialidade seria o “modus operandi” do judiciário. A dignidade humana não seria um critério para julgamentos, mas os privilégios de ricos e poderosos que comandam o judiciário. Eles mesmos ficaram impunes.



Foto 21: Monumento dos adolescentes mortos no Beco do Candeeiro, Cuiabá, MT

Foto: Arquivo pessoal do autor

O terceiro monumento foi erguido e inaugurado no Beco do Candeeiro em memória de três adolescentes assassinados, na Praça do Beco, em 10 de julho de 1998. O monumento aos adolescentes, bem como os dois anteriores, foi feito pelo escultor Jonas Correa, em parceria com o Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, em 1998. O Centro traz na sua memória a história da vida e da morte de adolescentes, no Beco do Candeeiro. O monumento retrata o fato ocorrido no dia 10 de julho de 1998, quando, numa noite cuiabana fria, os adolescentes Adilei Araújo, de 13 anos, Reginaldo de Magalhães (conhecido como Nado), 16, e Edgar de Almeida, 12, foram baleados na cabeça, enquanto dormiam na pracinha do Beco do Candeeiro. Nado foi executado com cinco tiros de pistola, disparados à queima-

roupa. Adilei e Edgar chegaram a ser levados para o Pronto Socorro Municipal de Cuiabá, onde morreram.

Na denúncia apresentada pelo Ministério Público Estadual, Jair Cândido da Cruz foi acusado de ter tentado matar a testemunha, dois dias depois da chacina do Candeeiro, o andarilho Silvio Magrão, que teria presenciado os crimes. O processo correu na 13ª Vara Criminal de Cuiabá. Magrão foi ouvido durante a fase de inquérito, mas não foi localizado para depor no processo judicial. Sob proteção da Divisão de Operações Especiais (DOE), ele forneceu detalhes do pintor que só foi preso cerca de um ano depois. No entanto, por falta de provas, ele foi liberado (WITTER, 2018, p. 12-13).

Enquanto a Justiça “amassava barro” e não saía do lugar, foi colocado o monumento em sinal de grito por justiça, mas parte da sociedade não concorda com ele, pois o destruiu por duas vezes. E, por duas vezes, o movimento o reconstruiu. Hoje, o signo está lá, em posição de defesa, de morte e de clamor pela vida. Resiste o signo, como resiste a vida ameaçada.

Os monumentos, nas praças, em Cuiabá, foram erguidos para serem importantes instrumentos de preservação da memória, de denúncias e de monitoramento das políticas públicas.

3.6 LUTAR NO ESPAÇO PÚBLICO

A mensagem ‘pública’ da Igreja cristã, no que se refere aos problemas do mundo, não poderá ser divorciada do seu testemunho ‘interno’, já que este implica naquela. Assim, a Igreja não pode condicionar seu testemunho público aos interesses de ideologias políticas momentaneamente em evidência, ou a grupos e facções que aspiram ou mantêm o poder. Em seu testemunho público, não poderá ela usar métodos incompatíveis com o Evangelho. (MANIFESTO DE CURITIBA, 1970, p. 02)⁵⁷

Após 1964, instala-se um clima de perseguição, silêncio, espionagem e confrontos, no Brasil. A violação dos direitos humanos se torna corriqueira, ocorrendo prisões arbitrárias, torturas e desaparecimento de pessoas. As diferentes igrejas, no Brasil, dividiam-se entre

⁵⁷ Manifesto de Curitiba: anexo nº 1.

apoiar o regime, opor-se a ele ou mostrarem indiferença ao que ocorria. Aos poucos, as igrejas históricas aprenderam a levantar a voz diante do poder. Pergunta-se, no entanto, sobre a contribuição da IECLB. Nesse sentido, é pertinente a reflexão de Streck (1986):

Com o passar do tempo, o órgão de debates e os encontros entre estudantes e pastores concentra-se, como também o fazem concílios e encontros em outros níveis na Igreja, na reformulação interna da própria IECLB. Tem fundamento a suspeita de que, quanto mais são cortados, inibidos e censurados os passos da IECLB na sociedade em que se situa, tanto mais ela se volta para dentro de si. Ao invés de tentar compreender com mais profundidade a realidade que a cerca, procura identificar os seus próprios problemas. E toda a energia é dirigida para transformações internas (STRECK, 1986, p. 140).

Entretanto, os acontecimentos na IECLB nunca são lineares, nem unânimes, nem uniformes. Se, por um lado, a suspeita é que os conflitos externos fazem com que a IECLB se feche em si mesma, por outro lado, surgem espaços e vozes que fazem frente aos desafios da sociedade. [...] “Já que no etno-luteranismo brasileiro (IECLB) existe uma relação dialética que o está modificando: há tendências internas à Igreja que buscam responder aos desafios colocados pelas mudanças estruturais da sociedade” (BOBSIN, 1989, p. 225).

As perguntas que se levantam são: Existe, na IECLB, um referencial comum de atuação, em termos de direitos humanos? Os concílios e seus documentos têm reflexo nas práticas sociais das comunidades? A inserção da IECLB tem momento histórico ou fato fundamental que a fez pensar além de seus próprios horizontes? A Igreja, com a contribuição da IECLB, tem em vista um projeto alternativo de sociedade com crítica e prática reflexiva fundamental de sociedade e de relações de poder, com base em direitos humanos?

As perguntas, também, referem-se às comunidades de migrantes que estavam nascendo, naquela época, em Mato Grosso. É nesse contexto social, econômico e político brasileiro que as comunidades do interior do Brasil estavam se esvaziando. Os membros estavam indo embora de seus locais de origem por causa da crise causada pelo regime militar e sua política econômica e social.

Tendo em vista o tema deste trabalho, é importante um olhar sobre os relatórios dos pastores presidentes, decisões conciliares e mensagens da IECLB, desde 1970. Sei que, muito

antes, havia vozes internas sobre sua inserção na sociedade brasileira. Já em 1950, a Federação Sinodal se entendeu como igreja no Brasil e se considerou “em corresponsabilidade para a formação da vida política, cultural e econômica do seu povo” (DREHER, 1988, p. 456). O processo de discussão e inserção da IECLB na realidade política, econômica, social do Brasil esteve presente ao longo de sua história, em maior ou menor escala. A própria Constituição da IECLB, em 1968, no seu Art. 3º, diz que o fim e a missão é “estimular a vida evangélica em família e sociedade”. Mesmo que timidamente, ela se entende inserida na realidade brasileira.

A V Assembleia da Federação Luterana Mundial estava agendada para acontecer em Porto Alegre, em 1970. Mas, por posições não claras da Igreja diante do regime militar e das violações de direitos humanos, a assembleia foi transferida, de última hora, para Evian, na França. Foi um ato difícil imposto pela FLM⁵⁸ à IECLB. Mas foi significativo, porque fez a Igreja repensar seus posicionamentos. No mesmo ano, a igreja se posicionou a favor do “documento Manifesto de Curitiba. Foi momento significativo para o posicionamento mais claro da Igreja diante de problemas brasileiros” (SCHNEIDER, 1989, p. 149). É possível perceber que a Igreja estava sendo pressionada e precisou se posicionar. Gottschald (1972) alerta que

Por isso é essencial que a Igreja, obediente unicamente ao seu Senhor, e sem ceder a pressões, venham de onde vierem, cumpre em liberdade sua missão genuína de levar a mensagem libertadora e salvadora de Jesus Cristo ao homem de hoje, conhecendo a fundo sua existência e valendo-se para isso também de possibilidades e meios modernos e adequados (GOTTSCHALD, 1972, p.2).

Assim, a igreja não pôde ficar indiferente. Ela se viu diante das dificuldades de seus membros e teve de se posicionar sobre a situação dos pequenos agricultores, a migração interna para as novas áreas, para as cidades e a proletarização de seus membros. Nesse despertar para a realidade brasileira, a Igreja tem discussões internas significativas, segundo Gottschald (1972):

[...] a predileção pelos fenômenos sociais, o impacto de novos conceitos morais, a influência de uma teologia voltada de maneira unilateral ao engajamento social e político, a aversão contra tradicionais estruturas eclesiais e a controvertida

⁵⁸ FLM: Federação Luterana Mundial é a organização que reúne a maioria das igrejas luteranas dos países do mundo. Sua sede é em Genebra, na Suíça. A IECLB está filiada à FLM.

avaliação da nossa situação sócio-política, ainda em fase de conflito com forças do passado. Estes e outros fatores geram também dentro da IECLB uma pluralidade de opiniões e mesmo divergências profundas (GOTTSCHALD, 1972, p. 01).

As discussões internas levaram à tomada de posições e à formulação de documentos. No concílio de 1970, foi aprovado o Manifesto de Curitiba. Em 1972, foi o guia Nossa Fé-Nossa vida (Guia de Vida Comunitária, documento da igreja). E no Concílio da igreja de 1974, foram aprovados o guia diaconal Nossa Responsabilidade Social e o documento Catecumenato Permanente (documento pastoral interno da igreja). A preocupação era com relação ao envolvimento das comunidades. Constatou-se “[...] a necessidade de formular um documento endereçado não apenas a instâncias fora da IECLB, mas que expresse também a responsabilidade das próprias comunidades e de cada membro” (IECLB, IX Concílio Geral de 1974, Ata n. 4, p. 8). Apesar da preocupação em edificar comunidades, na busca por “atender seus membros”, o conteúdo da fé leva à responsabilidade social.

A fé gera o amor que se exterioriza em bons frutos em prol do próximo, visando todas as esferas de sua existência. Da fé também nasce a conscienciosa preocupação pelos problemas sociais e políticos do povo e da humanidade toda. “Solidarizando-se mais e mais com os problemas e necessidades atuais do nosso ambiente, a igreja está encontrando sua identidade como Igreja no Brasil” (GOTTSCHALD, 1974, p. 25).

Esse movimento de reflexões e tomada de posicionamentos com compromisso de comunidade e social foi muito significativo na edificação de comunidades solidárias em Mato Grosso. Os concílios de 1972 e 1974 se ocuparam com o assunto. O Concílio aprovou a orientação espiritual e apoio na vida concreta dos migrantes e do povo em geral. Não foi feita diferenciação de povo, quando se tratou em dar apoio e solidariedade nos setores de saúde, educação e agricultura. No entendimento da igreja, a partir de sua confessionalidade evangélica luterana, o Estado é laico. A ele cabe a tarefa de cuidar de todo povo nas áreas da vida humana de bem-estar físico. A Igreja, quando ouve as dores do povo, presta sua solidariedade, e, junto com as pessoas feridas, foi às autoridades do Estado exigir que providenciem os cuidados necessários. Nesse caso específico, se “tratou de providenciar professores, agentes de saúde e técnicos agrícolas” (GOTTSCHALD, 1974, p. 3).

O testemunho público não se refere apenas à direção central da Igreja, mas também aos membros de comunidade cujo reconhecimento é dado por Deus e encaminhado pelo concílio. Ela deve ser olhada como corpo acolhedor de vítimas e ter a contribuição pública para lutar por políticas públicas justas. E se unir com a sociedade pela libertação e transformação integral.

Schach (1982) escreveu que,

Incumbidos pela resolução do Concílio Geral da IECLB em 1972 e em 1974, assumimos a tarefa de acompanhar, reunir os membros da Igreja nas novas áreas de colonização e de motivá-los a uma mais vivência da fé militante no seu meio ambiente. Isto significa que devemos ter irradiação para todas as pessoas sem olhar para a sua origem étnica ou religiosa (SCHACH, 1982, p.10).

Inicialmente, foi com poucas pessoas, mas a migração cruel trouxe muitas outras pessoas que constituíram comunidades e cidades.

A maioria das comunidades luteranas no Sul viveu suas histórias de isolamento. Na década de 1970, as comunidades estavam num processo de abertura. A concentração da terra para fazendeiros e a falta de território para famílias jovens obrigou a migração para a cidade e para as novas áreas. A Faculdade de Teologia, em São Leopoldo, também estava em tentativa ousada de abertura. Na década de 1960, os professores todos vinham da Alemanha. Ainda havia muita aula em alemão. A teologia e a língua eram importadas. Era tempo de crise. As comunidades estavam no processo rápido de abertura. E a faculdade tinha de correr pelo mesmo caminho. Schwantes (2006, p.2) relata que “Uma igreja de imigrantes nas colônias e roças tornava-se urbana e periférica. O português tornava-se urgente nas comunidades. E exigia-se dos estudantes uma teologia mais social, mais contextual. [...] Neste contexto, a Teologia da libertação foi vivida por nós como fonte de água fresca”.

Para o mundo protestante ocorria, nos anos de 1950, outro fenômeno: a “Teologia da Revolução”, não muito conhecida pelo mundo católico romano. Foi aprofundada na década de 1960 por Richard Shaull, “um teólogo americano que atuou, entre outros, no seminário teológico presbiteriano de Campinas (SP), era muito lido entre os protestantes. O nome vem desse teólogo e ético. Ele influenciou, com sua corrente inovadora, o movimento dos

estudantes de teologia” (SCHWANTES, 2006, p.2-3). Esse movimento surgiu no contexto dos acontecimentos da Revolução de Cuba, em 1959. A Teologia da Revolução tematizava a transformação social na América Latina, “seja para solucionar a grave crise de integração dos camponeses nas cidades, seja de distribuição de terra e renda. A teologia da revolução tematizava a participação cristã nestas transformações. No Brasil, o golpe de 1964 desmantelou mais e mais essa teologia” (SCHWANTES, 2006, p. 3).

Essa foi parte do contexto em que a IECLB tomou suas decisões de ser igreja na cidade, na periferia e nas NAC. São terremotos de ideias e de acontecimentos. Com esse pano de fundo, os obreiros e as obreiras deveriam ler e entender o que significava ser e viver igreja “[...] para todas as pessoas sem olhar para a sua origem étnica ou religiosa”. Foram cargas pesadas. Entre acertos e erros, apreenderam na prática, moendo e remoendo a Teoria na formação continuada. Foi muito importante o apoio da parte pedagógica. Os livros *Pedagogia do oprimido e extensão ou comunicação*, de Paulo Freire, foram lidos e estudados como favos de mel para alimentar o coração e a razão.

Em termos de manifestações da direção da IECLB, em relação aos direitos humanos e à sociedade, “[...] entre as principais preocupações da igreja pode-se citar: direitos humanos, mulheres, negros/as, indígenas, homossexuais, violência, meio ambiente e paz”, no período compreendido entre 1985 e 2002. MAJEWSKI e SINNER (2005) salientam que,

Na maior parte das vezes, a atuação da IECLB se deu através de manifestações visando à conscientização de seus membros, via carta pastoral e reportagens no Jornal Evangélico. E de uma forma geral essas manifestações procuravam alertar para a situação destas questões em nosso país, oferecer um posicionamento cristão que se julga adequado, com a devida fundamentação teológica, bem como sugestões para a ação de seus membros (MAJEWSKI; SINNER, 2005, p. 42).

As cartas pastorais foram enviadas para pastores e pastoras. Eram lidas em cultos e reuniões. Analisadas, criticamente, em reuniões de presbitérios, das mulheres e outros grupos comunitários. Foram muito valorizadas pelas comunidades, no Sínodo Mato Grosso. Elas transmitiam um sentimento de pertença e davam um certo tom de discussão. Na época, o jornal Evangélico foi um veículo de socialização das posições da igreja. Em 1983, um

vendedor de terras procurou os pastores Hans Trein e Geraldo Schach, em Cuiabá, para reclamar das notícias do Jornal Evangélico. Cobrou explicações, porque o povo do sul não queria mais comprar suas terras. O Jornal Evangélico⁵⁹ escreveu sobre problemas de acesso, infraestrutura da área e documentação das terras que ele vendia. A reportagem foi breve e foi feita por pessoas que foram prejudicadas nesses seus negócios. E o vendedor poderia acionar o judiciário se sentisse prejudicado. O assunto morreu por aí mesmo. Os posicionamentos trataram de temas eclesiais e sociais relevantes na época em que foram escritos. Também foram importantes, porque ajudavam os membros em seus posicionamentos públicos. Eles declaravam uma posição da igreja sobre problemas sociais, religiosos, culturais, políticos ou econômicos que afligiam e traziam dúvidas para a população.

Em relação aos concílios da Igreja, aconteceu o de Chapada dos Guimarães, em outubro de 2000. O recorte temporal do estudo que deu origem a esta tese, entre 1970 e 2000, considera a realização do XXII Concílio da Igreja, na paróquia de Cuiabá, MT. Entre outras razões, um fato significativo é o Manifesto de Chapada dos Guimarães, aprovado naquele concílio, porque,

[...] ao mesmo tempo em que revela a preocupação e a posição da Igreja quanto à situação socioeconômica do Brasil e do mundo, oferece a fundamentação teológica para tal crítica. Na primeira parte se critica o sistema econômico mundial, citando-se diversos dados sobre o fluxo de capitais, dívida externa, migração, violência, degradação das condições de trabalho, violação dos direitos humanos etc, [...] conclui renegando as ideologias que dão respaldo à acumulação e concentração e riquezas, à adoração do capital, aos modelos econômicos que não são autosustentáveis, o individualismo que se volta somente para a autossatisfação, o proselitismo entre as igrejas e a intolerância (MAJEWSKI; SINNER 2005, p. 41-42).

O Concílio foi, pois, um grande momento da igreja. Pessoas do Brasil e dos continentes estavam presentes, na casa de formação e assembleias do Sínodo. O Concílio aprovou o Plano de Missão, a Liturgia de Culto, lançou Manifesto de Chapada. Os reflexos das decisões conciliares foram, portanto, impactantes.

⁵⁹ Jornal Evangélico contém informações, decisões e reflexões teológicas e práticas. Tem edição mensal. Circula nos diferentes espaços das comunidades, na IECLB.

O Concílio vivenciou solidariedade. Muitas pessoas, voluntariamente, trabalharam para deixar tudo aconchegante. Receber bem as pessoas na casa de retiros, providenciar hospedagem, alimentação, cuidados para o bem-estar de todos. O entusiasmo tomou conta das pessoas participantes da organização. Foram jovens e mulheres. Crianças, também, queriam ajudar.

O Concílio decidiu pela solidariedade. Assim, expressa o Manifesto de Chapada: “O Espírito Santo nos desperta e nos abre os olhos para uma nova visão...Liberta e capacita-nos para a colocação de sinais concretos da nova vida em partilha solidária”.

Momento significativo foi a decisão sobre as ofertas dos cultos durante o Concílio. Uma foi ofertada para aquisição de material para alfabetização de adultos, em três assentamentos, no município de Querência, MT. E a outra foi para o fundo de solidariedade.

A oferta aos assentamentos foi repassada para a Escola Família Agrícola. Essa escola teve a sua gênese no Projeto Agricultura Alternativa, Agroecologia, produzindo alimentos saudáveis, ainda, na década de 1970, em Canarana, MT. Teve a Comunidade da IECLB como protagonista solidária às famílias migrantes em busca de terra para viver com dignidade. Depois esse Projeto foi ampliado para outros municípios. A metodologia de ensino na alfabetização de adultos foi a educação “diagnóstico, problematizadora e libertadora”, segundo Paulo Freire. Nesse sentido, a oferta do Concílio ajudou muitas pessoas a se libertarem da ignorância e terem autonomia em suas decisões de vida digna.

Foi pensado na formação de pessoas melhores, educadas, solidárias. A oferta solidária ajudou colocar em prática o sonho de promover a justiça através da cura dos males sociais. O Plano de Ação Missionária da Igreja define o seu povo como Igreja de Cristo que Ama, porque “todos nós somos comprometidos com a missão de Cristo, que veio para que todas as pessoas “tenham vida e a tenham em abundância”, segundo Evangelho de João 10.10.

As pessoas cristãs amam por causa de sua fé em Jesus Cristo, não são opressoras. São solidárias com as pessoas que sofrem os males sociais.

E, finalizando, os manifestos trazem as principais preocupações, interrogações e desafios da igreja e da sociedade. Sua crítica se refere à realidade econômica global e suas

consequências para a população brasileira, especialmente, para quem está em situação de vulnerabilidade, incluindo, também, as comunidades luteranas.

3.7 MANIFESTOS CONTRA A VIOLÊNCIA E A FAVOR DAVIDA

Por isso, rejeitamos doutrinas que adaptam a Igreja ao mundo a ponto de ela servir aos interesses ideológicos e políticos hegemônicos, perdendo assim toda sua dimensão crítico-profética. Igualmente rejeitamos um individualismo que, mesmo afirmando a dignidade de cada pessoa humana, despreza na prática a importância de sua inserção e vivência fraterna em comunidade. Negamos que a pessoa se baste a si mesma, mas afirmamos a necessidade do servir uns aos outros (MANIFESTO DE CHAPADA, 2000, p. 4).⁶⁰

As manifestações e os abaixo-assinados foram ações significativas como expressão de solidariedade. Diante das dores e da dignidade das pessoas, a comunidade não ficou indiferente. A violência, perto ou longe, atinge o sentimento de indignação da comunidade. Em sua rotina de reuniões e assembleias, ela teve como prioridade olhar para o mundo, estudar os assuntos, informar-se sobre eles e se manifestar, pelo menos, através de um documento escrito.

A criação do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade foi uma ação política das Igrejas ecumênicas como espaço de atuação na sociedade. A partir dele, também, a comunidade da IECLB, em Cuiabá, teve participação mais engajada na defesa, promoção e organização do tema em questão. Significativos são os manifestos feitos pela comunidade, isoladamente, ou através do centro, os quais se referem a assuntos em pauta na comunidade e na sociedade, tais como: precariedade de escolas e negligência na educação; assassinatos em Jauru; contra esquadrão da morte, em Cuiabá; massacre de indígenas Nambiquaras, de garimpeiros e assassinato do Padre Ramin; contra condenação do Pastor Fuchs por um Tribunal Militar; condenação da chacina em Soweto e denúncia contra regime de apartheid, na África do Sul; carta à Comissão Pró-Constituinte com temas para a Constituição Federal; denúncia da chacina de Matupá; protesto contra um jornal por informação equivocada em reportagem; diálogos com presidiários; denúncia de ameaça de morte a militantes de direitos

⁶⁰ Manifesto de Chapada: anexo nº 7.

humanos. A visão da comunidade é local, regional e global. O seus manifestos se referem a membros da comunidade, a grupos em Mato Grosso e no Brasil, e até mesmo de outros países. São denúncias proféticas de mudanças de mentalidade, de posturas e de políticas públicas.

1. Escola em Pacoval e em Santa Rita: Constatada a “péssima educação escolar, sendo que a escola de Pacoval está fechada, porque o prefeito de Nobres não autorizou seu funcionamento por questão partidária e o abandono do prédio escolar, em Santa Rita”, a Assembleia do Conselho Paroquial, durante os dias 11 a 13 de fevereiro de 1984, aprovou e encaminhou carta denúncia, com relatório da situação, à Câmara de Vereadores de Nobres, à Secretaria Estadual de Educação, à Assembleia Legislativa do Mato Grosso e à imprensa, com cópia ao prefeito municipal (ATA DO CONSELHO, 1984, p.51).

2. Massacre em Jauru: Manifesto público, em 1986, denunciando que houve “dezoito mortos em 1984. Pelo menos mais 15 na véspera de Natal de 1986. Esse é o triste saldo da luta pela terra na Agropecuária Mirassol S.A, em Jauru/MT, onde vivem cerca de 1.500 famílias de posseiros. O envolvimento da polícia do Estado de Mato Grosso nessas mortes - principalmente no que se refere ao massacre do final do ano passado - é evidente. Somente a própria polícia, que tem a competência legal de instaurar inquérito e investigar os fatos, ainda não se convenceu - depois de três meses - que é ela própria que deve ser levada a julgamento.” O documento chama a sociedade para reflexão e cobra providências do Governo do Estado. Acusa os órgãos públicos de só tomarem providências, quando politicamente conseguem saldos positivos. O documento concluiu que “há apenas duas atitudes a tomar: ou atendemos esse grito dos massacrados ou ficamos com nosso palavreado oco e vazio”. Que o grito dos massacrados chegue ao governo e que, este, não tenha atitudes demagógicas. (ABAIXO ASSINADO, 1987, p. 1-4). O documento expressa claramente “o amor na comunhão dos sofrimentos”, no outro, na outra, segundo escreve Bonhoeffer (2003, p. 35).

3. Manifestação pública aos membros da comunidade e à sociedade: Comunicado público, em 15 de março de 1986, em relação à violência em Cuiabá, com dados coletados em jornais de circulação estadual e depoimento de familiares de vítimas. Constata a existência do esquadrão da morte “Toalha Azul”, o assassinato de opositores a grupos políticos e de pessoas indesejadas pela polícia. Informa a comunidade e sociedade, constata a impunidade e solicita

mobilização social e pressão junto ao Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, ao Procurador Geral do Estado e ao Ministro da Justiça para acabar com a impunidade que alimenta a violência (MANIFESTO, 1986, p. 1-6)

4. Manifesto ao presidente: Carta ao Presidente José Sarney, em 01 de dezembro de 1986, denunciando omissão do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, em relação ao massacre de índios Nambiquaras, espancamento de posseiros e agricultores, assassinatos de garimpeiros, em Mato Grosso, e do assassinato do Padre Ezequiel Ramin. Pede demissão do Ministro da Justiça por omissão na apuração dos fatos e por interferência indevida (CENTRO DE DIREITOS, 1986, p. 01).

5. Manifestos ao ministro da justiça: Carta ao Ministro da Justiça, Paulo Brossard, em 24 de junho de 1987, manifestando estranheza e solicitando explicações e providência referente à condenação do Pastor Werner Fuchs, por Tribunal Militar, em Curitiba, em 26 de maio de 1987. Alarmados com a rapidez da condenação do pastor, por lutar em favor da causa de oprimidos, enquanto violadores de direitos humanos nunca são julgados. Pede aplicação da justiça verdadeira (CENTRO DE DIREITOS, 1987, p. 1-2).

6. Manifesto ao governo da África do Sul: Carta ao Governo Sul-Africano, informando a realização de protesto na praça, em Cuiabá, no dia 16 de junho de 1986, lembrando a chacina em Soweto, realizada pelo regime de apartheid, de segregação racial e contrário à vontade de Deus. Condena o regime, intercede para que Deus arranque os culpados do governo e assume compromisso de lutar para eliminar a discriminação racial no Brasil. A carta é assinada por 32 pessoas, todas membros da IECLB, sendo o manifesto um significativo instrumento pedagógico e de exercício da cidadania (CARTA DA COMUNIDADE, 1987, p.1-2).

7. Manifesto à Comissão Pro-Constituinte: Carta à Comissão Pró-Constituinte com temas que devem ser incluídos no texto da Constituição Federal, contendo: 1. Direitos das populações indígenas. 2. Serviço militar alternativo em serviços sociais. 3. Educação pública e de qualidade, com liberdade para as escolas privadas, confessionais e comunitárias. 4. Liberdade religiosa. 5. Ordem econômica e garantia da função social da terra (ATA DA COMUNIDADE, 1987, p. 22).

8. Carta ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, em 23 de maio de 1991, relatando a situação de presos por causa de chacina, em Matupá, e informando sobre a pressão da polícia que seria o autor dessa chacina (CENTRO DE DIREITOS, 1991, p.1-2).

9. Em relação ao trabalho nos presídios, há poucas iniciativas registradas. Duas são encontradas na imprensa. Iris Pedretti (2009) discute que

Vivenciei na Comunidade de Cuiabá/MT um desabafo de um ex-presidiário: “Pastor e irmãos luteranos! Não basta falar Jesus te ama. Deus é Amor. Sou exFebem/SP. Ex-presidiário. Vivam, hoje, Jesus na prática.” Esse senhor participou do Culto de Confirmação, recebeu atenção especial, participou da Ceia do Senhor. O desabafo dele revela que a palavra de Deus é importante, mas o mais importante ainda é o que ela produz: a transformação do coração e da mente (PEDROTTI, 2009, p.02).

A outra informação se refere a um preso, o Senhor Cícero, que esteve quatro anos preso e foi visitado constantemente por alguém da comunidade. Ele relata que, no seu tempo na prisão, por mais de 4 anos, inventou coisas importantes para se sentir útil. Ajudou nos trabalhos na própria penitenciária, trabalhando na cozinha, na limpeza e na oficina. Fez trabalhos com talhadeira com motivos de flores, árvores, bíblia, versículos bíblicos, frases de incentivo. Durante a Quaresma e Páscoa fez bíblias talhadas em madeira, com versículos. “Uma destas bíblias dei para a Igreja, agradecendo ao pastor pelo incentivo, pelas orações, por ter feito minha voz chegar até o tribunal de justiça de Mato Grosso. A minha petição chegou lá e foi ouvida” (WITTER, 2008, p.1.).

9. Manifestos ao jornal: carta encaminhado ao Jornal do Dia em 20 de março de 1985, por “erro de imprensa” na divulgação de assassinato de um líder comunitário, ocorrido em Santa Rita, MT, e solicitando a correção (CARTA DA COMUNIDADE, 1985, p.01)

10. Manifesto a diversas autoridades: Sete cartas encaminhadas, respectivamente, ao Governo do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público Estadual, à Assembleia Legislativa, à Prefeitura de Cáceres, ao presidente do Sindicato Rural de Cáceres, e à Secretaria Estadual de Segurança, em 16 de junho de 1992, denunciando a ameaça de morte que duas pessoas, que trabalhavam no Centro de Direitos Humanos de Cáceres, vinham

sofrendo. Durante o mês de março de 1992, elas receberam treze ligações telefônicas com ameaças de morte. As cartas cobram providências, declarando que “esta comunidade não só se dirige aos Sr. baseada na Constituição Brasileira em vigor mas também pela fé em Deus amante e conservador da vida em especial dos pequenos e oprimidos. [...] A bíblia chama de inimigos de Deus: os que se julgam muito importantes e pensam que Deus não descobrirá seus pecados e não os julgará” (CARTA DA COMUNIDADE, 1992, p. 1-7).

Esses foram alguns exemplos de manifestações de prática solidária da Comunidade Luterana de Cuiabá. Foram efetivados trabalhos práticos e outros manifestos de cunho mais interno, como cartas pastorais emitidas pela paróquia, pelo Sínodo, pela IECLB e pela FLM. Na época, foram cartas enviadas pelo correio postal ou compartilhadas nos cultos e encontros. Tem-se, nessas manifestações, posições comunitárias que foram construídas através do diálogo, na prática pedagógica dialógica e problematizadora. Seu conteúdo revela postura de fé, teologicamente comprometida com o Reino de Deus e seu possível desdobramento na vida comunitária e social, coragem de se expor, compromisso com assuntos de direitos humanos e elevada consciência social.

Os manifestos emitidos pela IECLB desde 1970 estão no site luteranos. São documentos redigidos, aprovados por colegiados e emitidos por lideranças da igreja nacional, os quais expressam a situação religiosa, social, política, econômica, cultural da época em que foram escritos. Esses manifestos ajudaram na formação de opinião e decisões de membros de comunidades e setores de trabalho e missão da igreja em âmbito nacional, regional e local. Foram e são importantes as fotos de informação para entender a história de vida de fé e solidariedade da IECLB.

3.7.1 Cercado

Dietrich Bonhoeffer nasceu em 4 de fevereiro de 1906 e foi condenado à pena de morte e enforcado, em 9 de abril de 1945, pela justiça nazista. Foi um teólogo, pastor evangélico luterano, membro da resistência alemã anti-nazista e membro fundador da Igreja Confessante, ala da Igreja Evangélica contrária à política nazista. Ele escreveu a letra do hino

“De bons poderes”, no dia 19 de dezembro de 1944, na semana do Natal, quando ele esteve na prisão, três meses antes de sua execução por enforcamento, pelo nazismo. A letra do hino traduziu dores e incerteza dos migrantes, também, distantes de sua terra, saudosos e esperançosos. Foi um hino cantado pelas comunidades luteranas. Nos desafios enfrentados por eles para serem gente com direitos, a espiritualidade das lutas para encontrar aconchego e confiança, o hino de Bonhoeffer foi fundamental.

De bons poderes fiel e em paz cercado⁶¹

1. De bons poderes sinto-me cercado,
bem protegido e bem consolado.
Assim desejo eu passar os dias
e ter convosco um ano de alegrias.

Estr. Por bons poderes muito bem guardados,
confiantes esperamos o que há de vir.
Deus é conosco sempre noite e dia.
Assim é certa hoje sua alegria.

2. Ainda o antigo nos tortura
o peso de maus dias dá amargura
Senhor, dá a nossas almas acuadas
a salvação à qual são preparadas.

Estr.....

3. Estende-nos o cálice amargo
da dor e o bebermos sem embargo,
Porque nos vem de tuas mãos divinas.
Até com gratidão sofre ensinas.

⁶¹ BONHOEFFER, composição na prisão, 19/12/1944). Tradução: Hans Alfred Trein. Fonte: <https://www.luteranos.com.br/textos/de-bons-poderes-fiel-e-em-paz-cercado-> Acesso em 10 jun 2019.

Estr.....

4. E se quiseres dar-nos alegrias
ainda sob o sol dos breves dias
Então nos lembraremos do passado
e entregamo-nos ao teu cuidado.

Estr.....

5. Quando o silêncio se espalhar profundo
todo ao redor deste pequeno mundo
Repleto de adoração ecoa
o canto que a ti teus filhos entoam.

Autor da letra: Dietrich Bonhoeffer

Autor da melodia: Siegfried Fietz

Tradução: Hans Alfred Trein

Fidelidade nas lutas. Confiança em quem lutou junto, na mesma causa. Fidelidade de Deus e confiança humana foram valores emblemáticos na construção da solidariedade e liberdade. A casa de Henrique Trindade, naquela noite de sua execução, estava cercada por matadores. Cercada por maus poderes. “Ainda o antigo nos tortura. O peso de maus dias da amargura.”. O povo migrante sofreu. Dias e vidas amarguradas. Mas os bons poderes, dos quais escreve Bonhoeffer, cercaram as lutas por direitos humanos ao longo dos anos. Amor não foram apenas palavras, mas atos de amizade, de solidariedade, de festa, de comunhão e de dignidade. O próximo passo foi no grito dos sofredores, no reconhecimento e na diaconia, o IV capítulo.

IV O GRITO DOS SOFREDORES E DAS SOFREDORAS

Eu quero que corra o juízo como as águas.
E a justiça como um rio que não seca.
(BÍBLIA, Amós, 5, 24).

No mundo iluminado pelo raio do Sol refletido no espelho, que expia pela janela das vidas, meu olhar vai para a história das comunidades de migrantes, no Sínodo Mato Grosso. O aprendizado da pesquisa me coloca reflexões sobre a comunhão das dores, o reconhecimento e a diaconia. Duas rodas, o pedagógico e o teológico, andaram lado a lado, na prática da solidariedade.

4.1 COMUNHÃO NAS DORES

Bem-aventuradas são as pessoas que tem fome
e sede de justiça, porque serão fartas.
(JESUS CRISTO, livro de Mateus 5.6).

Dietrich Bonhoeffer (1906-1945) foi pastor luterano, na Igreja Evangélica da Alemanha. Aos 21 anos de idade defendeu sua tese de doutorado intitulada “Sanctorum Communio”⁶². É uma pesquisa da dogmática sobre a sociologia da igreja. Recebeu conceito máximo pela banca da faculdade de Teologia da Universidade de Berlim. A abordagem do tema é radical e interdisciplinar. Situa a comunidade e a teologia no contexto do sofrimento e dá atenção especial às pessoas que sofrem. A comunidade é a presença atual de Cristo que sofreu as dores da prisão, tortura e morte, enfim, na cruz. Ele atuou como pastor, professor, educador, articulador, conselheiro, na Alemanha. E fez inserções na Espanha, onde teve encontro e viveu a pobreza. Ajudou a igreja a organizar programas de apoio a pessoas desempregadas.

Bonhoeffer entende que a igreja tem de olhar as pessoas por aquilo que elas sofrem. Nessa compreensão, “a única relação fecunda com as pessoas - e especialmente com as fracas

⁶² Sanctorum Communio- A Comunhão dos Santos.

- é o amor, isto é, a vontade de ter comunhão com elas” (2003, p.35). Ser solidário com elas significa entrar na dimensão de suas dores.

Ele, também, esteve trabalhando por um tempo em Londres e nos Estados Unidos. Sua luta foi pela liberdade e pela comunhão que liberta. Praticamente, desde 1933, sua luta foi contra o regime de nazismo. Sofreu perseguições. Foi acusado de conspirador e preso em 5 de abril de 1943. Desse seu tempo na prisão, estão publicadas muitas cartas aos familiares e amigos. Menos de um mês antes do fim da guerra, no dia 09 de abril de 1945, foi executado, no campo de concentração de Flossenbürg. Ele é conhecido como humanista e teólogo da graça (e da comunhão), amigo e defensor das pessoas que sofrem. Ele deixou um enorme legado de escritos, de vida e comunhão.

O mundo de Bonhoeffer estava mergulhado em dores cuja origem são decisões e ações humanas injustas que criam sofrimentos sociais, geram pobreza, exclusões, conflitos étnicos, migrações, fome, doenças e morte. Ele as viveu nas comunidades. Ainda jovem, ele devia fazer experiências práticas. Foi enviado e aceitou a indicação como pastor-assistente numa igreja em Barcelona. Seu tempo na Espanha (1928–29) foi na época das primeiras repercussões da Grande Depressão. Dessa forma, a vida de pastor em Barcelona deu a Bonhoeffer seu primeiro encontro com a pobreza profunda. Ele ajudou a organizar um programa que sua igreja estendeu aos desempregados. Em sua empatia, ele implorou por dinheiro à sua família para esse propósito. Pediu que fossem solidários com as pessoas que não tinham o que comer e estavam desesperadas. Numa pregação, na igreja, ele lembrou ao seu povo que “Deus caminha entre nós em forma humana, falando a nós naqueles que cruzam nosso caminho, sejam eles estranhos, mendigos, doentes, ou mesmo naqueles mais perto de nós em nosso dia a dia, tornando-se a ordem de Cristo em nossa fé nele” (BONHOEFFER, 1929 apud KELLY, 2008, p. 2).

Na sua análise, as pessoas são indiferentes ao que se passa, pois, cada qual acha que pode resolver seus problemas sozinhos. Assim se manifesta

Deve-se levar em conta que a maioria das pessoas somente aprende com as experiências feitas por elas próprias. Isso explica, em primeiro lugar, a espantosa incapacidade da maioria das pessoas para uma ação preventiva de qualquer tipo –

cada uma continua acreditando que vai escapar do perigo até que acaba sendo tarde demais; e, em segundo lugar, a insensibilidade diante do sofrimento alheio (BONHOEFFER, 2003, p. 39).

Do ponto de vista psicológico, ético, racional ou emocional, poder-se-ia explicar a debilidade de compaixão, mas isso não seria possível a partir da religião. “Do ponto de vista cristão, todavia, todas essas justificativas não podem ocultar o fato de que o que realmente falta nesse caso é a grandeza de coração”, reflete Bonhoeffer (2003, p.39). Na sua linha de pensamento, Cristo lutou contra o sofrimento e, quando chegou o momento, por compaixão, foi ao encontro dos sofredores e assumiu para si as dores em “liberdade, enfrentou e venceu”. Defendeu o outro e sofreu suas dores. É o sofrimento vicário. Para Bonhoeffer, a comunhão é comunhão nas dores do outro, das pessoas enfraquecidas. O amor não é somente uma palavra: é vontade de ter comunhão com as pessoas que sofrem.

Bonhoeffer entende que a Igreja não existe para si mesmo. Para Caldas (2015, p. 35), “Uma das frases mais contundentes dele é que igreja somente é igreja quando o é para os outros. Para manter a bela sonoridade do alemão: Die Kirche ist nur Kirche, wenn sie für andere da ist”⁶³, ou seja, deve haver coerência entre ação pastoral e reflexão teológica a serviço da vida, a serviço dos mais necessitados, dos oprimidos, dos sofredores.

Cristãos não são Cristo e não assumem seu lugar, mas participam da “grandeza do coração de Cristo” (BONHOEFFER, 2003, 40). Com liberdade se expõem ao perigo, no amor libertador de Cristo para com todas as pessoas que sofrem e clamam por solidariedade, por vida e liberdade.

As dores de migrantes fazem parte de seu ser e de suas lutas. Sempre os mais pobres ou os perseguidos por causa de seu pensamento são obrigados a migrar. Vem desde a antiguidade, nos povos antigos que migravam por questões de clima, espaço para os povos, ambição dos reis. Já os antigos povos semitas e outros, povos peregrinos, prestes a perecer, migraram. Povos maltratados pelos reis e por sistemas de poder e de economia migraram. Povos sem territórios migraram. Outros foram forçados pelo sistema escravocrata, como no

⁶³ DIE KIRCHE IST NUR KIRCHE, WENN SIE FÜR ANDERE DA IST: A Igreja é somente Igreja se ela estiver aí para os outros.

caso dos povos do continente africano. Em cargueiros que transportavam populações de negros e negras para serem escravizados, no Brasil e em outros países. Os sem-terra, sem empregos e sem oportunidades na Europa atravessaram o Atlântico em busca de um lugar para viverem.

Na pesquisa, identifiquei movimentos migratórios, constantemente, na história brasileira. O povo chegou até o litoral brasileiro e daí migrou para o interior do País, onde abriu clareiras nas florestas, atravessou rios e estabeleceu cidades, fazendas e propriedade rurais. Abriu roçados, plantou a terra, colheu, comeu, vendeu, comprou, viveu, morreu ou novamente migrou para outras áreas.. À medida em que as famílias aumentavam, e a terra passou para a propriedade latifundiária, os sobrantes avançavam para as periferias das cidades e para as novas áreas de colonização. Nesse processo, muitas famílias, que migraram para Mato Grosso, tinham vivido apenas uma geração na mesma área, no Sul, Sudeste ou Nordeste. O fenômeno migratório foi intenso.

Os fenômenos migratórios deixaram rastros de dores e sofrimentos. Saudade da terra querida que ficou para trás, dos amigos e amigas, da igreja, do clube esportivo, do salão de baile, dos festejos dos aniversários, das festas comunitárias, dos passeios nas tardes de domingo na casa de amigos e parentes. Tudo acabou. Foram as mulheres e as crianças que mais sofreram, nessa primeira geração de migrantes luteranos. Os homens tinham suas aventuras nas pescarias, nas caçadas, na mesa do bar. As mulheres ficavam com as crianças, com poucas possibilidades de se qualificarem ou de trabalharem no que lhes dava alegria de viver. Seu tempo de vida foi consumido pelo trabalho nos afazeres da casa, nas boas reuniões da OASE, nas idas aos cultos, quando tinha, nas festas ou outras programações de encontros e comunhão, da igreja. Mais tarde, a partir da década de 1990, algumas prefeituras se ocuparam com os encontros da terceira idade. Foi aí que as mulheres perceberam que elas tinham direitos e poderiam viajar. As possibilidades de integração aumentaram e a vida de muitas mulheres mudou para melhor.

Migrantes luteranos venderam seu pedacinho de terra, no sul do Brasil e adquiriram um lote em Mato Grosso, geralmente, financiado. Além disso, faziam financiamento bancário para fazer o roçado e plantar. Para alguns deu certo. Mas para a maioria deu errado. Em algumas áreas, como no caso de Lucas do Rio Verde, onde os remanescentes são bem raros,

ou, na Terra Nova do Norte, os filhos repetiram a história dos pais: migraram para outras regiões por falta de espaço na terra dos pais. Já na Paróquia de Tangará da Serra - Novo Maringá, o povo que migrou passou fome e as crianças ficaram subnutridas. O apoio do Projeto Solidário das Vacas Comunitárias salvou vidas de crianças, mas a maioria do povo luterano se descapitalizou e desesperançou. Encontrou uma forma de migrar, novamente. Uns voltaram para o sul para viverem como agregados ou meeiros nas terras que foram capitalizadas e dominadas por quem foi “esperto” e juntou terras e terras. E acolheram os irmãos migrantes, fazendo-os trabalhar a meia. E outros tentaram a sorte em terras mais para o norte.

Pobres tentaram a sorte em posses nas terras públicas da união. Esse foi o caso da Gleba São Jorge e Capão Verde. Poucos tiveram sucesso. Houve despejos com muita violência, tortura e maus-tratos e, inclusive, mortos, como foi o caso de Henrique Trindade, ou mortalmente feridos, no caso do Diversindo. Violentados pelo Estado e pelo poder do latifúndio, foram solidariamente acolhidos pela comunidade e pelo Movimento de Direitos Humanos.

A remigração foi um fenômeno que iniciou a partir do fim da década de 1990. Naquela época, já entrou no espaço de disputas a segunda geração dos migrantes luteranos. Para essa geração, a gênese do convívio e comunhão inicial entrou em declínio. E a solidariedade perdeu força. Mas está muito presente nos grupos, como OASE e jovens. E em várias grupos familiares.

As Comunidades Luteranas no Sínodo Mato Grosso têm sua origem na migração de um povo sofrido, que sonhava somente com um pedacinho de chão ou uma casinha que lhes permitisse dizer: “isso é meu e aqui posso viver feliz. Nada mais”. Nesse contexto de lutas por terra e espaço de vida, a solidariedade foi significativa e manteve em bons termos a sobrevivência nos primeiros 20 anos de vida do povo e das comunidades. No entendimento de Dietrich Bonhoeffer, a igreja deve fazer a experiência de ler a sua própria história a partir do sofrimento dos migrantes que constituíram as suas comunidades originais. A igreja deve pensar sobre seu primeiro amor. Não deve se deixar tentar pela zona de conforto de uma vida fácil. Tem “vencedores” no sentido popular, os ricos. Eles são poucos. E estão aí. Eles podem

e devem ajudar a ler a história dos pobres e apoiar, solidariamente, para a construção da sociedade justa em todas as relações sociais e é fundamental não perder o primeiro amor.

Na comunhão do amor, as injustiças são vencidas. O ponto de partida da prática teológica e pedagógica, no encontro entre Freire e Bonhoeffer, é a realidade social opressora que impõe sofrimentos, dores e morte.

Na Teologia, entre outros, Bonhoeffer teve contribuição significativa, porque mostrou inclusive a necessidade de redescobrir que Deus ouve dores e clamores. Fazer perceber e reconhecer, também, os valores dessas pessoas sofredoras, como ele escreve:

(...) sofreu em liberdade, na solidão, à margem e em desonra, no corpo e no espírito, desde então muitas pessoas sofrem com ele. (...) Continua sendo uma experiência de valor incomparável termos aprendido a olhar os grandes eventos da história do mundo a partir de baixo, da perspectiva dos excluídos, dos que estão sob suspeita, dos maltratados, dos destituídos de poder, dos oprimidos e dos escarnecidos, em suma, dos sofredores (BONHOEFFER, 2003, p. 43).

A história oficial nos é contada pelos vencedores. Por aqueles que vencem as guerras e roubam o que sobrou das vítimas. Elas matam e saqueiam o território dos perdedores. Bonhoeffer fez diferente: ele lê a história a partir das vítimas. Procurou entre as cinzas os restos dos saqueados, dos enfraquecidos, dos mortos. As vítimas condenavam o sistema, ou seja, vítimas foram as consequências de um sistema injusto. Esse foi o caminho reconhecido que Bonhoeffer chama de “valor incomparável” de aprendizagem.

O pensamento freireano se constitui a partir de uma posição clara em favor dos oprimidos: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (FREIRE, 1992, p. 23). Assim, a Igreja Luterana buscou na educação o valor do reconhecimento e do comprometimento com os pisados e machucados. Freire escreve que,

Como educador, devo estar constantemente advertido com relação a este respeito que implica igualmente o que devo ter por mim mesmo. (...) o inacabamento de que nos tornamos conscientes nos fez seres éticos. O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros (FREIRE, 1996, p. 21).

Na compreensão filosófica, as pessoas tem direitos que lhe são próprios, inerentes ao ser humano. Dignidade humana significa que as pessoas, como seres, estão imbuídos de direitos. Não é o estado, nem a sociedade, nem a escola, nem qualquer outra instituição ou personalidade que dá direitos. No caso, as pessoas têm direitos por serem pessoas. Os direitos são delas.

Tudo o que se faz, cria, transforma e edifica deve estar a serviço das pessoas, porque são elas que têm os direitos. Não é o Estado, nem qualquer outra instituição, mas as pessoas têm direitos humanos, têm dignidade humana. A escola, a Pedagogia ou qualquer outra ciência devem estar a serviço da dignidade humana. São as crianças, os adolescentes, os jovens, as pessoas adultas que têm direito a melhor educação possível.

A dimensão pedagógica, da qual se fala nesta tese, busca na pedagogia de Paulo Freire o seu significado. Segundo Streck, Redin e Zitkoski (2008, p. 312) “o fazer pedagógico vem a ser o próprio ato de conhecer, no qual o educador e a educadora tem um papel testemunhal no sentido de refazer diante dos educandos e com eles o seu próprio processo de aprender e de conhecer”. Os educandos e as educandas têm o direito humano ao fazer pedagógico em conjunto, mútuo e recíproco.

A igreja estava preocupada em construir escola para a turma aprender, mas é preciso ensinar e aprender com os sofrendores e as sofredoras que o sistema faz. É preciso atenção e sensibilidade. Educar para quê? Em que sentido a educação ajuda as pessoas? Freire escreve que “Não basta saber ler que ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender qual é a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1987, p.70). Nesse mesmo sentido, as comunidades devem se perguntar pelas reais necessidades de todo o processo migratório, no Brasil e no mundo.

A educação para a liberdade é problematizadora, isto é, devem problematizar as relações humanas, de trabalho, da partilha dos bens produzidos, a cultura social, as relações de saber e poder. Somente se ela for capaz de comprometer, de libertar e de reconhecer o valor e a vida de todos e todas, poderá dizer que ela está sendo libertadora.

Outro ponto de encontro, de cruzamento, entre Freire e Bonhoeffer se dá no ouvir e no dialogar. Ambas são formas de aproximação e de comunhão. Ouvir as pessoas é um

serviço necessário e fundamental para aproximar e criar comunhão. É um elemento necessário para a solidariedade. Para Jesus Cristo, ouvir e dialogar foram o passos para criar a ponte de vida e comunhão entre as pessoas. Ao se aproximar do homem cego de Jericó e ouvir o seu clamor, Jesus perguntou: “o que você quer que eu lhe faça? E ele respondeu: eu quero ver”. (Evangelho segundo Lucas capítulo 18, versículos 35 a 43). Ouvir e dialogar provocou a empatia entre Jesus e a pessoa cega. Nesse processo, foi realizada a restauração da visão.

Para Bonhoeffer (2015), ouvir é um serviço, significativamente, importante na comunidade. Escreve ele:

Assim como o amor a Deus começa com o ouvir a sua Palavra, assim também o amor ao irmão começa com aprender a escutá-lo. [...] Portanto é realizar a obra de Deus no irmão quando aprendemos a ouvi-lo. Cristãos e especialmente os pregadores, sempre acham que tem algo a ‘oferecer’ quando se encontram na companhia de outras pessoas, como se isso fosse o seu único serviço. Esquecem que ouvir pode ser um serviço maior do que falar. Muitas pessoas procuram um ouvido atento, e não o encontram entre os cristãos, porque esses falam quando deveriam ouvir (BONHOEFFER, 2015, p. 85).

Ouvir é um serviço de poimênica, de consolação. Conforme os documentos pesquisados sobre atividades das comunidades do Sínodo Mato Grosso, a poimênica foi seguidamente mencionada, ou seja, as pessoas queriam ser ouvidas, porque isso lhes fazia bem. Podiam expressar suas dores e suas opiniões e sugestões de vida, comunhão e solidariedade.

Paulo Freire, no seu método de ensino-aprendizagem, tem os ouvidos bem atentos para que o diálogo possa fluir, seja algo como um balanço que toca as pessoas todas nos seus encontros. No ouvir, ele constrói não o monólogo, mas o diálogo. O diálogo é uma categoria fundamental da pedagogia freireana. Ele é uma implicação necessária dos pressupostos epistemológicos freireanos:

E o que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação (FREIRE, 2003, 115).

Ouvir e dialogar são dois trilhos por onde andam as rodas da comunhão e da libertação. Nesse sentido, há uma profunda e larga sintonia empática entre a Teologia de Dietrich Bohoeffler e a Pedagogia de Paulo Freire. Elementos criativos comuns se encontram nos livros *Educação e Mudança e Extensão ou Comunicação*, de Freire e *Vida em Comunhão e Ética*, de Dietrich Bonhoeffer. Os textos deveriam ser estudados mais profundamente, comparativamente. Não o faço aqui, porque esse não é o tema desta tese. Mas faço questão de registrar.

4.2 RECONHECIMENTO

Em nossa linguagem cotidiana está inscrito ainda, na qualidade de um saber evidente, que a integridade do ser humano se deve de maneira subterrânea a padrões de assentimento ou reconhecimento (HONNETH, 2003, p.107).

Não existe, neste País, o conceito de cidadã ou cidadão que abarca toda a população. Populações em situação de rua, por exemplo, migrantes empobrecidos, posseiros despejados da terra e outros que vivem em situação de vulnerabilidade não são plenamente reconhecidos como povo desta nação. E as políticas públicas que os incluem são, na maioria das vezes, inexistentes. A experiência dos movimentos sociais nas suas lutas pela inclusão é profundamente desigual. Enquanto que, para os proprietários de grandes áreas ou outros bens robustos, o acesso à justiça é ágil, pessoas em situação de vulnerabilidade sofrem suas dores no abandono do serviço público. O fato está na falta de reconhecimento de pessoas em situação de vulnerabilidade. Também na sociedade não há esse reconhecimento. E persiste a ausência de solidariedade.

Na sociedade moderna, as pessoas não se percebem coletivamente, mas como indivíduos independentes entre si. Pensam que podem resolver sozinhas seus problemas. O amor, o direito e a solidariedade seriam coisas subjetivas. A insensibilidade diante da dor do outro, da outra (BONHOEFFER, 2015) é fato real e geral. O outro, a outra não são reconhecidos como o encontro de si mesmo. Pessoas em situação de vulnerabilidade estão

sozinhas. Elas são o grito do fim da sociedade humana e do estado moderno que já não serve mais. Moradores na rua não são reconhecidos como seres humanos.

Sobre o tema reconhecimento, recorro a Axel Honneth, na obra “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”, ele reflete como indivíduos e grupos sociais lutam por se inserirem na sociedade. Isso ocorre por meio de lutas por reconhecimento, intersubjetivamente. O fenômeno dos movimentos sociais foi pesquisado pela ciência nesse sentido. As lutas populares de moradores na rua, posseiros, meeiros, a periferia empobrecida das cidades, indígenas, quilombolas etc. denunciaram o fim da sociedade atual e anunciam novos contratos sociais. São lutas por reconhecimento. Essas lutas iniciaram pela experiência do desrespeito nas dimensões de reconhecimento: amor, direito e solidariedade.

O caso da fazenda Arco Iris, em Tangará da Serra, onde pessoas adoeceram e faleceram por conta dos despejos que sofreram, não é isolado. Pelo contrário, expressa o entendimento de parte significativa do Estado e da sociedade dominante que não os querem mais. Estou me referindo às pessoas que foram expulsas de suas terras, naquele município. Um dos colonos teve de ser internado na Clínica Psiquiátrica de Cuiabá. As pessoas afirmaram que ele ficou um pouco fraco da mente e que o despejo lhe tocou, profundamente, no coração. E não conseguiu mentalizar a dor e o sofrimento, conforme relatado no item 2.1 acima.

Para justificar a dominação e a exploração romperam com o amor, abandonaram o cuidado com terra e seus viventes que sangraram. Esvaziaram a comunhão. As feridas, dores, sofrimentos denunciaram que não há solidariedade. E o Estado serve apenas a seus eleitos: os poderosos e as poderosas que o colocaram a seu serviço, unicamente.

A luta pela vida digna se dá em dimensões do reconhecimento. Consiste nas emoções primárias, como o amor e a amizade. Lendo Honneth (2003, p. 98), percebi que, em seu investigar na esfera, ele fundamentou seus trabalhos da psicologia infantil de Winnicott, segundo pesquisa de Araujo (2013). O ponto de partida dessa primeira forma é a simbiose, a comunhão. A mãe e o filho estão em um estado de indiferenciação. As reações do filho são percebidas pela mãe como um único ciclo de ação. Para Honneth (2003) significa a

“intersubjetividade primária”, em que há uma unidade de comportamento. “Do pó da terra formou Deus homem e mulher. E soprou em ambos o sopro da vida, fazendo deles seres viventes, (BIBLIA, Gênesis, 2, 4).” Terra e humanos formam a unidade da vida.

“E plantou Deus um bonito jardim. Nele colocou os humanos para guardá-lo e cuidar dele” (BIBLIA, Gênesis, 2, 15). E a argila se tornou o corpo da presença humana no mundo. Rompe-se a identificação plena. Segundo Honneth (2003), para ampliar o seu campo social de atenção, a mãe começa a romper a sua identificação com o bebê. Com isso, o bebê aprende que a mãe é algo no mundo e o amor continua sendo a forma mais elementar de reconhecimento.

Para Merleau Ponty (2011), o bebê está como sujeito situado no mundo pelo corpo e pelas suas ações intencionais. Agora ambas, a mãe e a criança, percebem-se situadas por seus corpos que veem e se veem. São tocantes e tocados, sentem e são sentidos. Os seus corpos são objetos e sujeitos, ao mesmo tempo. O entendimento perspectivista de uma sobre a outra é de tal modo que conseguem se ultrapassar por meio dos movimentos intencionais, os quais possibilitam considerar a relação a partir de certos ângulos e com infinitas possibilidades de aparições. Há emoções na relação. O amor é o elemento fundante desse reconhecimento. A solidariedade está nesse espaço vivencial, mas o estado e parte da sociedade romperam e se insensibilizaram pelo sofrimento das pessoas despejadas e abandonadas na rua. Sem reconhecimento de seus direitos à vida e dignidade, foram despejadas de suas casas e terras. Sua sina foi continuar o caminho para a rua, para periferia das cidades, nos fundos das margens dos territórios sem leis justas, sem autonomia e sem respeito pelo outro.

Como entender a relação do amor e do direito? Emoção e respeito são dois valores fundamentais. O amor se diferencia do direito no modo como ocorre o reconhecimento da autonomia do outro. No amor, esse reconhecimento é possível, porque há dedicação emotiva. No direito, ele é possível, porque há respeito. Em ambos, somente há autonomia quando há o reconhecimento da autonomia do outro. Na relação intersubjetiva humana-terra, fundamental é o respeito mútuo pela vida.

A história do direito ensina que a conquista humana dos direitos políticos de participação e os direitos sociais de bem-estar foi e é processo continuado. De modo geral,

essa evolução mostra a integração do indivíduo na comunidade e a ampliação das capacidades que caracterizam a pessoa de direito. Vivemos em sociedade de direitos. Nela, as peças se encontram. Há histórias de comunhão. Nessa esfera, “a pessoa é reconhecida como autônoma e moralmente imputável ao desenvolver sentimentos de autorrespeito”, explica Honneth (2003, p.182). A comunhão se dá na esfera dos três valores: amor, direito e solidariedade.

O reconhecimento da população de migrantes e de posseiros despejada e abandonada na rua deixou de existir. Para mudança de compreensão e de comportamento social, os seres humanos devem ser reconhecidos como sujeitos dignos de direitos e de solidariedade e, a partir dessa compreensão, lutar em conjunto por políticas públicas, as quais precisam ser eficazes para transformação social e para o reconhecimento e inclusão de todos e todas.

Nas dimensões do reconhecimento, a solidariedade (ou eticidade) remete à aceitação recíproca das qualidades individuais, julgadas a partir dos valores existentes na comunidade. Aqui me refiro à comunidade do grupo: aceitação, respeito, carinho, solidariedade, apoio, acolhida. Por meio dessa esfera, gera-se a autoestima, ou seja, uma confiança nas realizações pessoais, no grupo, e na posse do reconhecimento pelos membros da comunidade. A forma de estima social é diferenciada em cada período histórico: “na modernidade, p. ex., o indivíduo não é valorizado pelas propriedades coletivas da sua camada social, mas surge uma individualização das realizações sociais, o que só é possível com pluralismos de valores”, segundo Honneth (2003, p. 93 -95).

A compreensão da individualização das realizações sociais alcança o campo pastoral e teológico. Na corrente doutrinária do neopentecostalismo, a individualização é fundamental. O reconhecimento do esforço individual para as realizações da prosperidade é decisivo para a cura e a felicidade individual. Como os problemas, as doenças, o sofrimento, os conflitos das pessoas têm a origem no poder demoníaco, a solidariedade é apenas um “penduricalho”, pois a fe individual resolve tudo. Eberle (2014) relata que

Um estudioso do movimento, Paulo Romero, afirma: [...] esta corrente doutrinária ensina que qualquer sofrimento do cristão indica falta de fé. Assim, a marca do cristão cheio de fé e bem-sucedido é a plena saúde física, emocional e espiritual, além da prosperidade material. Pobreza e doença são resultados visíveis do fracasso do cristão que vive em pecado ou que possui fé insuficiente (EBERLE, 2014, p.138).

Ao tentar desconectar as raízes dos males, como pobreza, doença, miséria, sofrimento, dores, das questões estruturais e sistêmicas da economia, política, do sequestro dos direitos humanos e da terra, a doutrina cria indiferença. Se os pobres não têm “fé e não querem ter fé” para sair da crise, porque os ricos, que “prosperaram na fé”, deveriam se preocupar com eles? Muitas vezes as pessoas se opõem à prática pastoral de solidariedade, a partir desses valores da doutrina neopentecostal. Tem aí ausência da profecia e do amor. A realização pessoal em sentido global dependeria somente da individualização das realizações, sendo a fé o valor reconhecido para superar dores e sofrimentos.

Sem dúvida, a fé é importante. A oração liga a divindade com as pessoas e liga as pessoas entre si. Mas é preciso ficar atento. O Deus que se conhece na Bíblia não se conforma, não fica indiferente diante do sofrimento. Nas palavras de Gutierrez (1983, p. 109), ele é um “Deus que destrói as alienações [...] intervém na história para quebrar as estruturas de injustiças e suscita profetas para assinalar o caminho da justiça e da misericórdia. [...] liberta escravos (Êxodo), levanta oprimidos e reivindica os direitos dos pobres.”

O reconhecimento ocorre nas esferas do amor, da solidariedade e do direito. A prática pastoral transformadora no campo pessoal e social não exclui nenhuma dessas três dimensões. A pobreza não tem sua origem na falta de fé. A pobreza, a fome, a miséria, a violência, a injustiça, as dores que as pessoas sofrem é, para Gutierrez (1983), “[...] ruptura da comunhão [...], pois, o compromisso de fé cristã é de solidariedade para que não haja pobres”. Mas não só isso: deve haver transformações. Para Reimer (2006, p. 256), no exemplo do livro de Jó, “[...] Jó faz o deslocamento: a descida social da riqueza para a pobreza [...] é desafiado a ser sujeito de transformações sociais [...] e exercita o direito de ser sujeito diante do sistema”. O sujeito solidário faz o deslocamento e provoca mudanças no sistema que produz dores e sofrimentos sociais e ambientais.

As duas visões da compreensão teológica e prática pastoral rondam as comunidades e precisa muito estudo e discernimento, ouvido aberto, mente arejada e coração largo. A pergunta está colocada. O desafio envolve todos e todas: Qual a postura diante das dores do outro? Para Bonhoeffer (2015, p. 97), o “amor é a comunhão nas dores do outro”. Deve haver coerência entre ação pastoral e reflexão teológica a serviço dos oprimidos, dos sofredores.

4.3 DIACONIA

Nas comunidades do Sínodo Mato Grosso há pessoas engajadas no convívio e na transformação de morte em vida. Convidamos mais pessoas a se engajarem nas seguintes questões: grupos de apoio aos povos indígenas, conselho tutelar, fórum municipal de crianças e adolescentes, movimento popular de saúde, creches, grupo de apoio a pessoas idosas, grupo de mulheres no aterro sanitário, OASE e grupo de mulheres ecumênicas, conselho municipal dos direitos de crianças e adolescentes, conselho municipal da saúde, movimento paz nas estradas, comissão de direitos humanos (CARTA ÀS COMUNIDADES NO DEMENT⁶⁴, 1996, p. 02).⁶⁵

O compromisso da comunidade em favor dos direitos humanos não é somente uma opção de prática social. É mais. É uma ação de solidariedade, de transformação e de comunhão que está na dimensão do reino de Deus assumido pela comunidade. A partir do entendimento bíblico, na fé, Deus encontra seu povo e, no amor, ele encontra o mundo, a vida, a sociedade, as dores do mundo. A comunhão expressa essa imbricação entre fé e vida, palavra e ação, tanto internamente, na comunidade, como externamente, na sociedade. Para Gaede Neto (2001), na comunidade acontece a mobilização:

Leonardo Boff entende que é dentro da comunidade que as pessoas se unem para lutar por uma vida digna e para defender e promover os direitos humanos, principalmente das pessoas empobrecidas; [...] é na comunidade que se exercita a ligação entre fé e a vida, entre o Evangelho e a libertação. [...] além da solidariedade interna, a comunidade se abre para exercer diaconia em relação a pessoas e grupos fora de seu âmbito, nas periferias das cidades e no interior, onde as necessidades são maiores (GAEDE NETO, 2001, p. 27).

A igreja de comunidades, no Sínodo Mato Grosso, afirmara que seu compromisso com a vida, com a dignidade e a cidadania plena é parte integral e constitutiva de sua fé e de sua esperança. Deus é fonte da vida. A vida é um direito que não pode ser negociado. No seu entendimento, Deus dá e mantém direitos. Como criatura de Deus, o ser humano é portador desses direitos e de dignidade, que desembocam na vida plena e abundante, segundo Jesus de Nazaré (JOÃO 10.10). A vida decente das pessoas e da sociedade, do seu progresso, do seu

⁶⁴ DEMENT: Distrito Eclesiástico Mato Grosso.

⁶⁵ Carta às Comunidades no DEMENT: anexo nº 6.

desenvolvimento e de suas instituições deve estar a serviço dessa vida plena e digna de todos e de todas, juntamente, com o ambiente.

A Pesquisa verificou que o movimento de solidariedade não foi realizado apenas por obrigação. Pessoas agiram por motivação profética de transformar a sociedade. A ação profética foi até as “entranhas” da ausência de justiça e de reconhecimento. Por ser horizontal, a solidariedade comunitária não ficou no assistencialismo. Ela providenciou pão físico e pão da vida, no vigor motivacional, material e espiritual para a justiça social e ambiental. Disso são exemplos algumas atividades realizadas pelas comunidades pesquisadas, como por exemplo: acolher pessoas perseguidas, despejadas, machucadas; ajudar na organização de escolas para formação inicial e continuada; viabilizar mutirões para preparo e plantio das sementes; providenciar alimentação e moradia.

A atuação em conjunto entre a paróquia Católica Romana do Rosário, Sínodo Mato Grosso e Comunidade Luterana de Cuiabá foi importante, porque ampliou os horizontes. Ajudou a comunidade a encontrar os desafios e a vivê-los, não sozinha, mas junto com outros grupos. Ajudou a construir e manter redes. A organização do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade foi pensada, planejada e colocada em prática, não para particularizar, mas para organizar em rede, a luta de pessoas, entidades e igrejas, na dimensão da diaconia ecumênica e profética. É, nesse sentido, que Gaede Neto(2001) escreve que

A obra *Diaconia: fé em ação*, organizada por Kjell Nordstokke dedica uma de suas partes aos ‘desafios atuais à diaconia’, que engloba as diaconias profética, libertadora, ecumênica, ecológica e transformadora. A compreensão dessas dimensões da diaconia pode ser assim resumida: ‘A diaconia é profética; (...) onde a vida está ameaçada (...) nessa realidade Deus quer agir, dizendo através de palavras e ações: Basta! Assim como está, não pode continuar’ (GAEDE NETO, 2001, p. 24).

A atuação foi ecumênica, porque os clamores de vítimas foram além das fronteiras eclesiais e ecoaram sob e nas entranhas das diferentes igrejas. Foi profética, porque não se resumiu à mera assistência. A luta foi por mudanças sociais, econômicas, ambientais, estruturais e comunitárias para o bem de uma sociedade justa nas relações humanas.

Um exemplo de ação profética é o caso de Henrique Trindade. As igrejas organizaram um centro de direitos humanos, em Cuiabá. Em memória à luta dos posseiros, foi dado o nome de Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade. A entidade foi um referencial de defesa, promoção e educação em direitos humanos e cidadania, em Mato Grosso, no período em questão na pesquisa.

No mundo eclesial, historicamente, a diaconia sempre esteve presente. Comunidades tiveram suas próprias experiências de dores e sofrimentos. A prática da solidariedade as conduziu ao encontro de pessoas e grupos que sofrem. O amor cristão se realizou na comunhão nas dores, lembrando Bonhoeffer (2015). A comunhão foi com pessoas despejadas, com familiares de vítimas de violência, com crianças pobres das periferias. Os conflitos sociais por reconhecimento experienciado pela comunidade foram importantes para a sua vida de comunhão e fé e testemunho no mundo.

No entanto, algumas pessoas continuam com a pergunta: O que a diaconia, os direitos humanos ou o serviço social significam para a missão da igreja? O trabalho aqui apresentado traz elementos importantes para serem considerados na discussão das questões.

Quando se menciona o rio, pensa-se na água que corre. Quando se fala em escola, pensa-se no conhecimento do estudante. Quando se fala em padaria, pensa-se no pão. Quando se fala em igreja, pensa-se na fé. Sim, fé é o específico da igreja. Jesus veio para lutar pela salvação de todas as pessoas, de todos os tempos e lugares, e espera que tenham fé e confiança nele. A igreja de Jesus Cristo se ocupa da fé das pessoas.

Se o específico da igreja é a fé, porque falar em direitos humanos? Qual a relação entre fé em Jesus Cristo e luta por direitos humanos de todas as pessoas? Jesus se deixou sensibilizar pelas pessoas feridas e machucadas. Jesus não ficou indiferente diante das dores deste mundo. Ele pregou “misericórdia quero, e não holocausto”, conforme o livro de Mateus 9.13. Em Mateus 25, ele menciona as pessoas necessitadas como suas substitutas e as coloca como alvo da ação do amor cristão. Para Jesus de Nazaré, “o que vocês fazem a um destes pequeninos, a mim estão fazendo”. O mandamento do amor não deixa as pessoas indiferentes diante das dores deste mundo.

Os feridos e “pequenos irmãos de Jesus” que a comunidade de Cuiabá cuidou foram pessoas sem teto, pessoas presas, pessoas feridas e perseguidas, pessoas ameaçadas de morte, pessoas vítimas da violência, pessoas doentes.

O Catecismo Menor de Lutero, em uso na IECLB, escreve claramente a respeito do pão nosso diário, explicando seu significado para a vida concreta de todas as pessoas. Em tempos difíceis, como nos períodos dos regimes militares na América Latina, por exemplo, as igrejas cristãs assumiram uma postura concreta em favor dos direitos humanos. A constituição da IECLB fala, no Art. 3º, inciso III, em promover a paz, a justiça e o amor na sociedade.

Portando, os direitos humanos têm o devido respaldo da Bíblia, da História da Igreja, da Reforma Protestante e da IECLB. A comunidade de Cuiabá, já ao receber seu 1º pastor residente, em 1979, busca se encontrar em meio a um espaço urbano que “incha” cada vez mais. Além de querer ser igreja presente, que cresce, congrega, vive comunhão, quer ser igreja atuante, carregada por Deus e, por isso, pode carregar gente machucada, ferida e abandonada na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tempo e a migração. Estão imbricadas. Mas tempo nem sempre se anunciou pela lógica científica. O tempo para migrantes tem lógica específica. Durante esta pesquisa, o tempo se comportou como uma gangorra. Fiz redescobertas significativas de lutas, vivências e felicidade. Também foi tempo de memória de pessoas machucadas, feridas, amarguradas. Nas congruências do tempo foram localizadas histórias de fé, de vida, de solidariedade, de direitos e de esperança. A realidade emblemática foi alimentada por sonhos e esperanças inseridas nos relacionamentos pessoais, familiares, comunitários, sociais, culturais. Por um lado, vidas foram reconstruídas. Por outro lado, vidas foram destruídas. O desafio foi encontrar o equilíbrio da gangorra do tempo. Chronos e kairós⁶⁶ fizeram suas trapaças. Cada qual se impôs, no reconhecimento humano e na força da vida.

Migrantes encontraram aqui a felicidade de viver como seres humanos com dignidade. Muitas pessoas construíram e viveram em suas casas, em seus barracos de lona, nas mesas de pau roliço. Nas suas cadeiras de toco de árvores ou pedras enormes. Em suas camas de palha cobertas com pano. Na medida em que o tempo cíclico marca. Migrantes ficaram pelo caminho. Outros seguiram adiante, encontrando seus caminhos entre atalhos e lutas.

Pastor Reinke, (1974, p. 01), em carta dirigida à Igreja afirmou que “Hoje é dia 31 de julho. Se eu penso no Sul, posso imaginar que muita gente está se encolhendo preocupada, pois muitos bem sabem que podem apitar na curva no mês de agosto”. Para ele, “apitar na curva no mês de agosto” significa ir ao encontro da morte. Quem está se encolhendo? São pessoas de saúde frágil e idosas. Pessoas idosas, na época, foram todas as pessoas que passaram cinco décadas de vida. E aí, doenças e morte bateram à porta.

⁶⁶ Kairós é uma palavra de origem grega que significa o momento certo, momento supremo ou momento oportuno. Kairós era o tempo que não podia ser cronometrado, as coisas que acontecem sem hora marcada, as surpresas do dia a dia.

Na mitologia grega, Chronos (Cronos) é o Deus do tempo, uma grandeza que pode ser medida por horas, minutos, dias, semanas, meses e anos. Sua força é implacável e não pode ser detida, e tudo que é conquistado nesse tempo é efêmero e findável. É o tempo linear, que cobramos aos outros e do qual dizemos que «tempo é dinheiro». É o tempo do calendário, o tempo do relógio.

Fonte: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/entenda-o-tempo-de-chronos-e-kairos/> - Acessado em 10/08/2019.

Em Canarana, no projeto de assentamento de migrantes seria diferente, pois, o tempo tem outra lógica. Agosto já não era mais temido. Para Reinke, “O interessante aqui é, que muitos já não mais conhecem este mês, pois nem sequer calendário possuem, para se orientar”. O calendário já não era mais tão importante como no Sul do Brasil, “a terra de origem”.

Não seria mais o calendário, nem o relógio que contavam dias, meses e horas. “Sabendo-se dois meses do ano é o suficiente: abril e outubro. Pois quando pára de chover é abril e quando começa de chover é outubro. O resto do tempo a gente divide sem muito se enganar (REINKE, 1974, p. 01). Essa lógica temporal vale para contagem dos meses.

Para as horas do dia, também, havia uma dica. O movimento do ambiente anunciava as horas: “[...] quando a seriema grita são 7 horas; quando dá redemoinho na estrada é 1 hora da tarde; quando os borrachudos pegam são 5 horas; quando o ouriço grita são 10 horas da noite; quando a coruja grita são 24 horas”.

As reflexões sobre o tempo foram tentativas de descrever que a vida de migrantes estava desestabilizada. O que era emblemático no “sul” agora não seria mais. O relacionamento com o tempo havia perdido algumas referências construídas. Na antiga terra, o horário foi fixado por relógios e calendários. Na nova terra, o ambiente anunciava dias, noites, épocas e ciclos. E a vida deixou de ser muito linear. Os ciclos das aves, das flores, das chuvas, das secas, dos ventos foram significativamente importantes na vida.

No tempo da vida, ou cairós, a solidariedade tomou conta na edificação das comunidades. Em conjunto foram celebradas as primeiras lavouras. Nas assembleias e as rodas de conversas fluíram para construir e organizar as coisas da vida das comunidades. No espaço onde, em 1972, não havia nenhuma comunidade, no ano de 2.000, havia 126 comunidades e pontos de celebração, partilha e comunhão. Foi tempo de rir e tempo de plantar. A percepção de que ninguém estava aqui sozinho. Nas horas de grande aperto, no despejo ou na ameaça de morte, podiam contar sempre com alguém para acolher, apoiar, consolar.

O tempo cairós carregou, em seus seios, gente, florestas, águas, sementes, frutos. Migrantes saíram de seu local seguro. Viajaram. Foram desestabilizados. Lutaram para

construir nova morada, novas amizades. A solidariedade foi o valor que agregou, reuniu, supriu as necessidades primeiras.

E o tempo foi passando. Então o tempo cronos, que mata as suas crias, lançou sua semente. Havia registros de desentendimentos, rancores e egoísmos, de tempo de arrancar o que foi plantado. E registrou desigualdade. Nos 25 anos depois dos primeiros assentamentos, na segunda geração, já foram percebidos desencontros. Em função disso, em meados da década de 1990, apareceram aqui e acolá ilhas de abundâncias e mares de escassez em periferias de cidades novas e em área de terras agricultáveis que foram concentradas por pessoas ou grupos com interesses de enriquecimento. E a solidariedade, aqui e acolá, já não foi mais tão fervorosa. Sobressaem momentos de isolamento e de trabalhar por conta, assim meio afastado da comunhão comunitário.

Outra questão significativa foi que, a maioria dos luteranos não migrou para as cidades, mas para as regiões de matas e cerrados. Assim, entrou no mundo dos ciclos naturais. Nesse processo, foi desinstalado. Isso aconteceu com a humanidade migrante. Na nova terra, foi necessário reorganizar vida, assimilando novos elementos da vida local e socializando valores de fé e vida que eles trouxeram de seus diferentes lugares de origem. Muitos valores foram questionados. Outros foram construídos. A solidariedade foi um valor fundamental para vida. Já que migraram em condições idênticas, a vida os aproximou. Foi fundamental para a reconstrução da sua identidade humana. A solidariedade foi importante e significativa para todas as comunidades luteranas na migração.

Esta pesquisa analisou a inserção da prática secular, bíblica, religiosa, especialmente, protestante e de seus parceiros ecumênicos. O trabalho de pesquisa encontrou elementos para entender o próprio processo interno da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, das Novas Áreas de Colonização, do Distrito de Mato Grosso e na área do Sínodo Mato Grosso. Por meio da pesquisa documental, localizou o registro de práticas solidárias nas paróquias de Canarana, Cuiabá e Tangará da Serra. Verificou que a compreensão filosófica de direitos humanos e das ações bíblico-teológicas de diaconia se complementam e foram fundamentais para a igreja na constituição das comunidades de migrantes luteranos no período 1970-2000. A solidariedade foi compreendida como fundamental na organização das comunidades e na missão que ela recebeu para atuar na sociedade.

A pesquisa documental teve à sua disposição registros em atas, correspondências, avaliações, dados estatísticos, publicações, posicionamentos nas instituições acima mencionadas. O período pesquisado foi uma época de grande isolamento nesta região do sínodo. As estradas de acesso ainda estavam em construção. Em épocas de chuvas, de novembro a maio, ficavam intransitáveis. Não havia os modernos meios de comunicação que existem hoje. Nem o mais simples que seria telefone. Os meios disponíveis foram os contatos pessoais e as correspondências. A memória e a tradição oral foram muito significativas para guardar e contar as histórias nos encontros dos amigos e parentes. Quem arquivou as suas correspondências têm um acervo importante. Infelizmente, poucas pessoas guardaram suas cartas. Mas algumas ainda puderam ser localizadas, embora nas paróquias, os arquivos não foram muito reconhecidos, exceto os de Cuiabá e de Canarana. O sínodo arquivou pastas volumosas de escritos, especialmente, nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Tive muito trabalho para classificar o material referente ao tema da tese.

A pesquisa documental identificou que os registros foram mais numerosos na primeira geração de migrantes. A maioria dos documentos pesquisados são datadas até 2001. Depois desse ano, os registros históricos se referem mais a acontecimentos que atendem à estrutura eclesial. Esta pesquisa foi até nesse ano. Por isso, não há maiores informações. As comunidades formadas pela segunda geração dos migrantes luteranos ou aquelas pessoas que aqui nasceram ou que vieram em época posterior não foram incluídas na pesquisa.

Os colonos pioneiros que migraram para Mato Grosso, com poucas exceções, foram famílias que não encontraram espaço nas áreas onde viviam. As terras estavam ocupadas. Foram famílias com filhos pequenos ou casais sem filhos. Repetiu-se o que ocorreu com migrantes pobres europeus e, depois, com a migração interna, no Brasil. Casais jovens foram em busca de território para viver. Eram, na maioria, pessoas com poucos recursos financeiros. As colonizadoras vendiam áreas afastadas dos centros de apoio, de logística e de infraestrutura. Faltavam estradas, meios de se comunicar, vender e comprar produtos. Não havia escolas para as crianças, assistência básica de saúde, energia elétrica, moradia digna, água somente dos córregos, sujeitos a doenças tropicais, como a malária, Leishmaniose e outras. Além dos acidentes na mata e na lavoura. Muitas pessoas foram a óbito por falta de tratamentos da saúde.

O contexto foi de muitas lutas pela vida e dignidade dos migrantes. A primeira geração de migrantes luteranos. Em relação à posse das terras e abertura de lavouras, eles tiveram problemas. Migraram com poucos recursos. Como os locais da colonização eram distantes das infraestruturas, a possibilidade de adquirir terras foi mais fácil. Tiveram financiamento bancário para abrir lavouras, mas os financiamentos bancários foram “armadilhas”. Os juros, no fim da década de 1970 e 1980, eram altos. A precariedade de produzir em terras desconhecidas por eles era significativamente negativa. A distância dos centros de consumo dos frutos da terra era de centenas de quilômetros, dificultando a venda dos produtos. Os migrantes ficaram sem recursos e sem suas terras. Sobreviveu quem não fez muitas dívidas. Os outros migraram para as vilas próximas ou para as cidades à procura de outros trabalhos e modos de vida. A solidariedade foi profundamente importante como expressão prática da fé e como forma de sobrevivência, inclusive.

No caminho a um território foram, historicamente, as trajetórias de sobrevivência de parte significativa de luteranos que migraram para as Novas Áreas de Colonização. O povo veio para sobreviver, juntamente com povos de diferentes culturas, etnias, religiosidade etc. Muitos reconstruíram suas vidas. Outros nem chegaram a tanto. Poucos enriqueceram, financeiramente. E aí, certamente, houve ruptura na comunhão. Faltou solidariedade em algumas comunidades. Essa falta foi percebida e sentida entre os membros da própria comunidade e com o povo autóctone.

Cada comunidade foi construindo esses espaços de acordo com sua possibilidade e realidade local. As próprias comunidades foram espaços importantes para a prática da solidariedade. Os grupos das mulheres, da OASE, foram referenciais de sensibilidade com as dores alheias. Os grupos foram espaços de comunhão, de solidariedade, de acolhida, de poimênica. Criaram consciência e compromisso com as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. Seus cursos foram como escolas de mulheres. A metodologia dialógica e participativa e a pedagogia freireana da autonomia impulsionaram um processo educacional bíblico que ajudaram na conscientização sobre aspectos fundamentais da vida das mulheres em comunidade e em sociedade. Os seus grupos se revelaram como espaços de solidariedade.

Os grupos comunitários de solidariedade social e pessoal, individualmente, motivados pela fé, realizaram ações em favor de crianças, indígenas, de pessoas em privação

de liberdade, mulheres, encontros bíblicos ecumênicos, em conselhos municipais de direitos humanos e outros. Nesses grupos, a juventude teve presença em manifestos públicos pela justiça, pela paz, por direitos humanos de todos e todas.

A Comunidade de Cuiabá participou do momento histórico em que viveu sua cidade, o País e o mundo. A Bíblia ocupou o seu lugar para a edificação da vida de fé, de comunhão e de ação. Os pactos e tratados de direitos humanos foram instrumentos significativos de defesa e promoção da vida, unindo igreja, comunidade ecumênica e secular num mesmo ideal para enfrentar as necessidades humanas.

A Comunidade de Canarana esteve presente e atuante na construção social por posto de saúde, cuidados com a educação na organização da escola e formação geral para agroecologia e escola família agrícola, com pedagogia da alternância. Em 1974, Canarana organizou um Jardim de Infância e, nele, acolheu, segundo informações contidas em cartas, 23 crianças. Considerando que, naquela época, a educação infantil era raridade do Brasil, em Mato Grosso, por exemplo, as políticas educacionais oficiais do Estado não tinham esse horizonte, nessa colonização com migrantes minifundiários e meeiros, o cuidar das crianças pequenas e educá-las foi uma realidade prática da Comunidade Luterana.

Em relação à saúde, a Comunidade não limitou seus trabalhos à assistência. Organizou cursos e material informativo para que as pessoas pudessem elas mesmas cuidar da saúde de suas famílias. Elaborou material informativo e formativo. Procurou cuidar das “dores da alma”, como a saudade e a frustração em relação às colheitas e aos trabalhos que não deram certo. A Senhora Sara Reinke foi enfermeira e desenvolveu um trabalho popular muito significativo naquela área.

Tangará da Serra praticou solidariedade no apoio e na acolhida dos posseiros, em São Jorge. Além disso, organizou e viabilizou o Projeto Vacas Comunitárias para providenciar leite para crianças empobrecidas, em Novo Maringá.

Em Mato Grosso, havia interesse por grandes extensões de terra e milhares de pessoas em busca de um pedaço de terra, no qual fosse possível reorganizar a vida delas e de suas famílias. Nesse conflito, poder público e grileiros, em algumas regiões do Estado, uniram-se para impor o modo exclusivista de produção e de propriedade da terra. Era normal

encontrar agentes de segurança do Estado e jagunços, expulsando posseiros, em algumas regiões. Esse foi um dos problemas enfrentados pela comunidade. Foi o primeiro desafio.

A Comunidade Luterana percebeu que sozinha seria apenas uma pequena luz e um pouquinho de sal. Buscou e encontrou espaço. Foi procurada por igrejas, entidades, pessoas feridas e pessoas solidárias. Achou e foi achada para atuar em conjunto. A atuação em conjunto com a paróquia Católica Romana do Rosário foi importante, porque ampliou os horizontes, ajudando a Comunidade a encontrar os desafios e a vivê-los, não sozinha, mas junto com outros grupos, a construir e manter redes. A organização do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade foi pensada, planejada e colocada em prática, não para particularizar, mas para organizar em rede, a luta de pessoas, entidades e igrejas, na dimensão ecumênica e profética.

A igreja traçou seu caminho de ir na companhia de migrantes não para catequizá-los, mas para cooperar com a libertação deles e, para isso, investiu na edificação de comunidades solidárias. Além da formação bíblica, ela ofereceu formação geral com práticas e conteúdos que lhes proporcionassem melhores condições de vida, de solidariedade, de comunhão.

Outra temática a ser levada em conta é a dimensão política do planejamento e das ações de construir escolas, de se empenhar pelos postos de saúde, agricultura ecológica, escola família agrícola, acolher pessoas e famílias despejadas, sensibilizando-se com pessoas em situação de vulnerabilidade. A resistência diante de dificuldades políticas em criar sociedade humana, justa e igualitária, muitas vezes, é desanimadora e enfraquece a ótima iniciativa de edificar comunidades acolhedoras, abertas, e do protagonismo de inclusão social.

A solidariedade agregou e congregou os migrantes. Com a sociabilidade mais perceptível, as comunidades reuniram consideráveis grupos em termos quantidades de pessoas. Com o passar dos anos, algumas pessoas conseguiram agregar valor às suas propriedades. As comunidades que conseguiram se reinventar na nova realidade, na segunda ou terceira geração, estabilizaram sua membresia. As que não conseguiram, estagnaram ou diminuíram seu tamanho populacional.

Os membros das comunidades formadas pela migração tiveram visões e opiniões diversificadas sobre Deus, o mundo, a economia, a educação, a política, a constituição da

comunidade e no apoio às pessoas sofredoras e pessoas nas suas diversidades econômicas, sociais, culturais, sexuais. Conflitos pessoais surgiram. Mediar conflitos foi fundamental nesse encontro de pessoas e grupos humanos em suas diversidades, uma vez que pessoas diferentes ou pessoas sofredoras abalaram as estruturas humanas e tiraram algumas pessoas da zona de conforto. Foram desafios enfrentados por comunidades luteranas. A solidariedade foi fundamental, e as discussões, reflexões e decisões tomadas em conjunto possibilitaram a abertura da Comunidade para o mundo. Forjou a visão ampla, ecumênica. Os processos da caminhada, no entanto, fizeram com que as questões fossem novamente retomadas para que as comunidades não deixassem o seu primeiro amor esfriar. Por primeiro amor, refiro-me ao início da constituição das comunidades luteranas na migração e a vida dos primeiros anos na nova terra.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Walter. **Lutero e libertação:** Releitura de Lutero em perspectiva latinoamericana. São Leopoldo, RS/ São Paulo, SP: Ed. Sinodal; Ed. Ática, 1994 (Série Religião e Cidadania, 6).

ALTMANN, Lori. **Convivência e solidariedade:** uma experiência pastoral entre os Kulina (Madija). São Leopoldo, RS: GTME, COMIN/ IECLB, 1990.

AHLERT, Alвори. **A Eticidade da educação:** O discurso de uma práxis solidária/universal. 2. ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2003.

ALVES, Laoci Maria Araújo. **Movimentos sociais em Mato Grosso:** desafios e conquistas. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.

ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

ANDRADE, Sergio; SINNER, Rudolf Von (Orgs.). **Diaconia no contexto nordestino:** Desafios-reflexões-práxis. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003.

ARAÚJO NETO, José Aldo Camurça de. **A Filosofia do Reconhecimento: as contribuições de Axel Honneth a essa categoria.** Kínesis, vol. V, nº 9 (edição especial), p. 52-69, julho 2013.

ASSMANN, Hugo. SUNG, Jung Mo. **Competência e sensibilidade solidária:** educar para a esperança. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BAESKE, Sibyla (Org.). **Retalhos no tempo: 100 anos da OASE.** São Leopoldo, RS: Ed. Sinodal, 1999. 2000 p.

BARTH, Karl. **Carta aos romanos.** São Paulo: Fonte Editorial, 2008.

BARTH, Karl. **Dádiva e louvor** (artigos selecionados). São Leopoldo, RS: Ed. Sinodal, 1986, (Seleção e prefácio de Walter Altmann).

BARTH, Karl. **Senhor! Ouve nossa oração.** São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 2013.

BETTO, Frei. Educação em Direitos Humanos. **Revista Véspera.** São Paulo, n. 272, 1993. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/index.html>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BÍBLIA SAGRADA: antigo e novo testamento. Revista e atualizada no Brasil. 2ª ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1975

BOBSIN, Oneide. Luteranos - migração, urbanização e proletarização. In. **Estudos teológicos.** São Leopoldo, RS: EST, v. 29 (2), p. 207-227, 1989.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2003.

BONHOEFFER, Dietrich. **Vertrauen im Widerstand** (Texte zur Orientierung)/ Mit einer Einführung herausgegeben von Peter Helbich. Gutersloh, Deutschland: Gutersloher Verlag.- Haus Mohn, 1993, 59 p.

BONHOEFFER, Dietrich. **Resistência e submissão: Cartas e anotações escritas na prisão**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003, 638 p.

_____. **A comunhão dos Santos: uma investigação dogmática sobre a sociologia da Igreja**. (Traduzido por) Nélio Schneider. São Leopoldo, RS: Sinodal; EST, 2017.

_____. **Ética**. São Leopoldo, RS: Sinodal /EST, 2015.

_____. **Vida em comunhão**. 10. ed. São Leopoldo, RS: Editora sinodal & EST, 2015, 107 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção primeiros passos: 38).

BRASIL. **Ato Institucional nº 5**: Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI>>. Acesso em: 19 nov. 2018, 20h30min.

CABRAL, Apolucena Cristiano. As situações de vida de moradores/as de rua e seu espaço: angústias e superações. In. CARVALHO, Claudia C. F.; GUIMARÃES, Solange T. L.; MARIN, José & PASSOS, Luiz Augusto (Orgs.). **RuAção das epistemologias da rua à política da rua**. Cuiabá, MT: Edufmt, 2014, p. 217-232.

CALDAS, Carlos. RELIGIÃO E POLÍTICA EM DIETRICH BONHOEFFER. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**. Natal-RN, ISSN 1982-1662 n. 17, ago./dez. de 2015. p. 17-40. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/download/9924/7024>>. Acesso em: 01 maio 2019.

Carta Capital. **Invisíveis, mas humanos**: Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/invisiveis-porem-humanos-1972.html>>. Acesso em: 27 set. 2018.

CASALDÁLIGA, D. Pedro. **Creio na justiça e na esperança**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.

Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade. **CARTILHA DE DIREITOS HUMANOS**: Cuiabá, MT. Masiero Impressões Gráficas, 1998.

Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade. **Carta ao Secretário do MNDH, Agostinho Veit**: Cuiabá, MT, 1991.

CESE. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. 4. ed. Salvador: Edições Paulinas, 1978.

CDHHT. Diagnóstico do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade. **Uma reflexão das ações do CDHHT**. Cuiabá, MT. 1994.

CDHHT. **Dossiê - Vamos viver sem violência?** Campanha contra a Violência Policial (06 a 20 de abril de 1988).

CDHHT. **Projeto do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, triênio 1999-2001**. Cuiabá, MT, 1998.

CDHHT. **Relatório do Cento de Direitos Humanos Henrique Trindade, referente 2000**. Cuiabá, MT, 2001.

CDHHT. **Relatório de atividade do projeto: Projeto triênio 1999-2001**. Cuiabá, MT, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo**: Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty. São Paulo, SP: Brasiliense, 1999.

Cinquenta e Quatro Obreiros da IECLB (abaixo assinado). **Carta ao Sr. Juiz da Comarca de Vilhena**. São Leopoldo, RS: EST, 1982.

Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá. **ATA DA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE**, realizada nos dias 26 a 28 de junho de 1987: Cuiabá, MT.

Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá. **Livro 2 das atas das reuniões realizadas entre 1987 e 1993**: Cuiabá, MT, p. 01 -100.

Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá. **Relatório de dados estatísticos da comunidade de Cuiabá**. Cuiabá, MT: 2000.

COR: Curso de Orientadores Rurais. **Síntese da reunião de avaliação**. Janeiro de 1979, p. 1-9 (mimeo).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988 e atualizada até emenda n.º 15/96**. 7. ed. São Paulo, SP: Edipro- EP, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **O AI-5**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acessado em 03/11/2018.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DOCKHORN, Valdomiro. **Minha caminhada pelo Mato Grosso**. Carta a mim dirigida, em julho de 2017 (Arquivo pessoal).

DORNELLES, João Ricardo W. **O que são direitos humanos**. 2.^a ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995 (Coleção primeiros passos).

Departamento de Migração da IECLB. **Síntese da avaliação do Curso de Orientadores Rurais**. Porto Alegre, RS: janeiro de 1979.

DUNCK, Augusto (Org.). **Diamantes**. Canarana, MT: Cegraf, 2014. 350 p.

DUNCK-CINTRA, E. M. **Do silêncio à vitalidade sociocultural dos Chiquitano do Portal do Encantado - Mato Grosso, Brasil**. 2016. 310 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

DREHER, Martin. **A Igreja no Brasil diante do problema social do pequeno agricultor e do operário: uma perspectiva histórica**. Estudos Teológicos: São Leopoldo, RS: EST, v. 21 (2), 1981, p. 119- 139.

DREHER, Martin. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo, RS: Editora Sinodal/EST/EDUCS, 1984.

DREHER, Martin. **Hermann Gottlieb Dohms: tentativa de teologia protestante em uma igreja de imigrantes no Brasil**. In. RICHARD, Pablo (ed). **Raízes da Teologia Latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 456.

DREHER, Carlos; MUGGE, Erny; HAUENSTEIN, Iria; DREHER, Isolda (Org.). **Profecia e Esperança: um tributo a Milton Schwantes**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2006.

ECAM. **Relatório do 17º ECAM - Encontro de Coordenação e Atualização da Amazônia**. Chapada dos Guimarães, MT: 30 de junho a 04 de julho de 1997, 7p. (mimeo).

EBERLE, Carlos Heinz. **Diaconia numa comunidade evangélica urbana**. In. ZWETSC, Roberto E. (Org.) **Cenários urbanos: realidade e esperança-desafios das cidades às comunidades cristãs**. São Leopoldo, RS: Sinodal/EST, 2014, p. 131-166.

EICHHOLZ, Gerda Langmantel. **Trajatória de vida do casal Gerda e Milton Eichholz nos projetos de colonização de Nova Xavantina e Querência-MT**. Carta a mim dirigida, em maio de 2017 (Arquivo pessoal).

EQUINHA. **Síntese do II encontro de coordenação e atualização do Mato Grosso-Oeste**. Cuiabá, MT: 15 a 17 de maio de 1979.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **Invisíveis, porém humanos**. In:_____. **Carta Capital**. São Paulo, SP: Editora Confiança, 2013, p.01 (p. inicial).

FISCHER, Joaquim. **A missão das igrejas no Brasil 1500-1978**. In. BRAKEMEIER, Gottfried (Ed.). **Presença luterana no Brasil**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1989, p. 60-75

FISCHER, Friedel & SPELLMEIER, Arteno. **Für Verzweiflung Keine Zeit: Hoffnung teilen im Amazonasgebiet**. Hermannsburg, Deutschland: Evangelisch-lutherisches Missionswerk in Niedersachsen, 1995,

FORCANO, Benjamin.[et.al]. **Pedro Casaldáliga: As causa que imprimem sentido à sua vida - retrato de uma personalidade**. [Tradução de Alda da Anunciação Machado]. São Paulo: Editora Ave Maria, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23. ed., São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1983.

- _____. **À sombra desta mangueira.** São Paulo: Olho d'Água, 1995.
- _____. **Educação e Mudança.** (Trad. Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin). 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Extensão ou comunicação?** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. **Medo e Ousadia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- _____. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Pedagogia da Esperança.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Pedagogia da indignação.** São Paulo: UNESP, 2000.
- _____. **Pedagogia do Oprimido.** 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREUD, Sigmund. Mal-estar na civilização. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. In. **Obras Completas.** Vol.9. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GAEDE NETO, Rodolfo. **A diaconia de Jesus:** uma contribuição para a fundamentação Teológica da diaconia na América Latina. São Leopoldo: Sinodal: Centro de Estudos Bíblicos e São Paulo: Paulus Editora, 2001, 194 p. (Série Diaconia na América Latina, 1)
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GEERTZ, Clifford. **El antropólogo como autor.** Barcelona: Paidós Studio, 1989.
- GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [Coleção Antropologia Social].
- GEERTZ, Clifford. **O Saber local:** Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GEERTZ, Clifford. **Thick Description:** Toward an Interpretative Theory of Culture. n. C. Geertz, 1973 (Negara..., p. 87-125).
- GIESE, Ademar. IECLB: **Um desafio envolvente no Oeste de Mato Grosso.** Curso de Aprofundamento Teológico, História da Igreja. São Leopoldo, RS: Escola Superior de Teologia, 1989.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais.** São Paulo: Loyola, 1995.
- GOTTSCHALD, Karl. **Relatório do Pastor Presidente apresentado ao VII Concílio Geral da IECLB,** de 22 a 25 de outubro de 1970, em Curitiba, PR.
- _____. **Relatório do Pastor Presidente apresentado ao VIII Concílio Geral da IECLB,** de 19 a 22 de outubro de 1972, em Panambi, RS.

_____. **Relatório do Pastor Presidente apresentado ao IX Concílio Geral da IECLB**, de 17 a 20 de outubro de 1974, em Cachoeira do Sul, RS.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 1 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GRANGER, Gilles-Gaston. **A Ciência e as ciências**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1994.

GREBOGI, Celso. O Caos sob controle. **Revista Ciência Hoje**, publicação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), v. 15, n. 87, p. ,1995.

GREYNER, Rachel. **A produção do saber nos setores populares urbanos**: estudo de um caso. Rio de Janeiro: IESAE/FGV, 1984.

GRIGNON, Claude. Cultura dominante, Cultura Popular e Multiculturalismo Popular. In. T. T. da SILVA (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GUIA NOSSA FÉ - NOSSA VIDA. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/guia-nossa-fe-nossa-vida>>. Acesso em: 03 maio 2019.

GUTIERREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

GUTIERREZ, Gustavo. **La Fuerza Historica de los Pobres**. Lima, Peru: Centro de estudios y publicaciones, 1979, p. 397-415.

HEGEL, Georg Frierich Wilhelm. **Princípios da Filosofia do Direito**. Trad. Orlando Vitorino. Lisboa: Guimarães, s/d. (Coleção Filosofia & Ensaios).

HINKELAMMERT, Franz Joseph. Paradigmas e metamorfoses do sacrifício de vidas humanas. In. ASSMANN (ed.). **René Girard com teólogos da libertação**: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios. Petrópolis, Piracicaba: Vozes/Unimep, 1991, p. 160-185.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais** / Axel Honneth; tradução de Luiz Repa. - Sao Paulo: Ed. 34, 2003. 296 p.

HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas:sexta investigação**: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento. In. HUSSERL Edmund LOPARIC, Zéjko e LOPARIC, Andréa Maria Altino de Campos (Sel. e Trad.). São Paulo: Nova Cultural, 1999 [Os Pensadores].

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial**: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 1993.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HOPPE, Walter. **Mando em anexo um pouco de memórias**. Carta a mim dirigida em 04 de outubro de 2018 (Arquivo pessoal).

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. **Constituição da IECLB**. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/constituiacao-da-ieclb-1>>. Acesso em: 01 maio 2019

Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Chapada dos Guimarães, MT. **Ata do XXII Concílio Geral da Igreja realizado nos dias 19-22 de outubro de 2000**. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/manifesto-de-chapada-dos-guimaraes-2000>>. Acesso em: 25 maio 2019.

IECLB. **MANIFESTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**. Ata do XXII Concílio Geral da Igreja. Chapada dos Guimarães, MT. Outubro de 2000. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/manifesto-de-chapada-dos-guimaraes-2000>>. Acesso em: 25 maio 2019.

JUNG, Luiz Carlos Stahnke. **Sistemas naturais de recuperação de solos desgastados no cerrado**. Carta a mim dirigida em agosto de 2017, 2f. (Arquivo pessoal)

LEWIS, David Maybury. **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo**. São Paulo, SP: Ed. Unicamp. 1992.

LINK, Rogério Sávio. O papel da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil nas Novas Áreas de Colonização: O caso de Rondônia 1972-1987. In. DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.). **Leituras e interpretações da imigração na América Latina: XVI Simpósio de História da Imigração e Colonização**. São Leopoldo: Oikos, 2007, p. 650-661.

LINK, Rogério Sávio. **Luteranos na Amazônia, o processo migratório e a formação do Sínodo da Amazônia 1967-1997**. 2008. 403 f. Tese (Doutorado em Teologia). Faculdades EST, PPG, São Leopoldo, RS.

LIMA MIRA, João Manuel. **Evangelização do Negro no Período Colonial Brasileiro**. São Paulo: Loyola, 1983.

LOPES, Joaquim. **Os monumentos de direitos humanos nas praças de Cuiabá**. Carta a mim dirigida, 15 maio 2019 (Arquivo pessoal).

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUTERO, Martim. **Da liberdade Cristã**. 4. ed. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1983.

LUTERO, Martim. **Catecismo Menor**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1996.

KELLY, Geoffrey B. **Teólogo Dietrich Bonhoeffer e seu plano p/ matar Hitler**. Disponível em: <<https://cavernadezion.wordpress.com/biografias-de-ets/teologo-dietrich-bonhoeffer-e-seu-plano-p-matar-hitler/>>. Acesso em: 13 março, 2017.

KIERKEGAARD, Soren. **O Conceito de Angústia**. Trad. João Lopes Alves. 2. ed., Santa Maria de Lamas: Presença, s/d. [Divulgação e Ensaio].

KILPP, Nelson (Coord.). **Manual de normas para trabalhos científicos**. São Leopoldo, RS: EST, 2008.

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial**: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 1993.

MADUREIRA, Elizabeth. **Revivendo Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC, 1997.

MAJEWSKI, Rodrigo; SINNER, Rudolf von. A contribuição da IECLB para a cidadania no Brasil. In. WACHHOLZ, Wilhelm. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo: ano 45, n. 1, p. 32-61, 2005.

MANIFESTO PÚBLICO: **Problema de Mirassolzinho está resolvido?** Abaixo assinado: Cuiabá, MT: março 1987.

MARTINS, Joel et al. **Temas Fundamentais de Fenomenologia**. São Paulo: Moraes, 1984.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggioni (Org.). **Estudos sobre existencialismo, Fenomenologia e Educação**. São Paulo: Moraes, 1983.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 4. ed., São Paulo: Hucitec, 1990. [Ciências sociais].

MARTINS, José de Souza. Dilema sobre as classes subalternas na idade da razão. In. _____. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações o limiar do Terceiro Milênio. In. _____. **O fenômeno Migratório no limiar do 3º Milênio**. Desafios Pastorais. Petrópolis: RJ: Vozes, 1998, p. 15-34.

MENDONÇA, Erastos Fortes. Estado Patrimonial e gestão Democrática no Brasil. In. **Educação e sociedade**. Campinas. v. 22, ano 2001. p. 84 -108.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011 (Biblioteca do pensamento moderno).

MERLEAU-PONTY, Maurice. O Olho e o Espírito. In. MERLEAU-PONTY, Maurice; Marilena CHAUI (Org.). Trad. Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 48-73. [Os Pensadores].

MESTERS, Carlos. **Paraíso terrestre**: saudade ou esperança? Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.

MILSTEIN, Werner. **Dietrich Bonhoeffer**: vida e pensamento. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2006.

MOLTMANN, Jürgen. **Teologia da Esperança**. São Paulo: Herder, 1971.

MOREIRA, Virginia. **O Método Fenomenológico de Merleau-Ponty como Ferramenta Crítica na Pesquisa em Psicopatologia.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/0D/prc/v17n3/a16v17n3.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

ORTIZ, Renato. **A consciência fragmentada.** Ensaio de cultura popular e religião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Os direitos humanos em Mato Grosso - Relatório 2000. Assembleia legislativa do Estado de Mato Grosso, 2001.

Paróquia Católica do Rosário. **Canto das Comunidades.** Cuiabá, MT, 1982.

Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá. **Livro de atas nº 01-** 31/07/1982 a 09/12/1985. Cuiabá, MT.

Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá. Livro de atas nº 02- 01/01/1986 a 31/12/1992. Cuiabá, MT.

Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá. **Ata da assembleia do conselho da paróquia,** realizada no dias 11 a 13/02/1984. Cuiabá, MT.

Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá. **Carta à Comissão Pró-constituinte.** Cuiabá, MT, 1986.

Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá. **Carta ao Presidente José Sarney:** Cuiabá, MT, 1986.

Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá. **Carta às autoridades estaduais dos poderes executivo, judiciário e legislativo:** Cuiabá, MT: 1992.

Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá. **Carta ao Ministro da Justiça Dr. Paulo Brossard:** Cuiabá, 1987.

Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá. **Carta ao Governo Sul-Africano.** Cuiabá, MT, 1986.

Paróquia Evangélica Luterana de Tangará da serra. **Arquivo da Paróquia de Tangará da Serra.** Disponível em: < https://www.luteranos.com.br/conteudo_organizacao/tangara-da-serra/parouquia-de-tangara-da-serra-memoria>. Acesso em 10 fev, 2019.

PEREIRA, Luiz. **Desenvolvimento, trabalho e educação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogias diferenciada:** das intenções à ação. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PETIÇÃO À COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS-OEA. **Caso 12.200 - Henrique José Trindade e Juvenal Ferreira Trindade.** Rio de Janeiro, RJ, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das políticas militares. In._____. **Violência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 57-91.

PIXLEY, Jorged. Exige o Deus verdadeiro sacrifícios cruentos? In. Hugo ASSMANN (ed.). **René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios**. Petrópolis/Piracicaba: Vozes/Unimep, 1991, p. 189 -220.

PASSOS, Luiz Augusto. **Currículo, Tempo e Cultura**. 2003, 488 p. Tese (Doutorado em Educação: Currículo), Pontifícia Universidade Católica - PUC, São Paulo, 2003.

PASSOS, Luiz Augusto & QUEIROZ, Lucileide D. A percepção dos moradores de rua com o corpo próprio em estar no/ao mundo. In. CARVALHO, Claudia C. F.; GUIMARÃES, Solange T. L.; MARIN, José & PASSOS, Luiz Augusto (Orgs.). **Ruação: das epistemologias da rua à política da rua**. Cuiabá, MT: Edufmt, 2014, p. 27-43.

PASSOS, Luiz Augusto; SATO, Michèle. O currículo nas sendas da fenomenologia de MerleauPontyana. In._____. **Sujets choisis em éducation relative à l' environnement. D' une Amérique à l 'autre / Textos escogidos em educacion ambiental. De uma América a outra/ Textos escolhidos em educação ambiental. De uma América à outra...** 1 ed. Québec/Montrea: Lês relative à l' environnement, 2002, p. 129-135.

PASSOS, L. A. & WITTER, T. Educação e direitos humanos: menino que quer ser bombeiro. In. GRANDO, Beleni Saléte; PAULA, André Wanpurã de; ADUGOENAU, Felix; DIAS, Tatiane Lehre; AMPOS, Neide da Silva. **SABERES E IDENTIDADES: Povos, culturas e educações**. 1. ed. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2017, p.161-179.

PEREIRA DE OLIVEIRA, Bárbara Cortella. **Prescrições para ensinar a ensinar leitura e escrita na Escola Normal de São Paulo: circulação de saberes pedagógicos Brasil/França**. 2013, 185p. Tese (Doutorado em Educação), UNESP- Assis, SP, Brasil.

Presidência da República Federativa do Brasil. **Ato Institucional nº 5**: Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Fatos Imagens/AI](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Fatos%20Imagens/AI)>. em 19/11/ 2018, 20h30min.

RAHNER, Karl. **A Antropologia: problema teológico**. São Paulo: Herder, 1968.

REINKE, Sara. **Carta ao Pastor Arteno Spellmeier**. Canarana, 20 de novembro de 1974. Arquivo do Sínodo Mato Grosso-IECLB. (Assuntos: Solicitação de materiais e apoio logístico para realizar exames para identificar problemas de saúde com verminose e malária, em Canarana e Água Boa).

REINKE, Sara. **Carta ao Pastor Arteno Spellmeier**. Canarana, 20 de março de 1975. Arquivo do Sínodo Mato Grosso-IECLB. (Assuntos: projeto Jardim de Infância em Canarana, curso de orientação de saúde para Canarana e ambulatório para saúde humana para Água Boa).

REIMER, Haroldo. Pobre Sujeito: sobre o direito dos empobrecidos no livro de Jó. In. DREHER, Carlos; MUGGE, Erny; HAUENSTEIN, Iria; DREHER, Isolda (Org.). **Profecia e Esperança: um tributo a Milton Schwantes**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2006, p 239-257.

REZENDE, Maria Aparecida. **Organização social e educativa das mulheres da aldeia Pimentel Barbosa: uma etnografia das educadoras piõ a'uw?** (Mulheres xavante). 2012, 293p. Tese (Doutorado em Educação), UFMT- Cuiabá, MT.

REZENDE, Antonio Muniz ded. **Concepção fenomenológica da Educação.** São Paulo: Cortez e Autores Associados: Autores Associados, 1990.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se Pessoa.** 5. ed., Trad. Manoel José do Carmo Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Educar e Conviver na Cultura Global.** As Exigências da cidadania. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artemed, 2002.

SANTA ANA, Júlio. Algumas considerações sobre a mimesis sacrificial dos sujeitos sociais modernos. In. ASMANN, Hugo (ed.). **René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios.** Petrópolis, Piracicaba: Vozes/Unimep, 1991, p. 153-159.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Reinvenção solidária e Participativa do estado.** Texto apresentado no seminário internacional – Sociedade e a reforma do Estado. Brasília: MARE; Mimeografado, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. Tudo o que é sólido se desfaz no ar: O Marxismo também? In. _____. **Pela Mão de Alice.** O social e o político na pós-modernidade. 3 ed., São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1997, p. 23-49.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Ética, Moral e Competência dos Profissionais da Educação.** São Paulo: AVERCAMP Editora, 2006.

SARTRE, Jean Paul. **O Ser e o nada. Ensaio de Ontologia Fenomenológica** (1943). Trad. Paulo Perdigão. 3 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1997 [Os Pensadores].

SASS, Walter Werner Paul. **Caminhos Sinuosos. Resgate Histórico da Missão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil com Povos indígenas na área geográfica do Sínodo da Amazônia (1960 a 2012).** São Leopoldo, RS: Oikos, 2012.

SASS, Walter (Org.). **Fale a favor daqueles que não podem se defender.** Homenagem a Arteno Spellmeier. São Leopoldo, RS, 2007 (mimeo).

SATO, Michèle. Cultura e natureza na Amazônia brasileira. In. SAUVÉ, L.; BARBA, A. T.; SATO, M. et CASTILLO, ed. (Eds.), EDAMAZ. **Pour une éducation relative à l'environnement en région amazonienne.** Actes du Séminaire de recherche-formation EDAMAZ, Université du Québec à Montréal, CIRADE, 1996.

SATO, Michèle. Envolver em vez de 'des-envolver'. **Revista Humanitas Unisinos,** São Leopoldo, RS, p. 11 - 13, 02 dez. 2013.

SATO, Michèle. **Educação para o Ambiente Amazônico.** 1997, 245p., il. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas). Universidade Federal de São Carlos, 1997.

SATO, Michèle. ECOFENOMENOLOGIA: uma janela ao mundo. Porto Alegre, RS: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**: PPGEA/FURG RS, julho 2016, p. 10-27.

SCHACH, Geraldo. **Relatório de atividades para o exame pró-ministério**. Cuiabá, MT: 1982, 27 f.

SCHAEFER, José Renato. **As migrações rurais e implantações pastorais**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1985, 263 p.

SCHAEFER, Sérgio e JANTSCH, Ari Paulo. **O conhecimento popular**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, P. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. Educação e Diálogo intercultural. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá: UFMT, v. 11, n. 19, p. 31-41, jan./jun. 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse; FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). Movimentos sociais e a dimensão intercultural. In._____. **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis: Mover, NUP, 1998, p. 31-32.

SCHNEIDER, Silvio. A caminhada da IECLB à luz de seus concílios, temas e prioridades. In. BRAKEMEIER, Gottfried (Ed.). **Presença Luterana 1990**. São Leopoldo: Sinodal, 1989, p. 147-161.

SCHÜNEMANN, Rolf. **Do Gueto à Participação: O Surgimento da Consciência Sócio Política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960 e 1975**. São Leopoldo, RS: Editora Sinodal; EST-IEPG, 1992, 194 p. (Teses e dissertações, 2)

SCHWANTES, Milton. A teologia e o direito dos pobres. Entrevista IHU On-line, São Leopoldo, RS: UNISINOS. **Revista IHU On-Line**. n. 188, 10-07-2006. Disponível em: <www.unisinos.br/ihu>. Acesso em: 18 maio 2019

SCHWANTES, Norberto. **Uma cruz em Terranova**. 2. ed. Brasília, DF: Edição do Autor, 2008, 244p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24^a ed. São Paulo, SP: Cortez, 2016.

SILVA, Edna Soares da. **Gênese e Identidade Educacional do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade de Cuiabá/MT**. Cuiabá, MT, 2005, 179p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, MT.

SILVA, Edna Soares da. Movimento popular e direitos humanos no Estado de Mato Grosso: um estudo de caso. In: PERARO, Maria Adenir (Org.). **Igreja Católica e os cem anos da arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)**. Cuiabá, MT: EDUFMT/FAPEMAT, 2009, p. 309-319.

SINNER, Rudolf von. **Teologia pública no Brasil: um primeiro balanço**. Disponível em: <https://www.academia.edu/3886887/Teologia_p%C3%BAblica_no_Brasil_um_primeiro_balan%C3%A7o>. Acesso em: 25 mar. 2017.

SOUZA, Edison Antonio de. **O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2013, 251p.

SOUZA, Luís Alberto Gómez. Secularização em declínio, a potencialidade transformadora do sagrado. In. **Síntese**. Ano 14, n. 37, p.33-49, 1986.

TREIN, Hans Alfred. **Pronunciamento das NAC ao XII Concílio Geral da IECLB**. Joinville, SC:1928, p.1-14.

STRECK, Danilo & REDIN, Euclides & ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 312.

SUESS, Paulo. **Apontamentos para a Evangelização inculturada**. São Paulo: Escola Dominicana de Teologia, 1996.

SUNG, Jung Mo. **Deus numa economia sem coração. Pobreza e neoliberalismo: Um desafio à Evangelização**. São Paulo: Paulinas, 1992.

SPELLMEIER, Arteno I. **Palestra: Igreja Luterana e Educação Popular**. Cuiabá, MT: Igreja Católica Romana São Judas Tadeu, dia 30 de junho de 1982, 12p. (Mimeo).

SPELLMEIER, Arteno I. **Carta à comunidade da IECLB de Cuiabá**. São Leopoldo, 29 julho 2009. Arquivo da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Cuiabá.

SPELLMEIER, Arteno I.; TREIN, Hans Alfred. IECLB - UMA IGREJA DE MIGRANTES. **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**, São Leopoldo, RS: EST, v. 3, 2016.

SPELLMEIER, Arteno I. **Carta ao Pastor Hildor Reinke**. Porto alegre, 24 de abril de 1975. Arquivo do Sinodo Mato Grosso-IECLB (Assuntos: Jardim da infância e educação sanitária, em Canarana, MT).

SPELLMEIER, Arteno I. **Relatório da 16ª viagem às Novas Áreas de Colonização**. Porto Alegre, RS: junho de 1977.

SPELLMEIER, Arteno. **Sprich mit den Sprachlosen ein Wort: Schicksale am Amazonas**. Kassel: Verlag des Gustav Adolf Werkes, 1985.

STRECK, R. Danilo & REDIN, Euclides & ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, 445 p.

STRECK, Danilo R. **Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio Grande do Sul: Celadec, 2005.

STRECK, Edson. Igreja em tempo de repressão: IECLB, 1970, à luz de alguns de seus meios de comunicação. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo, RS: vol.26(2), p. 121-143, 1986.

TAMEZ, Elsa. Pensamentos sobre a graça a partir de um continente empobrecido. In: DREHER, Carlos; MUGGE, Erny; HAUENSTEIN, Iria; DREHER, Isolda (Org.). **Profecia e Esperança**: um tributo a Milton Schwantes. São Leopoldo, RS: Oikos, 2006, p.125-135.

TOLKSDORF, Fritz. **Entre seringueiros, índios, agrimensores, colonos e garimpeiros de Mato Grosso**. Os diários póstumos. Traduzido por Peter von Werden, SJ. Cuiabá, MT, 1996. (mimeo).

TREIN, Hans Alfred. **Pronunciamento das NAC ao XIII Concílio Geral da IECLB**. Hamburgo Velho/RS: 20-24 de outubro de 1982, p. 1 a 14 (mimeo).

TREIN, Hans Alfred (Org.). **Uma ponte entre mundos**. Missão da IECLB entre indígenas. São Leopoldo, RS: Oikos, 2010.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições Sobre Ética**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VALLA, Victor Vincent. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. In: **Educação & Sociedade**. Porto Alegre, v. 21 n. 2; jul./dez. p. 179-188, 1996..

VALLA, Victor Vincent. Movimentos Sociais, educação popular e intelectuais: entre algumas questões metodológicas. In: FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Intercultura e movimentos sociais**. Florianópolis: Mover, NUP, 1998. p. 187-198.

VALSS, Álvaro L.M. **O que é ética**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

WEINGÄRTNER, Lindolfo. **A Responsabilidade Pública dos Cristãos exemplificado no Manifesto de Curitiba**. Blumenau, SC: Editora Otto Kuhr, 2001.

WIRTH, Lauri. **Enviados ao mundo**. Teologia e práxis luterana em 1970. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Teologia). Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 1983.

WITTER, Teobaldo. **O uso da Bíblia em estudos com colonos que migraram**. In: KILP, Nelson & TREIN, Hans Alfred. Proclamar Liberdade- Vol. XIV. São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, 1988. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/o-uso-da-biblia-em-estudos-com-colonos-que-migram-para-as-novas-areas-de-colonizacao>. Acesso em 12 abril 2019.

_____. **Psicologia de Grupo e a Chacina de Matupá, Mato Grosso**: Dimensões Educacionais. 2004. 100 p. Monografia (Especialização em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso.

_____. **A Bíblia no presídio**. Disponível em: <www.centroburnier.com.br>. Acesso em: 23 jul. 2009.

_____. Sobre cegueiras e cuidados do corpo - Comentários teológicos ao filme Ensaio sobre a cegueira. In: ZWETSC, Roberto E. (Org.) **Cenários urbanos**: realidade e esperança-desafios das cidades às comunidades cristãs. São Leopoldo, RS: Sinodal/EST, 2014, p. 273-279.

_____. **A História do Distrito Eclesiástico Mato Grosso e seus desafios:** quatro fases na história do DEMA. Chapada dos Guimarães, MT: XI Concílio do DEMA, 31 de maio a 2 de junho de 1996.

_____. **Considerações sobre fé em direitos humanos em Cuiabá.** Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização de Ensino Religioso. Leopoldo, RS: EST, 2001, 64 f.

_____. **Direitos humanos na rua e na escola.** Cuiabá, MT: SEMIEDU, 2018.

_____. **Direitos humanos e prática social da comunidade da IECLB, em Cuiabá, MT:** dimensão pedagógica da prática do cuidado e de gestão de rede. 2009, 78p Dissertação (Mestrado em Teologia) Escola Superior de Teologia. São Leopoldo, RS.

_____. Missão e migração da IECLB para o Norte do Brasil. In. PISKE, Meinrad. (Org.). **Anuário Evangélico Luterano: o Livro da Família.** Blumenau, SC: Otto Kuhr: 2019, p.159-163.

_____. O Estado como violador de direitos. In. GUIMARÃES, Maristela; WERNER, Inácio; WITTER, Teobaldo (Orgs.). **Relatório estadual de direitos humanos e da terra 2017:** Mato Grosso, Brasil. Cuiabá, MT: Associação Antônio Vieira, 2017, p. 86-92.

_____. **Relatório do Pastor Sinodal à 1ª Assembleia Sinodal do Sínodo Mato Grosso,** Chapada dos Guimarães, MT, 5 a 7 de junho de 1998.

_____. **Relatório do Pastor Sinodal à 2ª Assembleia Sinodal do Sínodo Mato Grosso,** Chapada dos Guimarães, MT, em 4 a 6 de junho de 1999.

_____. **Relatório do Pastor Sinodal à 3ª Assembleia Sinodal do Sínodo Mato Grosso,** Chapada dos Guimarães, MT, em 12 a 14 de maio de 2000.

_____. **Relatório do Pastor Sinodal à 4ª Assembleia Sinodal do Sínodo Mato Grosso,** Chapada dos Guimarães, MT, em 25 a 27 de maio de 2001.

_____. **Relatório do Pastor Sinodal à 5ª Assembleia Sinodal do Sínodo Mato Grosso,** Chapada dos Guimarães, MT, em 4 a 6 de junho de 2002.

ZANOTELLI, Jandir João. **Por uma epistemologia que toque a carne.** In: CARVALHO, Claudia C. F.; GUIMARÃES, Solange T. L.; MARIN, José & PASSOS, Luiz Augusto (Orgs.). **Ruação: das epistemologias da rua à política da rua.** Cuiabá, MT: Edufmt, 2014, p. 201-213.

ARQUIVOS:

Arquivo Sínodo Mato Grosso

Arquivo Paróquia Evangélica de confissão Luterana de Cuiabá

Arquivo Comunidade Evangélica de confissão Luterana de Cuiabá

Arquivo Histórico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

Arquivo pessoal de Arteno Ilson Spellmeier

Arquivo pessoal Teobaldo Witter

Arquivo da Comissão Pastoral da Terra

ANEXOS

Anexo 1- Manifesto de Curitiba- 24/10/1970

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, reunida em seu VII Concílio Geral em Curitiba nos dias 22 a 25 de outubro de 1970, obediente à missão que lhe é inerente como Igreja de Cristo, resolve manifestar o seguinte:

1. Teses sobre as relações entre a Igreja e o Estado

1.1 - A mensagem da Igreja cristã visa à salvação do homem salvação que transcende as possibilidades humanas, inclusive as políticas. É mensagem de Deus - não deste mundo. Mas ela é destinada a este mundo e quer testemunhar Jesus Cristo como Senhor e Salvador do mundo. Por isso a Igreja não pode viver uma existência sectária, guardando para si mesma a mensagem que lhe foi confiada. Ela tem o ministério de testemunhar a palavra de Deus, ministério do qual ela não se poderá esquivar, a não ser pelo preço da desobediência para com seu Senhor.

A mensagem da Igreja sempre é dirigida ao homem como um todo, não só à sua “alma”. Por isso, ela terá conseqüências e implicações em toda a esfera de sua vivência - inclusive física, cultural, social, econômica e política. Não tenderá apenas a regular as relações entre cristãos, mas visará igualmente ao diálogo com outros cidadãos ou agrupamentos, sobre todas as questões relacionadas com o bem-comum.

1.2 - A mensagem “pública” da Igreja cristã, no que se refere aos problemas do mundo, não poderá ser divorciada do seu testemunho “interno”, já que este implica naquela. Assim, a Igreja não pode condicionar seu testemunho público aos interesses de ideologias políticas momentaneamente em evidência, ou a grupos e facções que aspiram ou mantêm o poder. Em seu testemunho público, não poderá ela usar métodos incompatíveis com o Evangelho.

1.3 - Em princípio, Estado e Igreja são grandezas separadas, como o define também a Constituição do nosso País. Mas em virtude das conseqüências da pregação cristã que se manifestam na esfera secular, e pelo próprio fato de os cristãos serem discípulos de Cristo e simultaneamente cidadãos de seu país, não será possível separar totalmente os campos de responsabilidade do Estado daqueles da Igreja, embora seja necessário distinguí-los. Na esfera onde os respectivos campos se fundem, a Igreja, por sua vez necessitando da crítica do mundo, desempenhará uma função crítica - não de fiscal, mas antes de vigia (Ezequiel 33,7), e de consciência da Nação. Ela alertará e lembrará as autoridades de sua responsabilidade em situações definidas, sem espírito faccioso, e sempre com a intenção de encontrar uma solução justa e objetiva.

1.4 - A Igreja busca o diálogo franco e objetivo com o Estado em atmosfera de abertura, de liberdade e de autêntica parceria - diálogo que tem por finalidade encontrar soluções para os problemas que afligem a sociedade. Como parceira corresponsável do governo secular, ela obedece ao preceito do Senhor que diz: “Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus” (Marcos 12,17). Baseada nesta premissa fundamental, ela se sente chamada a cooperar

com as autoridades governamentais em uma vasta gama de tarefas, como, por exemplo, na educação das novas gerações, na alfabetização de adultos, no apoio a ações sociais do governo, no combate a doenças, à pobreza, à marginalização do homem, e em outras atividades que não sejam de caráter puramente técnico. Esta cooperação implica no constante esforço destinado a eliminar as causas que eventualmente provoquem os males em questão.

1.5 - Em conseqüência da pregação pública da Igreja poderão surgir tensões com autoridades governamentais, seja por equívocos humanos, seja por razões de caráter fundamental. A Igreja, em tais casos, não procurará contestar o poder do Estado, como se ela fosse um partido político, mas proclamará o poder de Cristo. Onde ela sentir-se compelida a contrariar medidas governamentais, antes de tomar qualquer atitude pública, procurará dialogar com as autoridades respectivas. Em todos os casos agirá sem intuítos demagógicos - deixando claro que ela se sabe chamada a advogar em prol de todos os homens que sofrem.

2. Assuntos que preocupam a Igreja

2.1 - O caráter do culto cristão

A Igreja entende que o culto, sendo o evento central da vida do cristão, através do qual se nutre sua vida espiritual, deverá ter resguardado o seu caráter de serviço a Deus, de adoração, de comunhão cristã e de diálogo com Deus. Jesus Cristo é o único Senhor do culto cristão.

O culto terá conseqüências políticas, por despertar responsabilidade política, mas não deverá ser usado como meio para favorecer correntes políticas determinadas. Pátria e governo serão objetos de intercessão da comunidade reunida para que possam promover justiça e paz entre os homens, e os fiéis darão graças a seu Senhor por estas preciosas dádivas. A pátria será honrada e amada; seus símbolos serão respeitados e usados com orgulho cívico, no sentido mais legítimo, mas o cristão não poderá falar da pátria em categorias divinizadoras.

O diálogo entre Igreja e Estado poderá resultar numa responsabilização conjunta pela programação dos dias festivos nacionais que rendem homenagem à pátria.

2.2 - Ensino cristão e educação moral e cívica

Embora numa sociedade pluralista e multiconfessional, como a brasileira, o Estado, compreensivelmente, esteja interessado em evitar uma orientação sectária no campo educacional, julgamos ser indispensável que nas escolas seja mantido, inequivocamente, o ensino cristão. Consideramos ser a educação moral e cívica uma matéria necessária para a formação do cidadão, porém não a julgamos uma matéria que possa ou deva suplantar o ensino cristão. O ensino moral e cívico, com bases ideológicas declaradas, para muitos cristãos deixou imprecisos ou limites entre a esfera da Igreja e a do Estado. Entendemos que qualquer atitude moral ou cívica autêntica tenha as suas raízes em uma confissão autêntica. Um ensino “teista mas aconfessional”, como o define o Decreto-Lei 869/69, pode induzir muitas pessoas a compreendê-lo como substitutivo do ensino cristão, e as suas bases ideológicas como sendo alternativa para uma orientação confessional cristã. Tanto professores

como educandos serão levados necessariamente a conflitos de consciência, caso estes conceitos se fixarem.

É do interesse da IECLB que esta questão seja objeto de um exame em conjunto de representantes das Igrejas e do Estado.

2.3 - Direitos humanos

Numerosos cristãos sentem-se perturbados pelo fluxo de notícias alarmantes sobre práticas desumanas que estariam ocorrendo em nosso País, com relação principalmente ao tratamento de presos políticos, donde surge uma atmosfera de intranquilidade, agravada com a carência de informações precisas e objetivas. Embora as notícias veiculadas no exterior, frequentemente evidenciem caráter tendencioso, e embora órgãos oficiais do País seguidamente tenham afirmado a improcedência das mesmas, permanece um clima de intranquilidade, em virtude das informações não desmentidas da imprensa do País, sobre casos onde se inculcam órgãos policiais de terem empregados métodos desumanos - seja no tratamento de presos comuns, seja de terroristas políticos, ou seja de suspeitos de atividades subversivas.

Entendemos mesmo, como Igreja, que nem situações excepcionais podem justificar práticas que violam os direitos humanos.

E como Igreja sentimos necessidade de dialogar com o nosso Governo também sobre este assunto - uma vez para apontar a extrema gravidade da questão, tendo em vista os princípios éticos em jogo, mas também para promulgar o nosso inteiro apoio a quem se acha seriamente empenhado em coibir abusos cometidos e em oferecer ao mais humilde dos brasileiros - inclusive ao politicamente discordante - a absoluta certeza de que será tratado segundo as normas da mesma lei com a qual possa ter entrado em conflito.

Curitiba, 24 de outubro de 1970.

Karl Gottschald

Pastor Presidente

Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/manifesto-de-curitiba-1970>>. Acesso em: 25 maio 2019.

NOTA: O documento acima transcrito foi entregue pelos pastores Gottschald, Kunert e Schlieper, no dia 5 de novembro à tarde, à Presidência da República no Palácio do Planalto em Brasília. No dia 6 de novembro de manhã, os mesmos pastores foram recebidos em audiência pelo Senhor Presidente da República.

Anexo 2: Nossa Responsabilidade social- 22/10/1978

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB - preocupada em despertar a responsabilidade e a ação social de seus membros - encaminha às suas comunidades o documento abaixo como seu primeiro passo na elaboração de um Guia Diaconal.

1. Nossa Omissão

A fé em Cristo leva necessariamente à ação em favor do próximo. Sempre que essa ação faltar, na verdade há falta de fé e desobediência à vontade de Deus. Por isso, ao dirigirmos esta palavra às comunidades da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), apontando para a responsabilidade social que nos cabe como cristãos, devemos, antes de mais nada, confessar que muito temos pecado diante do Senhor, pela nossa omissão. Vezes sem conta aconteceu que Jesus, passando fome, não lhe demos de comer; estando Jesus com sede não lhe demos de beber; sendo Jesus forasteiro não o hospedamos; estando Jesus nu, não o vestimos; estando Jesus enfermo, não o visitamos; estando Jesus preso, não fomos vê-lo (Mt. 25.35-36).

Nós assim nos omitimos no âmbito das nossas comunidades, onde fechamos os olhos, diante do que se passa ao redor de nossos templos. Nós assim nos omitimos em âmbito nacional, fechando os olhos diante das injustiças sofridas por compatriotas nossos. Nós assim nos omitimos diante do sofrimento de povos e indivíduos em todo o mundo. Assim agindo, tornamo-nos desobedientes e negamos aquele que confessamos como nosso Senhor. Cabe-nos, pois como cristãos, como comunidade e como Igreja reconhecer a nossa culpa, arrepender-nos e pedir perdão, expressando tudo isto numa ação eficaz em favor de Jesus faminto, sedento, forasteiro, nu, enfermo e preso, ao nosso redor.

2. Compromisso de Fé

Como cristãos confessamos que a vida é uma dádiva de Deus. Tudo o que somos, e tudo quanto temos dele provêm: Nossas capacidades técnicas e intelectuais, a natureza e o mundo. A responsabilidade pelo uso disto devemos-la ao próprio Deus doador (Gn 1.26-28). Ao nosso lado se encontram os nossos semelhantes, igualmente aquinhoados (Is 11.1-10). Não temos direito a fazer uso deles. Ao contrário, devemos garantir-lhes tudo quanto lhes é de direito. Mais uma vez devemos prestar contas ao Criador, Senhor único de todos os homens.

A boa criação compreende para todos trabalho e saúde, moradia e sustento, cultura e lazer, convivência e liberdade. Sempre que um desses elementos faltar para um só ou mais seres humanos divisamos o mundo caído, rebelde a Deus (Rm. 1.28-32). A consciência cristã acusa o pecado - tanto na esfera individual quanto na social (Rm. 3.9-18). O excesso e o abuso, bem como as distorções destes elementos, são o outro lado da moeda: Sustenta sem trabalho próprio, mas às custas do alheio (Ts 3.10-13); consumismo esbanjador em vez de sustento básico (Ex 20.8-11); trabalho escravo sem lazer, convivência marginalizada sem escola (Jr. 6.11-17); subsistência sem liberdade são apenas algumas das possibilidades (Is 5.8).

Destruição da natureza, concentração de riqueza, emprego da força, infração dos direitos dos outros são apenas algumas das conseqüências daquelas distorções fundamentais (Am 5.7, 10-12). Seu resultado para os homens é auto-suficiência, orgulho, ganância, ânsia de consumo e arbitrariedade entre os privilegiados (Am 8.4-6); fome, miséria, desalento e injustiça entre os demais. De qualquer modo, sofrimento sem fim (Tg. 5.1-6).

Contudo, onde a consciência acusa, o Evangelho levanta a voz profética para chamar ao arrependimento, à libertação e à mudança radical (Mc 1.15). O Evangelho é o próprio Jesus Cristo que sofreu o mundo caído para libertar o homem pecador (Lc 4.18-21). Em sua cruz confessamos a ação de Deus (I Cor 1.18-25). Por isso também hoje não conseguimos ver Deus no progresso, mas sim naqueles que são por ele triturados não no poder, mas naqueles que são por ele abatidos, não no dinheiro, mas naqueles que não tem como comprar o elementar para suas vidas (Mc 8.34-38). Deus simultaneamente padece e liberta ainda hoje. Assim a neutralidade se nos torna impossível (Rm 12.9-21). Somos chamados a tomar partido: Queremos subir na vida ou descer à cruz de nosso semelhante? Queremos nos unir ao círculo dos interessados em si mesmo ou dar as mãos para viver o amor de Cristo?

A renúncia a nós mesmos e o discipulado de Cristo nos são possíveis quando acatamos esse mesmo serviço de Deus na cruz, que nos arranca de nossa profunda insegurança e nos faz andar o caminho de Deus no mundo (I Jo 4.9-17). Assim colocamos toda a nossa capacidade, profissão, obra, posição, bens e vida a serviço de quem de nós necessita. Esse caminho da renúncia e da solidariedade é e será vitorioso. Isso confessamos como nossa esperança inabalável.

3. Realidade

Dentro desta ordem de reflexões, convidamos os membros das nossas comunidades a se deterem na análise dos seguintes aspectos:

- Todos os cidadãos têm direito a participar dos benefícios de cultura e a ter oportunidades iguais para a educação. Entretanto, aproximadamente um terço dos brasileiros em idade escolar obrigatória, não freqüentam a escola, devido ao trabalho prematuro, à enfermidade, à distância da escola, à subnutrição ou à falta de vagas (1).
- Enquanto o custo de vida teve índices de aumento progressivo, o salário médio, de grande parcela dos trabalhadores urbanos e rurais, permanece desvinculado dos ganhos de produtividade no setor e amarrado ao mínimo estabelecido institucionalmente. Assim, em várias partes do Brasil, o salário mínimo real em 1970, era cerca de 30% inferior ao de 1961 (2).
- A taxa de mortalidade infantil em países desenvolvidos é de 25 mortes para cada grupo de mil crianças de zero a um ano de idade. No Brasil apresentamos uma relação de 100 mortes por mil crianças situadas em tal faixa etária. Tais taxas são especialmente elevadas entre os setores de baixas rendas, geralmente com famílias numerosas, mas com poucos recursos para atenderem às necessidades sanitárias e alimentares de seus filhos (3).

- Apesar de todo avanço da ciência e da tecnologia, em 1975 500 milhões de pessoas viveram a beira da fome crônica e 50% da população mundial alimentou-se de forma insuficiente. Igualmente no Brasil grandes parcelas de nossa população, especialmente no Nordeste e nos bairros marginalizados de nossas metrópoles, passam fome, sendo por isso vítimas fáceis das doenças de massa como a varíola, tuberculose, a verminose, a esquistosomose, a meningite, etc. Tal problema ainda se agrava pela insuficiência de atendimentos médicos e previdenciários, pois além de termos poucos médicos - um por 1800 habitantes, quando deveria ser um por 1000, segundo a Organização Mundial de Saúde - estes tendem a concentrar-se nas grandes áreas urbanas, deixando 1.500 municípios do país sem atendimento médico (4)

- Deus pôs recursos da natureza à disposição de todos. Assim convidou o homem para com sua tecnologia dominar a natureza e pôr os recursos gerados serviço de todos. Contudo, constatamos em nosso país que tal princípio não se verifica. Os frutos de nosso processo de desenvolvimento - embora tenham levado alguns benefícios às classes sociais menos favorecidas - tendem a concentrar-se nas mãos de minorias privilegiadas, acentuando-se tal tendência na última década: A camada superior, ou seja, 10% da população com renda, aumentou sua participação de 39,66% para 47,79% no total da renda gerada no país. Enquanto isso os 90% restantes da população diminuíram a sua participação na mesma. Dos brasileiros que percebiam renda em 1972, cerca de 44% obtinham a minguada renda de até um salário mínimo (Cr\$ 368,00 de então) e 30% percebiam de um a dois salários mínimos (5).

- Nosso processo de desenvolvimento deveria preocupar-se em proporcionar oportunidades de emprego e de melhoria do padrão de vida para todos os que queiram trabalhar. Não obstante, apresentamos uma industrialização incapaz de absorver a numerosa mão-de-obra subempregada, nas regiões urbanas. Contamos igualmente com uma atividade agrária baseada numa estrutura de concentração de extensas áreas de terra nas mãos de poucos, pois 1,3% dos imóveis rurais detêm 48,9% da área total agricultável do país, impedindo aos que querem trabalhar na agricultura, de terem uma propriedade com tamanho adequado para obterem, com o seu uso, um sustento honesto (6).

- Todos têm o direito a uma habitação decente. Mas o deficit habitacional no Brasil é de sete milhões de casas e nas zonas urbanas 600.000 casas seriam anualmente necessárias, para atender as famílias que ali se formam decorrência do aumento vegetativo das populações urbanas e das migrações procedentes da área rural (7).

- Outros problemas podem ainda ser apontados, como os referentes ao rápido aumento da criminalidade urbana e ao aumento do consumo de tóxicos, conseqüências da falta de oportunidades de trabalho ou da desintegração de muitas famílias e do próprio sistema educacional, que absorvido pelo esforço de profissionalização dos alunos, se esquece de orientar os mesmos para objetivos mais nobres, de conteúdo cristão e humanista, que dêem sentido às vidas como pessoas e como seres solidários com problemas de sua comunidade e do seu país.

Muitos outros aspectos indicadores da situação de injustiça e de pecado na esfera social, existentes no âmbito nacional, poderiam ser apresentados. Os que aqui foram sucintamente delineados, já servem para a nossa reflexão.

NOTAS

1 - Desenvolvimento Brasileiro, Elementos básicos, para a compreensão do desenvolvimento, São Paulo, CONVÍVIO - Sociedade Brasileira de Cultura, 1972. Caderno sobre Problemas Educacionais.

2 - Hoffmann R. e Duarte J. Carlos - “A Distribuição da Renda no Brasil”, Revista de Administração de Empresas, GB, FGV, vol. 12, nº 2, junho de 1972, pg. 61

3 - Lenz M. Martinho e outros - Realidade Brasileira, Porto Alegre, Editora Sulina, 1975, 2ª edição, pg. 46.

4 - Newton Carlos, em “ZERO HORA”, Porto Alegre, 3-11-74; Lopes, Leme e outros - Estudos de Problemas Brasileiros: Manuel Diégues Jr. e José Artur Rios, Campo Psico-Social, Ed. Renes Rio, 1971, pg. 65.

5 - Langoni, Carlos Geraldo - Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil, Rio, Ed. Expressão e Cultura, 1973, Rio, p. 64; Jaguaribe, Hélio - Brasil: Crise e Alternativas, Rio, Ed. Zahar, 1974, pg. 59 e 60.

6 - Fonte: Departamento de Cadastro e Tributação do IBRA, 1967, Apud Lenz e outros, op.cit., pg. 148.

7 - Mello Fº, Murilo - O Desafio Brasileiro, Rio Edições Bloch, 1970, pg. 331; Costa, Rubens Vaz da - Estratégia e Programa de Desenvolvimento Urbano: A Experiência Brasileira. Exposição ao VI - XX Congresso da Câmara Internacional do Comércio, Rio, 22 de maio de 1973. Editado pela Secretaria de Divulgação do BNH.

4. Desafio

Existem ao nosso redor inúmeros problemas que clamam por uma solução. A pergunta que surge é: sobre quem recai a responsabilidade? De quem se espera uma solução? Unicamente dos órgãos governamentais? Não! Todo aquele que se diz discípulo de Jesus Cristo, individualmente, é responsável, pois um cristão que é indiferente à injustiça e se furta à responsabilidade em questões sociais e econômicas, preocupando-se unicamente com o seu próprio bem-estar, não segue o seu Senhor. Neste particular, mais do que a participação ativa em iniciativas da igreja, impõe-se a cada cristão que seja fiel a seu Senhor no âmbito concreto de seu viver e atividade profissional. Isso significa encarar toda a sua vida como estando a serviço de Cristo e do próximo. Embora possa ser por vezes necessário renunciarmos a atividade ou profissão em que nos encontramos, para melhor servir. Via de regra, ali onde estamos somos chamados a esse apostolado de amor. De outra parte, assim como o cristão individualmente, também a comunidade cristã e a Igreja são responsáveis pelo mal e, portanto, chamadas ao discipulado.

Na prática, há problemas que podem ser solucionados por atos individuais. Muitos, porém, só podem ser atacados pela ação coletiva. Tampouco basta a ação meramente caritativa e assistencial; é necessária igualmente a ação pública e transformadora. Como agir numa comunidade? Cada qual deverá encontrar a solução mais condizente com a situação peculiar. Sugerimos a criação de pequenos círculos com a finalidade de:

- identificar, numa reflexão conjunta, as situações de necessidade na sociedade em geral e particularmente na comunidade local;
- procurar agir no sentido de transformar tais situações, levando à comunidade impulsos para um engajamento social que envolva o maior número possível de membros;
- colaborar e solidarizar-se com outros grupos de propósito idênticos.

Se nos voltarmos assim para o pequeno círculo de nossa comunidade local ou eclesial, podemos questionar-nos para saber quantos de nossos irmãos são vítimas da injustiça, do pecado no âmbito social, em suas diversas formas? Quantos de nossos vizinhos ou conhecidos são vítimas da ignorância por falta de oportunidades? Quantos deles, querendo trabalhar, não obtêm um emprego e um nível de renda convenientes para satisfazerem suas necessidades básicas? Quantas pessoas são oprimidas por doenças decorrentes da fome e da miséria e não podem valer-se por si mesmas? Quantas são vítimas de preconceitos ou de perseguições? Quantas vezes já dedicamos algum tempo a interessar-nos por pessoas necessitadas e indefesas? Ou será que sempre e exclusivamente nos preocupamos apenas com o nosso bem-estar individual e familiar? Examinando, pois, os problemas de subsistência, habitação, saúde, educação, emprego, distribuição de renda, criminalidade, vício e outros em nosso meio, quais são os recursos de que dispõe a nossa comunidade? Qual é a composição profissional de seus membros? Quais são os instrumentos e organizações para a transformação? São eles apropriados para tal objetivo? Em suma: que quer Cristo de nós diante de tais situações?

Joinville, 19-22/10/1978

Documento do Concílio de Joinville, SC

Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/nossa-responsabilidade-social-1978>>.

Acesso em: 25 maio 2019.

Anexo 3: Mensagem de Natal do Conselho Diretor da IECLB – 21/12/1978

A época de Natal lembra-nos, de modo especial, que Deus enviou seu Filho Jesus Cristo, para reconciliar o mundo consigo mesmo, conforme nô-lo diz o apóstolo Paulo no 5º capítulo da sua Segunda Carta aos Coríntios. Sofrendo e morrendo por nós, Cristo assumiu nosso pecado, derrubando assim as barreiras que de Deus nos separam e incumbindo-nos com o ministério da reconciliação.

O fato da reconciliação com Deus, por intermédio de Cristo, contradiz a uma convivência de pessoas, marcada por ódio, agressividade e violência. Pela criança de Belém somos chamados à paz, ao amor e à reconciliação com nosso inimigo, também com tais que de nós discordam ou nos são incômodos. Por esta razão, sentimo-nos impelidos a convidar todos os membros de nossa Igreja e da família brasileira que reconheçam na reconciliação oferecida por Deus o compromisso de reiniciar uma vida baseada no perdão e no respeito mútuos.

Nos últimos anos ocorreram na sociedade brasileira profundas e dolorosas rupturas. Na intenção de garantir a segurança nacional, se tem submetido o País a leis de exceção. Sob a vigência de tais leis, muitos cidadãos sofreram perseguição, prisão, cassação ou banimento, sem a possibilidade de recorrer ao direito legítimo de defesa. Foram desencadeadas múltiplas formas de violência, culminando em seqüestros, torturas e até assassinatos. Suas vítimas ainda hoje suportam as conseqüências físicas, morais e profissionais dos sofrimentos vividos. Milhares de concidadãos estão impedidos de exercer sua cidadania, com todos os deveres e direitos dela decorrentes.

Neste Natal de 1978, conclamamos a todos: Juntemos as mãos e participemos intensamente na promoção da reconciliação da comunidade brasileira. Verdadeira reconciliação inclui uma anistia a todos os atingidos pelas leis de exceção. Empenhem-nos, pois, por esta anistia que somente será completa se acompanhada da realização de outros anseios nacionais, tais como a revogação plena das leis de exceção, a restituição integral da liberdade e autonomia de ação aos poderes legislativo e judiciário, a observância dos direitos humanos e o restabelecimento do estado de direito.

Partindo da reconciliação que nos é dada em Cristo, queremos neste ano celebrar o Natal e convocamos todos os membros da IECLB a orarem nos cultos de Natal pela anistia e pela reconciliação nacional e dos povos, bem como a manifestarem sua fé através do empenho honesto e franco por estes valores de uma sociedade verdadeiramente reconciliada.

(Publicado pelo Boletim Informativo, número 57 - 21/12/1978)

Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/mensagem-de-natal-do-conselho-diretor-da-ieclb-1978>>. Acesso em: 25 maio 2019

Anexo 4: Povo Luterano – 19/10/1987 – Carta pastoral da Presidência

Que variedade, Senhor, nas tuas obras! Todas com sabedoria as fizeste; cheia está a terra das tuas riquezas. (Salmo 104,24)

O salmista, ao contemplar seu mundo, descobre nele as maravilhas do Deus Criador. Admira-se da sabedoria divina e enaltece a riqueza que há na criação. Talvez nem sempre seja fácil compartilhar o louvor do salmista. Pois, em nosso mundo existe também o crime, o mal, o sofrimento. E todavia, creio que somos convidados por este salmo a não permanecermos presos aos lados sombrios da vida. Há também maravilhas a admirar e benefícios a reconhecer. Não faltam os sinais da ação de Deus, seja natureza, seja na história, que são motivo de gratidão e esperança. Que Deus multiplique os sinais de Seu Reino entre nós e nos assista com o seu poder.

Ambas as coisas, as dificuldades e os sinais da ação divina, pude eu de certa forma experimentar nos quatro Concílios Regionais, dos quais ultimamente participei. Tiveram todos suas características próprias, devido à diversidade das situações e dos lugares, bem como devido ao enfoque do tema e da própria composição. Não faltaram conflitos. E todavia, creio poder dizer sem exagero que a IECLB está em movimento, que está tomando consciência do quanto é importante o seu testemunho, sim, que há despertamento. Ainda não temos alcançado o alvo. Muito resta a fazer. Mesmo assim, há motivos para a gratidão.

O assunto principal desta minha carta pastoral que, na verdade, já deveria ter sido escrita bem antes, é um problema sentido em nossa Igreja com crescente preocupação. Ainda não sabemos realmente como trabalhá-lo. É que gradativamente se acentua, também em nossa Igreja, a diferença entre membros em melhores e outros em piores condições de vida. O generalizado empobrecimento do povo brasileiro, do qual escapa apenas uma minoria, mostra seus nefastos efeitos em todos os sentidos e dificulta o trabalho da IECLB e de suas comunidades. São atingidos especialmente os pequenos agricultores, os operários, mas também o pequeno empresário, comerciante e outros. A época em que os membros da IECLB apresentavam mais ou menos o mesmo nível de vida e eram raros os pobres entre eles, estes tempos infelizmente passaram. A situação social dos evangélicos luteranos se diversificou e o número de membros em situação econômica precária aumentou.

Que nos exige esta situação? É claro que o evangelho não permanece alheio a ela. Somos desafiados em nossa fé e em nosso amor. Que fazer?

1. Em primeiro lugar parece-me que devemos ver o que está realmente acontecendo em nosso País. Em outras épocas, talvez, ser pobre fosse culpa própria, resultado de irresponsabilidade, acomodação, preguiça.

Mas isto hoje é diferente. Vivemos em tempos em que o trabalho vale pouco. Somente quem tem é que progride, ou seja quem possui dinheiro, bens ou conhecimentos. A grande maioria dos pobres é vítima deste sistema. Não lhes dá chances. É importante ver isto para não

fazermos juízos errados sobre quem empobreceu. Nossa política condena o pobre a permanecer pobre. Basta pensar na política salarial e de preços.

2. Em segundo lugar, acho que esta situação exige da comunidade cristã o empenho pela justiça. Os desequilíbrios sociais em nosso país são enormes. E são perigosos, porque provocam violência cada vez maior.

Mas não é somente por causa do perigo que comunidade cristã não pode conformar-se com este desequilíbrio. Não o pode por causa de seu compromisso com o amor. Este sofre com os que sofrem. Por isto devemos insistir em que seja feita mais justiça. Como? Talvez seja um assunto a ser discutido na comunidade. Lanço aqui a proposta.

3. Finalmente creio que a situação exige também que aprendamos, mais do que o estamos fazendo, a carregar as cargas uns dos outros (Gl 6.2). Somos desafiados a ajudar, dentro de nossas possibilidades. Somos desafiados a repartir. Isto vale, não por último, com relação à contribuição à comunidade. Já há muito falamos na “contribuição proporcional”, isto é, numa contribuição graduada, de acordo com as capacidades. De qualquer forma, não é justo que membros sejam desligados ou se desliguem da comunidade só porque não podem pagar a contribuição. Devemos ensaiar aí o amor fraternal, sem falsa vanglória de um lado e sem falso constrangimento de outro. É uma forma de equilibrar as cargas, ao menos em parte.

Naturalmente, na distribuição das cargas o aspecto econômico é um só. Existem outros. Também tempo, dons, capacidades, participação e colaboração são importantes e deveriam ser compartilhados. Aliás este compartilhar tão pouco em uso em nossa sociedade é um dos inconfundíveis sinais de comunidade cristã. Ela vive do evangelho, dizendo que Deus compartilhou tudo conosco. Deu seu próprio Filho em favor de nós. Como nós não deveríamos compartilhar pelo menos alguma coisa com os nossos irmãos e irmãs? O amor para tanto compromete.

Aliás, isto me faz lembrar uma outra coisa. Recebi convites do movimento “Renovação” para diálogos e palestras de Pastores dos Estados Unidos, do Luteranismo Carismático. Prometem avivamento comunitário e fazem muita missão em nossas comunidades. Sei que estão tendo algum eco.

Julgo ser o meu dever alertar que se trata de um movimento separatista. Além disto, creio que em nossa Igreja temos suficiente potencial para o despertamento, de modo que podemos prescindir desta ajuda. E finalmente lembro que o primeiro fruto do Espírito Santo não é nenhum fenômeno extático ou extraordinário, mas sim o amor (Gl. 5.22).

Era isto o que hoje lhes queria escrever. Falei de problemas e compromissos. Mas acima de tudo o que nos constrange está a promessa de Deus de não abandonar os que nele confiam. Que Ele nos dê força para sempre acreditarmos no que prometeu.

Porto Alegre, 19 de outubro de 1987

Dr. Gottfried Brakemeier - Pastor Presidente

Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/povo-luterano-1987>>. Acesso em: 25 maio 2019.

Anexo 5: Reforma Agrária - Carta Pastoral da presidência– 02/12/1991

1. A reforma agrária, já por várias vezes, tem sido bandeira governamental. Lembramos o Estatuto da Terra de 1964, e o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, de 1985. A necessidade do projeto é uma evidência. Infelizmente, porém, a discussão a respeito tem sido desvirtuada. Entrou no moinho dos interesses partidários, recebeu uma carga emocional indevida, sucumbiu no jogo do poder e na confusão das interpretações. O processo da Constituinte exemplificou, quão fortes são as resistências. Paralisam a ação do Governo. Em termos de reforma agrária pouco ou nada aconteceu, agravando-se a cada dia as conseqüências desastrosas dessa omissão. Multiplicam-se os conflitos de terra, crescem os bolsões de miséria nas cidades, acentua-se o desabastecimento da população. A modernização do Brasil exige, não por último, a reorganização de sua estrutura fundiária.

2. Foi por essas razões que o Concílio Geral da IECLB, realizado de 16 a 21 de outubro de 1990, em Três de Maio, RS, aprovou moção, insistindo em que a IECLB voltasse a se empenhar pela reforma agrária. Em decorrência disso, o Conselho Diretor convocou uma comissão assessora que sugeriu, entre outras, fosse o assunto encaminhado às bases. Importa que as iniciativas da direção tenham o amplo apoio das Comunidades. Importa, mais ainda, que a causa seja, ela mesma, assumida e compartilhada em todas as instâncias, traduzindo-se em iniciativas múltiplas. O propósito desta carta consiste em divulgar um mandato conciliar e em convidar as Comunidades e demais órgãos da IECLB a acolherem a iniciativa e a se juntarem na defesa da reforma agrária como uma das metas a serem priorizadas no País.

3. Com este empenho a IECLB reassume, com novo vigor, o que há muito a vem preocupando. É uma Igreja constituída por grandes contingentes de pequenos e médios agricultores. Sofre, por isto, de modo especialmente agudo, as conseqüências fatais da concentração da terra no Brasil, do êxodo rural e de uma política agrária que estrangula o pequeno produtor. Durante muitos anos a reforma agrária fazia parte das prioridades do Conselho Diretor, e o tema “Terra de Deus - terra para todos” orientou e desafiou o povo evangélico luterano em 1982, repercutindo para muito além de suas fronteiras. Entende a IECLB que a questão da terra não se restringe a um assunto técnico ou político. O uso da terra e sua distribuição devem ser responsabilizados perante Deus, o único e verdadeiro dono da terra, por ser Ele o Criador. A reforma agrária não é assunto de escolha arbitrária da IECLB. Ao colocá-lo em sua agenda, a IECLB também não o faz por defender interesses próprios. Ela tem em vista o todo do povo de Deus. Há um imperativo ético a ser cumprido e uma responsabilidade coletiva a ser atendida. A situação fundiária vigente no País fere a ambos.

4. Com este reclamo a IECLB não se encontra sozinha. Sabe-se irmanada, nesta causa, com muitos parceiros ecumênicos. O papa João Paulo II, em sua recente visita ao Brasil, sublinhou enfaticamente a urgência da reforma agrária. De igual modo o fizeram e fazem o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), outros organismos ecumênicos, o movimento dos sem-terra (MST), partidos políticos e entidades diversas a exemplo da “Campanha Nacional pela Reforma Agrária” (CNRA).

A IECLB não pretende empreender uma marcha isolada. Pretende, isto sim, juntar-se às forças que promovem a causa, ainda que ela o faça a seu modo e dentro da responsabilidade evangélica que lhe é peculiar. A reforma agrária não é causa exclusiva da IECLB. É uma causa nacional “ecumênica”, à qual a IECLB se associa por considerá-la justa, necessária, sim indispensável para a sobrevivência da nação brasileira.

5. A palavra “reforma agrária” costuma gerar polêmicas, para o que em boa medida contribui a confusão criada em torno da questão. Que significa reforma agrária? Ora, não pode significar outra coisa do que um processo de reversão da concentração da terra. É o esforço por uma distribuição de terra que seja racional, corresponda ao bom-senso e prometa um máximo de bem-estar social para o todo da Nação. Não é verdade que reforma agrária significa a desapropriação indiscriminada. Ela também não pode significar a negação do direito à propriedade como tal, o que estaria em conflito com a Constituição. Finalmente, ela também não pode vir em detrimento da produção. Ela deve, isto sim, facilitar o acesso à terra para quem tem vontade e competência de nela trabalhar, ela deve corrigir distorções do direito à posse e assim eliminar a causa da absoluta maioria dos problemas sociais no País.

6. Lembramos alguns dados que comprovam o quadro alarmante. Em 1985 o Latifúndio com propriedade acima de 10.000 ha ocupava 15% do solo agricultável brasileiro, embora representasse apenas 0,03% do total dos estabelecimentos rurais. Enquanto isto, o minifúndio com menos de 1 ha de extensão, ocupava 0,1% da área, ainda que constituísse 11% das propriedades. Essa impressionante desproporção avança. Ainda em 1970, 44,3% da população economicamente ativa vivia da agricultura. Em 1987, o índice havia baixado a 24,6%. Em números absolutos constatamos que somente na década de 70 houve um fluxo de 28,4 milhões de pessoas do campo para a cidade. Comprovam as estatísticas, ainda, que, juntamente com a concentração da terra na mão de um número cada vez menor de proprietários, aumenta a área de terras ociosas. Na propriedade pequena, com menos de 1 ha, 91% da área é aproveitada para a lavoura, enquanto que este percentual cai para 2% nas propriedades com mais de 10.000 ha (todos os dados fornecidos pelo IBGE). Num país em que se expande a fome, existem vastíssimas áreas ociosas.

7. O Brasil paga caro por este quadro de distorções. O inchaço das cidades e o surto da violência nas regiões rurais e urbanas são apenas as conseqüências mais visíveis. Há outras, indiretas, a exemplo do narcotráfico e da escandalosa realidade dos menores abandonados. Além disto há que se respeitar que tanto o minifúndio quanto o latifúndio são antiecológicos. O primeiro por ser forçado a explorar a terra às custas de sua preservação, o segundo por privilegiar a monocultura, com seus efeitos colaterais danosos a médio e longo prazo. Se há necessidade de se estabelecer um módulo mínimo de propriedade, também deverá ser estabelecido um módulo máximo. Uma reforma agrária, feita com bom senso, cortará a raiz de muitos males em nossa sociedade, não por último a causa da falta de suprimento do mercado interno. Em termos relativos, a média propriedade é incomparavelmente mais produtiva do que o latifúndio de um lado e o mini-minifúndio de outro. E ela costuma produzir não para a exportação e sim para o mercado interno. São coisas para a discussão e verificação. A reforma agrária, contudo, faz falta.

8. Há muitas maneiras de se fazer a reforma agrária. A criação de um crédito fundiário, a tributação e o subsídio, uma política agrária voltada aos interesses dos pequenos produtores poderão ser instrumentos mais eficazes do que litigiosas desapropriações. É preciso querer a reforma agrária. Não será difícil de, então, achar os meios, inclusive os meios para evitar o abuso dos aproveitadores. Não cabe à Igreja elaborar e apresentar um projeto. Tais projetos já existem, seja da parte de partidos políticos e movimentos, seja da parte do Governo. Há que se examiná-los quanto à sua adequabilidade. A Igreja tão somente insiste em que alguns princípios básicos sejam obedecidos. Uma reforma agrária no Brasil deve:

- a. visar à justiça na distribuição da propriedade;
- b. cooperar na solução dos problemas sociais da Nação;
- c. incrementar a produção de alimentos, necessária para o abastecimento de toda a população;
- d. estar a serviço da preservação dos solos, a fim de garantir a existência das gerações futuras.

Por ser Deus o senhor da terra, pesa sobre a sua posse e sobre o seu uso uma hipoteca social que impede o arbítrio. O desprezo a esta responsabilidade, a sociedade o pagará com a autodestruição.

9. É de supor que a retomada do tema da reforma agrária pela IECLB volte a provocar tensões internas. Por isto é tão importante discutir. O tema poderá inspirar temores. Parece que está ameaçada a nossa posse. Não é bem assim. O assunto merece aprofundamento. A Igreja não pode querer o absurdo, o antirracional e o injusto. O que deve, é opor-se aos absurdos existentes, ao abuso que há, à injustiça que impera. Com isto não nos atrelamos ao Governo, nem a um partido ou movimento. Mas damos apoio a toda iniciativa boa que promete atender as necessidades a serviço da vida e da paz social.

10. A direção da IECLB vai procurar a cooperação ecumênica no cumprimento do mandato que lhe foi dado. Serão feitas tentativas de sensibilizar e mobilizar os respectivos órgãos governamentais. Há necessidade de batalhar por esta causa justa. Rogamos às Comunidades e todas as demais instâncias da IECLB a fazerem o mesmo no âmbito em que se encontram. Premissa, porém, é o debate aberto e sincero na própria IECLB. Poderá haver programações respectivas nas Comunidades, nos Distritos, nas Regiões. Como está a situação fundiária em nossa respectiva área? Qual o compromisso ético que a consciência cristã nos impõe? A fim de subsidiar a reflexão será confeccionado um caderno de estudos. Sobretudo, porém, será

necessário ouvir: o movimento dos sem-terra, especialistas, representantes de partidos e do Governo e muitos outros. Ação ética sempre necessita de duas coisas, ou seja, da sólida informação e de uma consciência comprometida com o bem. Para a reforma agrária e o saneamento das chagas de nossa sociedade vale o mesmo.

Porto Alegre, 2 de dezembro de 1991

Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/reforma-agraria-1991>>. Acesso em: 25 maio 2019.

Anexo 6: Cartas às comunidades no Distrito Eclesiástico Mato Grosso- 21/04/1996

Nós, pessoas evangélicas Luteranas que trabalhamos em questões sociais motivadas por nossa fé, estivemos reunidos dias 19 a 21 de abril de 1996, na Casa de Retiros, em Chapada dos Guimarães, MT. Estudamos a situação de crianças e adolescentes necessitadas e da saúde pública no Mato Grosso. Fizemos, também, um estudo sobre como funciona a sociedade e o Estado a partir da Constituição Federal. Compartilhamos nossas experiências no trabalho social. O encontro foi importante e muito enriquecedor para nossa vida e prática.

Queremos participar a nossa reflexão a seguir com todas as comunidades do Distrito. Sugerimos o envolvimento das mesmas. Esperamos que cada comunidade assuma pelo menos uma das sugestões. E que os membros se incentivem mutuamente nesta tarefa de transformar dores em vida e felicidade.

Deus ama seu povo. Não tem nada que segura este amor. Jesus diz: “Ninguém tem maior amor do que este: de dar sua própria vida em favor dos seus amigos” (João 15.13). Na cruz ele morreu para salvar o seu povo. Na ressurreição de Jesus, Deus concretiza sua vontade de Pai e Mãe. Todas as pessoas que tem fé e confiança em Deus estão unidos na morte e ressurreição de Jesus. Agora Jesus está vivo e luta para que nada falte a ninguém e todas as pessoas tenham grande confiança nEle. Assim, o seu amor envolve nosso coração, nossa mente, nossos olhos, nossos ouvidos, nossa boca, nosso nariz, nossas mãos e nossos pés. Não tem nada que pode nos separar deste amor de Deus que é nosso em Cristo Jesus, Nosso Senhor (Rm. 8.39). Através de nosso serviço, Deus apoia pessoas necessitadas no mundo. Assim, também, concretiza seu amor.

Nas comunidades do Distrito Eclesiástico Mato Grosso há pessoas engajadas no convívio e na transformação de morte em vida. Convidamos mais pessoas a se engajarem nas seguintes questões: grupos de apoio aos povos indígenas, Conselho Tutelar, Fórum Municipal de Crianças e Adolescentes, Movimento Popular de Saúde, Creches, Grupo de apoio a pessoas idosas, Grupo de mulheres no Aterro Sanitário, OASE e grupo de mulheres ecumênicas, Conselho Municipal dos Direitos de crianças e adolescentes, Conselho Municipal da Saúde, Movimento Paz nas estradas, Comissão de Direitos Humanos.

Tomamos a liberdade de sugerir algumas atividades possíveis: Promover atividades relativas a datas comemorativas como, por exemplo: semana dos povos indígenas, semana da mulher, semana da saúde, semana da pessoa idosa, semana nacional da OASE onde se pode trabalhar a questão da mulher, semana da criança, semana do trânsito, semana dos direitos humanos e assim por diante. É importante envolver toda a comunidade (igreja) e outros grupos de seu relacionamento.

Nestas atividades podem-se fazer estudos em grupos, teatros, seminários, debates, mobilizações, palestras... Envolver os meios de comunicação como jornal, rádio e televisão. Todos estes eventos podem ser amplamente divulgados. É necessário se informar sobre cada assunto e informar a população em geral.

Convidamos a comunidade a trocar as suas experiências com outros irmãos e irmãs do Distrito. Assim poderá haver intercâmbio e crescimento mútuo.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, marcamos um Seminário Distrital sobre trabalho social para os dias 14 a 16 de março de 1997, em Chapada dos Guimarães, MT, na Casa de Retiros do Distrito.

Pedimos ao XI Concílio Distrital que dê apoio a esta proposta, incentivando as comunidades ao engajamento nos assuntos acima citados.

Chapada dos Guimarães, MT, 21/04/1996

Alessandra Stefan/pelo encontro.

Anexo 7: Manifesto de Chapada dos Guimarães- 22/10/2000

A vida da humanidade está ameaçada. Um grande mal ocupa todos os espaços, e há poderes querendo assumir o papel de Deus. Quem, porém, cede a essa tentação e é detentor de poder, procura despir-se de sua condição de criatura, para submeter homens e mulheres, jovens e crianças, a natureza e o mundo a seus próprios interesses. O fruto dessa auto-suficiência incorpora-se num verdadeiro ídolo – designado na Escritura como poder do dinheiro (“Mâmon”). Esse mesmo ídolo, adorado e venerado, é o fundamento do sistema sócio-econômico-político hegemônico no mundo de hoje. Somos testemunhas de que esse sistema requer sacrifícios, faz suas vítimas e promove dor, sofrimento e morte. Algumas das conseqüências desta nefasta ação são aqui mencionadas:

Manifesto do Concílio

“Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância.” João 10.10

Aquilo em que você prende seu coração, isso é o seu deus.” Martim Lutero

No início de um novo milênio, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), reunida em seu XXII Concílio, em Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, nos dias 19-22 de outubro de 2000, ocupou-se com sua responsabilidade em face da situação por que passam o nosso país e o povo brasileiro. Jesus Cristo, o Bom Pastor, que vê as multidões “aflitas e exaustas como ovelhas que não têm pastor”, também nos moveu a nós a percebermos toda uma realidade que clama por justiça, paz e vida digna. Deploramos e denunciemos os múltiplos mecanismos que promovem injustiças e exclusões. Na criação, Deus concedeu à humanidade todos os bens necessários para uma vida digna. Inclui-se nesta a oportunidade de trabalho e de usufruto de seus benefícios. O evangelho não nos deixa conformados quando há, de um lado, acúmulo de bens e, de outro, a falta do mais elementar. Anunciamos a vinda do reino de paz e justiça, o qual nos desafia para sermos seus arautos e instrumentos. Por essas razões a IECLB emite o presente manifesto.

1. Nossa inconformidade

“Não vos conformeis com este século...” (Romanos 12.2)

- Através do fluxo incontrolado de capitais, este sistema promove uma verdadeira ciranda financeira em que, graças às novas tecnologias de comunicação, faz girar diariamente um dinheiro virtual de bilhões de dólares, o que tem ocasionado colapsos econômicos e levado nações inteiras a sofrimento, angústia e desespero.
- Através de organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, este sistema tem imposto ajustes estruturais aos países pobres e endividados, aumentando sua dependência e direcionando seus escassos recursos para o pagamento dos serviços da dívida.

O Brasil, por exemplo, no ano 2000, destinou 64 bilhões de dólares para o serviço da dívida. Nos últimos 10 anos, já pagou 200 bilhões e ainda deve 240 bilhões de dólares. Essa mesma dinâmica tem levado o país a endividar-se internamente, inviabilizando investimentos básicos nas áreas de serviços (como educação, saúde, nutrição, habitação, saneamento, transporte, pensões e aposentadorias etc.) às administrações municipais, estaduais e federal.

- Ao priorizar a maximização dos lucros, este sistema também tem desrespeitado o meio-ambiente, destruindo florestas, poluindo o ar e a água, e dilapidando recursos naturais não renováveis, como se fossem ilimitados. A tradicional agricultura de subsistência, já afetada pela concorrência tecnológica e genética internacional, é mais e mais substituída pelo cultivo de produtos de exportação, para equilibrar a balança de pagamentos. Além disso, esse processo é aviltado pela prática de subsídios agrícolas em países desenvolvidos, acarretando uma diminuição acentuada do preço dos produtos agrícolas e naturais no mercado internacional.

- Este sistema igualmente promove gigantesco fluxo migratório de pessoas que buscam oportunidades de trabalho e melhores condições de vida em outras partes do país ou do exterior. Identidades étnicas e minorias são desrespeitadas e violentadas. O processo desarraiga as pessoas, aniquila seus valores culturais e provoca profunda insegurança, tornando-as presas fáceis de todo tipo de manipulação.

- De igual maneira, este sistema gera uma enorme quantidade de pessoas excluídas nos campos e nas metrópoles. Assim, favorece a proliferação da violência e o crescimento da criminalidade de toda ordem, mediante assaltos, seqüestros, contrabando, tráfico de drogas, exploração sexual de mulheres e crianças.

- Além disso, há uma profunda mudança nas condições de trabalho. Apesar de criar novas oportunidades, causa também um amplo desemprego. Este, por sua vez, gera angústias e desesperança quanto ao futuro entre as pessoas afetadas ou ameaçadas. Como tentativa de sobrevivência, expande-se uma teia de sub-emprego e trabalho informal, sem seguridade social mínima.

- Os avanços nas pesquisas científicas, que envolvem a genética e a biotecnologia, deixam as pessoas inseguras e expostas a interesses até agora obscuros. O risco de que estes avanços possam servir para a manipulação e para fins preponderantemente comerciais nos deixa extremamente preocupados. É indispensável uma abordagem ético-social desses recursos, bem como seu controle político e social.

- Assistimos à eclosão de conflitos bélicos regionais e manifestações violentas que, além de suas causas econômicas, também são motivados por razões étnicas e mesmo religiosas. O gasto em armamentos seria suficiente para saldar todas as dívidas externas do mundo ou garantir o atendimento às necessidades básicas da população mundial.

Toda esta realidade aqui denunciada encontra-se em flagrante contradição com a imensa capacidade técnico-científica, hoje existente, de gerar recursos, capacidade jamais havida na história até os dias de hoje. Sendo socialmente bem distribuídos, esses recursos poderiam

superar todas as iniquidades mencionadas e garantir vida digna para a humanidade inteira. Essa contradição nos faz concluir que a realidade de sofrimento e injustiça denunciada não é fatalidade, muito menos vontade de Deus, mas fruto da ambição humana e da concentração de bens e poder entre pessoas, grupos e nações. Como Igreja, reconhecemos que participamos dessa culpa. Por isso mesmo, sentimo-nos na obrigação de, nesse contexto, confessar essa culpa, mas acima de tudo nossa fé, nossa esperança e nosso compromisso, baseados num Deus de justiça e paz.

2. A confissão de nossa esperança

Sempre preparados para dar “razão da esperança que há em vós” (1 Pedro 3.15)

A teologia da graça nos anima e fortalece na esperança e no compromisso transformador diante da ideologia do crescimento e acumulação ilimitados. Ela também previne contra uma teologia que enaltece o consumo como um fim em si mesmo ou glorifica a prosperidade desvinculada dos valores da justiça. O que temos e somos não constitui mérito nosso, mas representa dádiva e graça de Deus. Somos tão somente parte da criação divina. A criação nos é confiada a nosso cuidado, jamais para sua exploração.

Realçamos a teologia do amor que se doa, em oposição a uma ideologia que promove a exclusão e alimenta uma cultura da auto-satisfação.

Cremos no Deus da vida que ouve o clamor do povo sofrido e os gemidos de sua criação.

Cremos no Deus da vida que espera misericórdia e não impõe sacrifícios.

A idolatria de nossos dias fica excluída como opção autêntica já nas palavras de Jesus: “Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um, e amar ao outro; ou se devotará a um e desprezará ao outro. Não podeis servir a Deus e às riquezas.” (Mateus 6.24) O reino de Deus e a sua justiça não combinam com a acumulação de riqueza por parte de alguns em detrimento do atendimento das necessidades existenciais da coletividade.

Confessamos que a fé no Deus da vida, ao relativizar a centralidade da economia, nos liberta para ações de graça e serviço, de trabalho e descanso, de festa e solidariedade.

Ao mesmo tempo, confessamos nossos limites e nossa precariedade quando se trata de viver e experimentar a partilha e a promoção da justiça e de vida digna para todos. Estamos conscientes das contradições, fracassos e tentações presentes nas comunidades e na Igreja. Sentimo-nos também envolvidos pelo sistema político-econômico vigente, a ponto de sermos co-participantes de um jogo com regras e fins dos quais até discordamos. A crise de valores traz em seu bojo outras graves conseqüências, como o tráfico e o consumo de drogas e o crescimento da corrupção no âmbito público e privado, em escala nunca imaginada. Nessa ambigüidade vivemos. Carecemos todos de libertação, renovação e mudança de rumo. Necessitamos de arrependimento e nova vida.

No entanto, em fidelidade à Palavra de Deus e à fé despertada e animada pelo Espírito Santo, somos instados a proclamar a razão de nossa esperança numa época de enormes desafios bem como de imensas necessidades e tentações.

Cremos em Deus que cria, mantém, salva e consola.

Por isso, rejeitamos doutrinas pseudo-religiosas mascaradas de projetos e sistemas político-econômicos que promovem a morte e exigem para si mesmos veneração e adoração.

Cremos em Jesus Cristo, a partir de quem recebemos vida nova. Somos perdoados e libertos de todas as amarras para servir, de forma livre e agradecida, a todas as criaturas, porque Deus em seu amor envolve a tudo e a todos, e a ninguém exclui.

Por isso, rejeitamos doutrinas que pregam a separação das esferas espiritual e material, depreciando o mundo e a sociedade e enaltecendo apenas valores espirituais. Igualmente rejeitamos todas as formas de preconceito racial e discriminação étnica.

Cremos no Espírito Santo, que pela Palavra e pelos sacramentos cria e mantém a Igreja. Esta é formada não por pessoas isentas de culpa, mas por pecadores justificados pela graça de Deus, pessoas que são chamadas a constituir comunidade, prestar culto a Deus e a testemunhar sua fé num mundo marcado pelo pecado. Esta fé move a Igreja e todos seus membros a viver em amor e a doar-se no serviço ao próximo, em especial aos mais pequeninos e fracos, aos desamparados e desconsolados, aos injustiçados e que padecem qualquer tipo de necessidade. Enquanto instituição humana, a própria Igreja e seus membros deixam questionar-se, pela Palavra, em suas falhas, a fim de que seu serviço seja mais consoante com a vontade de Deus.

Por isso, rejeitamos doutrinas que adaptam a Igreja ao mundo a ponto de ela servir aos interesses ideológicos e políticos hegemônicos, perdendo assim toda sua dimensão crítico-profética. Igualmente rejeitamos um individualismo que, mesmo afirmando a dignidade de cada pessoa humana, despreza na prática a importância de sua inserção e vivência fraterna em comunidade. Negamos que a pessoa se baste a si mesma, mas afirmamos a necessidade do servir uns aos outros.

3. Nossa vocação e ação

“Servi uns aos outros, cada um conforme o dom que recebeu.” (1 Pedro 4.10)

Conforme o testemunho bíblico e o Reformador Martim Lutero, a fé jamais ficará ociosa. Por conseguinte, os cristãos de confissão luterana são chamados a:

- Renegar a ideologia que dá suporte à acumulação e concentração de riqueza em benefício de minorias e em detrimento do atendimento das necessidades básicas do ser humano e da manutenção da boa criação de Deus.
- Renegar a adoração do capital e da religião do consumo como definidora do sentido da vida.
- Renegar modelos econômicos que desconsideram a necessidade e urgência de um desenvolvimento auto-sustentável que preserva a vida no planeta.

- Renegar todas as formas de individualismo voltado tão-somente para a auto-satisfação, desconsiderando a importância das relações coletivas e comunitárias, bem como o serviço mútuo e a solidariedade.
- Renegar toda e qualquer forma de competição proselitista entre as igrejas, mas afirmar a necessidade e as possibilidades da cooperação ecumênica.
- Renegar todo tipo de intolerância e desrespeito para com pessoas de orientação religiosa distinta e diferente da cristã, mas valorizar todos os empreendimentos em favor da paz e da vida.

Enfim, reconhecemos que a Igreja, como comunhão de comunidades centradas em Cristo, procura manter-se fiel ao Deus da Vida. Assim, torna-se, pelo Espírito Santo, instrumento de animação, articulação e realização da promessa e vocação evangélicas de ser luz do mundo, sal da terra e fermento na massa. O Espírito Santo nos desperta e nos abre os olhos para uma nova visão. Inspira-nos para agir com criatividade e destemor. Liberta e capacita-nos para a colocação de sinais concretos da nova vida em partilha solidária, segundo a vontade de Deus.

Nesse sentido, a IECLB se irmana ecumenicamente a todas as igrejas cristãs e “coopera, na medida do possível, com órgãos governamentais e não-governamentais, a fim de promover a justiça através da cura dos males sociais”. Assim o afirma o “Plano de Ação Missionária da IECLB” (pág. 14), aprovado pelo XXII Concílio em Chapada dos Guimarães. Segundo este Plano, todos nós somos comprometidos com a missão de Cristo, que veio para que todas as pessoas “tenham vida e a tenham em abundância” (João 10.10).

Chapada dos Guimarães, MT, 22 de outubro de 2000

Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/manifesto-de-chapada-dos-guimaraes-2000>>. Acesso em: 25 maio 2019.

Anexo 8: Entrevista com o Presidente do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade-1983

Entrevista com Hans A. Trein – Presidente do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade no programa “Bom dia Mato Grosso” Canal 4.

Apresentação, referência à presença do Pe. Passos. Ecumenismo.

P.: Como é que estão os Direitos Humanos aqui em MT, o vosso trabalho, as manifestações populares?

R.: Grupo relativamente pequeno, conseguimos dar conta precariamente. O trabalho tem sido manter via a ideia dos DH aqui em Cuiabá, temos tentado incentivar a criação de outros centros em outros municípios; para que não seja simplesmente um trabalho de bombeiro ou de pronto socorro, dos direitos humanos já infringidos, é de vital importância que o nosso trabalho de mentalização e conscientização se ocupe com os motivos e com as causas da infração; que se trabalhe nisso para que a gente não precise depois recolher os cacos.

P.: O Sr. Falou em incêndio, o MT está pegando fogo? Tem muitos problemas assim de DH quais são então hoje os principais problemas que interferem ao cidadão em MT?

R.: Aqui se precisa fazer distinção entre tipos de infração dos DH, que acontecem na área rural como também na urbana. Eu diria que qualquer questão de DH aqui em MT tem uma ou outra ligação com a questão da terra. Em Cuiabá vocês devem ter acompanhado isso já pelos jornais os problemas que a gente sente é que em se falando de infração aos DH, parece que há uma opção preferencial pela classe empobrecida.

P.: O povo sabe que tem direitos? A grande massa sabe que tem direitos? Sabe quais são seus direitos? Não seria necessário o Centro fazer uma pregação primeiro dos direitos do povo? Existe a carta dos direitos humanos, mas ninguém sabe. Complementando a pergunta: Será que a classe dominante também sabe que tem que respeitar os direitos humanos das classes menos favorecidas?

R.: Eu acho que existe um tipo de direito humano que a gente sabe com o estomago. O povo conhece um tipo de direitos humanos porque o sente visceralmente. A nível de mentalização, à nível teórico muitos talvez não conheçam o texto da declaração universal com seus 30 artigos. Agora ali onde as pessoas estão sendo cercadas na sua liberdade, no seu direito à vida sob as mais diversas formas, ali onde não está havendo escola, onde os menores estão abandonados, existe uma consciência em geral do que seja um direito humano. Acho que

também da parte da classe dominante há ciência a respeito dos direitos humanos. Agora a classe dominante vive dentro de uma estrutura, dentro de um sistema que a obriga a continuar dominado. Então eu acho que não é só saber, é tomar mais uma vez conhecimento.

P.: O Sr. Acha que a classe dominante estaria interessada em mudar alguma coisa? Ou teria que vir debaixo a opção de transformação política?

R.: Tenho a impressão que a classe dominante está bem no atual sistema, na atual estrutura, não tá tendo nenhum interesse para mudar. Acho que está seriamente relacionada a questão política com a questão dos DH.

P.: Com relação à questão política, pastor Hans, existe um problema sério. Os direitos podem ser confundidos com outra coisa. Vou ser mais claro: tais reivindicações, tais manifestações não podem ser confundidas com subversão à ordem, ou já foram confundidos, pela classe dominante?

R.: Ah, em contato com outros companheiros que também estão na luta pelos DH, a gente tem encontrado seguidamente este tipo de interpretação.

P.: Mas por que, por que motivo?

R.: Bom, eu acho que no momento em que se trabalha em cima de DH, mesmo esses que estão aqui na declaração universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil também é signatário, no momento que a classe dominante começa a sentir que estão sendo feridos os seus interesses, de continuar dominado, de continuar explorando, então é evidente que da parte deles isso vai ser colocado de uma forma pejorativa, no sentido da subversão da ordem.

P.: O Sr. Concordaria que então a saída seria uma ação política? Hoje o país tem perspectivas de uma tal ação política, no sentido da defesa dos DH?

R.: Eu tenho a impressão que a saída política, que não se confunda também com uma saída política partidária; eu acho que todos nós somos seres políticos, mas não necessariamente somos partidários, ela depende muito da organização da sociedade. Acho que hoje nós temos ainda muito uma massa política, facilmente manobrável, acho que setores da sociedade e entidades precisam se organizar, para poder saber exatamente também em que nível e de que forma vão centrar a sua luta em cima dos seus direitos humanos. Acho que um grupo como esse de MS que está lutando por seu pedacinho de terra, precisa estar organizado em torno de sua causa. Acho que existe uma perspectiva cada vez maior de participação do povo no seu destino também político, na sua história.

P.: E como é que o povo pode seguir aqui no MT, aqui em Cuiabá especialmente, que é o grande terreno dessa campanha dos DH, como o povo pode se agregar a essa campanha o que pode fazer para participar?

R.: Bom, acho que a gente não tem nenhuma pretensão, enquanto centro, de centralizar a questão dos DH. Pelo contrário, acho que quanto mais des.....da terra, e por aí afora, né!!!Quer dizer, cada grupo trabalhando dentro do seu ramo específico estará somando, para a questão dos DH, entra em evidência e seja aplicada.

Muito obrigado por sua presença aqui. Vocês estão realizando uma campanha mesmo sensacional.

Observação: A entrevista foi realizada na TVCA-Globo, em 1983, sendo que, na época, o silêncio era imposto pela repressão. Quebrar esse silêncio significava “quebrar a ordem ou seja: subversão”. E a subversão era, normalmente, punida com prisão. A entrevista na televisão, ao vivo, foi entendida como quebra do silêncio, mesmo correndo perigo de prisão e perseguição. Padre Passos e Pastor Hans prepararam a entrevista, antecipadamente, foram juntos na televisão em apoio mutuo.

A transcrição do vídeo foi realizado por Hans Alfred Trein, em 1983.



Paróquia Evangélica Luterana de Cuiabá

FUNDADA EM 04-05-83

Rua João Severiano da Fonseca, 840 (Esquina c/Des. Trigo de Loureiro)

Caixa Postal 551 - Fone (065) 323-1152 — CEP. 78.000 — Cuiabá - MT.

Cuiabá, 29/11/91

CEBEMA - Seção Brasil
a/c Sr. Bernardo Krommendijk

Prezados Senhores:

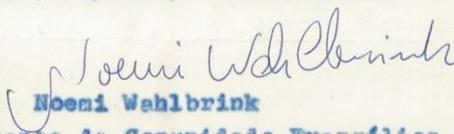
A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - Comunidade de Cuiabá participa, com um ^{ou} mais representantes, no Centro de Defesa dos Direitos Humanos Henrique Trindade (CDDHHT), desde a sua fundação.

Durante este tempo, houve épocas em que o CDDHHT foi uma das poucas vezes, respaldadas pelas organizações da sociedade civil, a se levantar em defesa de perseguidos por poderes instituídos. Após a democratização do país, ainda restou uma vasta situação de miséria e injustiça que oprime geralmente os cidadãos mais humildes.

Como exemplos recentes, podemos citar o apoio dado aos trabalhadores sem terra que estiveram acampados tanto no interior (Gleba do Piau) quanto na capital. Mais recentemente, foi fundamental a atuação do CDDHHT no caso do assassinato do jovem Mauro, por elementos da Polícia. São situações de conflitos que nem sempre têm a atenção da coletividade e do Governo, e em que as vítimas e suas famílias não têm condições de defesa. Não por último, o papel do CDDHHT foi decisivo para organizar a cobrança da ação da Polícia e da Justiça no caso da chacina de Metupá.

Ao longo do tempo, o CDDHHT foi uma caixa de ressonância em defesa de direitos fundamentais do ser humano (direito à vida, à defesa perante a Justiça), que correm constantemente o risco de se apagar na consciência dos cidadãos, envolvidos pelos conflitos sociais.

Como Comunidade Evangélica Luterana, nossa participação é expressão concreta do que está escrito em Mt 25,35as bem como no Catecismo Menor de Martin Lutero, na explicação da 4ª Petição do Pai Nosso e nas explicações aos 5ª e 7ª Mandamentos.


Noemi Wahlbrink

Presbítera e representante da Comunidade Evangélica Luterana de Cuiabá junto ao CDDHHT


Iedo Koppenhagen

Presidente da Comunidade Evangélica Luterana de Cuiabá (IBOLB)

8 de junho de 1988

Ilmo. Sr. Dr.

Juiz de Direito da
Comarca de São Miguel do Oeste
89900 São Miguel do Oeste - SC

Excelentíssimo Senhor Doutor:

O Concílio Distrital do Distrito
Eclesiástico Mato Grosso da Igreja Evangélica de Confissão
Luterana no Brasil, reunido em Sinop nos dias 3 a 5 de
junho, tomou conhecimento da queixa crime movida contra
os Srs. Seno Koehnlein, Arlito Schreiner, Osvaldo Wilms,
Walter Alberto Kempin, Valentin Antunes e Arlindo Weiss,
na Comarca de São Miguel do Oeste. Venho expressar, através
desta, o nosso apoio e solidariedade aos querelados, que
são levados perante o tribunal por exercerem o seu legítimo
direito de informar e esclarecer os pequenos e médios agri-
cultores sobre as atividades da União Democrática Ruralista.
Fazemos votos que V. Excia, trate este caso com objetividade
e justiça, e acompanharemos o seu desfecho com olhos
críticos.

Em nome dos Conciliares do Distrito Eclesiástico Mato Grosso
da IECLB, subscrevo

com protestos de respeito e estima,

Gerd Uwe Kliever, Pastor Distrital

cc. aos querelados

ANEXO 11: Manifesto ao Judiciário de Vilhena assinado por cinquenta e quatro obreiros e obreiras na IECLB, 1982

São Leopoldo, 16 de julho de 1982

Meritíssimo Sr.
Juiz da
Comarca de Vilhena
RONDÔNIA

Meritíssimo!

Nós, pastores da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), reunidos em seminário de estudos na Faculdade de Teologia desta mesma Igreja, em São Leopoldo (RS), sentimos-nos impelidos a nos manifestar em relação aos fatos ocorridos no mês de maio próximo passado no Estado de Rondônia, e que envolvem pobres posseiros, o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado e dois obreiros de nossa Igreja. Move-nos o comum compromisso com a verdade do Evangelho de Jesus Cristo, que nos ensina: "Bem-aventurados os perseguidos por causa da justiça, porque deles é o reino dos céus". (Mateus 5.10).

Sabemos que um dos problemas mais graves que assolam o povo brasileiro é a injusta distribuição das terras no país. Esta situação tem suas raízes já na época colonial e posteriormente vem se agravando sempre mais. Segundo dados oficiais do INCRA (1974), enquanto 70,6% das propriedades rurais ocupava 12,5% da área total, 23,1% das propriedades ocupava 78,0% da área. Outros dados mais recentes que confirmam a injustiça flagrante, indicam que 1% dos proprietários rurais detêm mais de 55% das terras agrícolas e que, entre 1970 e 1980, cerca de 40 milhões de brasileiros migraram no Brasil.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, fiel ao Evangelho do amor e da justiça que a constitui, não pode se omitir diante desta realidade. Por isso, escolheu como tema geral para 1982: "TERRA DE DEUS - TERRA PARA TODOS", baseando-se no Salmo 24.1, onde lemos: "Ao Senhor pertence a terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam".

Na reflexão deste tema, temos visto não só o contínuo processo de concentração de terras nas mãos de uma minoria, dentro da qual poderosos grupos multinacionais, bem como o sistemático agravamento das tensões sociais no campo e nas cidades. Vimos também que, para ser coerente, a Igreja e sua pastoral necessariamente deve estar ao lado das vítimas dessa situação, com vistas a uma transformação que leve a uma sociedade justa e fraterna.

Nessa caminhada solidária com as vítimas da opressão, a prisão e consequente processo judicial dos posseiros, do vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colorado, Sr. Francisco Cesário da Silva, e dos obreiros pastor OTTO H. RAMMINGER e professor OLAVO NIENDOW, reflete até onde pode chegar o sistema agrário injusto e opressor que vigora no Brasil. Ao mesmo tempo, demonstra a firme disposição de nós, cristãos, testemunharmos a vida abundante que Jesus Cristo quer para todas as pessoas (João 10.10), sobretudo junto àqueles aos quais é negada terra, trabalho e vida, assumindo as consequências deste testemunho.

Por isso, queremos registrar:

- 1) Nossa solidariedade irrestrita aos posseiros, ao representante do Sindicato, e aos obreiros da Igreja;
- 2) nossa denúncia à situação injusta que gerou os conflitos em Colorado, onde pessoas foram mortas;
- 3) nosso repúdio às prisões injustas de que foram vítimas os acima mencionados;
- 4) nossa reivindicação de que os indiciados sejam declarados inocentes, porque, de fato, o são;
- 5) nossa esperança de que o pastor Otto e o professor Olavo possam continuar a desempenhar livremente seu ministério pastoral comunitário;
- 6) nosso desejo de que os posseiros recebam a garantia da terra para nela trabalhar e viver, livres de toda e qualquer ameaça ou perseguição;
- 7) nossa estranheza pelo não indiciamento dos funcionários da Fazenda Cabixi envolvidos no incidente, bem como de seus mandantes.

Reafirmamos a inocência dos irmãos envolvidos neste triste episódio, o qual, com toda evidência, nos mostra a urgência e a necessidade da implantação de uma autêntica Reforma Agrária neste país, conforme está prevista na própria lei 4504 do Estatuto da Terra, até hoje cuidadosamente evitada.

Na esperança da justiça
assinam

Hans Alfred Trein
Pastor HANS ALFRED TREIN

Wili Becker
Pastor WILI BECKER

Valdir Frank
Pastor VALDIR FRANK

Edna Moga Ramming
Pastora EDNA MOGA RAMMING

Otto Hoeller
Pastor OTTO HOELLER

Eldo Schreiber
Pastor ELDO SCHREIBER

Irineu Wolf
Pastor IRINEU WOLF

Valdir Steuernagel
Pastor VALDIR STEUERNAGEL

Friedrich Gehring
Pastor FRIEDRICH GEHRING

Geraldo Schach
Pastor GERALDO SCHACH

Carlos Augusto Moeller
Pastor CARLOS AUGUSTO MOELLER

C.C.:
Exmo Sr MINISTRO DA JUSTIÇA
Presidência da IECLB
Advogados dos Indiciados
Jornal Evangélico
Coordenação das NOVAS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO
Comitê de Apoio aos Posseiros de Rondônia

<i>Clovis Lindner</i> Pastor CLOVIS HORST LINDNER	<i>Olav Porath</i> Pastor OLAV PORATH
<i>Nelson Altevogt</i> Pastor NELSON ALTEVOGT	<i>Rudi Armange</i> Pastor RUDI ARMANGE
<i>Armino Becker</i> Pastor ARMINO OSCAR BECKER	<i>Marino Black</i> Pastor MARINO BLACK
<i>Bruno Francois</i> Pastor BRUNO FRANÇOIS	<i>Walter Gaede</i> Pastor WALTER GAEDE
<i>Claudio Herberts</i> Pastor CLAUDIO HERBERTS	<i>Waldair J. Hofstatter</i> Pastor WALDAIR J. HOFSTATTER
<i>Otto Kohlrauch</i> Pastor OTTO NELSON KOHLRAUCH	<i>Vitorio Krauser</i> Pastor VITORIO KRAUSER
<i>Walter E. Ludwig</i> Pastor WALTER LUDWIG	<i>Flavio Magdanz</i> Pastor FLAVIO MAGDANZ
<i>ARRY ROBERTO MUELLER</i> Pastor ARRY ROBERTO MUELLER	<i>Pedro Arthur Mueller</i> Pastor PEDRO ARTHUR MUELLER
<i>Ido Port</i> Pastor IDO PORT	<i>Lauro Rossner</i> Pastor LAURO ROSSNER
<i>Lauro Fleck</i> Pastor LAURO FLECK	<i>Orlando Schmidt</i> Pastor ORLANDO SCHMIDT
<i>Silvino Schneider</i> Pastor SILVINO SCHNEIDER	<i>Reinaldo E. Schovanke</i> Pastor REINALDO SCHOVANKE
<i>Osmar J. Slivinski</i> Pastor OSMAR J. SLIVINSKI	<i>Milton Tribess</i> Pastor MILTON TRIBESS
<i>Liro Vollbrecht</i> Pastor LIRO VOLLBRECHT	<i>Raul Wagner</i> Pastor RAUL WAGNER
<i>Ermino Wahlbrink</i> Pastor ERMINO WAHLBRINK	<i>Rudi Wehrmann</i> Pastor RUDI WEHRMANN
<i>Norberto Willrich</i> Pastor NORBERTO WILLRICH	<i>Teobaldo Witter</i> Pastor TEOBALDO WITTER
<i>Unirio Gabe</i> Pastor UNIRIO GABE	<i>Hermig Kanitz</i> Pastor HERMIG KANITZ
<i>Ivo Krueger</i> Pastor IVO KRUEGER	<i>Rui Alberto Bonato</i> Pastor RUI ALBERTO BONATO
<i>Roberto E. Zwetsch</i> Pastor ROBERTO ZWETSCH	<i>Sigmar Keller</i> Pastor SIGMAR KELLER

